



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ELAIDE MARTINS DA CUNHA

DISCURSO POLÍTICO, MÍDIA E AÇÃO PARLAMENTAR: a
Amazônia no Congresso Nacional

Belém
2010

ELAIDE MARTINS DA CUNHA

DISCURSO POLÍTICO, MÍDIA E AÇÃO PARLAMENTAR: a
Amazônia no Congresso Nacional

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental,
Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal
do Pará. Orientadora: Profa. Dra. Edna Castro.

Belém
2010

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Cunha, Elaide Martins da

Discurso político, mídia e ação parlamentar: a Amazônia no Congresso Nacional / Elaide Martins da Cunha; orientadora Edna M. Ramos de Castro. – 2010.

307 p.: il.; 30 cm

Inclui Bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

1. Oratória - Amazônia. 2. Discursos parlamentares - Amazônia. 3. Mídia (Publicidade) – Planejamento. 4. Poder legislativo – Amazônia. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Castro, Edna M. Ramos de, orientadora. II. Título.

CDD: 21. ed. 302.23209811

ELAIDE MARTINS DA CUNHA

DISCURSO POLÍTICO, MÍDIA E AÇÃO PARLAMENTAR: a
Amazônia no Congresso Nacional

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental,
Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal
do Pará. Orientadora: Profa. Dra. Edna Castro.

Aprovado em: 04 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Edna Castro
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof^a. Dra. Nírvia Ravena
Examinadora – NAEA/UFPA

Prof^o Dr. Armin Mathis
Examinador – NAEA/UFPA

Prof^o Dr. Thomas Hurtienne
Examinador – NAEA/UFPA (suplente)

Prof^a. Dra. Luciana Miranda Costa
Examinadora – Externa

Professor Dr. Otacílio Amaral Filho
Examinador – Externo

Resultado: APROVADO

Ao meu eterno companheiro, Ronaldo, que foi o primeiro a apostar nesta jornada e nunca me deixou esmorecer, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao nosso amado filho, Rodrigo, que com apenas um aninho já sabia desligar o meu computador e chamar a atenção para si, resgatando-me do trabalho.

À minha querida mestra, Edna Castro, pela orientação sábia e precisa, pelas contribuições valiosas que nortearam esta pesquisa, pela compreensão e força de sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora, porque sem fé, pouco se realiza.

A todos que, direta ou indiretamente, ajudaram nesse percurso, com o seu apoio, carinho e atenção. Em especial, quero agradecer:

Aos meus pais, Ernandes e Elizete, e irmãos, Eliani, Elinaldo, Júnior, Eliene e Erlan (*in memorian*), por acreditarem e vibrarem com os meus projetos e conquistas;

Aos amigos da Amazon Filmes, especialmente ao Cassim, Iona, Assunção, Simone, Iara e Bob, que seguraram a barra na minha ausência provocada pela tese. Obrigado mesmo. Agradeço também ao André pela ajuda com os mapas do Amazonas!

Ao querido Claudio Rocha, amigo desde os tempos da graduação e sempre pronto a ajudar.

Às amigadas que marcaram essa trajetória no NAEA: Luciene, Ricardo, Otacílio, Rose, Silvaneide, Andrea (s), Gilson, Naldo e à turma toda.

A Edna Teixeira e Marisa Romão, da secretaria da CAINDR, pela ajuda, material, documentação e informações. Vocês são ótimas!

Aos membros da CAINDR e seus assessores, pela atenção e documentos. Obrigado também pelas entrevistas, compartilhando informações, opiniões e visões de mundo.

Aos funcionários das bibliotecas do NAEA-UFPA, da ECA-USP e do Congresso Nacional, como também ao pessoal do setor de taquigrafia e arquivo da Câmara dos Deputados. Obrigado por desvendarem os caminhos.

A minha bolsista Bruna Oliveira, pela formatação de dados e colaboração, e à professora Joana Campos, que enriqueceu este trabalho com as suas observações tão importantes durante a revisão. Obrigado!

Às funcionárias Rosângela Mourão e Ruthane Silva, da biblioteca do NAEA, pela agilidade, atenção e revisão tão rica e detalhada.

À secretaria e aos professores do NAEA, pelas valiosas contribuições, em especial ao Armin Mathis e Tereza Ximenes, que no início do curso não me deixaram desistir.

Obrigado também aos professores de Comunicação Social, especialmente a Luciana Miranda, Manoel Dutra, Regina Lima e mais uma vez Otacílio Amaral com o apoio de sempre.

À banca de qualificação, Nírvea Ravena e (de novo) Regina Lima, por ajudarem a enriquecer este trabalho. Obrigado pelas marcas e pistas deixadas para novos passos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro dado à realização deste trabalho.

Em especial, novamente, ao Ronaldo, Rodrigo e Edna - sem vocês, esse trabalho realmente não existiria.

O homem não é senhor do seu discurso

Milton Chamarelli Filho

RESUMO

Este trabalho de pesquisa, com enfoque interdisciplinar, transita nos campos político e midiático no intuito de mostrar o teor dos discursos nas proposições, ações e entrevistas dos membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR), da Câmara dos Deputados do Brasil. Ao indicar se os eixos temáticos ‘Desenvolvimento’ e ‘Sustentabilidade’ estão inseridos ou não nas políticas públicas construídas no âmbito deste fórum, o principal objetivo desta tese é responder que tipo de desenvolvimento se defende nesta comissão e como a Amazônia é retratada por seus membros. Através de um minucioso levantamento de projetos, requerimentos, documentos, discursos e ações dos parlamentares que compuseram a comissão durante a 52ª Legislatura (2003-2006), como também da produção midiática associada a determinadas ações e proposições apresentadas na CAINDR durante esse período, partiu-se para a Análise de Discurso. Mais do que uma ferramenta metodológica, a Análise de Discurso constitui-se uma abordagem teórico-metodológica essencialmente interdisciplinar que possibilita a compreensão das estratégias discursivas em um determinado campo social. Analisar os sentidos das falas, as marcas ou pistas deixadas na produção de sentidos, como também elucidar o lugar social desta produção (relações) e as vozes convocadas pelos discursos dos atores desse fórum permitem identificar o que estes priorizam para a região e como a retratam - resultado que fica ainda mais interessante ao se cruzar com o noticiário em questão, situando a relação entre os campos político e midiático. Nesse sentido, adotou-se a Teoria dos Campos Sociais como referencial teórico para esta pesquisa, não somente por buscar compreender as relações e representações do mundo social, mas também por ajudar a localizar, na disputa do poder simbólico, o eixo organizador dos interesses e estratégias dos atores do campo social em foco. O resultado deste trabalho foi compensador e permitiu confirmar a sua hipótese central: a de que o modelo de desenvolvimento defendido na CAINDR prioriza o avanço de fronteiras e de mercado em detrimento ao caráter ambiental – dando continuidade ao modelo espoliativo e concentrador que há muito vigora na Amazônia brasileira...

Palavras-chaves: Amazônia. Discurso. Política. Mídia. Ação Parlamentar. Campo Social. Desenvolvimento e Sustentabilidade.

ABSTRACT

This research paper, with an interdisciplinary approach, transits through both political and media fields in order to display the content of the discourses of the propositions, actions and interviews of the members of the Amazon, National Integration and Regional Development Committee (CAINDR), of the Brazilian Chamber of Deputies. By indicating whether 'Development' and 'Sustainability' themes are embedded or not in public policies constructed in this forum, this thesis main purpose is to identify which kind of development this Committee stands up for and how The Amazon is portrayed by its members. Through a detailed survey of projects, applications, documents, speeches and actions of lawmakers who formed the committee at the 52nd Legislature (2003-2006), as well as the relevant media production related to certain actions and propositions presented at CAINDR, went for the Speech Analysis. More than a methodological tool, Speech Analysis constitutes a theoretical and methodological approach, essentially interdisciplinary, that enables the understanding of discursive strategies in a particular social field. Analyzing the meanings of speeches, marks or clues left in the production of senses, as well as elucidate the social place of production (relations) and the voices convened by the speeches in this forum, allow identifying what is their priority and how they portray the Amazon – result that is even more interesting when you come across the news in question, placing the relation between the political and the media fields. In this sense, the Social Field Theory was adopted as a theoretical reference for this research, not only by seeking to understand relations and representations of the social world. In this sense, adopting the Social Field Theory as a theoretical reference has confirmed itself as the best choice for this research, not only by seeking to understand relations and representations of the social world, but also by helping locate, in dispute for symbolic power, the central thrust of interests and strategies of actors from the studied social field. The result of this research was rewarding and allowed confirming its central point: that development model defended by CAINDR prioritizes the progress of frontiers and markets over the environmental issues – continuing the exploitative and concentrator model which rules for such a long time in the Brazilian Amazon.

Key words: Amazon, Speech, Politics, Media, Parliamentary Action, Social Field, Development and Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Participação dos Parlamentares na CAINDR	123
Mapa 1	IIRSA - Agenda de Implementação Consensual 2005-2010	144
Mapa 2	Mapa Político do Estado do Amazonas	155
Gráfico 2	Notícias com referências às questões indígenas	240
Gráfico 3	Notícias com referências ao assunto Biodiversidade	243

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de Deputados por Unidade Federativa	65
Quadro 2 - Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados	70
Quadro 3 - Composição da Mesa-Diretora da 52ª Legislatura	117
Quadro 4 - Parlamentares por Unidades Federativas Não-Amazônicas	121
Quadro 5 - Representatividade Partidária dos Membros da CAINDR	125
Quadro 6 - Representatividade Partidária por Unidade Federativa	127
Quadro 7 - Audiências Públicas em 2003: ‘Desenvolvimento’ e ‘Sustentabilidade’	135
Quadro 8 - Requerimentos 2003: temática ‘Desenvolvimento’	150
Quadro 9 - Requerimentos 2003: temática ‘Sustentabilidade’	152
Quadro 10 - Proposições Apreciadas na CAINDR em 2003	158
Quadro 11 - Análise de Discurso sobre o PLP nº 96/2003	160
Quadro 12 - Requerimentos 2004: temática ‘Sustentabilidade’	174
Quadro 13 - Proposições em Tramitação em 2004: ‘Desenvolvimento’	177
Quadro 14 - Análise de Discurso sobre o PL nº 2812 /2003	180
Quadro 15- Audiências Públicas em 2005: ‘Desenvolvimento’ e ‘Sustentabilidade’	188
Quadro 16 - Proposições em Tramitação em 2005: ‘Desenvolvimento’	195
Quadro 17 - Proposições Apreciadas em 2005: ‘Desenvolvimento’	199
Quadro 18 - Análise de Discurso sobre o PLC nº 39/2003	204
Quadro 19 - Audiências Públicas realizadas em 2006	212
Quadro 20 - Proposições Apreciadas em 2006: ‘Desenvolvimento’	217
Quadro 21 - Demonstrativo Anual: Proposições, Reuniões e Eventos realizados na 52ª Legislatura	221
Quadro 22 – Trechos de Entrevistas com Membros da CAINDR	228
Quadro 23 - Notícias com referências ao Gasoduto de Urucu	236
Quadro 24 - Notícias com referências à Biodiversidade	244
Quadro 25 - Notícias com referências à IIRSA	250

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Estado do Acre
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADCO	Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
ADITAL	Agência de Informações Frei Tito para a América Latina
AEBA	Associação dos Empregados do Banco da Amazônia
AM	Estado do Amazonas
ANA	Agência Nacional de Águas
ANP	Agência Nacional de Petróleo
AP	Estado do Amapá
APOINME	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ASSEMAE	Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
BASA	Banco da Amazônia S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAINDR	Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
CAPADR	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJC	Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (Câmara)
CCJR	Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Senado)
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CFFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CLP	Comissão de Legislação Participativa

CMA	Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Senado)
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME	Comissão de Minas e Energia
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Confederação Nacional de Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COIAB	Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Senado)
CREPA	Subcomissão Permanente da Amazônia (Senado)
CREPAFF	Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira (Senado)
CREDN	Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CTD	Comissão de Turismo e Desporto
DEM	Democratas
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
EID	Eixos de Integração de Desenvolvimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENERGER	Programa de Financiamento de Geração de Energia
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FONPLATA	Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDOESTE	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTAM	Grupo de Trabalho da Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change ou Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ISA	Instituto Socioambiental
MA	Estado do Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PA	Estado do Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAN	Partidos dos Aposentados da Nação
PARLAMAZ	Parlamento da Amazônia
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo (Câmara)
PDS	Projeto de Decreto Legislativo (Senado)

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFC	Proposta de Fiscalização e Controle
PFL	Partido da Frente Liberal (atual DEM)
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Interação Nacional
PIS	Programa de Integração Social
PL (a)	Projeto de Lei
PL (b)	Partido Liberal
PLO	Projeto de Lei Orçamentária
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
POLAMAZONIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPG7	Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPP	Parceria Público Privada
PPS	Partido Popular Socialista
PRC	Projeto de Resolução
PROBEM	Programa de Biologia e Ecologia Molecular da Amazônia
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Distribuição de Terras para o Norte e Nordeste
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PV	Partido Verde
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
RN	Estado do Rio Grande do Norte

RO	Estado do Rondônia
RR	Estado do Roraima
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SC	Estado de Santa Catarina
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TSA	Taxa de Serviços Administrativos
TO	Estado do Tocantins
UC	Unidade de Conservação de Proteção Integral
WWF	World Wildlife Fund. ou Fundo Mundial para a Natureza
ZEE	Zoneamento Econômico-Ecológico
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 MODERNIDADE, CONTEMPORANEIDADE E CAMPOS SOCIAIS	33
1.1 SOCIEDADE MODERNA: A RACIONALIDADE CONDUZINDO O PROCESSO SOCIAL	34
1.2 A TRANSIÇÃO E O ‘FIM’ DA HISTÓRIA: A PÓS-MODERNIDADE	38
1.3 SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: INFORMAÇÃO, IMAGEM E MÍDIA	43
1.4 TEORIA DOS CAMPOS SOCIAIS: RELAÇÕES DE FORÇA E DE PODER	46
1.4.1 Funções, Legitimidade, Natureza: o Campo Social	48
1.4.2 Capital e Habitus: a espinha dorsal da teoria de Bourdieu	51
1.4.3 Relações de Poder e Poder Simbólico	55
1.5 POLÍTICA, MÍDIA E PODER: A DISPUTA ENTRE OS CAMPOS SOCIAIS	57
1.5.1 Campo Político e os confrontos simbólicos	61
<i>1.5.1.1 Campo Político em foco: o fórum da Amazônia na Câmara dos Deputados</i>	67
1.5.2 Campo Midiático: efeitos estratégicos na luta pelo poder	73
1.6 A AÇÃO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO E DA POLÍTICA	77
2 ANÁLISE DE DISCURSO E DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA	79
2.1 A ANÁLISE DE DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DE SENTIDOS	82
2.1.1 Discurso e texto enquanto objeto da Análise de Discurso	84
2.1.2 Enunciado e Enunciação: o que se diz e como se diz	86
2.1.3 Dialogismo e Polifonia como aspectos da linguagem	87
2.1.4 Lugar de Fala: quem fala e quem está por trás da fala	89
2.2 DESENVOLVIMENTO: RAÍZES, CONCEPÇÕES E PARADIGMAS	90
2.2.1 Principais Paradigmas: Modernização e Subdesenvolvimento	93
2.2.2 Sustentabilidade e um novo modelo de desenvolvimento	96
2.3 DISCURSO E TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: A IRRACIONALIDADE NA BUSCA POR ESTRUTURAS MAIS MODERNAS	101

3 ANÁLISE DE PRÁTICAS DISCURSIVAS: A AMAZÔNIA NO CENTRO DA CAINDR	111
3.1 AS CORRELAÇÕES DE FORÇA E DE PODER: A CAINDR E OS SEUS AGENTES POLÍTICOS	113
3.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DA CAINDR	132
3.2.1 ANO 2003 - 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura	132
3.2.1.1 Audiências Públicas em 2003	133
3.2.1.2 Eventos, Grupos de Trabalho e Subcomissões em 2003	137
3.2.1.3 Proposições Apreciadas e em Tramitação em 2003	148
3.2.2 ANO 2004 - 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura	165
3.2.2.1 Audiências Públicas em 2004	167
3.2.2.2 Eventos, Reuniões e Subcomissões em 2004	169
3.2.2.3 Proposições Apreciadas e em Tramitação em 2004	172
3.2.3 ANO 2005 - 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura	184
3.2.3.1 Eventos, Reuniões e Subcomissões em 2005	185
3.2.3.2 Audiências Públicas em 2005	186
3.2.3.3 Proposições Apreciadas e em Tramitação em 2005	191
3.2.4 ANO 2006 – 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura	207
3.2.4.1 Eventos e Reuniões em 2006	209
3.2.4.2 Audiências Públicas em 2006	210
3.2.4.3 Proposições Apreciadas e em Tramitação em 2006	214
4 O OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA ATRAVÉS DA MÍDIA	233
5 CONCLUSÕES	258
REFERÊNCIAS	264
GLOSSÁRIO	276
ANEXOS	283
Anexo A Rotatividade dos Membros da CAINDR 2003-2006	284
Anexo B Composição da CAINDR 2003 - Mesa, titulares e suplentes	287
Anexo C Natureza e Quantidade dos Requerimentos da 52ª Legislatura	288
Anexo D Composição da CAINDR 2004 - Mesa, titulares e suplentes	289
Anexo E Reuniões realizadas pela CAINDR em 2004	290

Anexo F Seminários realizados pela CAINDR em 2004	292
Anexo G Composição da CAINDR 2005- Mesa, titulares e suplentes	293
Anexo H Reuniões realizadas pela CAINDR em 2005	294
Anexo I Composição da CAINDR 2006 - Mesa, titulares e suplentes	297
Anexo J Reuniões realizadas na CAINDR em 2006	298
Anexo K Matéria publicada na Rádio Câmara	299
Anexo L Notícias com referências à temática indígena	300

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi motivada pelo interesse em investigar o que se discute, o que se faz e como se retrata a Amazônia, procurando-se saber quais as diretrizes de políticas públicas construídas para esta região no âmbito do Poder Legislativo Federal. Iniciamos essa investigação pela Subcomissão Permanente da Amazônia (CREPA), o fórum do Senado Federal designado para tratar dos interesses da região e que hoje é denominado de Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira (CREPAFF).

Analisando-se as proposições, pautas, atas, notas taquigráficas e demais documentos produzidos nesse fórum, bem como os discursos e as ações dos seus membros, buscar-se-ia identificar a linha discursiva e de ação destes atores. Cruzando estes levantamentos com as notícias publicadas sobre a Amazônia desde a data de instalação dessa subcomissão (agosto de 2003), verificaríamos se o campo¹ midiático estaria influenciando ou não o agendamento das atividades na mesma, procurando mostrar a relação entre a mídia e a política, além de averiguar se o discurso político sobre a Amazônia estaria sendo pautado ou não pela mídia.

Ainda no levantamento inicial de documentos da subcomissão, foi imediatamente possível confirmar a influência do campo midiático sobre esse campo político (representado pela então CREPA) uma vez que os próprios senadores citam e anexam recortes de jornais e/ou revistas em seus requerimentos. Além de ser uma forma de justificar e/ou referendar as suas iniciativas e proposições, esse procedimento reforça a importância das temáticas que eles abordam em seus discursos e que conduzem as suas ações. Como diz Bourdieu (2004), no campo político é comum os adversários convocarem o mundo social para depor e prestar testemunho como forma de reforçar as suas visões e impor os seus princípios.

Após esse cruzamento, o próximo passo seria checar os resultados das proposições e ações, a fim de conhecer as diretrizes de políticas públicas² construídas para a Amazônia por aqueles atores. No entanto, a dificuldade foi encontrar algum resultado concreto.

Desde a instalação da subcomissão, seus membros realizaram apenas algumas audiências públicas. Porém, até meados do ano de 2007, nenhum dos projetos apresentados nesse fórum transformou-se em lei de fato. Depois de sete reuniões realizadas em 2003 e apenas cinco em 2004, a primeira do ano de 2005 aconteceu somente em 17 de agosto, cuja

¹ Nesta pesquisa, adotamos o conceito de 'Campo Social' trabalhado por Pierre Bourdieu na Teoria dos Campos Sociais, na qual Campo significa um *lugar de relações* de forças, onde os discursos e atos adquirem sentido relacional.

² O Congresso Nacional estabelece as diretrizes ou metas de políticas públicas, ou seja, normas programáticas que devem ser seguidas e executadas pelo Poder Executivo.

pauta era a instalação e a eleição do presidente e vice-presidentes para o biênio 2005-2006 na então chamada CREPA. A segunda reunião de 2005 foi agendada e remarcada por três vezes, mas não se efetivou. Essa inércia repetiu-se no ano seguinte e configurou-se ainda mais grave, uma vez que não houve nenhuma reunião naquele fórum em 2006 – um ano eleitoral marcado por denúncias e instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) no Congresso Nacional, trazendo para esta Casa o foco dos holofotes da mídia nacional.

Em nosso primeiro momento de trabalho de campo em Brasília, mais especificamente na visita feita à Subcomissão da Amazônia do Senado, no primeiro semestre do ano de 2006, a assessoria parlamentar desta subcomissão informou-nos que as atividades deste fórum teriam sido prejudicadas tanto pelo ano eleitoral quanto pela quantidade excessiva de CPI's instaladas no Congresso Nacional. Assim, por esses motivos, a previsão de retomada das atividades desse fórum seria apenas em 2007.

Esse contexto nos forçou a buscar outro objeto de estudo. Entretanto, optamos por manter a estrutura e certos elementos da pesquisa, como o recorte temporal, a metodologia, a teoria e os seus objetivos. Após verificar as atribuições de todas as comissões e subcomissões da Câmara dos Deputados, identificamos comissões que certamente resultariam em estudos valiosos, como a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e a de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). Porém, o nosso recorte enquanto interesse de pesquisa e de problemática nos levaram a outra direção que se distancia destas comissões, embora reconheçamos a sua importância e até sugerimos que outros pesquisadores façam destas o seu objeto de estudo. Nesse sentido, optamos pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, CAINDR, cujo centro de debates é a região amazônica em si.

Ressaltamos que esta escolha foi feita por entendermos que esta é a comissão que melhor corresponde ao objetivo do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), o qual consiste em estudar o processo de transformação da região amazônica e o seu desenvolvimento regional. Além disso, é uma comissão que congrega temáticas, projetos, segmentos sociais, interesses e relações que precisam ser considerados quando o assunto é Amazônia, constituindo-se um fórum extremamente importante para esta região.

a) Nasce uma nova pesquisa

Situada no ambiente interdisciplinar do campo político e do campo midiático, esta pesquisa procura indicar se as temáticas (e também categorias analíticas) ‘Desenvolvimento’ e ‘Sustentabilidade’ estão presentes nas proposições, discursos e atividades dos parlamentares da CAINDR, fórum que discute a Amazônia na Câmara dos Deputados do Brasil. Além disso, procura mostrar qual o conceito e/ou modelo de desenvolvimento que conduz tais iniciativas - e qual a relação destas com a produção midiática.

Perante estes desafios e a partir de certas observações quanto ao objeto de estudo, surgiram hipóteses bastante interessantes. Percebe-se, por exemplo, que nos discursos dos atores da CAINDR é uma constante falar da Amazônia como uma região vasta e grandiosa, extremamente rica e singular em recursos naturais, mas repleta de problemas e contradições, marcada pelo isolamento, pobreza e pouca infraestrutura.

Observa-se ainda que, para esses atores, seria preciso explorar a riqueza natural da região para alcançar o tão almejado ‘desenvolvimento’, o qual decorreria, principalmente, de grandes projetos, de grandes obras de infraestrutura e da exploração de recursos naturais. Além disso, verifica-se que esses agentes políticos apontam o isolamento da região como fator de ‘atraso’ e ressaltam a sua necessidade de integração geopolítico-econômica.

A partir dessas observações, perseguimos algumas hipóteses. Dentre as formas de retratar a Amazônia na CAINDR, pode-se dizer que a mais recorrente sintetiza três características: Grandeza, Riqueza Natural e Problemas. A primeira característica revela-se pela forma superlativa que os atores situam a região, sempre a classificando como detentora de grandezas: do maior rio do mundo, da maior biodiversidade do Planeta, da maior quantidade de água potável, entre outras.

Na segunda, o destaque é direcionado aos recursos naturais que podem movimentar grandes mercados, como minérios, madeiras nobres e biodiversidade. Nesta característica, o potencial para atividades econômicas, como a mineração, a pecuária e a exportação de soja (estas duas últimas como consequência da retirada de madeira), está sempre em foco nos debates da comissão.

A terceira característica é extremamente ampla e permeada por contradições. Além da preocupação com as ameaças à soberania nacional, esta característica traz à tona o ressentimento que membros da comissão nutrem pelo fato da região permanecer, há décadas, à margem do desenvolvimento econômico do país. Chama a atenção, ainda, para o que esses

atores consideram entraves ao desenvolvimento, os quais, na visão de muitos deles, acabam relegando a população à pobreza e ao abandono.

É interessante observar que se tais características (especialmente as duas primeiras) retratam a Amazônia na CAINDR, pode-se dizer que as ações e os discursos predominantes neste fórum ecoam as vozes de representantes de atividades favoráveis à expansão de fronteiras, como a mineradora, a madeireira, a pecuária e o agronegócio. Se esses interlocutores (ou seja, tais representantes) têm as suas vozes influenciando a ação e os discursos naquela comissão, a Amazônia retratada neste fórum seria, então, moldada de acordo com os interesses desses interlocutores, cujo teor também teria reflexos na construção de diretrizes de políticas públicas para a região.

Além disso, se esse retrato da região atende a tais interesses, os discursos dos parlamentares estariam dando mais ênfase ao teor econômico do que ao teor ambiental-sustentável, amparando-se, ainda, no modelo desenvolvimentista de expansão de fronteiras - um modelo que não prioriza aspectos ambientais e/ou sociais e que vêm causando fortes impactos na região há mais de 40 anos.

Assim, a nossa **hipótese central** é a de que o conceito e/ou tipo de desenvolvimento defendido na CAINDR é o desenvolvimento econômico e que as diretrizes de políticas públicas definidas neste fórum retratam um modelo desenvolvimentista que prioriza o avanço de fronteiras e de mercado em detrimento ao caráter ambiental e/ou sustentável, possibilitando que a cultura do desmatamento venha sobrepor-se à cultura da floresta – prosseguindo o modelo espoliativo e concentrador implantado há tempos na Amazônia brasileira.

Através desta pesquisa, procuramos responder se as ações e discussões que acontecem no âmbito da CAINDR seriam ou não motivadas pelo campo midiático – verificando a influência e/ou a capacidade de agendamento do campo midiático (neste caso) sobre o campo político. Desta maneira, também procuramos examinar como essa relação se reflete nas práticas discursivas dos membros desta comissão - e na forma como estes atores pensam a região.

A fim de responder a essas questões, partimos para um rico e minucioso levantamento de documentos, proposições, atas, pautas, ementas, pareceres de relatores, resultados, relatórios, notas taquigráficas de audiências públicas (únicas disponibilizadas pela comissão), justificativas de projetos, eventos e outras ações realizadas na CAINDR durante o período que compreende as quatro sessões legislativas da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados, ou seja, os anos de 2003 a 2006 – os quais se constituem o nosso recorte temporal. A partir desse levantamento, identificamos a natureza e o teor das proposições, a sua condição de

fluxo (se apreciadas ou em tramitação) e indicamos quais se referem às categorias analíticas em foco - quantificando-as e mapeando-as para, então, chegarmos aos projetos a serem analisados discursivamente. Além desses discursos, também analisamos os discursos de membros da CAINDR nas entrevistas concedidas à autora.

Convém esclarecer que temos consciência de que os discursos contidos nos projetos podem até ter sido feitos por assessores dos parlamentares conforme orientação destes, mas esse procedimento também acontece na elaboração dos discursos apresentados na tribuna. No entanto, isto não reduz a importância desses discursos, uma vez que, segundo a Análise de Discurso, nenhum discurso é totalmente inédito, puro ou exclusivo do enunciador. Todo e qualquer discurso carrega vozes externas, efeitos de sentido e até interesses de outrém, como mostraremos no capítulo que trata da Análise de Discurso. Portanto, a nossa análise não é de taquigrafias da tribuna, mas do discurso do parlamentar em seus projetos e entrevistas.

Acreditamos que as entrevistas que realizamos com parlamentares da comissão não só enriquecem ainda mais o *corpus* desta pesquisa, mas conferem à mesma o seu diferencial. Porém, o grande valor e originalidade desta pesquisa estão em seus resultados, os quais revelam o que realmente se busca para a Amazônia dentro da CAINDR, uma comissão de importância estratégica para a região.

As entrevistas permitiram-nos perceber com maior clareza as ideias que os membros da comissão defendem para a região, o que a Amazônia representa para eles (segundo a ótica deles), quais os assuntos mais recorrentes em seus discursos e as contradições com as suas práticas e projetos. Esse levantamento indica não só como a Amazônia é retratada pelos atores da CAINDR, mas principalmente quais são as prioridades defendidas e as temáticas abordadas mais frequentemente nas proposições, eventos e demais ações praticadas pelos membros da comissão.

Ao cruzarmos este resultado com o noticiário produzido no período da 52ª Legislatura, chegamos a um levantamento ainda mais interessante. Além de buscar respostas para o que já expusemos aqui, buscamos responder a outras questões importantes: quem são esses parlamentares que falam em nome da Amazônia? Como eles pensam esta região? Que modelo de desenvolvimento eles defendem e/ou constroem? A quem representam?

Elucidar as vozes convocadas em seus pronunciamentos e, conseqüentemente, descobrir em nome de quem esses atores estão agindo e/ou falando, permite elucidar o *lugar* de produção social de seus discursos e ações, como também identificar os seus sentidos. Esse processo compreende a produção do discurso como ação, uma forma organizadora dos mecanismos comunicacionais, conduzindo à produção dos chamados Efeitos de Sentido. A

compreensão ocorre nesse sentido na porque, na análise discursiva, o discurso é compreendido como uma prática comunicativa e não apenas representa a ação, mas é considerado a própria ação.

Assim, identificar os mecanismos que influenciam na forma como os atores da comissão retratam a Amazônia leva-nos ao conceito de *habitus*, do sociólogo francês Bourdieu, autor da Teoria dos Campos Sociais, na qual esta tese ampara-se. Segundo esta teoria, o *habitus* trata-se de uma competência prática adquirida na ação e para a ação, ou seja, um sistema de disposições adquiridas resultantes da interiorização de complexas estruturas sociais. Como bem explica Bourdieu (2006), trata-se de um sistema que gera estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses de seus autores, sem, entretanto, terem sido concebidas com essa finalidade.

Pode-se dizer, ainda, que nos dois campos sociais em foco nesta pesquisa, o campo político e o campo midiático, o *habitus* organiza as rotinas de produção do discurso, de difusão de ideologia e de disputa pelo poder, definindo escolhas, distinções e posicionamentos nas suas práticas diárias.

Em cada campo, há a interação entre indivíduos, grupos, segmentos sociais, empresas, instituições e outros atores. Essa interação ocorre em diferentes sentidos e constitui-se em um processo social dinâmico, permeado por disputas que competem, convergem ou se complementam. São as disputas simbólicas, resultantes das tentativas estratégicas que cada campo utiliza para impor as suas visões de mundo e as suas opiniões unilaterais ao conjunto da sociedade.

Esse confronto simbólico manifesta-se também na esfera discursiva. Nessa luta pelo poder, cada campo constrói representações da realidade feitas para a sociedade, a qual entende que os atores do campo têm propriedade e/ou autoridade sobre o tema abordado, gerando tais representações, ou seja, a sociedade entende que os mesmos possuem legitimidade para fazer essa abordagem.

Quando os campos sociais querem reafirmar a legitimidade de seus discursos e/ou ações – e também quando querem dar visibilidade aos mesmos – costumam convocar o campo midiático. Este campo ocupa um lugar de centralidade na sociedade por garantir visibilidade aos vários campos de conhecimento, como a economia, a política, a cultura, etc., como também por seu poder de agendamento temático, de mobilização da opinião pública e pela sua capacidade de dar legitimidade (especialmente discursiva) a determinados atores.

Essa capacidade é potencializada pelo fato do campo midiático poder oferecer aos demais campos um espaço para abordar e divulgar assuntos de sua própria especialidade. Os

atores que representam seu respectivo campo, geralmente, são selecionados conforme os interesses da própria mídia, uma vez que esta não atua como um mediador isento entre os demais campos e a sociedade, mas conforme os seus critérios mercadológicos e/ou ideológicos, dentre outros.

Os atores do campo político costumam convocar o campo midiático com muita frequência – até mesmo para amparar e reforçar a importância de seus discursos, justificar e conquistar adeptos para as suas ações e proposições, como também para conquistar e fidelizar eleitores para a sua manutenção no poder. Em nosso levantamento, encontramos, inclusive, proposições cujos autores citam notícias de jornais, revistas e de outros veículos de comunicação para reafirmar o seu discurso, buscando, assim, outra forma de alcançar legitimidade³.

Essa iniciativa dos membros da CAINDR pode levar ao confronto ou à reprodução do discurso midiático, do conceito de desenvolvimento e de opiniões dos atores que ocupam espaço na mídia. Em alguns casos, a reprodução discursiva acontece de forma bastante explícita, uma vez que certos atores que ocupam espaço na mídia, por serem considerados especialistas em determinados assuntos, são convidados por parlamentares da comissão para participar de debates e/ou de reuniões de audiência pública – estreitando-se ainda mais a relação entre os campos político e midiático. Tal iniciativa pode ter efeitos diretamente na forma como a Amazônia é retratada nesse fórum e nos discursos, ações e proposições apresentadas por seus membros, como veremos no decorrer deste trabalho.

b) Como foi feita a pesquisa

Ao lado da pesquisa bibliográfica concernente aos problemas, contextos, objetivos, teoria, metodologia e hipóteses deste trabalho, o material empírico coletado e analisado inclui entrevistas concedidas por membros da CAINDR à autora e uma ampla base documental composta por relatórios de atividades, ações, discursos e biografias dos parlamentares da comissão, além de pautas, atas, requerimentos, notas taquigráficas, resultado de reuniões,

³Em reuniões ordinárias e audiências públicas que acompanhamos na CAINDR, percebemos que é muito comum alguns parlamentares mostrarem e até sacolejarem jornais e revistas, como também exibir DVDs com notícias relacionadas aos projetos e/ou temas abordados, tornando os seus discursos mais fervorosos e construindo um ambiente fértil à teatralização na tribuna e à espetacularização da notícia, conceito explicado no capítulo intitulado “Modernidade, Contemporaneidade e Campos Sociais”.

pareceres de relatores, projetos de lei e outras proposições. Ampara-se, ainda, no banco de dados da organização não-governamental “Amigos da Terra-Amazônia Brasileira”, que reúne especificamente notícias sobre a Amazônia, publicadas em diversos veículos de comunicação do Brasil e do exterior.

Além dos relatórios anuais recebidos dessa ONG, trabalhamos com o noticiário disponível em seu site⁴, cujo banco pode ser acessado através de sua ferramenta de busca. Outra fonte importante para esta pesquisa e que, assim como a referida ONG fornece elementos do campo midiático, foi a base de notícias da Agência Câmara, que alimenta diariamente um vasto banco de dados e costuma pautar os outros veículos da instituição. Justamente por ser mais abrangente dentre os veículos ‘hospedados’ no portal da Câmara dos Deputados, consideramos a Agência de Notícias o mais adequado para esta pesquisa.

Na Câmara dos Deputados, consultamos o Centro de Documentação e Informação de sua biblioteca e os arquivos da própria CAINDR, disponibilizados pela sua equipe técnica durante a nossa pesquisa de campo. Um material precioso adquirido na secretaria da comissão foram os relatórios de atividades anuais (nem todos se encontram hoje digitalizados), os quais dão um mapeamento dos demais documentos que precisariam ser analisados.

Tanto as proposições como os documentos da comissão podem ser consultados através do Sistema de Informações Legislativas (SILEG), uma valiosíssima ferramenta para o cidadão conhecida como *e-Câmara*. Disponível no site da Câmara dos Deputados⁵, o SILEG também permite que o pesquisador possa cadastrar o seu endereço eletrônico para ter acesso ao acompanhamento automático de proposições.

Apesar da grande quantidade de material disponível no portal da Câmara dos Deputados, inclusive de notícias produzidas pela agência, rádio, TV, jornal e outros veículos midiáticos da instituição⁶, retornamos ao Congresso Nacional para entrevistar os membros da comissão e acompanhar as suas atividades, como também para entender melhor o fluxo das matérias no Congresso Nacional e o seu funcionamento em si.

Durante uma semana, coletamos uma grande quantidade de dados junto às bibliotecas do Congresso Nacional, ao departamento de taquigrafia da Câmara dos Deputados e gabinete dos parlamentares. Esta experiência proporcionou o acesso a documentos, livros e a outras publicações, permitiu acompanhar audiências públicas, sessões ordinárias e extraordinárias

⁴ O endereço do site desta ONG é: <<http://www.amazonia.org.br>>

⁵ O endereço do site da Câmara dos Deputados é: <<http://www.camara.gov.br>>

⁶ Os veículos de comunicação da Câmara dos Deputados disponibilizam matérias, entrevistas e programas especiais em seus respectivos bancos de dados. Fazem uma cobertura diária dos principais acontecimentos da casa e até de fatos externos, caso estejam relacionados às matérias em discussão.

(como as reuniões semanais e a instalação de subcomissões, respectivamente) e a participação em certos eventos, como o lançamento da Frente Parlamentar Mista ‘Amazônia para Sempre’ e a sessão solene pela Campanha da Fraternidade lançada pela Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), que em 2007 enfocou a Amazônia. Tanto as audiências quanto os eventos funcionaram como um indicador da influência da mídia na escolha dos assuntos abordados na tribuna e em várias ações dos atores da CAINDR.

Nessa etapa do trabalho de campo, realizamos entrevistas com membros da comissão, a fim de saber como atuam e, principalmente, como pensam a Amazônia. Por que participam da CAINDR? Qual o papel e a importância desta comissão? O que significa a Amazônia para esses deputados? O que defendem para a região? Quem são os atores que representam em seus discursos? O que os fazem escolher ou não determinados temas? Quais as problemáticas priorizadas? E as soluções sugeridas?

Ao apresentarmos essas e outras questões, percebemos que grande parte das respostas não condiz com a prática dos entrevistados, cuja maioria apresenta-se, de certa forma, como ‘salvadora’ da Amazônia e ‘fiel ‘representante’ do povo. No entanto, a quase totalidade de suas proposições (as quais se configuram como um dos resultados práticos de suas ações) indica maior atenção aos setores produtivos que contribuem para o desmatamento da região, em detrimento aos chamados povos da floresta - contrariando o que muitos deputados fazem questão de afirmar, ou seja, que ‘são os defensores das populações tradicionais’. A análise e o recorte dos principais trechos dessas entrevistas apresentam-se em vários momentos deste trabalho.

Quanto aos discursos dos parlamentares contidos em seus projetos, justificativas, pareceres e outros documentos textuais, foram formatados em um quadro padronizado, a fim de manter a mesma linha de análise para todos os projetos em foco. Nosso método de exposição e análise é basicamente qualitativo, fundamentado na apresentação de argumentos expostos nessas fontes primárias. No entanto, também quantificamos a natureza/teor das proposições e ações dos membros da CAINDR, como pode ser verificado no terceiro capítulo, que além da parte empírica, trata da análise de práticas discursivas.

Pelo grande volume de proposições (880) e pela quantidade de membros (96) que passaram pela CAINDR durante os anos de 2003 a 2006, seria inviável analisar os discursos de todos esses atores. Fazer um cruzamento desses discursos com todo o noticiário publicado durante os anos de nosso recorte temporal também seria um trabalho interminável. Por isso,

adotamos alguns critérios de seleção, a fim de trabalhar com uma amostragem dos projetos apresentados no âmbito dessa comissão.

A primeira seleção foi feita a partir das categorias analíticas ‘Desenvolvimento’ e ‘Sustentabilidade’, relacionando as proposições referentes a estes dois eixos com as notícias divulgadas na mídia por ocasião da apresentação de cada proposição – a fim de verificar se houve ou não relação de seu surgimento com o noticiário e de iniciar uma aproximação entre os dois campos sociais em foco. Em seguida, um novo critério: seleção de projetos apreciados dentre os projetos referentes às temáticas em foco. Estabelecer este critério deu um salto qualitativamente importante ao nosso trabalho, uma vez que o volume de projetos em tramitação costuma ser grande e o tempo de tramitação é ainda maior. Alguns projetos passam muitos anos tramitando, sendo arquivados e desarquivados e não chegam a um resultado mais concreto, ou seja, não viram lei. Portanto, adotar esse critério foi fundamental nesta pesquisa.

Todavia, é importante ressaltar que somente o fato da proposição ter sido apreciada durante uma legislatura não se tem a garantia de que o projeto chegue ao fim de sua jornada. Ao contrário. Ao sair da CAINDR, a proposição passa, pelo menos, por mais duas comissões: a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde se analisa a viabilidade financeira do projeto, e a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), cujo poder é terminativo⁷ e o seu exame indica se a proposição é ou não constitucional. Portanto, o terceiro critério estabelecido foi a seleção dos projetos enviados à CCJC, ou seja, aqueles cujo fluxo na CAINDR tenha concluído.

Diante do expressivo volume de proposições que se acumulam a cada ano devido à lentidão no processo de produção de leis no Brasil, foi extremamente importante estabelecer esse terceiro critério, o qual nos possibilitou trabalhar com um recorte melhor definido. Temos clareza e reconhecemos que esse critério reduziu a nossa amostragem, uma vez que apenas três projetos puderam ser submetidos à análise discursiva. No entanto, este pequeno quantitativo demonstra e confirma a institucionalidade do Poder Legislativo brasileiro, sua lentidão e burocracia - marcas das comissões do Congresso Nacional, as quais reforçam a necessidade de adotarmos critérios dessa natureza para delimitar a pesquisa.

Dessa forma, após levantar e verificar 880 proposições, sendo 406 projetos em tramitação, 402 requerimentos e 72 projetos apreciados durante a 52ª Legislatura, chegamos

⁷ É importante esclarecer que o poder da CCJC é terminativo, mas não conclusivo no sentido de encerramento, pois o trâmite de uma proposição só é encerrado de fato após a mesma ser sancionada pelo Poder Executivo e publicada no Diário Oficial da União.

ao surpreendente resultado de apenas três únicos projetos que, do total de apreciados voltados para Desenvolvimento ou Sustentabilidade, finalmente, chegaram à CCJC. Desses três projetos, analisamos os pareceres dos relatores de cada uma das comissões designadas para acompanhá-los, a fim de verificar os discursos, os conceitos de desenvolvimento e outros elementos.

Além disso, levantamos informações sobre o perfil de autores das proposições em foco, apresentando o seu histórico, grupos aos quais pertencem (como sindicatos, associações e outros) e as suas principais ações e bandeiras de luta – a fim de verificar a relação com a proposição em questão. Esse levantamento não só possibilita uma melhor definição do perfil desses atores, como também fornece mais elementos para percebermos quais os setores e agentes estão por trás de cada parlamentar.

A partir daí, submetemos a proposição à Análise de Discurso, a chamada AD, proposta a partir da filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva. É considerada uma prática e um campo da linguística e da comunicação especializada em analisar construções ideológicas presentes em um texto. Por isso é tão utilizada no estudo de textos da mídia e/ou de cunho político.

Em nossa análise, procuramos localizar a chamada regularidade discursiva, ou seja, aquilo que é comum - mesmo em discursos de atores distintos. Neste sentido, buscamos identificar as frases, palavras, adjetivos e outros elementos usados com mais frequência para indicarmos os discursos mais recorrentes e as representações contidas nestes.

Verificamos, ainda, quais as estratégias acionadas pelos atores da CAINDR para imporem o seu discurso como legítimo, além de trabalhar a enunciação utilizada, isto é, o modo como cada um diz o que tem para falar – e não propriamente o que dizem. É importante ressaltar que há diferentes maneiras de dizer, as quais dependem dos fatores externos ao texto - e trabalhar esse aspecto ajuda, ainda, a revelar os diferentes sentidos de cada discurso.

Todos esses elementos, presentes na AD, contribuíram para que pudéssemos localizar, nos textos, as marcas ou pistas deixadas pelos processos sociais de produção de sentido, descortinando a essência dos discursos analisados, as vozes convocadas em cada projeto, o lugar de produção de sentidos e outros elementos. Portanto, é um método eficiente, com dados consistentes (como os discursos, trajetórias e ações dos parlamentares), indicando como a Amazônia vem sendo abordada e/ou retratada na CAINDR e, mais do que isso, demonstrando qual modelo de desenvolvimento os membros deste fórum defendem para a região.

c) Estrutura do trabalho

Na sequência desta introdução, há dois capítulos com abordagem teórico-conceitual. A primeira abordagem está no capítulo intitulado *Modernidade, Contemporaneidade e Campos Sociais*, que trata da Teoria dos Campos Sociais, explicando as suas funções, natureza e principais conceitos, como campo, *habitus* e poder simbólico. Este capítulo mostra particularidades dos campos político e midiático e contextualiza a teoria de Bourdieu a partir de um resgate histórico e conceitual da Modernidade e Pós-Modernidade, a fim de favorecer a compreensão do contexto em que surge tanto a Teoria dos Campos Sociais como a Análise de Discurso, nossa ferramenta metodológica. A partir do objeto de estudo desta pesquisa, no caso a CAINDR, reforçamos a caracterização do campo político, abordando, ainda, o Poder Legislativo no Brasil, seu histórico, composição e particularidades.

A segunda abordagem teórico-conceitual está no capítulo *Análise de Discurso e Discurso do Desenvolvimento na Amazônia*, que trata da Análise de Discurso, desde o seu surgimento até o seu uso como instrumento de compreensão de sentidos, explica os principais conceitos da AD aplicados nesta pesquisa e situa o discurso como prática comunicativa. Esse segundo capítulo aborda também as raízes, concepções e paradigmas do Desenvolvimento, o principal eixo temático e/ou categoria de análise desta tese, e a trajetória do desenvolvimento da Amazônia, aproximando-nos mais ainda de nosso objeto de pesquisa e da empiria desta tese.

No terceiro capítulo desta pesquisa, intitulado *Análise de Práticas Discursivas: a Amazônia no centro da CAINDR*, apresenta-se a análise de práticas discursivas a partir do material coletado. É a Análise de Discurso em si, verificando-se as regularidades discursivas, o dialogismo, o lugar de produção da fala, os sentidos e outros conceitos da AD a partir dos projetos que atendem aos critérios de seleção definidos neste trabalho. A reflexão sobre o *lugar* de produção dos discursos revela quem são os agentes e/ou instituições por trás das falas dos parlamentares, ou seja, de quem são as vozes ecoadas em seus calorosos debates.

Ao descortinar tais vozes, buscou-se, ainda, identificar quais os sentidos das falas (e por que não também dos silêncios?) sobre a Amazônia, como também identificar a forma como esta região é retratada na CAINDR. O cruzamento com a produção do campo midiático fornece pistas preciosas para este fim.

Já no quarto capítulo deste trabalho, *O Olhar sobre a Amazônia através da Mídia*, refletimos sobre as correlações que se enveredam entre os campos político e midiático, mostrando o enfoque que os membros desta comissão dão à Amazônia sob os holofotes do olhar midiático, considerando a capacidade de agendamento da mídia. Por último, seguem-se as conclusões.

Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para indicar como a Amazônia vem sendo tratada – e retratada - no principal fórum legislativo do Brasil sobre a temática, mostrando as estratégias discursivas que movem o campo relacional, os interesses que pautam as suas ações e a disputa simbólica entre os atores da comissão. Investigar o que se busca para a Amazônia na centralidade de um importante fórum legislativo como a CAINDR corrobora a relevância desta pesquisa, que mostra o que os agentes políticos dessa comissão discutem e fazem pela região e indica quem é o enunciador real do discurso predominante da comissão.

Portanto, esta pesquisa dá contribuições significativas ao estudo sobre a Amazônia ao analisar um fórum que se diz representativo desta, indicando quais são as diretrizes, prioridades, temáticas, relações e o tipo de desenvolvimento que seus atores defendem para a região, mostrando caminhos e desenhando um retrato pioneiro desta comissão. Por sabermos que ainda são poucos os núcleos de pesquisa sobre o legislativo brasileiro, especialmente no âmbito da comunicação, consideramos esta tese uma importante ferramenta não somente para as pesquisas sobre a Amazônia, mas também sobre o parlamento no Brasil.

1 MODERNIDADE, CONTEMPORANEIDADE E CAMPOS SOCIAIS

A história mostra que o desenvolvimento na Amazônia brasileira, tradicionalmente, sempre foi conduzido pelo governo e financiado por instituições multilaterais através de programas desenvolvimentistas, como a Operação Amazônia, o Plano Amazônia Sustentável e o atual Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dentre outros. A noção de desenvolvimento para a Amazônia vem acompanhada da noção de modernização, com o enfoque na necessidade de crescimento econômico e de construções mais modernas para a região, mas a dificuldade e/ou incapacidade de aliar desenvolvimento à sustentabilidade⁸ tem sido um constante desafio.

A busca por uma sociedade progressiva, inovadora e, por isso, dita moderna, indica uma nítida mudança de valores, atitudes e normas, exige instituições modernas e, portanto, um público moderno. No entanto, na região Amazônica, a livre iniciativa foi avançando e estabelecendo mudanças que foram operando-se gradualmente sem produzir rupturas entre o tradicional e o moderno. Ambos ainda convivem concomitantemente, reafirmando as contradições da região.

As contradições sociais e a fragmentação dos campos sociais são características da sociedade pós-moderna, também chamada de sociedade contemporânea. É a partir do processo de contemporaneização que ocorre a fragmentação dos campos sociais. Com a acelerada constituição do capitalismo, na transição do século XIX para o século XX, a noção de campo passa a ter sentido.

Dessa maneira, firma-se a Teoria dos Campos Sociais, elaborada no século XX pelo sociólogo francês Pierre Félix Bourdieu, a qual ampara este estudo. Portanto, este capítulo começa com uma breve contextualização histórico-conjuntural da sociedade moderna e do pós-modernismo, a fim de favorecer a compreensão do referencial teórico e do instrumento metodológico desta pesquisa, a Análise de Discurso.

⁸ Para melhor compreensão do sentido de sustentabilidade adotado nesta pesquisa, ver a reflexão feita no segundo capítulo, item 2.2.2, p. 96, intitulado ‘Sustentabilidade e um novo modelo de desenvolvimento’.

1.1 SOCIEDADE MODERNA: A RACIONALIDADE CONDUZINDO O PROCESSO SOCIAL

Embora haja divergências quanto a sua temporalidade, a maioria dos historiadores concorda que a modernidade tenha surgido das grandes revoluções (SZTOMPKA, 1998), ou seja, seria o resultado de um longo processo de revoluções (comercial, científica, cultural, política, industrial, dentre outras). É consenso também que a mesma compreenda, especialmente, a Revolução Francesa, do século XVIII, com seus ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, como também as revoluções socialistas dos séculos XIX e XX.

Com a Revolução Francesa, a referência da monarquia começa a perder importância no mundo, que se torna cada vez mais urbano, econômico e gerido por outras formas de relação. A queda das ordens antigas é marcada por processos decisivos na história humana: a morte da divindade e o fim do domínio aristocrático. Silva (1999) destaca que:

Após as supostas trevas que teriam obscurecido o pensamento humano na Idade Média, teria nascido um mundo novo com a pretensão de ser sempre novo, sempre moderno, iluminado pelas luzes inequívocas da razão e amparado na crença da liberdade incondicional do ser humano para reger seu destino. (SILVA, 1999)

Assim, o embrião da sociedade moderna surge a partir de 1450, com a multiplicação das companhias do comércio e com o deslocamento do eixo econômico das cidades italianas para o Atlântico. Esse deslocamento conduz ao descobrimento das Américas e, conseqüentemente da Amazônia. Nessas grandes expedições, a burguesia mercantil se alia à realeza – da mesma forma que a nobreza se apegou às Cruzadas, mais especificamente no período de 1086-1244, para tentar manter-se rica e poderosa. As mudanças econômicas advindas da Era Moderna trazem a Revolução Comercial e, com esta, os sistemas bancário e monetário, além da acumulação capitalista.

Na Europa, o poder absolutista dos reis se consolida na Inglaterra e na França, países adversários. Mas a economia política defendia o estatismo, os territórios nacionais e seus mercados. Era o poder centralizado comandando nações e estados nacionais; o nacionalismo econômico baseando-se no expansionismo colonialista - o mercantilismo da época. No campo religioso, a reforma protestante luterana começa a enfraquecer a hegemonia católica, valorizando o trabalho e favorecendo a disseminação do capitalismo.

Por causa dessas transformações, pode-se dizer que a sociedade moderna nasce como uma sociedade racional, substituindo os dogmas religiosos e as profissões de fé pela razão e

pela ciência. É onde o indivíduo passa a ter direitos de cidadania e um sistema institucional legal para protegê-lo (HERCULANO, 2006). É onde nasce, realmente, o indivíduo.

Ana Silva (1999) diz que a perspectiva de independência que surge na Modernidade tem, entre seus fundamentos, o entendimento do indivíduo como um ser moral, independente, autônomo. A autora ressalta que esse entendimento vai se constituir, concretamente, apenas entre os séculos XVIII e XIX, e passa a ser interiorizado no século XX. A modernidade é o momento de culminância de um processo em que não só se encontra a separação entre ser humano e natureza, como também a separação, ainda que formal, entre todos os seres humanos que se tornam, desde então, indivíduos (SILVA, 1999).

O indivíduo passa a ter direitos e também expectativas, inclusive de posição econômica e social. Ao falar sobre limites e possibilidades de cidadania, em palestra proferida durante o Fórum Social Mundial, em 2002, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o português Boaventura de Sousa Santos faz uma comparação simples e esclarecedora sobre esse novo cenário: “Na sociedade antiga, quem nascia pobre, morria pobre; quem nascia analfabeto, morria analfabeto. Na sociedade moderna, tornou-se possível que quem nasce pobre, morra rico, e quem nasce analfabeto possa morrer letrado, ou até doutor”.⁹

Essa possibilidade expressa o novo, o inusitado - outra marca da modernidade, compreendida como uma invenção do Ocidente. Para Costa (2001), a palavra *moderno* expressa um modo de ser que se distancia do passado e faz do presente uma constante busca do novo, num movimento infinito em direção ao futuro que seria sempre melhor do que o passado. É a perspectiva do novo como algo perfeito. A autora ressalta que, contraditoriamente, o mito do progresso estaria nascendo no berço da racionalidade ocidental, constituindo-se, também, uma das características do homem moderno: a obsessão pela novidade.

Mudança, transformação, progresso, novidade, razão, racionalidade. Palavras que podem expressar o sentido de modernidade, considerada o resultado de um conjunto de transformações institucionais fundamentais, cujas principais linhas são definidas por Thompson (1998) em três tipos de mudanças: econômicas (com a passagem do feudalismo europeu para o sistema capitalista de produção e de intercâmbio), políticas (sistema

⁹ Texto da palestra proferida por Boaventura Souza dos Santos no painel **Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária?**, no Fórum Social Mundial 2002. Ver demais informações nas Referências.

centralizado de administração e tributação através dos estados-nações), e concentração do poder militar por esses estados e monopólio do uso legítimo da força.

As análises feitas sobre a modernidade são muitas, sempre realçando suas virtudes e mazelas, como os trabalhos do francês Alain Touraine (*Crítica da Modernidade*), do sociólogo inglês Anthony Giddens (*As Consequências da Modernidade*), dentre outros pensadores. Touraine (1998) identifica a modernidade com a “difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica, administrativa”, caracterizando-se pelo “desenvolvimento produzido pelo progresso técnico” e definida como a tentativa de libertar o homem de todo pensamento dualista (Deus, alma, lei divina).

Giddens (1991), por sua vez, acredita que a modernidade refere-se aos modos de vida e organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e adquiriram influência mundial. Devido à pressão do tempo, intensidade de trabalho e às novas tecnologias, este sociólogo considera que estejamos no estágio mais radical da modernidade, vista como um modo de vida totalmente diferente dos anteriores. Giddens (1991) acredita que a modernidade seja marcada pela *descontinuidade* da ordem tradicional e não necessariamente por uma ruptura, o que provoca mudanças estruturais na ordem social. Tal mudança é rápida, exige flexibilidade e surge no campo da ação política.

A sociedade moderna é uma sociedade que se torna complexa, cujo funcionamento é regido pela burocracia racional e cuja característica, segundo o sociólogo Max Weber (2007), é acreditar-se racional. Para muitos pensadores, o advento da sociedade moderna seria a transformação de um mundo social mais simples para outro mais complexo e diversificado. Weber fala da mudança de uma sociedade tradicional para outra burocrática, de uma sociedade marcada pela cisão das esferas de atividade que antes eram integradas. Ou seja, na divisão social do trabalho, o econômico, o religioso, o político e o científico são esferas separadas, sendo que a esfera econômica assume uma posição de hegemonia (HERCULANO, 2006).

Em sua pesquisa referente às teorias da sociedade moderna, Herculano (2006) enfoca os grandes clássicos destacando o olhar de cada: para Durkeim, por exemplo, o predomínio das funções econômicas provocava a ausência de uma moral coletiva; já Karl Marx dizia que o trabalhador, oprimido pela burguesia, precisava libertar-se da lógica do capital através da luta de classes, pois a alienação de um homem tido como livre submete-o a novas formas de exploração: o modo de produção feudal foi substituído pelo modo de produção capitalista, mas o homem continuava explorado. Weber, por sua vez, ressalta que o capitalismo racional

cede lugar a uma luta de todos contra todos. No entanto, ambos viam aspectos positivos e inovadores na sociedade moderna.

Para Durkeim, esta sociedade torna-se mais livre e mais desenvolvida com a criação do indivíduo e do Estado; a sociedade segmentar passa agora a ser organizada. Para Marx, a capacidade inventiva e inovadora da burguesia revoluciona os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção e as sociais; da separação entre o político e o privado vem o estado moderno – que caracteriza a sociedade moderna. Já Weber aponta como aspecto inovador o surgimento de uma racionalidade burocrática potencialmente essencial para o funcionamento da democracia igualitária. A própria democracia de massa acaba tornando-se um sintoma da irracionalidade e a burocracia transforma-se, em seu seio, em um arremedo (HERCULANO, 2006).

A Modernidade, para além de uma etapa da História, pela qual se caracteriza por um complexo de transformações econômicas (industrialização, expansão dos mercados, Capitalismo e Socialismo); transformações políticas (constituição das nações, do Estado constitucional, da democracia liberal, da cidadania, do surgimento da burguesia e do proletariado enquanto novos agentes políticos); transformações culturais (emergência do indivíduo, do ideário do individualismo, do progresso, evolução e desenvolvimento, mudanças tecnológicas, etc.); transformações espaciais (fronteiras nacionais, urbanização, centralização e concentração), a Modernidade é vista como um projeto civilizatório cujos princípios norteadores são os conceitos de universalidade (extensiva a todos os seres humanos, para além das barreiras nacionais, étnicas ou culturais), individualidade (respeito à pessoa concreta em seu valor individual) e autonomia (a capacidade destes seres humanos individualizados pensarem e agirem por si mesmos, sem tutela religiosa ou ideológica). (HERCULANO, 2006, p. 9-10)

Para o filósofo italiano Gianni Vattimo (1996), a modernidade caracteriza-se, de fato, por ser dominada pela ideia da história do pensamento como uma 'iluminação' progressiva, que se desenvolve com base na apropriação e na reapropriação cada vez mais plena dos 'fundamentos', que frequentemente são pensados também como as 'origens', de modo que as revoluções teóricas e práticas da história ocidental se apresentam e se legitimam na maioria das vezes como 'recuperações', renascimentos, retornos.

Pode-se dizer que é a partir da noção de "superação" que a modernidade legitima este desenvolvimento, esta iluminação progressiva do pensamento, que se reapropria e re-significa o seu próprio fundamento e origem. Assim, enquanto projeto social civilizatório, é no Iluminismo que a modernidade tem suas matrizes e sua defesa da Razão como libertadora, emancipatória. O então *projeto da modernidade* – assim denominado pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (1989) - equivaleria a um esforço intelectual dos pensadores iluministas “para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas”. (HARVEY, 1992, p. 23)

A aplicação ampla da racionalidade na organização social prometia a segurança de uma sociedade estável, democrática, igualitária (incluindo o fim de estados teocráticos, de perseguições sociais produzidas pela superstição, de abusos de poder por parte dos governantes, etc. A possibilidade de domínio científico representava o aceno de uma ambicionada segurança, que nos afastaria dos infortúnios ligados a imprevisibilidade do mundo natural (desde condições climáticas e de relevo, a doenças físicas e mentais): a natureza deveria submeter-se ao poder da Razão humana. (CHEVITARESE, 2001)

A hipervalorização do conhecimento objetivo e científico teve um valor bastante elevado; o investimento cultural na racionalidade universal e na ciência impôs uma restrição da liberdade individual por conta da objetividade da razão. Mais tarde, as expectativas quanto aos frutos da ciência foram frustradas por eventos trágicos e marcantes, como as duas guerras mundiais, a guerra fria, dentre outros. O progresso advindo da ciência, a indústria, o avanço tecnológico, a invenção de armas de guerra de grande poder destrutivo, a relação também destrutiva do homem com a natureza, entre outros fatores, trouxeram a sensação de caos, incerteza e decepção, ou seja, trouxeram o que Weber (2006) chama de “desencantamento do mundo.

Esse desencanto é acompanhado da crise de conceitos fundamentais ao pensamento moderno, tais como “Verdade”, “Razão”, “Legitimidade”, “Universalidade”, “Sujeito” e “Progresso”, entre outros. A crise na modernidade levaria, segundo alguns estudiosos, ao seu próprio descaminho, ou ao cenário que Rouanet¹⁰ (1993 apud HERCULANO, 2006) resumiu como uma “razão enlouquecida” - uma vez que o mundo em que vivemos, segundo ele, caminha em direção à barbárie, com guerras, racismo, xenofobia, crise ecológica, hiper e anti individualismo, totalitarismo, torturas e crimes de toda espécie. Seria a irracionalidade dos tempos atuais, a negação dos ideais iluministas, ou como diria Giddens (1991), a “modernidade tardia” ou “modernidade reflexiva” como prefere chamar a pós-modernidade, ou seja, a cultura que se vive atualmente.

1.2 A TRANSIÇÃO E O ‘FIM’ DA HISTÓRIA: A PÓS-MODERNIDADE

Muitos pesquisadores apontam os anos 60 como o início da pós-modernidade. No final da década de 1970, o debate sobre o tema fica mais acirrado, especialmente por causa da

¹⁰ Sérgio Paulo Rouanet faz uma reflexão sobre o que ele chama de ‘razão enlouquecida’ no artigo intitulado Iluminismo ou Barbárie, disponível em seu livro *Mal-estar na Modernidade*, lançado em 1993 pela editora Companhia das Letras (SP).

crise cultural que já vinha com a guerra fria. Com isso, a pós-modernidade começa a se caracterizar no debate em torno da cultura (arquitetura, pintura, romance, cinema, música e outros enfoques), estendendo-se aos campos da filosofia, economia, política, família ou mesmo da intimidade, tornando ainda mais nítido o sentido de campos sociais, ressaltando-se a fragmentação como característica dessa nova era – marcada por crises e transformações em diversos setores. Amparando-se em Krishan Kumar¹¹ (1997), Fridman (1999) cita alguns exemplos:

Crise ecológica, impasse histórico do socialismo, informatização, ‘tribalismos’, declínio da esfera pública e da política, expansão dos fundamentalismos, novas formas de identidade social ou instantaneidade da comunicação e suas imensas repercussões não são fenômenos explicáveis através do recurso à "totalidade unificadora", o que dá origem a esforços de compreensão que seguem em variadas direções. (FRIDMAN, 1999, p. 358)

Enquanto condição histórica, a sociedade pós-moderna é considerada a fase tardia do capitalismo e diz respeito à economia, à política e à sociedade-cultura que começam a emergir com a crise do taylor-fordismo. Sendo uma condição histórica não se pode negar as contradições – produtivas e não-produtivas – que lhes são inerentes. Portanto, a pós-modernidade é vista como um período impregnado por problemas de todas as ordens, mas também de positivities/possibilidades (SIQUEIRA, 2003). É considerada, ainda, a sociedade pós-moderna como a lógica cultural do capitalismo tardio:

O que "tardio" geralmente transmite é mais um sentido de que as coisas são diferentes, que passamos por uma transformação de vida que é de algum modo decisiva, ainda que incomparável com as mudanças mais antigas da modernização e da industrialização, menos perceptíveis e menos dramáticas porém mais permanentes, precisamente por serem mais abrangentes e difusas. Isso significa que a expressão capitalismo tardio traz embutida também a outra metade, a cultural (JAMESON¹², 1996, p. 24-25 apud FRIDMAN, 1999)

Enquanto teoria social, a pós-modernidade desenvolveu-se nos anos de 1980 na Europa e nos Estados Unidos a partir de novas reflexões sobre as características e significados da modernidade e a chegada da pós-modernidade. A clássica obra *A condição pós-moderna*, de Lyotard, publicada em 1979, representa o marco inicial dos debates sobre a temática e apresenta o problema da legitimação do conhecimento na cultura contemporânea. Ainda nos

¹¹ A obra de Krishan Kumar usada nas reflexões de Fridman sobre as crises pós-modernas é intitulada *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*, editada por Jorge Zahar, em 1997, Rio de Janeiro.

¹² Fridman também consulta o livro *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*, de Fredric JAMESON (São Paulo, Ática, 1996).

anos 80, muitos outros pensadores como Marshall Berman, Alain Touraine, Jürgen Habermas e Frederic Jameson, tentaram entender a era pós-moderna, seja pela ótica marxista (Jameson), pós-socialista (Touraine) ou lamentando a interrupção do projeto moderno iluminista, um “projeto inacabado”, cujos desacertos deveriam servir de lição para a compreensão do mesmo (Habermas).

Enquanto **reação cultural**, Fridman (1999) diz que a pós-modernidade apresenta fortes tendências ao *Irracionalismo* (o fundamentalismo contemporâneo e a sociedade de consumo são exemplos dessa indicação), as quais convivem em um universo cultural de *colonização pela estética* da ciência e da ética. Este autor ressalta que certas concepções se destacam e podem ser tomadas como referência no debate sobre a pós-modernidade, como as caracterizações da sociedade do conhecimento (ou sociedade da informação) e da sociedade da imagem, onde tudo vira espetáculo, onde a mídia tem um papel fundamental na produção de narrativas que criam um universo de ilusão: o “espetáculo” midiático atinge as diversas esferas sociais, produzindo uma “realidade à parte” ou o “hiper-real”, segundo a expressão de Baudrillard (1991) e que veremos mais adiante. Em sua abordagem sobre modernidade e o campo dos media, o catedrático professor português Adriano Rodrigues (1999) fala também sobre o aspecto das diversas expressões que caracterizam os tempos atuais:

Desde que, no final dos anos 60, Daniel Bell utilizou a expressão “sociedade pós-industrial”, várias outras expressões têm sido propostas para designar a nossa época. Cada uma destas designações sublinha um aspecto particular das transformações que têm marcado o nosso tempo e depende, por conseguinte, da perspectiva adoptada por cada autor para as entender. Mas a utilização das designações sociedade pósindustrial, pós-moderna, pós-racional, pósiluminista, tal como a expressão fim da história, proposta por Fukuyama¹³, possuem como lugar comum o facto de serem expressões negativas, de sublinharem o fim ou a perda das características da experiência do passado. A única excepção que eu conheça a esta concepção negativa das designações epocais é a de “sociedade da informação”, que surgiu sobretudo a partir do final dos anos 80. Ao contrário das designações anteriormente evocadas, esta última expressão está associada a uma visão positiva e optimista das mudanças do nosso tempo. (RODRIGUES, 1999, p. 2-3)¹⁴

Uma das teses de Boaventura de Sousa Santos (2005b), apresentada no clássico *Pela Mão de Alice*, sugere que vivemos, hoje, uma situação que se apresenta como de crise ou vazio, mas que é, na verdade, uma situação de transição.

A sua extinção (do paradigma cultural da modernidade) é complexa porque é, em parte, um processo de superação e, em parte, um processo de obsolescência. É superação na medida em que a modernidade cumpriu algumas de suas promessas e, de resto, cumpriu-as em excesso. É obsolescência na medida em que a modernidade está

¹³ Rodrigues refere-se aqui ao escritor Francis Fukuyama e a sua polémica obra: *O Fim da História e o Último Homem*.

¹⁴ Por ser uma citação, transcrevemos o texto original - o qual foi produzido no português lusitano.

irremediavelmente incapacitada de cumprir outras das suas promessas. [...] Como todas as transições são simultaneamente semi-cegas e semi-invisíveis, não é possível nomear adequadamente a presente situação. Por esta razão, tem lhe sido dado o nome inadequado de pós-modernidade. Mas, à falta de melhor, é um nome autêntico na sua inadequação. (SANTOS, 2005b, p. 76-77)

Bauman¹⁵ (1998 apud FRIDMAN, 1999) também não fala em ruptura e considera a “pós-modernidade” como a condição atual da modernidade, reforçando, então, a visão de Boaventura de Sousa Santos descrita acima.

A pós-modernidade é a modernidade que atinge a maioridade, a modernidade olhando-se a distância e não de dentro, fazendo um inventário completo de ganhos e perdas, psicanalizando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam. A pós-modernidade é a modernidade chegando a um acordo com a sua própria impossibilidade, uma modernidade que se automonitora, que conscientemente descarta o que outrora fazia inconscientemente. (BAUMAN, 1998 apud FRIDMAN, 1999)

Giddens (1991), que, além da expressão ‘modernidade reflexiva’, também adota a expressão ‘modernidade tardia’ ou ‘radicalizada’, defende a tese de que não convém chamar este estado da modernidade como pós-modernidade, mas considerá-lo como o resultado de um processo autoelucidativo do pensamento moderno:

A ruptura com as concepções providenciais de história, a dissolução da aceitação de fundamentos, junto com a emergência do pensamento contrafactual orientado para o futuro e o “esvaziamento” do progresso pela mudança contínua, são tão diferentes das perspectivas centrais do Iluminismo que chegam a justificar a concepção de que ocorreram transições de longo alcance. Referir-se a estas, no entanto, como pós-modernidade, é um equívoco que impede uma compreensão mais precisa de sua natureza e implicações. As disjunções que tomaram lugar devem, ao contrário, ser vistas como resultantes da auto-elucidação do pensamento moderno, conforme os remanescentes da tradição e das perspectivas providenciais são descartados. Nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém, estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização. (GIDDENS, 1991, p. 158)

Ao adotar essa linha de pensamento, Giddens (1991) reforça a sua rejeição ao termo ‘pós-modernidade’ e recorda a seguinte definição de um dicionário de cultura moderna: “Pós-modernismo: esta palavra não tem sentido. Use-a frequentemente”. Fridman (1999) chama a atenção para o fato de que não se vai muito longe com a desqualificação do conceito, mas acredita que a ideia de pós-modernidade presta-se a piruetas intelectuais inócuas ou ainda a fecundas interpretações isoladas, o que não garante uma apreensão mais profunda da origem das discussões nem o esclarecimento adequado do que está em jogo.

¹⁵As reflexões de Zygmunt Bauman podem ser conferidas em seu livro *O mal-estar da pós-modernidade*, editado pela Jorge Zahar em 1998, Rio de Janeiro.

No ensaio intitulado *Modernidade e Pós-modernidade: em direção à uma compreensão paradigmática*, pesquisadores da Universidade de Brasília¹⁶ sugerem que o pós-moderno caracteriza-se por trazer uma dissolução na categoria do novo e não por se tratar de uma novidade em si ou uma experiência de "fim da história" - onde a noção de um processo histórico unitário se dissolve e onde a história dos eventos, a história dos vencedores, se torna apenas uma "estória" entre outras. O nivelamento da experiência no plano da simultaneidade e da contemporaneidade produziria uma des-historicização da experiência.

Este contexto tem se desenvolvido à medida que 'o progresso se tornou uma rotina' (VÁTTIMO, 1996). Ainda naquele ensaio, diz-se que, quanto mais aumentam as possibilidades do homem de dispor tecnicamente da natureza, de alcançar novos resultados, menos "novos" se tornam estes resultados, configurando-se, assim, em um processo de exaustão: onde a novidade é cada vez menos nova, menos revolucionária, permitindo apenas que as coisas prossigam do mesmo modo. Enquanto o modernismo e suas vanguardas exprimiam a ambiguidade da exaltação da novidade permanente e do desconforto com relação ao mundo das mercadorias, o pós-modernismo revela uma nova dinâmica da sociedade:

Sustento, portanto, que vivemos em uma cultura pós-moderna. A pós-modernidade não abandona os imperativos de racionalidade crítica, ao contrário, leva a crítica às mais profundas conseqüências, questionando os conceitos e pressupostos da modernidade. E há boas "razões" para isso, que se revelam pela própria crise *na* cultura moderna. As "razões" da pós-modernidade são "razões" para que se reavaliem os "desacertos do projeto", para que sejam revistas as noções mais fundamentais da modernidade, incluindo o próprio conceito de "Razão". (FRIDMAN, 1999, p. 13)

Esse momento da "modernidade avançada" é caracterizado por uma dinâmica específica produzida pela flexibilidade, pessoal ou institucional, segundo Giddens (1991). Nesse estágio da Modernidade, os indivíduos utilizam informações, com frequência, para lidar com o seu cotidiano. A reflexividade seria a cognoscitividade dos atores sociais e uma postura ativa com relação às condições de existência. "Desse ponto de vista, a linguagem é um fator fundamental na constituição das atividades concretas da vida e base do exame e reforma das práticas sociais por força da informação renovada". (FRIDMAN, 1999, p. 13)

Assim, a sociedade da informação é vista pela disseminação do conhecimento a todos os planos da vida social. Informação e conhecimento sempre foram cruciais no crescimento econômico e a evolução tecnológica determina, em grande parte, a capacidade produtiva da

¹⁶ Esse ensaio pode ser consultado na seção "Hipertexto – o universo em expansão", integrante do sítio eletrônico da Faculdade de Comunicação da UNB e disponibilizada no seguinte endereço virtual: <<http://vsites.unb.br/fac/ncint/site/parte13.htm>>.

sociedade e seus padrões de vida. Tudo é movido por “uma rede global de interação que gera concorrência e consumo” (CASTELLS, 1999, p. 88). Um consumo estimulado, principalmente, através da imagem, numa sociedade onde tudo vira espetáculo.

1.3 SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: INFORMAÇÃO, IMAGEM E MÍDIA

Marcada pela Revolução da Tecnologia da Informação e pela evolução do capitalismo (informacional), a década de 1970 adotou o uso de tecnologias e o aumento da produtividade como estratégias para reagir ao declínio da lucratividade e renovar o capitalismo. Assim, no final do século XX, surge uma nova economia, chamada por Castells (1999) de economia informacional.

Baseada na Revolução Tecnológica, essa nova economia apresenta características diferenciadas e interligadas, sendo informacional e global ao mesmo tempo. Fridman (1999) explica essa dualidade, dizendo que ela é informacional porque sua produtividade e competitividade dependem de informações baseadas em conhecimento e, ao mesmo tempo, é global porque suas atividades produtivas, consumo, circulação e componentes estão organizados mediante uma ampla rede e conexões entre agentes econômicos em escala global.

Desta forma, esse novo paradigma tecnológico organizado em torno das novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo - e essa nova realidade vem provocando profundas mudanças na sociedade. Na cultura dominada por imagens, o avanço tecnológico e a rápida disseminação da informação são fundamentais. A mídia passa a ter um papel fundamental na produção de discursos e na criação de ilusões, produzindo grandes ‘espetáculos midiáticos’ – caracterizando a sociedade da imagem.

As primeiras formulações do conceito de sociedade da imagem remontam à década de 1960 e foram apresentadas pelo filósofo, militante político e cineasta francês Guy Debord, que sempre se orgulhou de nunca ter sido desmentido em suas teses. Para ele, a imagem é a forma final da derradeira realização do capital, fundamento da sociedade da imagem ou do espetáculo. Debord (1997) dizia que o poder dos meios de comunicação de massa e dos profissionais do espetáculo invadiu todas as fronteiras e conquistaram todos os domínios – da arte à economia, da vida cotidiana à política.

No Congresso Nacional, por exemplo, esse espetáculo, diversas vezes, é reproduzido (e provocado) na tribuna, quando um parlamentar inflama o seu discurso apresentando a notícia que motivou o seu pronunciamento. É muito comum encontrar parlamentares mostrando recortes de jornal, revista ou mesmo matérias de televisão gravadas em DVD para reforçar os seus discursos e imprimir-lhes importância - conseguindo, com isso, mais adeptos na votação de suas proposições. É cena corriqueira, inclusive, esses atores anexarem os recortes junto aos requerimentos que protocolam nas suas devidas comissões, conforme se percebeu na análise desenvolvida nesta pesquisa e que se apresenta mais adiante.

Ainda sobre o conceito de sociedade da imagem, é interessante dizer que após Debord sistematizar a teoria do espetáculo com o lançamento do livro *A Sociedade do Espetáculo* em 1967, o também francês Baudrillard vem como o teórico da ideia de 'simulacro'. Este filósofo e sociólogo defendia a tese de que a "produção da realidade", a partir de narrativas midiáticas, criava um mundo de "simulacro" que dispensava a experiência vivida.

Através de suas obras, especialmente “Simulacros e Simulação” e “A Sociedade de Consumo”, Baudrillard reduz o indivíduo à condição de consumidor como consequência da automatização do sistema de produção, sugerindo que a publicidade seria a arte oficial do capitalismo e a televisão o ponto de origem do que chamava de ‘mundo simulacional’. Para Baudrillard (1991), esse mundo de estetização é composto por uma produção exagerada de imagens, signos e mensagens, com sofisticadas técnicas para produzir ilusões, a exemplo do mundo virtual. Sua famosa frase “já não consumimos coisas, mas somente signos” reforça a sua visão de que a característica de nossa sociedade-cultura é, antes de tudo, a de ser uma sociedade-cultura de consumo. Assim, tudo torna-se simulacro.

O difícil conceito de simulacro tendo por base o “*quarto estágio (o terminal) do signo*”, nunca esteve relacionado com uma oposição entre simulação e realidade, entre o real e o signo, em outras palavras, nunca quis dizer irrealidade. Os simulacros são experiências, formas, códigos, digitalidades e objetos sem referência que se apresentam mais reais do que a própria realidade, ou seja, são “*hiper-reais*”. (SIQUEIRA, 2004)

Na teoria de Baudrillard, os meios de comunicação seriam a força constitutiva por excelência do jogo de simulacros. A sociedade da imagem e a indispensável onipresença da mídia é o ambiente em que se processa uma nova expansão do capitalismo. Portanto, para Jameson (1996, apud FRIDMAN, 1999), capitalismo seria sinônimo de pós-modernismo e "capitalismo da mídia" seria a transformação de objetos de todo tipo em mercadorias (sejam

estrelas de cinema, automóveis, sentimentos ou experiência política) e enseja vidas dedicadas ao consumo e desejos suscitados e inculcados pelos meios de comunicação de massa.

A estetização da realidade promove a colonização do inconsciente e da natureza pelo mercado, processo indissociado do pós-modernismo. As linguagens midiáticas alteraram decisivamente o atual modo de vida. Através de meios como a televisão, os computadores, a publicidade e outros, a cultura baseada na imagem suplantou a cultura literária anteriormente predominante. O que se vê é a "estetização da realidade" (expressão de Walter Benjamin) em que a arte se mistura indissolúvelmente à compra e venda de produtos através da criação de narrativas que favorecem investimentos imaginários e libidinais dos consumidores em torno das mercadorias. (FRIDMAN, 1999).

O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem [...] Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a *fazer ver* (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana [...] É o contrário do diálogo. Sempre que haja *representação* independente, o espetáculo se reconstitui. (DEBORD, 1997, p. 25,18).

Segundo Siqueira (2004), no simulacro da política o que se pratica é política eleitoral de curto prazo, estratégica e que “dessa forma a política não passa de intrigas, conspirações, tráfico de influência, lutas surdas ou abertas para se apropriar do poder, perdendo o seu forte sentido de questionamento do instituído, de prática reflexiva”. Assim, Siqueira conclui que o simulacro de política é política sem qualidade, que deixa o que é importante sem resposta.

Na luta pelo poder, ouvimos os discursos esvaziados de sentido, mas que no processo da simulação, continuam cada vez mais encenando uma produção de sentido. Discursos que, baseando-se em uma suposta ignorância dos indivíduos, prometem resoluções rápidas para problemas complexos. (SIQUEIRA, 2004)

Devido ao excesso de simulacro existente na política que se faz no Congresso Nacional brasileiro, é possível que dezenas de projetos e outras proposições sejam consideradas incoerentes, inadequados e/ou inviáveis, culminando em arquivamento após passarem anos tramitando nas mais diversas comissões parlamentares. Muitas proposições são movidas por determinado espetáculo midiático, que depois de substituído por um novo, acaba sendo esquecido pelo público em geral e, conseqüentemente, levando muitas proposições ao esquecimento também (daí ficarem anos e anos sem nenhuma ação durante o trâmite). Quando o assunto volta à tona através da mídia, muitas proposições são reapresentadas, seja pelo autor ou por seus pares que têm conhecimento das mesmas, seja com o antigo registro ou

com um novo. Esse ‘retorno’ da proposição pode acontecer, inclusive, em outra legislatura, quando seu autor já não pertence mais à bancada.

Desta forma, em meio às fragmentações do mundo pós-moderno, não se pode mais compreender a política apenas por sua velha dualidade direita-esquerda. A globalização, as novas tecnologias da comunicação e da informação imprimem um novo cenário político, com novas questões a serem problematizadas. É preciso considerar o predomínio do hiperpluralismo na política e a chamada ‘estetização da realidade’ produzida através da mídia – mais uma manifestação de poder que pode ser percebida nas relações em diversos campos sociais, mas que no campo político ocorre de forma bastante explícita. Por isso, pode-se afirmar que a política está intrinsecamente ligada à Comunicação Política e a interação de ambas com a comunidade dar-se-á de forma direta e imediata, consciente ou inconscientemente. “Em outras palavras, em situações que envolvem a sociedade como um todo, como em um processo eleitoral, ambas as ciências aproximam-se, interagindo-se para alcançar os seus objetivos”. (CUNHA, 1998, p. 10)

1.4 TEORIA DOS CAMPOS SOCIAIS: RELAÇÕES DE FORÇA E DE PODER

O conceito de campo é formulado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu através da sua Teoria Geral dos Campos Sociais, a qual propõe a existência de um espaço social delimitado e ocupado por agentes, instituições e estruturas que compõem determinada atividade.

Tal teoria consiste em um importante instrumento de análise da sociedade e foi escolhida para esta pesquisa por permitir compreender o funcionamento de um campo e as relações que lhe estruturam e identificar seus agentes e as posições que estes ocupam. Essa teoria favorece, ainda, a utilização de conceitos teóricos de fundamental importância para este trabalho, como o próprio conceito de *campo* e os conceitos de *poder simbólico* e *habitus*, entre outros.

Desenvolvido com maestria por Bourdieu (2006), o conceito de campo provoca uma discussão sociológica focalizada em desvendar os mecanismos de reprodução social que legitimam as diversas formas de dominação existentes nas relações sociais. Compreender a racionalidade existente em um campo facilita conhecer o funcionamento de suas estruturas e as possibilidades de ação envolvidas em seus processos, ou seja, em suas relações.

Um campo social não funciona em permanência e nem em toda parte com o mesmo ritmo e intensidade, nem se orienta totalmente ao acaso. Funciona, sim, relacionalmente. O campo relacional compreende as relações de poder, de forças, as alianças (consenso), os conflitos, as pressões e ações. O campo é considerado, então, um lugar de lutas que se dão em torno de estruturas objetivas; pode ser considerado um sistema de relações conflitantes ou cooperadas, entre posições diferenciadas. Por isso, diz-se que é um lugar onde as suas instituições e os seus agentes, seus discursos e atos adquirem sentido relacional (BOURDIEU, 2004). Assim, a teoria dos campos sociais define campo como um *lugar de relações* ou mais especificamente um lugar de relações de forças.

Essas relações de forças implicam em tendências imanentes e probabilidades objetivas. Assim, quem nasce em um determinado campo tem a vantagem social de ter o “domínio das leis imanentes do campo, leis não escritas, mas inscritas na realidade em estado de tendência” (BOURDIEU, 2004, p. 27), ou seja, tem a vantagem de conhecer o sentido do jogo. Sob essa perspectiva, o campo seria o universo no qual estão inseridos agentes e instituições que produzem, reproduzem e difundem a natureza do próprio campo, obedecendo a leis específicas, sendo, portanto, um espaço autônomo. Tais relações de poder são determinadas por interesses específicos e através delas buscam-se as coisas materiais e simbólicas que estão em jogo (BOURDIEU, 1990). “A diferença maior entre um campo e um jogo é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias em jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 29).

É no interior desse campo que são travadas as lutas, disputas e concorrências que se dão em função do papel ou posição espelhada pelo capital social, econômico ou cultural de cada indivíduo. “Todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Por isso, complementa este sociólogo, em todos os campos há oposição, antagonismos entre as interpretações internas e externas.

Portanto, qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta, um lugar de luta – seja em sua representação ou em sua realidade propriamente dita. Para ele, o campo constrói representações da realidade feitas para a sociedade, a qual entende que os atores do campo têm propriedade e autoridade para abordar determinados temas, gerando tais representações. Isso demonstra a importância de verificar-se como cada campo está sendo produzido e como se dão as suas disputas, a fim de identificar quais as representações geradas por cada um desses campos.

Em um estudo sobre a obra de Bourdieu, Martins (2004) sugere que campo seja um espaço social onde seus participantes se engajam em relações recíprocas no transcurso de suas atividades. Para ele, campos muito diferentes entre si (como o da política, o da religião, etc.) apresentam propriedades comuns, permitindo que se possa falar em leis características deles. Também estudioso da obra de Bourdieu, Luis Felipe Miguel (2002) chama a atenção para o fato de que todo campo define-se pela imposição de critérios próprios de avaliação da realidade, em especial pela fixação de objetivos que se apresentam como "naturais" para aqueles que deles participam - no caso do campo político, a busca pelo poder.

Para definir de maneira sucinta e provisória, um campo é um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem "naturalmente" aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira "natural", em suas práticas - o que Bourdieu chama de *habitus*. (MIGUEL, 2002, p. 3)

Portanto, aquela ideia de que o campo seria "um universo obedecendo as suas próprias leis" sintetiza a autonomia (almejada por todos os campos) e o fechamento dele sobre si mesmo – uma característica comum a todos os campos. Bourdieu (2004) explica que uma das diferenças relativamente simples entre os campos científicos (o que se chama de disciplina) está em seu grau de autonomia – caracterizada pela resistência às pressões e imposições externas, as quais só exercem-se por meio do campo e mediatizadas pela lógica deste. Para este sociólogo (2004, p. 22) “o grau de autonomia de um campo tem por indicador principal o seu poder de refração, de retradução”. Quanto maior for a autonomia de um campo, “maior será o seu poder de refração e mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente, de se tornarem irreconhecíveis” (BOURDIEU, 2004, p. 22).

1.4.1 Funções, Legitimidade, Natureza: o Campo Social

Rodrigues (1999) explica que um campo social desempenha dois tipos de funções dentro do seu domínio específico de competência: funções expressivas ou discursivas e funções pragmáticas ou técnicas. As funções expressivas ou discursivas consistem no exercício da competência legítima por parte de um campo social para enunciar os princípios, os valores e as regras que têm curso dentro do domínio da experiência sobre o qual tem competência. Já as funções pragmáticas ou técnicas consistem no exercício da competência

legítima por parte de um campo social para intervir, com eficácia, com vista à criação, à inculcação, à manutenção, ao sancionamento e ao restabelecimento da sua ordem de valores.

É bom lembrar que as funções pragmáticas de um campo social são consideradas, por conseguinte, de natureza pedagógica e terapêutica. As funções de natureza pedagógica têm a ver com a inculcação da sua legitimidade ao conjunto da sociedade, ao passo que as funções terapêuticas têm a ver com a intervenção destinada ao restabelecimento da sua ordem de valores própria. (RODRIGUES, 1999, p. 21).

Quanto à legitimidade dos campos sociais, uma das características fundamentais de um campo social é o fato de deter uma legitimidade exclusiva, tanto para enunciar as regras que devem ser observadas por todos, como para fazer uma intervenção no domínio da experiência sobre o qual detém competência. Rodrigues (1999) chama a atenção para o fato de ser importante fazer a distinção entre duas modalidades de legitimidade de um campo social: a própria e a vicária. Por legitimidade própria, explica este pesquisador, entende-se a que um campo social possui dentro do seu domínio próprio da experiência, ao passo que a legitimidade vicária é aquela que um campo social possui num domínio da experiência que não lhe é próprio, por delegação de outro campo social – o que pode causar tensão e conflitos.

O campo tem seus agentes, os quais criam o espaço que só existe pelos próprios agentes e pelas relações objetivas entre estes. Essas relações objetivas seriam constitutivas da estrutura do campo em questão, a qual é determinada pela distribuição do capital num dado momento.

Em outras palavras, os agentes caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto ao seu peso relativo seja mais frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma imposição direta que se exerceria na interação - ordem, 'influência, etc. (BORDIEU, 2004, p. 24)

Bourdieu também explica que os agentes sociais têm disposições adquiridas - o que ele chama de *habitus*, ou seja, maneiras de ser permanentes, capazes de levar os agentes a resistir e/ou opor-se às forças do campo. Com isso, ao contrário de submeter suas disposições às estruturas, tentam alterar tais estruturas de acordo com as suas disposições.

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura, seja para a sua transformação. (BOURDIEU, 2004, p. 29)

As ações são estratégias que se dão sempre relacionalmente, uma vez que pretende provocar resultados em outros atores. A estrutura dessas relações determina o que os agentes podem e/ou não podem fazer e consiste nos princípios do campo. É a posição que os agentes ocupam nessa estrutura que “determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Citando o campo científico como exemplo, este autor esclarece que a posição que os agentes ocupam indica “de onde eles falam” e é a partir dessa posição que eles fazem os fatos ou o próprio campo em questão.

Ressalte-se que é muito difícil ‘manipular’ um campo. “As oportunidades que um agente singular tem de submeter as forças do campo ao seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital de crédito científico ou, mais precisamente, à sua posição na estrutura da distribuição do capital” (BOURDIEU, 2004, p. 25) entre os diferentes agentes desse campo. Assim, cada campo seria o lugar de constituição de uma forma específica de *capital*.

Em relação à natureza dos campos sociais, Rodrigues (1999) diz que a especificidade de um campo social consiste na averiguação do domínio da experiência sobre o qual é competente e sobre o qual exerce uma competência legítima.

Por campo social entendo uma instituição dotada de legitimidade indiscutível, publicamente reconhecida e respeitada pelo conjunto da sociedade, para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer uma hierarquia de valores, assim como um conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, num determinado domínio específico da experiência. (RODRIGUES, 1999, p. 20)

Quanto à regularidade e aos regimes de funcionamento dos campos sociais, Rodrigues (1999) chama a atenção para o fato de que um campo social apresenta regimes diferenciados de funcionamento, classificados como ‘acelerados’ e ‘lentos’. Quando mobiliza o conjunto dos domínios da experiência em torno das suas regras próprias, sobrepondo-se ao funcionamento dos outros campos sociais, diz-se que o regime de funcionamento é acelerado. Assim, por exemplo, por ocasião das revoluções, o campo político apresenta um regime acelerado de funcionamento, mobilizando os demais campos.

Quanto ao funcionamento lento de um campo, diz-se do regime que vigora em período normal, durante o qual se estabelece um relativo equilíbrio entre a mobilização de um campo com a mobilização dos campos restantes. Rodrigues (1999) ressalta que o equilíbrio dos regimes de funcionamento dos campos sociais é, no entanto, sempre relativo e instável.

Devido à natureza autônoma de cada um dos campos, cada um tende a sobrepor a sua lógica e os valores que entende regular à lógica e aos valores dos outros campos, a acelerar o

seu próprio regime de funcionamento – especialmente pela ocorrência de fenômenos exógenos que tornam vulneráveis sua própria ordem de valores.

1.4.2 Capital e Habitus: a espinha dorsal da teoria de Bourdieu

Para favorecer a compreensão do mundo social, a Teoria dos Campos Sociais ampara-se também nos conceitos de *habitus* e de *capital*. Ao lado de poder simbólico (visto mais adiante), ambos os conceitos constituem-se a espinha dorsal desta teoria. Na obra de Bourdieu, o conceito de *capital* discute a quantidade de acúmulo de forças dos agentes em suas posições no campo, distinguindo quatro principais tipos de capital: o social, o cultural, o econômico e o simbólico. É neste último que se inclui o capital científico e o político, dentre outros.

Portanto, este trabalho detém-se ao capital simbólico, o qual seria aquele que depende do reconhecimento fornecido pelos próprios pares para legitimar-se. Isso ocorre rotineiramente nas comissões do Congresso Nacional quando os parlamentares apresentam seus projetos, requerimentos, ideias e críticas. Todos querem adesão às suas proposições e, para tanto, fazem o seu ‘espetáculo’, adotam diversos recursos – especialmente recursos midiáticos - para tentar corroborar a importância do assunto abordado por eles e garantir legitimidade às suas ações.

Segundo a teoria de Bourdieu (2006), a legitimidade pode afirmar-se formal ou informalmente e é considerada o critério fundamental de um campo social, incidindo sobre todo o processo de institucionalização dos valores que lhe são próprios, desde a sua criação e gestão até à inculcação e sanção. “Por valor devemos aqui entender quaisquer objetivos para a obtenção dos quais os indivíduos e os grupos estão dispostos a renunciar a algo” (RODRIGUES, 1990, p. 145)

A obtenção de reconhecimento, muitas vezes, ocorre através da visibilidade (adquirida especialmente no campo midiático), considerada por Rodrigues (1990, p. 145) como “a característica principal do corpo social”. Para este autor, a visibilidade seria maior ou menor conforme a formalidade da organização do campo, ou seja, quanto mais formal, maior a visibilidade. As formas de visibilidade de um corpo social podem se manifestar materialmente

(fardas, emblemas, máscaras, etc.) ou implicitamente – as quais predominam nos campos modernos.

Mesmo as instituições informais [...] possuem o seu próprio corpo social e asseguram a sua visibilidade através, nomeadamente, de modalizações dos discursos, dos gestos e dos comportamentos. Estas modalizações marcam distintivamente os detentores da legitimidade institucional nos mais diversos domínios da vida coletiva. (RODRIGUES, 1990, p. 146)

Rodrigues (1990) sugere que através da comparação das modalizações dos discursos e dos comportamentos dos atores e agentes sociais seja possível determinar o seu pertencimento a um determinado corpo social e o lugar relativo que ocupam na sua ordem hierárquica – mesmo que este lugar e este pertencimento não sejam claramente manifestados. Este catedrático da Universidade Nova de Lisboa acrescenta que um campo social constitui uma instituição social, uma esfera de legitimidade e define esferas que impõem com autoridade indiscutível atos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de competência – e de acordo com o capital simbólico dos agentes.

Em sua leitura sobre a obra de Bourdieu, Afonso (2004) lembra que as relações no campo, por ser este um espaço de conflitos, estão sempre em movimento. Dentro de um mesmo campo, os capitais podem ser convertidos entre si, ou seja, um agente pode usar um tipo de capital para aumentar o outro – pode-se citar como exemplo o caso de um agente que usa o seu capital econômico para alcançar determinada posição social.

Bourdieu emprestou (também) do marxismo a noção de capital como relação social e a idéia¹⁷ de que a posse do *capital econômico* confere, aos que o possuem, poder sobre os desprovidos. Mas ele estende essa noção a outras formas de riqueza, criando conceitos como o de *capital cultural*, que designa uma relação privilegiada com a cultura erudita e a cultura escolar; de *capital social*, designando a rede de relações sociais que constitui uma das riquezas essenciais dos dominantes; e de *capital simbólico*, formado pelo conjunto de signos e símbolos que permitem situar os agentes no espaço social. (LOYOLA, 2002, p. 66 apud AFONSO, 2004)

Tomando novamente o campo científico como exemplo, Bourdieu (2004) explica que o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico, que consiste no reconhecimento (ou no crédito) de uma competência, dado por seus pares-concorrentes no interior deste campo. Esse capital “proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se

¹⁷ Apesar da retirada do acento agudo na grafia da palavra ‘ideia’ após a Reforma Ortográfica que unificou o registro escrito nos oito países cujo idioma é o português (Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), optamos por manter a fidelidade na redação de todos os textos reproduzidos nesta pesquisa, mantendo a palavra como era escrita na ocasião de sua publicação.

distribuir os lucros nesse jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 27). São essas leis que fazem que seja ou não importante abordar determinado tema.

Já o conceito de *habitus* é compreendido por Bourdieu como o conjunto das disposições inconscientes que estariam presentes em diferentes sujeitos, levando-se em conta – o que é decisivo – que tais disposições seriam o resultado da interiorização de complexas estruturas objetivas presentes numa sociedade.

O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim. (BOURDIEU, 1983, p. 94 apud AFONSO, 2004)¹⁸

Para Rodrigues (1999), é a experiência que produz o que Bourdieu chama de *habitus*: “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas para funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objectivamente adaptadas à sua finalidade” (BOURDIEU, 1980, p. 88 apud RODRIGUES, 1999, p. 3)¹⁹.

Martins (2004), por sua vez, explica que as condições sociais distintas produzem nos sujeitos disposições distintas e, conseqüentemente, *habitus* de classe: grupos identificáveis de subjetividades que, partilhando certas características em comum, se articulam por esta via indireta com as diferenciadas posições objetivas das classes sociais. Seria a percepção de mundo, ou seja, como diz o próprio Bourdieu (2006), *habitus* são as estruturas incorporadas de percepção, ação e comportamento que regem as ações cotidianas.

Loyola (2002 apud AFONSO, 2004) explica que a constante exposição às condições sociais definidas imprime nos indivíduos um conjunto de disposições permanentes e transferíveis, que são a interiorização da realidade externa, das pressões do meio social. Esta autora traduz assim o conceito de *habitus*:

O *habitus* constitui um sistema de esquemas de percepção, de apreciação e de ação, quer dizer, um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo que nos permitem perceber e agir e evoluir com naturalidade num universo social dado. Constitui uma espécie de segunda natureza inconsciente, [...] Enquanto coletivo individualizado pela incorporação do social, ou indivíduo biológico coletivizado pela socialização, o *habitus* não é uma invariante antropológica, mas uma matriz geradora, historicamente constituída, institucionalmente enraizada e socialmente variável. O *habitus* é um operador de racionalidade, mas de uma racionalidade prática, inerente a um sistema histórico de relações sociais; assim, transcende o indivíduo. O *habitus* é

¹⁸ A obra de Pierre Bourdieu citada aqui por Afonso é *Questões de sociologia*, da editora Marco Zero (RJ).

¹⁹ Já Rodrigues adota, dentre outras obras de Bourdieu, o livro *Le Sens Pratique*, da parisiense editora Minuit.

criador, inventivo, mas nos limites de suas estruturas. (LOYOLA, 2002, p. 68-89 apud AFONSO, 2004)

Habitus, portanto, estaria relacionado à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Bourdieu localiza no conceito de *habitus* o primado da razão prática, uma disposição incorporada, quase postural. “O lado ativo do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do reflexo, tinha abandonado” (BOURDIEU, 2006, p. 61). Assim como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* político exige uma preparação especial, isto porque “nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação do que é exigido pela participação no campo político” (BOURDIEU, 2006, p. 169). Para este teórico, o mercado da política é um dos menos livres que existem e sobre o *habitus* político, acrescenta:

É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos [...] ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profissionais, ou a do *debater*, necessária nas relações entre os profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de *iniciação*, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o *domínio prático* da lógica imanente do campo político e a impor uma *submissão* de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo. (BOURDIEU, 2006, p. 169-170)

O conceito de *habitus* leva a identificar quais os mecanismos que influenciam na forma de representar o mundo. Os campos constroem representações da realidade feitas para a sociedade, a qual entende que os agentes do campo têm propriedade e autoridade sobre o tema abordado que gera tais representações.

Aquilo que se defronta no campo são construções sociais concorrentes, *representações* [...], mas representações realistas que se pretendem fundadas numa ‘realidade’ dotada de todos os meios de impor seu veredito mediante o arsenal de métodos, instrumentos e técnicas de experimentação coletivamente acumulados e coletivamente empregados, sob a imposição das disciplinas e das censuras do campo e também pela virtude invisível da orquestração dos *habitus*. (BOURDIEU, 2004, p. 33-34)

Por isso, como já foi dito anteriormente, é importante verificar como se dão as disputas em cada campo, a fim de identificar quais as representações geradas por cada um. Bourdieu (2004) explica, ainda, que o campo político exerce um efeito de censura porque limita o universo do discurso político e, conseqüentemente, o universo daquilo que é ou não pensável e/ou dizível politicamente – isso aconteceu com o presidente Lula no início de seu primeiro mandato no Brasil, quando foi amplamente criticado pela mídia devido aos seus discursos improvisados.

A fronteira entre tais universos, segundo a teoria de Bourdieu, estaria na relação entre os interesses que exprime a classe política e a capacidade de expressão de seus membros – assegurada, na maioria das vezes, pela posição que estes agentes políticos ocupam nas relações no campo. Como bem observa Afonso (2004): pelas concorrências que ocorrem dentro de um campo social, em um dado momento, formam-se novos *habitus* sociais - identificados e incorporados pelos seus agentes, delineando novas representações na estrutura social.

1.4.3 Relações de Poder e o Poder Simbólico

O poder político é uma das formas mais expressivas de poder. Do latim *potere*, a palavra *poder* significa o ato de deliberar, mandar e agir sobre algo e/ou alguém; seria a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, a posse do domínio, da influência ou da força. Rompendo com as concepções clássicas deste termo, o filósofo Foucault (1979) diz que o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, não devendo ser considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano, mas sim como um exercício relacional, uma relação de forças.

Foucault (1979) explica que, sendo uma relação, o poder não estaria em nenhum lugar específico, mas em todas as partes dela. Portanto, para este autor, não existe o poder propriamente dito, mas práticas ou relações de poder: é luta, relação de força, situação estratégica, afrontamento.

A visão de estratégia é fundamental para entender o poder, pois se exercita através dos discursos de diferentes dispositivos disponíveis para impor esse poder. Em *A Ordem do Discurso* onde são abordados os perigos dos discursos, Foucault (1996, p. 8-9) trabalha a hipótese de que a produção do discurso, na sociedade, é, ao mesmo tempo, “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada, temível materialidade”.

Dentre outros procedimentos de controle e de delimitação do discurso, esse filósofo ressalta os sistemas de exclusão, que se exercem, de certa forma, a partir do exterior e “dizem respeito sem dúvida à parte do discurso em que estão implicados o poder e o desejo”

(FOUCAULT, 1971, p. 10). No universo da política, o discurso tem força explícita e funciona como uma estratégia onde ‘dizer é fazer’, ou seja:

[...] fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social, as palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, desse modo, uma ordem social”. (BOURDIEU, 2006, p. 185-186)

A voz do político seria a voz que tem reconhecimento, legitimidade e representa um grupo. Portanto, o campo político é o lugar de concorrência pelo poder através da concorrência, como diz Bourdieu, pelos profanos, “ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (BOURDIEU, 2006, p. 185). O campo político é essencialmente o campo do poder, o campo de lutas e da representação legítima dessas lutas, sendo, portanto, um campo relacional, onde todos desempenham um papel. Bourdieu (2006) esclarece que a sociedade, segundo a 'decisão interativa' (Teoria do Jogo²⁰), é o grande campo de negociação, o palco onde são montadas as estratégias do jogo, o espaço para o jogo de classes, de relações.

Bourdieu (2006) chama a atenção para o fato de que, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, é preciso saber descobrir onde ele é menos visível e também mais ignorado. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2006, p.7-8). Para este sociólogo, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (em particular do mundo social) supõe uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número e da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.

Dessa forma, o poder simbólico é o poder que permite impor significados no mundo, manter ou subverter a ordem e é reconhecido pelo público através da crença na legitimidade das palavras de quem as pronuncia. É uma forma transformada, ou seja, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2006, p.14)

²⁰ Os autores desta teoria são Robert J. Aumann e Thomas C. Schelling, vencedores do prêmio Nobel de Economia 2005.

O poder simbólico é considerado, ainda, um poder de construção da realidade, que tende a estabelecer um sentido imediato do mundo. Como diz esse sociólogo, é como se fosse um poder ‘quase mágico’, uma vez que consegue alcançar aquilo que é obtido pela força (física ou econômica) sem que aquele que lhe está sujeito esteja consciente dessa dominação, ou seja, a sua violência (simbólica) é ignorada. Assim, o poder simbólico está sempre presente na luta entre dominados e dominantes, a qual ocorre através dos conflitos simbólicos da vida cotidiana.

Para Bourdieu (2006), o poder simbólico se define em uma relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, ou seja, na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença, é um crédito que aquele que lhe está sujeito dá a quem o exerce. Nesta relação, explica este teórico, o que está em jogo é o monopólio da violência simbólica, ou seja, o poder de impor instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários, embora sejam ignorados como tais. Desta forma, o poder simbólico, conforme explicado anteriormente, está na relação de determinação entre quem exerce o poder e quem lhe está subordinado - e não nos sistemas simbólicos propriamente ditos.

1.5 POLÍTICA, MÍDIA E PODER: A DISPUTA ENTRE OS CAMPOS SOCIAIS

Derivado do grego *Politeía*, na Antiguidade o termo política indicava diversos procedimentos relativos à *pólis* ou Cidade-Estado e, conseqüentemente, tinha distintos significados, como Estado, sociedade, comunidade, coletividade e outros referentes à vida em grupo, especialmente no âmbito urbano. Para o filósofo Aristóteles (384-322 aC), a política era o desdobramento natural da ética e deveria estudar a *pólis*, suas estruturas, instituições, constituição e conduta. Deveria, ainda, estar voltada para a felicidade coletiva da *pólis* e, ao mesmo tempo, para a felicidade individual do homem. Sob esse aspecto, política e ética compõem a unidade do que Aristóteles chamava de filosofia prática.

O objetivo de Aristóteles com sua *Política* é justamente investigar as formas de governo e as instituições capazes de assegurar uma vida feliz para todos os cidadãos. Assim, a política estaria situada no âmbito das ciências práticas, ou seja, das ciências que buscam o conhecimento como meio para ação. Para este filósofo, seria a ciência “maior” ou a mais importante do seu tempo.

No século XVI, o italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527) define política como a “arte de governar”, ou seja, a arte de conquistar, manter e exercer o poder, o governo. Para ele, política seria a técnica que permite ao dirigente ou governante alcançar os fins - independentemente dos meios. Sua clássica obra *O Príncipe* retrata a proposta de aconselhar seu príncipe ou governante a escutar o povo e atendê-lo em suas necessidades, como também a despir-se de preocupações morais ou éticas para alcançar os seus fins – por isso a sua proposta fora chamada de cínica e oportunista. Com a sua obra, Maquiavel introduziu e reforçou a importância do Estado para criar um governo eficaz. Sua finalidade era construir um governo que fosse capaz de unificar e secularizar a Itália.

No século XVIII, a geografia dos Estados ou a geopolítica torna-se um elemento importante na análise política de Montesquieu (1689-1755). Este iluminista francês introduziu o método comparativo de base geográfica, distinguiu república, monarquia e despotismo e difundiu ideias políticas que têm por base a *ação humana* – a qual surgiria como alternativa às ideias de Aristóteles.

Na Era Industrial, século XIX, Karl Marx (1818-1883), introduz uma nova perspectiva de abordagem dos fenômenos políticos e de poder, fazendo uma análise do ponto de vista econômico e social. Para ele, o fenômeno político seria uma consequência das relações de produção e o regime político seria o reflexo da organização das forças produtivas. Contemporâneo a Marx, o também alemão Max Weber distingue no conceito de política duas acepções: uma geral (qualquer tipo de liderança independente em ação) e outra restrita (a liderança de um tipo de associação específica, a liderança do Estado).

No sentido mais amplo, Weber (2006, p. 59) diz que a política abrange toda espécie de atividade diretiva autônoma, citando como exemplos a política de divisas, a política sindical, a política escolar e até a política de uma esposa hábil, que tenta “governar” o seu marido. Na mesma palestra²¹ em que cita estes exemplos, este alemão faz questão de restringir o conceito de política à direção do agrupamento político denominado “Estado” ou a influência que se exerce nesse sentido. Citando Trotsky, o palestrante diz que ‘todo Estado se fundamenta na força’ e aborda a íntima relação entre Estado e violência. Para este jurista, economista e sociólogo, o Estado, dentro de determinado limite territorial, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física - usada com instrumento de poder.

Nesse caso, o Estado se transforma na única fonte do ‘direito’ à violência. Por conseguinte, entenderemos por política o conjunto de esforços feitos visando a

²¹ Palestra intitulada “A Política como Vocação”, publicada no livro “Ciência e Política: duas vocações”. Ver detalhes nas Referências deste trabalho.

participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado. (WEBER, 2006, p. 60)

Weber (2006) esclarece ainda que o Estado, assim como os demais agrupamentos políticos que o precederam, consiste em uma relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência considerada como legítima. Para que um Estado exista, ele diz que é necessário que a população obedeça à autoridade alegada pelos detentores do poder – os quais devem possuir uma autoridade reconhecida como legítima.

Essa relação de dominação e violência também é abordada por Rua (2001), ao ressaltar que as relações entre os indivíduos em uma sociedade sempre envolvem conflitos, seja de opinião, de interesses, de valores ou outros. Tais conflitos ocorrem, principalmente, devido à diferenciação social - uma das principais características das sociedades – e precisam ser administrados para que a sociedade possa sobreviver e progredir. Para Rua (2001), há apenas dois meios capazes de garantir isso: a coerção pura e simples e a política. “O problema com o uso da coerção é que, quanto mais é utilizada, mais reduzido se torna o seu impacto e mais elevado se torna o seu custo. Resta, então, a política” (RUA, 2001, p. 3).

Para essa docente, a política envolve coerção (principalmente como possibilidade), mas não se limita a ela. Ela cita Philippe Schmitter²², para quem a política seria a resolução pacífica de conflitos e critica o aspecto amplo e, ao mesmo tempo, restritivo deste conceito. Arriscando delimitar um pouco mais tal conceito, a autora diz que “a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” (RUA, 2001, p. 3). O conflito entre os indivíduos faz surgir a política, a necessidade de produzir acordos e negociações para que possam conviver. Portanto, no campo político a cooperação torna-se imperativa. Ao ressaltar que neste campo “o universo é o do conflito de interesses e as opções são o conflito real ou a cooperação”, Frade (2001) esclarece:

Sendo a política o território onde impera o conflito, os atores têm papel fundamental. São eles os construtores das linhas de direcionamento da sociedade através dos posicionamentos que adotam. Mapeando as estruturas presentes no âmbito do legislativo, pode-se perceber duas grandes divisões: os atores institucionais e os atores sociais, que funcionam como mecanismo de controle das esferas decisórias públicas. (FRADE, 2001, p. 2.)

Frade (2001) acrescenta que a sociedade se faz representar no parlamento, de forma institucional, através de indivíduos que conquistaram um mandato. São eles, ao passar pelo

²²Maria das Graças Rua baseia-se na obra clássica de Schmitter: *Reflexões sobre o Conceito de Política* (Brasília, UnB, 1974). Schmitter é considerado um dos grandes cientistas políticos da atualidade e ganhou o prêmio Johan Skytte Prize, da Universidade Sueca de Uppsala, em 2009.

processo eleitoral, legitimados na atividade de representação. Por trás deles, há os chamados *grupos de pressão*, um importante mecanismo desenvolvido para a defesa daquilo que os homens, unidos por motivações comuns, consideram prioritário e/ou de seus interesses.

Esses grupos desempenham um papel fundamental no processo decisório e atuam, entre outros cenários, no âmbito do parlamento, representando “a forma não institucional da atuação dos diversos grupos da sociedade em defesa de seus interesses [...] sua forma de atividade é denominada lobby” (FRADE, 2001, p. 3). Dentre as características dos grupos de pressão enumeradas por Toledo²³ (1985, p.3 apud FRADE, 2001) está a existência de uma organização formal e a pressão, definida como a atividade “de influenciar sobre decisões que sejam tomadas pelo poder político” - seja para alterar a distribuição prevalente de bens, serviços, honras e oportunidades, seja para conservá-la frente às ameaças de intervenção de outros grupos ou do próprio poder político. Esse funcionamento dos grupos de pressão demonstra claramente como se dão as relações de forças no campo político descritas por Bourdieu.

Para Weber (2006), quando uma questão se diz ‘política’ é necessário entender que os interesses de divisão, conservação ou transferência do poder são fatores essenciais para que se possa esclarecer tal questão. E quando se diz que uma decisão foi determinada pela ‘política’, esses mesmos fatores determinam tal decisão.

Qualquer homem que se entrega à política aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder”, para gozar do sentimento que só o poder confere. (WEBER, 2006, p. 61)

Esse desejo pelo poder reforça a máxima de Aristóteles de classificar o homem como um animal político. É um ser essencialmente político, cujas ações são políticas e, geralmente, motivadas por decisões ideológicas (ALKMIM, 2009). Retomando conceitos dos clássicos gregos, a filósofa alemã Hannah Arendt (1989) diz que a política está intimamente ligada à ideia de liberdade, que para o povo grego era a própria razão de viver, sendo a liberdade, portanto, o verdadeiro sentido da política.

Na abordagem que faz da obra de Arendt, Sérgio Alkmim (2009) ressalta que, para esta filósofa, a tarefa e o objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo, estando diretamente relacionados à grande aspiração do homem moderno: a busca da

²³ Gastão Alves de Toledo enumera essas características em *Grupos de Pressão no Brasil: curso modelo político brasileiro*. v. 3. Brasília, DF: PrND, 1985.

felicidade. Por isso, a política seria algo como uma necessidade imperiosa tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. (ALKMIM, 2009).

Arendt nos diz que "a política baseia-se no fato da pluralidade dos homens", portanto, ela deve organizar e regular o convívio dos diferentes e não dos iguais. Para os antigos gregos não havia distinção entre política e liberdade e as duas estavam associadas à capacidade do homem de agir, de agir em público que era o local original do político. O homem moderno não consegue pensar desta maneira pelas desilusões em relação ao político profissional e a atuação desse no poder. Porém, Arendt, judia, que viveu os horrores da Segunda Guerra Mundial, acreditava na ação do homem e na sua capacidade de "fazer o improvável e o incalculável". (ALKMIM, 2009, p.2.)

Atualmente, os fenômenos políticos são analisados e discutidos por muitos outros autores, fazendo da diversidade uma característica da área. Por isso, a política, de uma forma geral, é usada com diversos sentidos. No uso trivial, como substantivo ou adjetivo, compreenderia as ações, comportamentos, intuitos, manobras, entendimentos e desentendimentos dos homens (os políticos) para conquistar o poder. Além disso, é considerada a orientação ou a atitude de um governo em relação a certos assuntos e problemas de interesse público: política financeira, política educacional, política social, dentre outras.

Em um sentido mais específico, a política é considerada a ciência moral normativa do governo da sociedade civil. Para grande parte dos escritores, a política seria a ciência do Estado, para outros, a ciência do poder. Consensual, pode-se apontar a política como o objeto de estudo da Ciência Política, como o cerne do campo político; pode-se apontar, ainda, o poder como o centro do universo político, espaço onde impera o poder simbólico.

1.5.1 Campo Político e os confrontos simbólicos

Enquanto campo social, "o campo político é entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento" (BOURDIEU, 2006, p. 164). A luta política é ambígua (combate ideais, poderes e privilégios) e essa contradição obsidia os empreendimentos políticos ordenados com vistas à subvenção da ordem estabelecida: todas as necessidades que pesam sobre o mundo social concorrem para fazer com que a função de mobilização tenda a preceder a função de expressão e de representação (reivindicada pelas ideologias) que só pode ser assegurada pela lógica dialética do campo (BOURDIEU, 2006).

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’ devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 2006, p. 164)

No caso do discurso enquanto produto político, o texto não é o mais importante; o mais importante são as marcas localizadas no texto, é aquilo que está externo, é onde se materializam as disputas que estão no entorno. Este campo tem formações discursivas distintas, as quais utilizam estratégias e atuam seguindo as suas próprias regras. A visibilidade, como já dito antes, é a principal característica do corpo social e no campo político constitui-se uma das principais regras e/ou estratégias.

Para Nunes (s.n.t)²⁴, no campo político há sempre uma estratégia de dupla face, especialmente para enfrentar as disputas simbólicas. No geral, as estratégias são da ordem da sedução e são muito importantes. Por mais que sejam momentâneas, costumam ser planejadas. Um exemplo é a retórica, uma estratégia do poder de enunciação; outro exemplo é a convocação de vozes de outros sujeitos, especialmente daqueles que tenham legitimidade reconhecida - uma estratégia em que o sujeito emissor apropria-se para argumentar, contestar ou corroborar um discurso. Seja qual for a estratégia, sempre será usada para impor um discurso como legítimo, manter sua posição e reproduzir a sua visão. No campo político,

[...] os adversários lutam para impor princípios de visão e de divisão do mundo social, sistemas de classificações, em classes, regiões, nações, etnias, etc., e não cessam de tomar por testemunho, de algum modo, o mundo social, de convocá-lo a depor, para pedir-lhe que confirme ou negue seus diagnósticos ou seus prognósticos, suas visões e previsões. (BOURDIEU, 2004, p. 33)

Nesse campo, acrescenta esse sociólogo, o jogo tem um ‘sentido prático’, o qual se refere às posturas (im) possíveis e (im) prováveis para os diferentes ocupantes de posições distintas e que permite ‘escolher’ as tomadas de posição convenientes e convencionadas e evitar as comprometedoras – as quais levam ao encontro de seus concorrentes.

Para Bourdieu (2004), o político avisado é aquele que consegue dominar o sentido objetivo e o efeito social de suas tomadas de posição (o que ele chama de sentido prático) graças ao domínio que possui do espaço dos posicionamentos atuais e potenciais dos seus ocupantes, ou seja, precisa estar preparado para desempenhar o papel que lhe cabe na estrutura do espaço do jogo. “Este sentido do jogo político que permite que os políticos

²⁴ Essa abordagem de Brasilmar Ferreira Nunes é feita no texto *Conjuntura política: um exercício abstrato de análise*, desenvolvido para ser usado em sala de aula e sem notas tipográficas (s.n.t).

prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos” (BOURDIEU, 2006, p. 172).

Este sociólogo explica que é na relação com um estado do jogo político e do universo das técnicas de ação e de expressão oferecidas em um dado momento que a intenção política constitui-se. Para melhor esclarecer, ele usa o jogo de xadrez como exemplo: “se a técnica do jogo de xadrez não existisse, eu não poderia ter a *intenção* de jogar o xadrez” (BOURDIEU, 2006, p. 165). Ou seja, para ele, toda ação tem um sentido e este sentido é o sentido do jogo.

Bourdieu (2006) cita Wittgenstein (1953, p. 108) para explicar que uma intenção “encarna-se em uma situação, em costumes e em instituições humanas”²⁵ e esclarece que “a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à objetiva, à manifestação pública em um discurso ou em um ato público se constitui por si um ato de instituição, representando uma forma de legitimação” (BOURDIEU, 2006, 172). Reconhecer o jogo como *valendo a pena* ser jogado é aceitar o contrato tácito que está implícito no fato de participar do mesmo. Esta adesão é fundamental, é investimento no jogo que é produto do próprio jogo e, concomitantemente, é a condição de seu funcionamento.

Se o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal, a solidariedade é manifestada mais fortemente entre os participantes ligados entre si pelas regras do jogo e pelos ganhos provenientes dele a partir daquela adesão; são ligados, ainda, pelo investimento fundamental no jogo que monopolizam e que precisam manter para garantir a rentabilidade de seus investimentos (BOURDIEU, 2006, p. 173).

Esse sociólogo adverte para o fato de que não se deve subestimar a autonomia e a eficácia do que acontece no campo político porque isso significaria ignorar a eficácia propriamente simbólica da representação e da crença mobilizadora que ela suscita pela força da objetivação. Não se pode ignorar, também, o poder político do governo, capaz de garantir uma eficácia real sobre essas forças por meio da ação sobre os instrumentos de administração das coisas e das pessoas, como a elaboração e execução de políticas públicas – que incorporam tanto ações do Estado quanto da sociedade civil (BOURDIEU, 2006, p. 175) e tem bastante poder sobre os projetos, ações e disputas travadas no Poder Legislativo, um palco de constantes confrontos simbólicos no campo político.

Considerado o poder-símbolo do regime democrático representativo, o Poder Legislativo constitui-se um dos três poderes que compõem o Estado e cumpre papel fundamental perante a sociedade, uma vez que é encarregado de, principalmente, elaborar,

²⁵ A obra de Ludwig Wittgenstein consultada por Bourdieu é *Philosophical Investigation*, lançada pela Macmillan, em New York.

discutir e aprovar leis – a regra a que todos são submetidos e que exprime a vontade imperativa do Estado ou limita o seu poder.

No Brasil, o Poder Legislativo desempenha funções primordiais para a consolidação da democracia. Dentre essas funções, destacam-se: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional, fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e os atos dos demais poderes da União – Executivo e Judiciário. É representado pelo Congresso Nacional, uma das mais importantes instituições do Estado. Por isso, é bicameral, ou seja, organiza-se em duas casas: Câmara dos Deputados e Senado Federal.

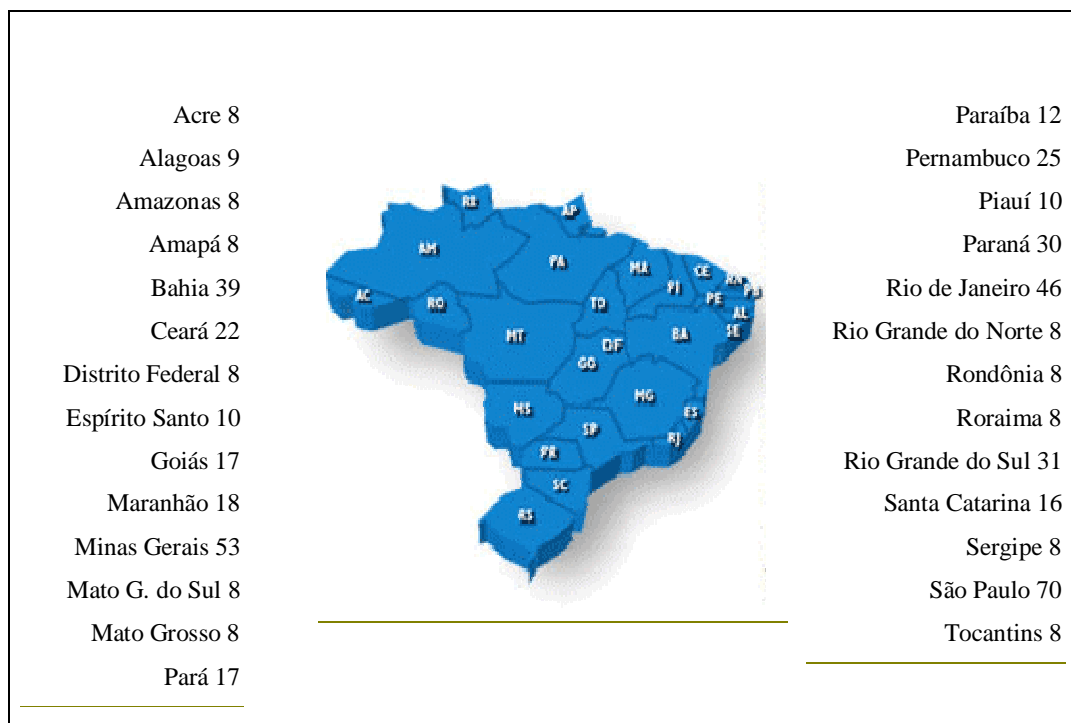
O regime bicameralista permite, por meio do trâmite e da discussão das matérias, que uma casa possa revisar e aperfeiçoar os trabalhos da outra. No Senado, são 81 parlamentares eleitos para um mandato de oito anos - sendo três de cada unidade federativa. Na Câmara, são 513 deputados, eleitos para um mandato de quatro anos, pelo sistema proporcional - de acordo com a população das unidades federativas.

Cada unidade federativa pode eleger, no mínimo, oito deputados e no máximo setenta. Como a Amazônia é pouco povoada, dos sete estados integralmente amazônicos e que compõem a região Norte (Amapá, Pará, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Tocantins), seis têm apenas o mínimo, ou seja, oito deputados federais. O Pará é a exceção, com 17 parlamentares. Assim, a Amazônia mantém 65 deputados federais. Isto representa menos do que o estado de São Paulo, com seus 70 representantes na Câmara.

Quando se compara a Amazônia à região sudeste como um todo (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais), o resultado apresenta-se ainda mais discrepante: 179 deputados federais no sudeste. A região nordeste, com os seus nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte), tem 151. O sul, por sua vez, formado por apenas três estados (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), tem mais representantes dos que os amazônidas: 77 deputados federais.

A Amazônia só consegue superar a somatória das quatro unidades federativas da região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal), que ocupa 41 vagas. Deste total, 17 são do estado de Goiás. As outras unidades federativas desta região ocupam apenas o mínimo cada uma: oito vagas. Esta distribuição é demonstrada no quadro a seguir.

Quadro 1 - Número de Deputados por Unidade Federativa



Fonte: Sistema de Informações Legislativas – SILEG. (2007)

Composta por representantes de todo o Brasil, a Câmara dos Deputados resulta em um parlamento plural, com diversidade de ideias, de culturas e de realidades. Para Vogel (2001, p. 5), esta casa seria “um espelho da sociedade brasileira”. Seu papel seria viabilizar os anseios da população, mediante discussão e aprovação de propostas referentes ao orçamento, à educação, saúde, transporte, habitação, dentre outras áreas.

A amplitude e diversidade da representação dos diversos segmentos faz do Parlamento uma verdadeira síntese da sociedade. É no Legislativo que a sociedade se encontra melhor espelhada, com presença mais visível no âmbito dos poderes constituídos para governá-la e protegê-la. Por tal razão, a história do Poder Legislativo encontra-se no centro da história de um país. (VOGEL, 2001, p. 5)

Conforme o art. 51 da Constituição Federal, as competências privativas da Câmara dos Deputados incluem:

- a) Autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- b) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas no prazo constitucional;
- c) Elaborar seu Regimento Interno; dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e afixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) E a eleição dos membros do Conselho da República.

Desde que foi criada, ainda no Brasil Império, a Câmara dos Deputados sempre ocupou um papel importante na história do país, constituindo-se uma tribuna de grandes debates nacionais. O seu primeiro período de atuação foi efêmero:

Declarada a Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1822, e sob forte influência da guerra da independência dos Estados Unidos, da Revolução Francesa e da Revolução Constitucionalista da Espanha, e das guerras de libertação na América espanhola, são convocadas eleições para a Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, que se reúne pela primeira vez, em sessão preparatória, no dia 17 de abril de 1823 (1998)²⁶.

Por ordem e decreto do imperador Dom Pedro I, os trabalhos legislativos foram encerrados em 12 de novembro de 1823. Somente em 29 de abril de 1826, foi realizada a primeira sessão preparatória da Câmara dos Deputados. Uma semana depois, mais exatamente

²⁶ Extraído do texto “**A História da Câmara dos Deputados**”. Disponível no portal virtual da Casa: <<http://www2.camara.gov.br/conheca/historia/camarabrasil>> e sem notas tipográficas.

no dia 6 de maio, ocorre a sessão de abertura da primeira legislatura da Assembléia Geral Legislativa - reunião conjunta da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Senadores.

Hoje, é na Câmara dos Deputados que tem início o trâmite da maioria das proposições legislativas, que costumam ser discutidas tanto no Plenário como nas comissões técnico-temáticas. Esta casa, considerada a imediata representação do povo, centraliza a maioria dos debates e decisões de importância nacional - um debate que envolve centenas de participantes:

Como em todas as categorias, faixas e estratos sociais existentes no país, eles possuem virtudes e defeitos, diferentes maneiras de pensar, projetos os mais diversos para enfrentar os problemas brasileiros. Mas todos, sem exceção, defendem ardorosamente suas propostas e idéias²⁷ - o que faz da Câmara o espaço de debate aprofundado das questões de interesse público, um espaço de acordos e consensos, de negociações legítimas em torno do futuro do País (VOGEL, 2001, p. 5)

Obviamente, a grande quantidade de deputados, somada à estrutura bicameral, conduz a um lento processo de produção de leis. Há muitos casos de projetos que passam toda a legislatura em tramitação, culminando em um inevitável arquivamento²⁸. Muitos são até desarquivados, mas voltam ao regime de tramitação. Há, ainda, as leis aprovadas e sancionadas, mas muitas necessitam de um Projeto de Lei Complementar para entrar em vigor e, portanto, nem chegam a vigorar.

Voltadas para todos os cidadãos, as leis devem ser elaboradas de forma abstrata, geral e impessoal. No entanto, é de conhecimento público que interesses individuais, muitas vezes, influenciam nesse processo, o que acaba retardando o processo de produção de lei e refletindo os conflitos dentre os parlamentares. Esse cenário pode ser facilmente identificado na CAINDR, o objeto de estudo desta pesquisa.

1.5.1.1 Campo Político em foco: o Fórum da Amazônia na Câmara dos Deputados

Criada em março de 1997 sob a denominação Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional (CADR), a comissão que se constitui objeto de estudo desta pesquisa é considerada “uma das maiores conquistas no Legislativo das bancadas

²⁷ Conforme já explicado, mantivemos a fidelidade na escrita dos textos reproduzidos nesta pesquisa. Por isso, neste trecho, a palavra ‘ideia’ está acentuada, de acordo com a versão anterior à Reforma Ortográfica de 2009.

²⁸ O pedido de desarquivamento pode ser feito por qualquer deputado interessado, mas, geralmente, é apresentado pelo próprio autor do projeto quando reeleito para a próxima legislatura.

parlamentares dos nove Estados da região amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins)” (TEIXEIRA, 2008, p.18).

Esses estados compõem a chamada Amazônia Legal, um conceito político (e não geográfico) criado em 1966 pelo governo brasileiro para reunir regiões com semelhanças, como problemas econômicos, políticos e sociais. Apesar disso, as unidades federativas que compõem a Amazônia Legal possuem características distintas, seja sob o aspecto econômico, social ou cultural, como também pelas potencialidades de seus recursos naturais. Além disso, o limite da Amazônia Legal não coincide com o bioma floresta amazônica e nem com a região Norte em si.

Mesmo não sendo um espaço homogêneo, a Amazônia Legal foi composta a partir de suas semelhanças a fim de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da Amazônia. Pode-se dizer que se constituía uma estratégia geopolítica do governo militar para integrar a Amazônia ao empreendimento brasileiro - uma área de intervenção de políticas estatais, com investimentos públicos e privados. Ressalte-se que a área configurada como Amazônia Legal representa 61% do território brasileiro e só inclui parte do Maranhão e não o estado todo.

Como já se disse, a Amazônia é uma das temáticas das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados, ou seja, os fóruns de ordem técnica do Poder Legislativo federal. Este constitui-se um dos três poderes que compõem o Estado e cumpre papel fundamental perante a sociedade, uma vez que é encarregado de, principalmente, elaborar, discutir e aprovar leis – a regra a que todos são submetidos e que exprime a vontade imperativa do Estado ou limita o seu poder. É representado pelo Congresso Nacional, uma das mais importantes instituições do Estado.

Nessa instituição, as comissões (e subcomissões) técnicas tratam de assuntos específicos e exercem funções legislativas e fiscalizadoras. Através da Constituição Federal Brasileira de 1988, as comissões passaram a ser valorizadas e a ter competência para apreciar matérias sem a deliberação do Plenário, fazendo valer o chamado Poder Conclusivo – conforme o art. 58, da Constituição, que regula o funcionamento das comissões.

Implementado em 1989, com a aprovação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), o Poder Conclusivo (ou da Competência Legislativa Plena das Comissões) foi concedido para que as comissões dessem celeridade na apreciação de proposições menos polêmicas. As comissões fazem a análise da constitucionalidade, da admissibilidade e do mérito de cada matéria, podendo aprová-las ou rejeitá-las. Quando emitem pareceres divergentes sobre determinada matéria, esta é submetida ao Plenário - órgão

máximo das decisões da Câmara dos Deputados onde são deliberadas as matérias que não tenham sido decididas conclusivamente nas comissões.

Conforme o artigo 24, II, do RICD, as demais exceções que exigem deliberação do Plenário são: matérias em regime de urgência; oriundas do Senado; as de lei complementar; de código; as que recebem recursos; as de iniciativa popular (quando se colhe assinaturas); e as elaboradas pelas próprias comissões.

A apreciação de matérias conduz a grandes debates, fazendo dessas comissões verdadeiros fóruns temáticos. No âmbito de cada comissão, os parlamentares devem apresentar todos os dados, antecedentes, circunstâncias e conveniências de um projeto, promovendo ampla discussão com a participação da sociedade em geral.

Esses atores devem, ainda, discutir todos os aspectos de temas ou assuntos considerados relevantes, podendo, ainda, realizar audiências públicas, convidar ministros, autoridades, especialistas e outros cidadãos para participar destas reuniões, seja para discutir, explanar ou prestar esclarecimentos sobre determinados assuntos. Logo, os parlamentares podem promover o debate que for necessário para adquirir mais elementos para examinar detalhadamente cada matéria. Isto possibilita que haja mais liberdade de expressão, de opiniões e formação do consenso que, emitido sob a forma de parecer pelos seus relatores, irá orientar o Plenário – em caso deste vir a apreciar a matéria.

As comissões parlamentares podem ser Permanentes ou Temporárias e até mesmo Mistas, ou seja, quando integradas por deputados e senadores. As temporárias são criadas para apreciar determinado assunto e são extintas em três situações: quando é alcançada a sua finalidade; quando o seu prazo é expirado; ou no final da legislatura. As comissões temporárias também podem ser Especiais, de Inquérito ou Externas e sempre estão em menor número do que as comissões permanentes.

Atualmente, existem vinte comissões permanentes na Câmara - as quais integram a estrutura institucional desta casa e subsistem a cada legislatura. Estas comissões correspondem a temáticas diversas, como se pode verificar no quadro adiante.

Quadro 2 – Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados

1. Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR
2. Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CAINDR
3. Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI
4. Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC
5. Defesa do Consumidor - CDC
6. Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC
7. Desenvolvimento Urbano - CDU
8. Direitos Humanos e Minorias - CDHM
9. Educação e Cultura - CEC
10. Finanças e Tributação - CFT
11. Fiscalização Financeira e Controle - CFFC
12. Legislação Participativa - CLP
13. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS
14. Minas e Energia - CME
15. Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN
16. Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO
17. Seguridade Social e Família - CSSF
18. Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP
19. Turismo e Desporto - CTD
20. Viação e Transportes - CVT

Fonte: Sistema de Informações Legislativas – SILEG (2007).

A composição parlamentar da comissão permanente, conforme art. 23 do RICD, precisa assegurar a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares, incluindo-se sempre um membro da minoria. Deve, ainda, ser renovada a cada sessão legislativa, ou seja, anualmente. Quanto aos seus membros, devem participar do processo de elaboração de normas legais mediante exame e deliberação de proposições submetidas às comissões.

Esses Órgãos Permanentes são responsáveis por debater exaustivamente as matérias que lhes são distribuídas pela Mesa, de assuntos relativos à sua competência, previstos no artigo 32 do RICD, e emitir parecer, ora opinando, no caso dos projetos de Plenário, e ora aprovando, quando se tratar de projetos conclusivos. Mesmo aqueles que carecem da apreciação do Plenário, orientado pelo Regimento, já seguem com parecer das Comissões, dando o seu posicionamento da matéria, o que permite sobremaneira, a agilidade do processo legislativo. (TEIXEIRA, 2008, p. 5)

As comissões permanentes exercem, ainda, dentro de suas respectivas áreas, o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União. Pelo regimento interno, estas comissões podem criar subcomissões para tratar de temas mais específicos - e considerados mais relevantes. Além disso, as subcomissões podem ser permanentes ou especiais e permitem que os parlamentares dediquem-se a temas mais diretamente ligados a seu campo de interesse e atuação.

Durante a 52ª Legislatura na CAINDR, por exemplo, foram criadas seis subcomissões - sendo que duas instaladas em 2003 continuaram as suas atividades até 2005. Algumas realizaram eventos, como seminários e encontros e outras pouco se reuniram. No ano de 2003, por exemplo, três subcomissões permanentes foram instaladas e uma subcomissão especial foi aprovada, porém não houve mais do que seis reuniões no conjunto desses fóruns.

Enquanto seus eventos constam nos relatórios anuais da CAINDR como promovidos pela própria comissão (e são realmente), há pouca informação disponível sobre as reuniões das subcomissões. No entanto, fizemos um interessante cruzamento do noticiário pertinente à temática de cada subcomissão, verificando-se a relação entre os campos político e midiático a partir da influência da mídia sobre as ações da CAINDR – cruzamento que enriqueceu ainda mais este trabalho.

A CAINDR é o principal fórum de discussão sobre a Amazônia na Câmara dos Deputados. Surgiu através de um requerimento do deputado paraense Anivaldo Vale (então Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) “para atender a demanda por um colegiado que tratasse de temas ligados à preservação e ao desenvolvimento amazônico”. Esta comissão foi estabelecida por meio da Resolução 15/1996, que altera os artigos 26 e 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) a fim de permitir a sua criação. Com vinte vagas

previstas para titulares e vinte para suplentes, essa comissão tem sido palco de calorosos debates entre diversos atores de distintos campos sociais. Em 2004, através da Resolução nº 20/2004, teve as suas atribuições ampliadas, assim definidas pelo artigo 32 do RICD:

a) tratar de assuntos relativos à região amazônica, especialmente:

- 1 – integração regional e limites legais;
- 2 – valorização econômica;
- 3 – assuntos indígenas;
- 4 – caça, pesca, fauna, flora e sua regulamentação;
- 5 – exploração dos recursos minerais, vegetais e hídricos;
- 6 – turismo; e
- 7 – desenvolvimento sustentável.

b) desenvolvimento e integração da região amazônica; planos regionais de desenvolvimento econômico e social; incentivo regional da Amazônia;

c) desenvolvimento e integração de regiões; planos regionais de desenvolvimento econômico e social; incentivos regionais;

d) planos nacionais e regionais de ordenação do território e de organização político-administrativa;

e) assuntos de interesse federal nos Municípios, Estados, Territórios e no Distrito Federal;

f) sistema nacional de defesa civil; política de combate às calamidades; e

g) migrações internas.

Também em 2004 esse fórum mudou de nomenclatura, chamando-se Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) - passando a tratar de temas da integração nacional e a abrigar parlamentares de estado não-amazônicos, especialmente do nordeste brasileiro. Em entrevistas concedidas à autora, alguns parlamentares amazônidas informaram que essa alteração foi uma forma de manter a comissão na ativa, uma vez que a mesma vinha sofrendo pressão para ser extinta (informação verbal)²⁹. Conforme os entrevistados, essa pressão vinha sendo feita, principalmente, por parlamentares nordestinos que argumentavam que outras regiões também deveriam ter a sua própria comissão.

²⁹ As entrevistas foram feitas pela autora no período de 19 a 23 de março de 2007, em Brasília-DF.

Acrescentar à Comissão da Amazônia a atribuição de promover a integração nacional foi a solução encontrada para sanar esse conflito. Alguns deputados, inclusive da própria região, foram favoráveis à mudança, argumentando que a Amazônia é de interesse nacional e, portanto, o debate sobre esta região deve ser ampliado para representantes de todo o país.

Provavelmente pela forma como ocorreu essa alteração, percebe-se um clima de animosidade entre parlamentares de diferentes regiões no seio da comissão. Os representantes de estados não-amazônicos são minoria na CAINDR e lutam para ampliar o seu espaço. Propor e presidir subcomissões para tratar de assuntos mais específicos³⁰ tem sido uma das estratégias desta minoria para garantir mais atenção às questões de suas regiões e aos seus interesses, uma vez que a Amazônia mantém-se no centro dos debates e das ações da CAINDR.

Nessa e nas demais comissões temáticas do Congresso Nacional, a disputa simbólica entre os atores políticos apresenta-se bastante acirrada. Seus agentes políticos, vindos de todo o país, confrontam-se ou aliam-se em um constante jogo de poder, adotando certas táticas e estratégias para vencer seus opositores - tal como descreve Bourdieu em sua caracterização sobre o campo político. Nessa disputa pelo poder, esses agentes também recorrem a outros campos sociais, especialmente ao campo midiático, em busca de legitimidade e visibilidade para si e para seus discursos. Sabemos que o campo da mídia é capaz de gerar dispositivos de percepção da realidade, como também de mobilizar a sociedade em torno de determinados temas e valores, constituindo-se, portanto, um expressivo palco de disputas pelo poder.

1.5.2 Campo Midiático: efeitos estratégicos na luta pelo poder

Nos estudos da Comunicação, é freqüente a abordagem sobre velhos e novos paradigmas, enfocando-se vários aspectos, contextos, características, temas e conceitos, dentro outros. Um importante instrumento de investigação sobre a influência que a mídia exerce na sociedade é a Agenda Setting³¹, desenvolvida pela Sociologia da Comunicação. Sua

³⁰ Um exemplo de assuntos mais específicos é a antiga discussão sobre a transposição do Rio São Francisco.

³¹ A Teoria da Agenda Setting foi formulada na década de 1970 por Maxwell McCombs e Donald Shaw e compreende o poder de influência dos meios de comunicação sobre a opinião pública através da escolha da pauta feita por estes. O termo 'Agenda Setting' significa pauta de fixação, através da qual a mídia pode até não dizer o que público deve pensar, mas determina com muita eficácia sobre o que se deve pensar, discutir, opinar. Para mais informações sobre a Agenda Setting, consultar Mauro Wolf em "Teorias da Comunicação" (Lisboa: Presença, 1987). Neste livro, o autor aborda sua abordagem divide-se em quatro tópicos: Mass media: contextos

essência é agendar e/ou selecionar a informação a ser divulgada, ou seja, determinar a pauta para a opinião pública.

Ao destacar determinados temas e descartar ou ignorar outros, a mídia pode direcionar atenção do público para os assuntos que selecionou, ou seja, para o que seus profissionais consideram que seja importante ou de interesse coletivo. No entanto, ao preterir certos assuntos que também poderiam ser considerados de interesse público, a Agenda Setting nos remete a uma questão abordada pela Análise de Discurso (tema do próximo capítulo desta pesquisa), a de que os silêncios também são portadores de sentidos – até porque a escolha de fatos e/ou assuntos que vão virar notícia coloca em questão, ainda, a autonomia profissional, a manipulação, distorção voluntária e involuntária da informação, dentre outros fatores condicionados à mensagem e recepção.

No que se refere à mensagem, as notícias sobre política são um ótimo exemplo de efeitos a longo prazo, uma vez que o campo midiático influencia na formação da opinião pública a respeito da luta pelo poder travada no campo político. Neste contexto, a mídia costuma fazer a chamada espetacularização da notícia para atingir o seu público alvo, no caso o receptor da mensagem. O processo de agendamento faz parte da rotina midiática, compreendendo a seleção, disposição e incidência de notícias, como também a sua inclusão ou exclusão no noticiário.

Agendar é colocar na ordem do dia, é transformar em notícia fatos que até então não o eram. Agendar implica excluir ou incluir, considerar ou não, dar voz ou não, publicizar ou não, e, dependendo do modo como tudo isto se articula, os dispositivos de comunicação propõem efeitos de sentidos. (LIMA, 2002)

Por ser uma inerente ao fazer midiático, o processo de agendamento constitui-se uma das regras da mídia. Dentre outras regras, destaca-se a pretensão da impessoalidade (sujeito na 3ª pessoa), da imparcialidade (ouvir todos os lados) e da credibilidade (ao tornar público o que era segredo). Em comparação ao campo político, o campo midiático tem a funcionalidade como regra similar, mas a sua temporalidade é significativamente diferente. O tempo verbal é considerado uma das marcas do campo midiático, uma vez que tem a capacidade de definir como ocorre a relação com aquilo que está sendo relatado.

Cada campo constrói representações da realidade feitas para a sociedade, a qual entende que os atores do campo têm propriedade e autoridade sobre o tema abordado que gera tais representações. No entanto, o campo midiático ocupa um lugar central na sociedade. Dá

e paradigmas na pesquisa sobre os Mass media e as novas tendências da pesquisa, enfocando os efeitos a longo prazo, passando pela sociologia dos emissores ao *newsmaking* - sendo nestes dois últimos o maior foco à Agenda Setting.

visibilidade aos vários campos de conhecimento, como a economia, a política, a cultura, dentre outros. É por intermédio da imprensa, por exemplo, que a sociedade toma conhecimento das atividades do presidente da República, dos movimentos sociais e do cotidiano do país. Acompanha, inclusive ao vivo, os debates no Congresso Nacional, confrontos, guerras e muitas outras ações.

Como os demais campos, o objetivo do campo midiático é a disputa pelo poder e, por isso, este campo impõe sobre os diferentes campos sociais um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e eficácia, à sua estrutura própria segundo a sua autonomia com relação às forças externas. Com a autonomização³² e constituição modernas dos campos sociais, ressalta Rodrigues (1999), institui-se aquilo a que se dá o nome de publicidade - no sentido de tornar público, resultado da compatibilização entre a legitimidade de um campo com a legitimidade dos diferentes campos sociais. Isto resulta da fragmentação da experiência induzida pelo processo moderno de especialização e da imposição desta lógica ao conjunto da sociedade.

Segundo Rodrigues (1999), as particularidades do campo midiático refletem-se na natureza da sua origem, “das funções que desempenha, da sua legitimidade, do seu sistema de sanções, do seu regime de funcionamento, da sua simbólica, do seu corpo social e do seu sistema de acreditação”. Para este autor, é na natureza tensional da relação entre os diferentes campos sociais que está a origem da emergência e da progressiva autonomização do campo dos media – consumada, segundo ele, a partir da “coalizão entre os domínios científico e técnico da modernidade”.

A natureza do campo dos media está, por conseguinte, intimamente associada ao desempenho das funções de regulação indispensáveis à gestão das relações entre os diferentes campos sociais. Deste ponto de vista, o campo dos media vive do despoletamento, da exacerbação ou da naturalização das tensões derivadas do facto de os diferentes campos sociais concorrerem entre si com vista à mobilização do conjunto da sociedade para o respeito das suas ordens de valores e ao pretenderem impor as suas regras de comportamento. (RODRIGUES, 1999)

Rodrigues explica que essa autonomização do campo dos media obedece, por conseguinte, a imperativos de natureza, ao mesmo tempo, lógica e estratégica, mobilizando os indivíduos e o conjunto da sociedade em torno de valores comuns, contrariando a tendência fragmentadora da modernidade que a autonomização dos campos sociais implica. Deste ponto de vista, o campo dos media é considerado um aliado poderoso da pretensão mobilizadora dos outros campos sociais.

³² Rodrigues refere-se à autonomização como o processo de maturidade dos campos sociais.

É que, não podendo já contar com os mecanismos da repressão física, em virtude dos ideais modernos de emancipação do sujeito, os campos sociais contam doravante com os mecanismos retóricos da linguagem para o convencimento e a mobilização em torno dos valores e das regras que o campo dos média se encarrega de criar, promover e impor ao conjunto da sociedade. (RODRIGUES, 1999)

Se por um lado o campo midiático faz essa mobilização em torno de valores comuns, por outro lado gera os dispositivos de percepção da realidade. Deste modo, constitui a própria experiência do mundo moderno, assegurando a sua percepção para além das fronteiras que delimitam o mundo vivido das comunidades tradicionais. Enquanto dispositivos, os órgãos dos sentidos desencadeiam sensações, os processos sensoriais que nos tornam, de algum modo, presentes no mundo.

Para Rubim (2001), buscar e produzir ‘efeitos de mídia’ nos acontecimentos de rua, praça, parlamento aparece como dispositivo fundante da produção de sentidos políticos: “um ato vale politicamente não só – ou mesmo primordialmente – pelo efeito induzido nas suas circunstâncias convivenciadas, mas (também) pelas repercussões que produz à distância na realidade-mundo, através da mediação operada pela comunicação midiática”.

Rubim (2001) acrescenta, ainda, que os ‘efeitos de mídia’ podem ser construídos pelo acionamento de uma diversidade de dispositivos de produção de sentidos, destacando as recorrências à espetacularização, como também as aproximações às lógicas midiáticas de representação da realidade e os investimentos em critérios de divulgação de notícias.

Tomando o campo midiático como referência, Martino (2003, p. 89) fala da dificuldade de se transmitir os fatos tal qual a própria realidade: “o que ‘é’ não é o que ‘vemos’, e o que ‘vemos’ não é o que ‘falamos, até porque códigos diferentes são passíveis de interpretações referenciais diferentes”. Este autor acrescenta que um enunciado não se refere apenas à realidade de primeira ordem (o que ele considera como aquilo que é passível de percepção consensual ou de refutação de experiências repetidas), mas também a dois elementos identificados por Habermas: alguma coisa que existe no mundo social, enquanto totalidade das relações legitimamente estabelecidas, e a alguma coisa que existe no mundo subjetivo do locutor, como totalidade das experiências subjetivas manifestáveis, às quais o locutor tem acesso privilegiado³³.

Comparando-se o locutor com um agente político, pode-se dizer que no campo político pode funcionar essa mesma ‘lógica’. No entanto, seja neste ou no campo midiático, a

³³ Em sua pesquisa, Martino consultou duas obras de Habermas: *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; e *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 2001 – sendo esta considerada a sua obra mais importante por introduzir uma nova visão sobre as relações entre linguagem e sociedade.

representação resulta, ainda, das ações e interesses distintos dos atores que influenciam nas esferas de decisão e participam das disputas simbólicas.

1.6 A AÇÃO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO E DA POLÍTICA

No universo das ciências sociais, captar o significado das ações dos indivíduos significa ter sentido. A ação é exatamente onde se produz os sentidos para as coisas, através do debate, do discurso e da palavra – cenário onde são criadas e definidas as regras do jogo social, ou seja, do sistema social. Assim, entender esse sentido é entender o conjunto das ações, compreendendo o campo onde as relações ocorrem para as ações em si.

Fundamentalmente, o objeto da sociologia é concebido por Max Weber como *a captação da relação de sentido* da ação humana, ou seja, conhecer um fenômeno social significa extrair o conteúdo simbólico da ação que o configura. Assim, no pensamento weberiano, ação seria “aquela cujo sentido pensado pelo sujeito refere-se ao comportamento dos outros; orientando-se por ele o seu próprio comportamento”³⁴, compreendendo-se um fato como portador de sentidos, como algo que aponta para outros fatos e somente em função dos quais poderia ser conhecido em toda a sua amplitude.

A partir da reflexão sobre o modelo de ação enquanto tema central da teoria política de Arendt (1989), Abreu (2004) procura caracterizar e localizar o lugar da ação, evidenciando os seus limites no que tange à emergência da “criatividade institucional”. Enquanto imprevisível e espontânea, acrescenta esta autora, a ação possuiria efetivação no espaço público – o qual seria, ao mesmo tempo, o resultado da ação. Mas para que esta se concretize, faz-se necessário a comunicação entre os agentes, seres singulares, cuja condição é a pluralidade, a qual, por sua vez, é classificada por Arendt (1989) como a condição da vida política e a condição humana da ação. Referindo-se ao trabalho de Abreu, Cohn (2004)³⁵ diz que esta autora identifica a ação como uma atividade sem um fim pré-determinado, possuindo como sentido apenas a liberdade de quem age:

Em sua análise, Abreu mostra que a pluralidade [...] é associada simultaneamente à igualdade e à diferença, mas esta não abarca as gradações da diferença entre os seres humanos. Isto é, os agentes são plurais porque são humanos, independentemente do

³⁴ Outros conceitos e reflexões sobre o pensamento weberiano são apresentados no texto *Max Weber – Vida e Obra*, disponível em: < <http://www.culturabrasil.pro.br/weber.htm> > Acesso em: 08 set. 2007.

³⁵ O sociólogo Gabriel Cohn faz a apresentação do livro de Abreu como coordenador da Coleção *Invenção e Crítica*, que reúne três vertentes do pensamento contemporâneo: a pesquisa, a reflexão e a crítica.

conteúdo de sua ação ou de seu discurso. Então, os agentes se comunicam para se revelarem por meio de discursos e opiniões diferentes, não importando o quanto são diferentes os conteúdos dos discursos e da própria ação. Sendo assim, somente a pluralidade dos agentes, sem relação com “referências objetivas”, é que dá sentido à comunicação; é para revelar suas singularidades que os homens se comunicam, revelando quem são. A pluralidade de que fala Arendt é a de seres humanos que se revelam no espaço político para mostrarem suas singularidades. (COHN, 2004)

Arendt (1989) diz que os homens se definem pelo agir entre si, influenciando em seu mundo. Por isso, essa teórica política acreditava que a ação seria a expressão mais nobre da condição humana, correspondendo à pluralidade do homem. Carvalho (1997) diz que essa capacidade de agir em meio à diversidade de ideias constitui a base da cidadania, a qual possibilita a construção da ação política, contribuindo, dessa forma, para a coletividade.

Para Habermas (1989), as ações são coletivas e comunicativas porque envolvem a objetividade e a subjetividade, as atitudes práticas e simbólicas. Para ele, a ação não é somente um gesto, mas uma atividade argumentativa. Por essa perspectiva, Habermas desenvolve a *Teoria da Ação Comunicativa*, a qual se propõe a investigar a “razão” inscrita na própria prática comunicativa cotidiana, implicando em ações e valores que estejam em comunicação. Seu objetivo era compreender a ação argumentativa, baseada na racionalidade.

Segundo Weber (2006), a racionalidade constrói estruturas na sociedade e uma ação é considerada racional quando cumpre duas condições: primeiramente, na medida em que é orientada para um objetivo claramente formulado ou para um conjunto de valores, também claramente formulados e logicamente consistentes. A segunda é quando os meios escolhidos para se atingir o objetivo são os mais adequados. Habermas (1989), por sua vez, explica que o conhecimento é obtido pela racionalidade a partir da comunicação (intersubjetiva) entre os sujeitos. Aprofundando o conceito de racionalidade, este autor discute a interação (comunicação) entre os indivíduos e diz que é necessário entender a diferença dos discursos a partir de seus argumentos – um tipo de fala que usa a (razão) para convencer o público.

No universo político, a força das ideias que os agentes deste campo propõem é medida pela força do grupo que as reconhece - nem que seja, segundo Bourdieu (2006, p. 184) “pelo silêncio ou pela ausência do desmentido”. Baseando-se nos ensinamentos de Arendt, Charaudeau (2006b, p. 17) ressalta a força da ação política, dizendo que é esta que, idealmente, determina a vida social, ao organizá-la, visando o bem comum: “ao mesmo tempo, é ela que permite que uma comunidade tome decisões coletivas, uma vez que seria movida por um querer viver junto”. Essa motivação expressaria a forma pela qual o ser humano manifesta a sua capacidade para originar algo e o produto da ação dos homens seria o poder, cujo principal *locus* é o espaço político.

2 ANÁLISE DE DISCURSO E DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Os anos de 1970 marcam a História da Análise do Discurso na França. É a partir desta década que acontece uma diluição das redes de compreensão e os conceitos passam a ser relativizados, rompendo-se com as práticas explicativas vigentes. Sobressaem as análises dos autores pós-modernos, que invertem toda a lógica até então adotada e partem de questões micros para questões macros causando mudanças profundas no pensamento social. O Estruturalismo, que era a corrente de pensamento então dominante nas ciências humanas, especialmente na linguagem, passa a ser alvo de críticas intensas.

O termo Estruturalismo tem origem no “*Cours de Linguistique Générale*”, de Ferdinand de Saussure (1917). Apesar de não falar em estruturalismo nesta obra, esse linguista é considerado o ‘pai’ do estruturalismo. Utilizando a denominação ‘sistema’, Saussure volta-se para o código linguístico e adota o método sincrônico (que isola o objeto em um dado momento), ignorando o diacrônico e excluindo o sujeito e o aspecto histórico. Esse sistema seria a estrutura, na visão do estruturalismo, que se propõe a abordar qualquer língua como um sistema.

Poucos anos depois do lançamento dessa obra de Saussure, mais exatamente em 1929, Mikail Bakhtin lança a clássica obra *O Marxismo e a Filosofia da Linguagem*. Este linguista russo vai trabalhar com processos e não com estruturas, ressaltando a importância do contexto, a situação histórico-social de um texto, a qual envolve elementos das realidades do autor e do receptor, além de outros escritos que se relacionam entre si.

No final dos anos de 1960 e início da década de 1970, a obra de Bakhtin passa a ser adotada na França - quando os estudos da linguagem recuperam o diacronismo deixado de lado por Saussure. Também nessa década, a lógica do capitalismo se torna mais sutil e os diversos movimentos sociais enfraquecem. Até então, a própria História procurava reconstruir os acontecimentos políticos do passado e construir explicações para as causas e acontecimentos a partir da correlação de fatos e de análises de conteúdo temático. Este tipo de análise (de conteúdo) centrava-se nas fontes, acontecimentos e temáticas presentes nos textos e não considerava suas condições de produção (CHARAUDEAU, 2006a), passando a ser, por isso, duramente criticada naquela década.

É nesse contexto que nasce a Análise do Discurso (AD), cujo objeto, como o próprio nome já indica, é o discurso. Seu embrião forma-se na conjuntura teórico-política do fim da

década de 1960, com a valorização do pensamento pós-moderno e a crise de valores estabelecidos. Crise que não se resumia a uma única maneira de organizar a sociedade, mas abrangia a todas as formas de organização social, fazendo desabar a base e as crenças em que a sociedade moderna se apoiava, “uma crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo” (HOBSBAWM, 1999, p. 20-21 apud CARNEIRO; CARNEIRO, 2007).

Assim, a AD surge na perspectiva política de uma intervenção, de uma ação transformadora que visa combater o excessivo formalismo linguístico vigente. Os intelectuais passaram a questionar os saberes até então estabelecidos, especialmente na França, berço da AD, onde estavam os mais bem conceituados pensadores do século XX, como Sartre, Althusser, Foucault, Deleuze, Pêcheux, Dubois, Lacan, Lévi-Strauss, Barthes, Derrida, Bourdieu, Todorov, Benveniste e Castoriadis e outros. Segundo Maldidier (1997), o linguista Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux elaboram o que vai se chamar Análise do Discurso de uma forma independente um do outro, mas inseridos em um espaço comum: o do marxismo e o da política. “Na contramão das ideias dominantes, eles partilham as mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social” (MALDIDIER, 1997, p.17)³⁶.

As novas interrogações que surgiram no âmbito das ciências humanas e o movimento de Maio de 68 na França foram decisivos para subverter o paradigma então dominante e resgatar o sujeito que havia sido descartado. O ano de 1969 seria o marco inaugural da Análise de Discurso, com o lançamento de trabalhos de Pêcheux e Dubois. Este organiza a revista "Langages", na qual publica o artigo “Lexicologia e Análise do Enunciado”, colocando a AD no terreno do estudo dos grandes textos políticos da tradição francesa – e elegendo o discurso político como objeto específico da nova disciplina. Pêcheux, por sua vez, é considerado o principal representante da Análise de Discurso de linha francesa. E a proposta de um novo objeto chamado "discurso" surgiu em sua tese "Analyse Automatique du Discours".

Nessa obra, Pêcheux defende que o objetivo teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia. Para ele, a construção de um objeto discurso não é uma

³⁶ Para Jaqueline Silva (2007, p.3), a diferença entre ambos é sutil, mas significativa no transcorrer do desenvolvimento dos estudos da AD: “Dubois creditou a Análise do Discurso como uma extensão da Linguística, via articulação de um modelo sociológico e de uma análise Linguística da enunciação, ao passo que Pêcheux evidenciou a criação de uma nova área teórica por meio da proposição de dispositivos de análise para um novo objeto, o discurso (que difere do dado empírico – o texto, o enunciado –, isto é, da unidade de análise). Pêcheux relaciona, em síntese, o dado linguístico e o contexto na confluência da língua, do sujeito e da História. Consolida, assim, um marco relevante para a Análise do Discurso”.

simples ‘superação da linguística saussuriana’, ela apóia-se sobre a teoria do valor que coloca a língua como sistema formal (GADET; HAK, 1997). Para a maioria dos estudiosos, a tese deste filósofo representa a fundação dessa disciplina. “Pela primeira vez na história, a totalidade dos enunciados de uma sociedade, apreendida na multiplicidade de seus gêneros, é convocada a se tornar objeto de estudo” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 46).

Contemporâneo a Pêcheux, o francês Michael Foucault é considerado o filósofo dos discursos sociais. Em sua obra "Archeologie du Savoir", lançada em 1979, trabalha questões teóricas e propõe um novo caminho para compreender o discurso, abordando-o em sua instância e formações discursivas. Esse filósofo entende o discurso como uma prática que provém da construção dos saberes, uma prática discursiva, ou seja, um conjunto de enunciados que se remete a uma mesma formação discursiva. Sob o seu ponto de vista, o discurso seria, ainda, um jogo estratégico de ação e de reação, um lugar de produção de sentidos, um espaço onde as disputas pelo poder materializam-se. É justamente esse significado que vamos encontrar no seio da CAINDR, quando analisamos os discursos de seus atores, conforme apresentaremos mais adiante.

Quanto à formação discursiva, constitui-se, para Foucault (1995), um conjunto de regras discursivas que determinam a existência de objeto, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias. Ao fazer a sua abordagem sobre as formações discursivas, Foucault (1995) tenta descrever as relações entre enunciados sobre o mesmo objeto - relações que podem ocorrer entre enunciados de atores do mesmo campo ou de campos distintos, como pudemos observar em nossa análise. Para esse filósofo, a análise do campo discursivo trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer as suas correlações com os outros enunciados a que possa estar ligado e de mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 1995, p. 31).

Para Pêcheux, a Análise do Discurso surge no seio da interdisciplinaridade, a partir de uma tríplice aliança inserindo-se na intersecção do linguístico, do histórico e do ideológico: recorre à História para explicar os fenômenos das formações sociais; à Linguística, para explicar os processos de enunciação; e à Teoria do Sujeito, para explicar a subjetividade e a relação do sujeito com o simbólico. “Por isso, foi inevitável para a Análise do Discurso romper com os postulados da linguística clássica, já que se define como o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado” (CARNEIRO; CARNEIRO, 2007).

Diferenciando-se tanto da língua quanto da fala, o discurso não deve ser considerado um simples ato do dizer e não significa simplesmente uma transmissão de informação. O discurso evoca uma exterioridade à linguagem – tanto a ideológica como a social.

Inicialmente, podemos afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas que necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas (CARNEIRO; CARNEIRO, 2007).

A Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentido como parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2005, p. 15-16). Por isso escolhemos a AD como instrumento metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa. A CAINDR é um fórum composto exatamente por esse cenário e por sujeitos que usam a tribuna para falar, expor as vozes, interesses e desejos dos sujeitos que representam, usam a tribuna para produzir sentidos, que é o processo de enunciação, como veremos mais adiante.

2.1 ANÁLISE DE DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DE SENTIDOS

A Análise de Discurso é uma técnica³⁷ que busca encontrar no texto as marcas ou pistas deixadas pelos processos sociais de produção de sentido. No estudo que faz sobre Comunicação e Discurso, Pinto (1999) define estes processos como o modo de apresentar os objetos no uso referencial da linguagem. Assim, a AD permite entender o processo de enunciação, ou seja, o próprio processo de produção de sentido, que ultrapassa as análises de conteúdos do dito por que não pertence à ordem do enunciado, mas da enunciação - por isso, o mais indicado seria falar em efeitos de sentido, os do sentido da recepção (BRAGA, 2000).

Como bem ressalta Pinto (1999, p. 23): “a análise de discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim

³⁷ Este termo é usado aqui no sentido sociológico de “princípios, métodos e meios para estudo e melhoramento prático da sociedade”.

em como e por que o diz e mostra”. Este autor acrescenta que, para a AD, o que interessa é explicar os modos de dizer exibidos pelos textos e esclarece, ainda, que esses chamados modos de dizer podem ser explicitados em modos de mostrar, de interagir e de seduzir. Ambos são usos da linguagem ou de outras semióticas que dizem respeito, respectivamente, à criação dos universos de discurso em jogo no processo comunicacional, à construção das identidades e relações sociais assumidas pelos participantes no processo comunicacional e, finalmente, à busca de consenso, pelo qual se distribuem os afetos positivos e negativos associados ao universo do discurso em jogo – cenário que se configura, inclusive, uma estratégia muito comum no campo político, conforme tivemos oportunidade de constatar em nossa análise discursiva.

Um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina, intitulado *Discurso e Memória*, acredita que a Análise de Discurso da linha francesa “pode ser não apenas uma metodologia eficaz, mas uma teoria e método que, ao se dedicar à interpretação de textos, instala uma importante reflexão epistemológica sobre o poder e a política, especialmente no campo do marxismo” (CESÁRIO; ALMEIDA, 2008, p. 122). Para estas coordenadoras do grupo, o que leva o pesquisador a aproximar-se da AD, a princípio, “são motivações de natureza puramente metodológica, isto é, a necessidade de maior rigor na interpretação e compreensão dos materiais empíricos - os textos”³⁸. No entanto, acrescentam esses autores, quando a busca por uma metodologia de investigação científica coloca o pesquisador em contato com a AD, logo se descobre que ela não é um campo exclusivo da Linguística, mas um entremeio com estreita relação com as Ciências Sociais.

Nesta pesquisa, como já foi dito anteriormente, considera-se a AD como uma abordagem teórico-metodológica essencialmente interdisciplinar – porque transita nos campos linguístico, histórico e ideológico - que possibilita a compreensão das estratégias discursivas em um determinado campo social. Esta ferramenta permite compreender o processo de produção de sentidos que se dá nas disputas simbólicas no campo político analisado neste trabalho, a fim de tentar responder se as diretrizes de políticas públicas construídas na CAINDR refletem o antigo e conhecido modelo desenvolvimentista que prioriza o avanço de fronteiras e de mercado na região, favorecendo a cultura do desmatamento e dando prosseguimento ao espoliativo que vem marcando a trajetória da Amazônia brasileira.

³⁸ Cesário; Almeida, 2008, p. 122.

2.1.1 Discurso e texto enquanto objetos da Análise de Discurso

Tomar a palavra jamais representa um gesto ingênuo, pois sempre está ligado a relações de poder. Como bem ressalta Foucault (1996, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, é o poder do qual nos queremos apoderar”.

O discurso pode ser visto como prática política e ideológica. Como prática política, o discurso estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas onde existe relação de poder. É uma arena de luta de poder e também arena delimitadora na luta de poder. Como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados do mundo de diversas posições nas relações de poder. A prática ideológica está submetida à prática política que se encontra em um nível superior. (PEDROSA, 2002)

Para Aristóteles (2005), o filósofo grego considerado o criador do pensamento lógico, o discurso é uma exposição metódica sobre certo assunto, um arrazoado que visa influenciar no raciocínio e nos sentimentos do público. Aristóteles retoma a distinção que o seu mestre e também filósofo grego Platão fez entre a crença e a ciência para opor o verdadeiro, que é próprio do campo da ciência, ao verossímil, que é próprio da retórica. Em suas reflexões, Aristóteles classifica o discurso em Lógico, Dialético, Poético e Retórico³⁹ – sendo este o mais usado no campo político.

Ressalte-se que a retórica é considerada uma das principais estratégias de sedução no jogo político - como se pode observar nos discursos dos atores da CAINDR. Adotando-se este tipo de estratégia, o enunciador visa convencer o seu público de que a sua tese é certa ou verdadeira, utilizando-se do modo de falar, dos gestos e até da maneira de se vestir como fatores de influenciá-lo ou persuadi-lo.

O texto, por sua vez, é o produto da atividade discursiva, o objeto empírico de análise do discurso; é a construção sobre a qual se debruça o analista para buscar, em sua superfície, as marcas que guiam a investigação científica. Como diria Pinto (1999, p. 24), o texto é o

³⁹ Aristóteles faz essa classificação conforme a finalidade e o grau de rigor que o método produz: o Discurso Lógico seria o método pelo qual se atinge a uma certeza absoluta no qual o axioma resultante é tido como verdadeiro e indubitável, pode ser produzido mecânica ou eletronicamente por engenhos e é indispensável, principalmente, na matemática. Já o Dialético, embora não pretenda alcançar a certeza absoluta, tenta obter a máxima probabilidade de certeza e veracidade que se verifica da síntese entre duas afirmações antagônicas (a tese e a sua antítese). No Discurso Poético, não importa o grau de certeza ou veracidade, pois a razão é abandonada em favor da ficção ou da fantasia e a estratégia para impressionar o público é tentar influir na sua emoção e não no seu raciocínio. No Retórico não há o menor comprometimento na busca da verdade, nem da sua demonstrável probabilidade: o orador ou escritor visa somente convencer o público de que a sua tese é certa ou verdadeira, utilizando-se do modo de falar, dos gestos e até da maneira de se vestir como fatores de influenciá-lo ou persuadí-lo. Este é o discurso dos políticos.

evento comunicacional, através do qual se “travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar ‘dar a última palavra’, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso”. No campo político, isso acontece, inclusive, nos pareceres emitidos por cada relator de projeto, que costuma resgatar o discurso do autor do projeto e/ou do relator designado em outra comissão para contrapor ao seu discurso - ou reforçar, em caso de parecer da mesma natureza.

A situação histórico-social de um texto, envolvendo não somente as instituições humanas, como ainda outros textos que se relacionem com ele, seria o contexto. Como uma espécie de moldura de um texto, o contexto envolve elementos tanto da realidade do autor quanto do receptor - e a análise destes elementos contribui para determinar os sentidos do texto. Portanto, a interpretação de um texto deve de imediato, saber que há um autor, um sujeito com determinada identidade social e histórica e, a partir disso, situar o discurso como compartilhado desta identidade.

Pode-se considerar o discurso como uma instância, com diria Bourdieu (2006, p. 173) de produção de uma realidade e razão das disputas de poder no campo político para impor a sua visão e fazê-la tornar-se aceita e predominante pelos demais agentes dos fóruns. Ou seja, o discurso não expressa uma ação, mas é a ação em si. (COSTA, 1999, p.159)

O discurso é considerado, ainda, a prática social de produção de textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando-se o seu *contexto* histórico-social, suas condições de produção; significa, ainda, que o discurso reflete uma determinada visão de mundo, necessariamente vinculada à do(s) seu(s) autor (es) e à sociedade em que vive(m).

Para Pinto (1999), definir discurso como prática social implica que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos sejam partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais. Portanto, acrescenta este autor, o papel do discurso é fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem em uma sociedade.

O entremeio de disciplinas forma um espaço significativamente favorável para que se proponha tal reflexão. Daí considerar-se, pelos ensinamentos de Pêcheux, a reflexão discursiva uma prática genuinamente interdisciplinar; seria um espaço de confronto das ciências, um espaço de discussão e compreensão cujo objeto estudado é o discurso.

Com essas abordagens distintas, percebe-se que existem diferentes possibilidades de compreensão de um problema posto diferentemente por cada autor. O que significa que não

há uma "teoria" mais aceita atualmente, mas caminhos teóricos que respondem e co-respondem em parte às necessidades de reflexão que se apresentam.

2.1.2 Enunciado e Enunciação: o que se diz e como se diz

A Teoria Enunciativa é atribuída a Bakhtin, para quem o enunciado seria a unidade concreta e real da comunicação discursiva - uma vez que o discurso só pode existir na forma de enunciados concretos e singulares, pertencentes aos sujeitos discursivos de uma ou outra esfera da atividade e comunicação humana (BAKHTIN, 1985 apud RODRIGUES, 2004).

O ato de produzir um enunciado, de manifestar ideias e ações por meio dos signos, constitui o que se chama de 'enunciar'. O 'sujeito enunciator' faz incursões no universo dos códigos, principalmente ao da fala, pretendendo com isso, comunicar-se com o outro. Pode-se dizer que o enunciado seria um conjunto de signos, do qual nos apropriamos, é trabalhado pela Análise de Conteúdo e não existe isoladamente, pois sempre pressupõe enunciados que o precedem e que o sucederão, ou seja, tem a sua base atual, anterior e posterior, funcionando apenas como elo de uma cadeia complexa e contínua da comunicação discursiva - e não podendo ser estudado fora desta. O enunciado trabalha estilos verbais e organização, está na ordem do dito, ou seja, é o que se diz e pode ser repetido.

O enunciado, que é o objeto textual, resulta da enunciação – a qual não se repete como o enunciado, mas constitui-se no *modo de dizer*. A enunciação é trabalhada pela Análise de Discurso e não existe fora de um contexto sócio-ideológico, em que cada locutor tem “horizonte social” bem definido, ela é considerada um instrumento de mediação entre o discurso e o contexto sócio-histórico-ideológico.

A enunciação distribui o saber de diferentes modos e obtém efeitos também diferenciados, ou seja, a enunciação é a instância de mediação entre as estruturas narrativas e discursivas que pressuposta no discurso, pode ser reconstruída a partir das pistas e marcas que se espalham no discurso. Na enunciação há tantos sentidos quanto os diversos contextos em que aparece. Ressalta-se que o sentido da enunciação não está no indivíduo, nem nas palavras, nem nos locutores, mas na interação entre locutor e receptor. É a interação, por sua vez, constitui-se o veículo principal na produção de sentidos.

Quanto aos sujeitos, pode-se dizer que o sujeito da enunciação seria a imagem:

- a) que se tenta passar do receptor do texto e não representa o receptor real;

b) que se tem do receptor, para que este se reconheça;

c) que o campo da enunciação faz do receptor relativo a uma representação do discurso.

Portanto, seria a maneira pela qual o *Eu* se define no próprio discurso, a troca dialógica entre personagens que se comunicam sem perder a individualidade. Para alguns estudiosos, o enunciador (sujeito da enunciação) pode ser definido como o destinador-manipulador, responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o destinatário a crer e a fazer.

Ressalte-se que a manipulação do enunciador é exercida com um fazer persuasivo, enquanto ao enunciatário (aquele que recebe a mensagem), cabe o fazer interpretativo. Tanto a persuasão de um quanto a interpretação do outro se realizam “no” e “pelo” discurso.

O enunciador não produz discursos verdadeiros ou falsos, mas fabrica discursos que criam efeitos de verdade ou de falsidade que “parecem” verdadeiros ou falsos e como tais são interpretados.

Já o sujeito do enunciado seria aquele que aparece como personagem do texto, seria a imagem que o autor (emissor) tenta construir sobre ele mesmo, ou seja, é o que o emissor quer fazer crer de si mesmo. Ressalta-se que este não é o total responsável pelas representações que estão no texto dele, trazendo, assim, outras questões – seja de forma consciente ou inconsciente.

2.1.3 Dialogismo e Polifonia como aspectos da linguagem

Para Bakhtin (1987), o processo no qual os indivíduos constituem-se como sujeitos ocorre através do dialogismo – proposto por este autor para abordar a relação em que o *Eu* só se constitui pela existência do outro (alteridade), ou seja, em diálogo com o outro. No Dialogismo, o sujeito interage com outros discursos, rejeitando-se a noção de sujeito individual.

O princípio dialógico é permeado pela concepção de linguagem, uma vez que o dialogismo é a “característica essencial da linguagem e seu princípio constitutivo, muitas vezes mascarado, de todo discurso. O dialogismo é a condição do sentido do discurso” (BARROS, 2003, p.2). É através do diálogo que se estabelece uma interação verbal, um

aspecto do dialogismo. Neste sentido, o sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes vozes sociais, tornando-se um sujeito histórico e ideológico.

As vozes que falam e polemizam no texto, reproduzindo, assim, o diálogo com outros textos, constituem outro aspecto do dialogismo, a chamada intertextualidade – a dimensão primeira da qual o texto deriva (BARROS, 2003, p. 4). Para distinguir a multiplicidade de vozes presente em certos textos, do dialogismo constitutivo de todo discurso, lança-se mão da polifonia, outro conceito importante na obra de Bakhtin.

Quando os enunciadores variam e as vozes que dialogam e polemizam refletem posições sociais e ideológicas distintas e o discurso se constrói no cruzamento dos pontos de vista, diz-se que a polifonia atinge a sua plenitude (BRAGA, 2000). Embora Bakhtin trabalhe com os conceitos de polifonia e dialogismo, ele diz que só há polifonia porque existe o caráter dialógico da linguagem, mas os dois são diferentes - apesar de estarem presentes em qualquer discurso. Ao verificar a presença do dialogismo em um artigo de opinião, Rechdan (2003) diz que “não devemos confundir dialogismo com polifonia porque há gêneros dialógicos polifônicos (vozes polêmicas) e gêneros dialógicos monofônicos - uma voz que domina as outras vozes”⁴⁰.

Todo e qualquer gênero discursivo é dialógico e pode ter característica mais polifônica ou monofônica. Ao se produzir um texto, produz-se para alguém, a fim de interagir. Essa interação é fruto da relação dialógica. O dialogismo é constitutivo da linguagem, fazendo parte da interação entre sujeito e receptor, emissor e receptor.

A Polifonia é diferente, constitui-se de vozes que polemizam dentro do texto e estão em permanente disputa. Apesar disso, há a prevalência não-explicita de um discurso, ou seja, uma prevalência mascarada. Para Bakhtin (1987), a polifonia inscreve-se, então, na problemática mais ampla da heterogeneidade discursiva, a qual põe em questão a unicidade do sujeito falante. Dessa forma, a polifonia ajuda a identificar as estratégias para impor o poder, o qual, segundo Foucault (1995) é um exercício relacional. A heterogenia não é sinônima de polifonia. Para Authier-Revuz (1990), representa marcas utilizadas para construir o ato discursivo, podendo ser uma manifestação verbal ou não.

⁴⁰ Maria Letícia de Almeida Rechdan, então professora colaboradora do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté, analisou um artigo de opinião publicado no dia 01 de abril de 2000 na Folha de São Paulo. Para conferir a sua análise, intitulada *Dialogismo ou Polifonia*, ver Referências.

2.1.4 Lugar de Fala: quem fala e quem está por trás da fala

No estudo de um discurso, o que circunscreve a nossa atenção é a sua dimensão em que aparece como ‘fala’. No processo de enunciação, as falas são vividas pelos falantes não como conceitos ou ideologias, mas como atos históricos, específicos, situacionados – e, portanto, narráveis. Isso acontece, principalmente, no campo político, como veremos mais adiante na apresentação da nossa análise discursiva. Neste campo, os atores fazem do momento de sua fala na tribuna um verdadeiro espetáculo, adotando estratégias discursivas para agregar valor ao capital simbólico capitalizado pelo discurso.

Proposto como um conceito no espaço do enunciado, o lugar de fala trata-se de um conceito metodológico bastante adequado para estudos em que seja usado como instrumento para trabalhar materiais empíricos – colocando-lhes questões e organizando a sua observação. Sendo um lugar construído ou ocupado pelo discurso (especificamente no seio da inter/extra-discursividade), o lugar de fala não corresponde ao “contexto”, mas ao lugar construído pelo discurso nesse contexto – segundo o qual a realidade se constitui em sentido (BRAGA, 2000, p. 168).

Para Braga (2000), todo discurso é uma resposta e nesse sentido busca uma pertinência – ou se esforça por construir a *sua* pertinência com aquilo a que responde. Buscar o lugar de fala de um discurso é procurar observar em que lugar (em que ângulo, perspectiva) essa pertinência acontece – um lugar em que a fala *faz* sentido. Para Braga (2000, p. 162), toda fala (texto, discurso, etc.), necessariamente, faz sentido em algum lugar.

No entanto, este autor esclarece que esse lugar de sentido não é inteiramente pré-existente à fala: ele se constrói na trama entre a situação concreta com que a fala se relaciona, a intertextualidade disponível e a própria fala como dinâmica selecionadora e atualizadora de ângulos disponíveis e construtores da situação interpretada.

Da construção de uma determinada ‘lógica’ no trato de uma situação concreta, decorre a estruturação interna da fala. “Essa lógica, enquanto articulação da fala pode ser chamada de lugar da fala” (BRAGA, 2000, p. 163). Este autor ressalta que é preciso observar em que lugar a fala faz sentido, ou seja, qual é a sua lógica, ou ainda, que ‘coerência’ entre fala e situação estrutura esse conjunto, de tal forma que, por sua inserção em tal estrutura, a fala seja portadora de sentidos.

Pode-se citar como exemplo o caso dos 67 projetos voltados para a criação de Distritos Agropecuários nos estados do Amazonas, Amapá e Roraima apresentados durante a

52ª Legislatura, conforme veremos no capítulo III deste trabalho. Para alguns parlamentares da CAINDR, essas 67 proposições eram portadoras de sentidos controversos e surtiram efeitos negativos (seja por interesses e disputas eleitorais ou por defesa da região), levando-os a rejeitar a sua grande maioria. Provavelmente, o lugar da fala dos discursos contidos nessas proposições não era a comissão, mas certamente tais discursos faziam sentido entre pecuaristas e possíveis patrocinadores de campanhas eleitorais dos autores desses projetos.

Consideramos essa discussão de grande importância, uma vez que a análise dos significados e dos sentidos das falas dos membros da comissão da Amazônia nos permite compreender a lógica de seus discursos. Além disso, ajuda a identificar os atores que os parlamentares representam em suas falas, como também as vozes que ecoam em seus discursos e o modelo de desenvolvimento que constroem e defendem na CAINDR para região amazônica.

2.2 DESENVOLVIMENTO: RAÍZES, CONCEPÇÕES E PARADIGMAS

Os fundamentos e pressupostos do desenvolvimento datam do século XVIII (Iluminismo e Revolução Industrial), mas só ganham repercussão após a II Grande Guerra no século XX. No Iluminismo, a natureza passa a ser considerada objeto de controle e de livre utilização para o homem - e a ciência passa a atuar no desenvolvimento de novas técnicas de produção econômica. Enquanto o Iluminismo seria o projeto técnico-científico, a Revolução Industrial seria a concretização da vida material (MOTA, 2001) e os seus desdobramentos em busca de novas tecnologias favoreceram o processo de desenvolvimento, “permitindo o aumento da produção de bens e serviços pela via da intensificação do trabalho, com longas jornadas de um trabalho mal remunerado, ao mesmo tempo em que aumentava a produtividade também pela via da inovação tecnológica” (CASTRO, 2010, p.4-5).

Em uma abordagem concisa, e ao mesmo tempo, densa e esclarecedora sobre desenvolvimento, seus conceitos e histórico, Castro (2010) nos convida a refletir sobre os muitos significados deste termo. Nessa abordagem, esta socióloga reconstitui a trajetória do debate intelectual e político sobre desenvolvimento e meio ambiente e analisa a Amazônia sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Ao falar da concepção do termo desenvolvimento, nas teorias do século XX e crescimento econômico, Castro (2010) mostra que as ciências sociais (especialmente a

economia) produziram um conjunto de conceitos e teorizações que ficou conhecido como ‘teorias e princípios do desenvolvimento’, procurando interpretar como as sociedades conseguiram organizar seu processo produtivo em função do aproveitamento dos recursos naturais e aumento da produtividade.

Ao citar Diesel (1995), Castro (2010) nos mostra que, nessa época, o teor social e ambiental não eram componentes do conceito de desenvolvimento, não sendo, portanto, considerados “os impactos sociais e ambientais gerados pelo crescimento econômico, pela intensificação da tecnologia e pelo aumento de produtividade e de competitividade” (CASTRO, 2010, p.4). A inserção dos aspectos sociais e ambientais no conceito de desenvolvimento resultou de importantes conferências e de documentos elaborados a partir da década de 70 do século passado⁴¹.

Considerado uma categoria do pensamento moderno, o conceito de desenvolvimento tem sofrido influências do evolucionismo e tem sido associado ao progresso e à modernização. Suas raízes estão em modos muito antigos de se compreender as relações entre o homem, a natureza e a sociedade (RAMAGEM, 1998) e a busca dessa compreensão dar-se-á a partir de pensadores que influenciaram o pensamento ocidental moderno quanto à natureza humana, à constituição da sociedade e ao papel do governo, unindo-se, assim, as relações políticas, econômicas e históricas com a ideologia (DUMONT, 1977 apud RAMAGEM, 1998, p. 41).

A chamada ‘ideologia do desenvolvimento’ ganhou espaço após a Segunda Guerra Mundial, que permitiu que várias colônias européias na África e na Ásia virassem Estados-Nação a partir do fim do colonialismo. Assim, em sua concepção moderna, a ideia de desenvolvimento estaria ligada à de (re) construção de nação.

⁴¹ Em 1968, foi criado o Clube de Roma que, em 1972 publicou o relatório “Os Limites do Crescimento”, o qual apresenta uma simulação da evolução da população humana com base na exploração dos recursos naturais, com projeções para 2100 – prevendo uma redução drástica da população devido à poluição, perda de terras aráveis e da escassez de recursos energéticos. Também em 1972, foi realizada a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Ambiente Humano (nome oficial), denominada, ainda, de Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente ou 1ª Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente ou simplesmente Estocolmo-72. Esta foi a primeira convenção global para discutir questões ambientais e o seu principal resultado foi a Declaração da ONU sobre o Ambiente Humano, mais comumente chamada de Declaração de Estocolmo, na qual se define 27 princípios que devem ser respeitados sobre os cuidados relativos ao ambiente e aos seres humanos. Esta declaração é o resultado mais significativo daquela conferência. Com isso, a questão ambiental assumiu o caráter global, estando, a partir de então, presente em todas as negociações internacionais, surgindo o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi, Kenya, cujo objetivo é viabilizar-se como mecanismo institucional para tratar de questões ambientais no âmbito das Nações Unidas.

As questões sobre o desenvolvimento cresceram a partir da concepção popular durante o pós-guerra de que havia uma obrigação por parte das nações mais ricas de ajudar as mais pobres. Assim, durante as décadas de 1950, 1960 e início da década de 1970, os governos tornaram-se promotores do desenvolvimento, dentro ou fora de suas próprias fronteiras. (RAMAGEM, 1998, p.45)

Os governos eram assim considerados por causa de algumas de suas características básicas, como o fato de aparecerem como organizações dominantes que gozavam do benefício de associações universais e compulsórias e por suprirem os mercados com os contornos das regras de operação. Pensava-se, ainda, que o seu papel era o de proteger segmentos mais incipientes da economia, bem como suprir os bens públicos, tais como a lei civil, estruturas de transportes, comunicação, educação e serviços de saúde, entre outros (RAMAGEM, 1998).

Dessa forma, supõe-se que o desenvolvimento era um problema de política e política era o negócio dos governos. Para Spencer (1986), era justamente a intervenção governamental que prevenia o nascimento natural da sociedade industrial, a evolução seria o progresso da sociedade em busca de condições sociais perfeitas, como também o desenvolvimento do sistema mundial. Portanto, evoluir significaria produzir mais (desenvolvimento como progresso); seria a ideia de expansão e desenvolvimento associada ao aumento da produção material: uma visão puramente mecânica e racional. Para Mota (2001), o excesso de mercantilização nas novas relações de produção na sociedade industrial difundiu-se muito rapidamente – transformando o homem em insumo de baixo custo no primeiro grande ciclo de acumulação capitalista.

É nesse contexto que se forma uma forte revolta contra o novo sistema fabril (“Abaixo as máquinas!”) e surgem várias concepções da Economia Social (valores cooperativos, etc.). Porém, é o marxismo que se destaca: conflitos de classes e conflitos distributivos: pobreza *versus* riqueza, abundância *versus* escassez, etc. Com isso, a noção de desenvolvimento como progresso mostra suas limitações, principalmente as de natureza política e social (MOTA, 2001).

A industrialização e a urbanização provocaram enormes vertigens por força de profundas alterações nas formas de trabalho, na tecnologia, na produtividade, nas aglomerações humanas, nos meios de comunicação etc., o que abalou as estruturas sociais cristalizadas e varreu rotinas e referências estabelecidas. As mentes autoconfiantes chamavam tudo isso de "progresso", conceito que refletia melhor o entusiasmo por essas realizações do que seus efeitos perversos. (FRIDMAN, 1999, p. 356)

Em alguns dicionários de português, a palavra ‘desenvolver’ quer dizer ‘fazer crescer’, tornar maior ou mais forte’. O conceito de desenvolvimento tem sido empregado com sentidos diversos e, frequentemente, de forma intercambiável com o conceito de

modernização, expressando teorias e ideologias contraditórias entre si. No entanto, há uma grande diferença entre os conceitos de modernização e desenvolvimento. Ao tentar fazer essa distinção, Ramagem (1998) diz que a modernização encontra-se amparada na aquisição de novos conhecimentos ou tecnologias, bem como no investimento de recursos humanos e/ou materiais. O desenvolvimento teria, segundo a autora, o objetivo de “erradicar o desequilíbrio no acesso diferencial a novas tecnologias ou conhecimento” (RAMAGEM, 1998, p. 41). Para ela, é justamente a inclusão do componente humanístico que separa os dois conceitos.

Percebe-se que as diversas maneiras de entender e implementar o desenvolvimento permitem criar modelos distintos de desenvolvimento, principalmente a partir de seus dois paradigmas básicos: Modernização e Subdesenvolvimento. No entanto, um conjunto de teorias denominado por Ramagem (1998), como Paradigma Antidesenvolvimentista opõe-se à industrialização e à urbanização desenfreadas e defende o uso de ‘tecnologia alternativa’, compreendida como a junção da simplicidade, baixo-custo, pequena escala e não-violência.

2.2.1 Principais Paradigmas: Modernização e Subdesenvolvimento

Fundamentadas na Teoria da Modernização, as Teorias do Desenvolvimento foram amplamente divulgadas na década de 1950. Como foi dito anteriormente, no pós-guerra, o poderoso sistema colonial do mundo euro-americano começa a se desfazer, especialmente por causa dos movimentos de descolonização. A industrialização avança, resultando na explosão mundial da modernização.

Com isso, especialmente nos anos de 1950, os conceitos de modernização e de desenvolvimento foram relacionados à industrialização que, para alguns estudiosos, como Raúl Prebisch (apud SOUZA, 1999), seria o único caminho para o desenvolvimento. Para Piotr Sztompka (1998), a industrialização pesada, o deslocamento do setor agrícola para o industrial, a vasta proletarização, urbanização caótica, o controle da população pelo aparato burocrático e autocrático do estado marcam a Era da Modernização. Em uma palestra⁴² proferida na Universidade de São Paulo (USP), o historiador e cientista político Raymundo Faoro diz que a modernidade não pode perder de vista a cidadania, um caminho que, na opinião dele, só os países modernos e não modernizadores, percorreram e explica que:

⁴² Conferência realizada em 31 de março de 1992, no Instituto de Estudos Avançados da USP, que posteriormente foi publicada como artigo. Ver Referências.

Fundamentalmente, a modernização é um traço de linhas duplas: a linha do paradigma e o risco do país modernizável. Quando ela, a modernização, se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente - com muitos nomes e de muitas naturezas - que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes (FAORO,1992, p.9).

No Brasil, o conceito de modernização surgiu no seio do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 para estudar o desenvolvimento econômico e elaborar alternativas para a América Latina. Sua missão era diagnosticar problemas de cada país latino-americano e identificar os obstáculos ao seu desenvolvimento. Para Mantega (1995, p. 32), “esta (CEPAL) se constitui um marco teórico decisivo para gestação das principais teses sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento periférico que animaram a discussão teórica latino-americana do pós-guerra”.

Já na década de 1960, a maioria dos países do Caribe, Ásia e África livra-se do controle político europeu e Cuba se liberta dos EUA. Nos anos 1970, o Vietnã e o Afeganistão conquistam sua independência. É a chamada Era da Fragmentação, marcada pela ausência de um centro imperial e pela fragilidade das supostas supremacias políticas e culturais. Nesse cenário político, verifica-se a lenta erosão dos alicerces econômicos do denominado mundo moderno.

O Paradigma da Modernização teria nascido, basicamente, das perspectivas de Weber e Durkheim no sentido de focalizar “o papel dos valores e atitudes que afetam o comportamento das pessoas e, assim, as suas respostas a mudanças sociais preexistentes ou a criação das mesmas (WEBSTER⁴³, 1984, p. 64 apud RAMAGEM, 1998, p. 45). Além disso, estaria intrinsecamente ligado ao enfoque dualístico da tradição *versus* modernidade.

Muitos teóricos da modernização⁴⁴ partiram dessa dicotomia (tradição *versus* modernidade), enfatizando o estudo dos valores e as normas dos dois tipos de sociedade e seus sistemas econômicos, posto que uma mudança nos *valores*, atitudes e normas das pessoas das sociedades tradicionais, era um passo necessário para a mudança de uma sociedade tradicional a uma sociedade progressiva, inovadora e, por isso, moderna.

Para Eisenstadt⁴⁵ (1966 apud RAMAGEM, 1998, p. 49), a noção de modernização traz consigo um tipo de colonialismo, uma imposição de ideias européias ocidentais sobre o

⁴³ O livro de Andrew Webster consultado por Ramagem chama-se *Introduction to the sociology of development*, da editora norte-americana Humanities Press International.

⁴⁴ Sztompka (1998) e Gino Germani (1974) analisam a modernidade e fornecem acepções teóricas; Anthony Guiddens (1991) reforça as consequências da modernização na vida social e política mundial.

⁴⁵ Sergei Eisenstadt lançou *Modernization: protest and change* pela editora Prentice Hall nos Estados Unidos.

Terceiro Mundo. “Para o paradigma da modernização o desenvolvimento é basicamente uma estrada a ser viajada pelas áreas menos desenvolvidas, as quais devem vencer os obstáculos da modernização, de forma a seguir de forma linear o caminho da prosperidade” (RAMAGEM, 1998, 47). Essas estradas, como bem situou Faoro (1992), devem seguir o rumo da cidadania. No entanto, na avaliação deste historiador, o que houve no Brasil foi uma perversão no processo nacional de implantação do liberalismo econômico, baseado na irracionalidade, levando o país a tentar queimar etapas no processo de desenvolvimento e a viver ímpetos de modernização, mas não a modernidade em si.

Para Faoro (1992), a *modernidade* estaria vinculada à toda a sociedade, revitalizando e removendo papéis sociais, ampliando o raio de expansão de todas as classes, enquanto que a *modernização*, pelo seu toque voluntário, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que privilegia a si e aos setores dominantes.

Na modernização não se segue o trilho da "lei natural", mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. Traduz um esquema político para uma ação, fundamentalmente política, mas economicamente orientada, para usar a língua de Weber. (FAORO, 1992. p. 3)

Quanto ao Paradigma do Subdesenvolvimento, também denominado de Paradigma da Economia Política ou Marxista, este vê os homens como seres racionais que agem primordialmente no interesse de suas sociedades. Nesta perspectiva, o desenvolvimento é visto como um meio e não um fim, sendo, então, uma liberação para a humanidade - a qual viria através de uma mudança radical das instituições, abrindo o caminho para uma tecnologia mais racional e com maior interação ambiental (WEAVER; JAMESON⁴⁶, 1978 apud RAMAGEM, 1998, p. 47).

Os teóricos do subdesenvolvimento têm empregado os trabalhos de Marx no sentido de explicar as desigualdades da economia mundial. Para eles, as três fases históricas do desenvolvimento capitalista (capitalismo mercantil, colonialismo e neocolonialismo) seriam estágios distintos de exploração do Terceiro Mundo pelo capitalismo industrial (modernos *versus* tradicionais).

É importante ressaltar que, enquanto os Paradigmas da Modernização e do Subdesenvolvimento veem a industrialização como objeto desejado do desenvolvimento, o Paradigma Antidesenvolvimentista opõe-se a essa possibilidade, concebendo o desenvolvimento como expansão industrial desenfreada e crescimento urbano, uma espécie de ‘capitalismo selvagem’.

⁴⁶A abordagem de James H. WEAVER e Kenneth P. JAMESON sobre desenvolvimento pode ser vista em *Economic development: competing paradigms, competing parables* (EUA:DSP Occasional Paper n° 5, USAID).

De qualquer forma, pode-se extrair um grande número de modelos de desenvolvimento dos três paradigmas, principalmente dos dois primeiros devido aos seus impactos nos setores econômicos, políticos e sociais. Em alguns modelos, a agricultura será privilegiada, em outros, a industrialização, em outros, a urbanização, etc. Seja qual for o padrão, o debate sobre desenvolvimento está longe de ser esgotado, pois a realidade ainda é muito mais dinâmica do que as teorias.

2.2.2 Sustentabilidade e um novo modelo de desenvolvimento

A ideia de sustentabilidade é mais recente do que a de desenvolvimento, que, por sua vez, se estabeleceu pela construção de problemas, pela aplicação de soluções e pela criação de “anomalias”, tais como analfabetos e subdesenvolvidos, os quais deveriam ser tratados e reformados. As transformações na Teoria do Desenvolvimento Econômico dos últimos 20 anos foram inevitáveis. Entretanto, conforme exposto anteriormente, não há um rompimento completo dos antigos modelos de desenvolvimento, “mas um processo mais complexo de transição e deslocamento de padrões relacionais, que repõe os nexos – e permite novas recombinações entre as dimensões econômica, social e política” (SILVEIRA, 2005).

Assim, por volta dos anos de 1980 e 1990, surgem novas acepções ou rotulações do desenvolvimento, como desenvolvimento endógeno, local, sustentável e outros, ampliando os paradigmas de desenvolvimento e buscando novas conceituações. É neste contexto que surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável, emergindo em um esforço para abordar os problemas ambientais causados pelo crescimento econômico. Este termo foi formalizado em 1987, no Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas⁴⁷.

Em 1992, foi realizada a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92, exatamente vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, na Suécia. Na Rio-92, o discurso

⁴⁷ O debate sobre as questões ambientais foi retomado no início dos anos de 1980 pela ONU, que indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada para estudar o assunto. Como resultado, a comissão elaborou o Relatório Brundtland, também chamado de Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), em 1987. Este documento indica uma série de medidas que devem ser tomadas para promover o desenvolvimento sustentável, definido pelo relatório como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”.

de sustentabilidade assume nova dimensão planetária e passa a ser um compromisso firmado por mais de 170 países. O seu principal resultado é a “Agenda 21”, cuja meta seria preparar o mundo para os desafios do século XXI - estabelecendo um novo padrão de desenvolvimento – amparado no tripé ‘justiça social, proteção ambiental e eficiência econômica’. É um programa de ação para ser aplicado em esferas global, nacional e local, por organizações das Nações Unidas, governos, setor privado e grupos locais, nas diversas áreas onde se verificam impactos significativos no meio ambiente. Representa uma estratégia conjunta, um plano de ação para melhorar a qualidade de vida em todas essas esferas, garantindo a sustentabilidade do Planeta.

Ao lado da sustentabilidade econômica e da sustentabilidade sócio-política, a sustentabilidade ambiental constitui-se, hoje, um dos pilares do desenvolvimento sustentável. De uma maneira simplista, pode-se dizer que a sustentabilidade ambiental consiste na manutenção das funções e componentes dos ecossistemas, a sustentabilidade econômica num conjunto de medidas que incorporam preocupações e conceitos ambientais e sociais. Já a sustentabilidade sócio-política estaria centrada no equilíbrio social⁴⁸. Isto significa adotar iniciativas sociais, econômicas e ambientais que melhorem a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, planejando os diferentes usos dos recursos naturais para atender às necessidades humanas e promovendo o chamado Desenvolvimento Sustentável.

Planejar a sustentabilidade no âmbito regional significa considerar as esferas global e local ao mesmo tempo nas relações entre sociedade e meio ambiente. Além disso, como bem ressalta Mathis [s.n.t] no artigo intitulado “Instrumentos para o Desenvolvimento Sustentável Regional”, é preciso considerar, ainda, as peculiaridades de cada região na construção do modelo de desenvolvimento⁴⁹.

Sustentabilidade ambiental no nível regional significa organizar as relações entre sociedade e natureza de uma maneira que os fluxos energéticos e materiais que resultam dessa relação estejam, por um lado, encaixados dentro de um fluxo sustentável no nível global, e por outro lado, adequados às diversas condições ecológicas locais. Isso pressupõe reconhecer que cada região conforme sua dotação ecológica exige um modelo de desenvolvimento diferente, e que não existe a possibilidade de transferir ou copiar experiências de outras regiões. Planejamento para o desenvolvimento regional significa elaborar peças únicas (MATHIS, s.n.t).

⁴⁸ As Nações Unidas, através das Metas de Desenvolvimento do Milênio, procura garantir ou melhorar a sustentabilidade ambiental através de quatro objetivos principais: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos naturais; reduzir de forma significativa a perda da biodiversidade; garantir acesso à água potável e saneamento e combater a pobreza.

⁴⁹ Texto produzido no âmbito do Grupo de Pesquisa Amazônia 21, sem notas tipográficas (s.n.t). Nesse artigo, o cientista político Armin Mathis faz uma reflexão sobre alguns instrumentos para implementar o desenvolvimento sustentável, além de provocar uma “discussão das suas possíveis adequações para a Amazônia e sobre as formas de fortalecimento do capital social levando em consideração que qualquer atitude de aumentar a capacidade de auto-organização e autogestão no nível local é uma contribuição para a democratização”.

Nesse mesmo artigo, este cientista político diz que uma política de desenvolvimento que tenta operacionalizar essas regras de atuação para alcançar a sustentabilidade regional precisa, necessariamente, ser abrangente, intervindo, ao mesmo tempo, nas dimensões ambiental, econômica, social e institucional. Para ele, a sustentabilidade deve se manifestar em cada dimensão de uma forma diferente⁵⁰.

Essas dimensões devem permear as tomadas de decisões para mudanças globais. Para adotá-las no seu conjunto, é preciso planejar as ações – e reconhecer que os recursos naturais não são inesgotáveis. O desenvolvimento sustentável é uma questão complexa e a aplicação de seus princípios envolve e exige mudanças no modo de produção vigente, bem como do próprio consumo, modificando sensivelmente a forma de pensar e de viver. O planejamento requer a reorganização do uso dos recursos naturais e a forma como os seus benefícios são compartilhados. Esta é uma estratégia, uma indicação de rumo a ser tomado para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Sobre os elementos de estratégia com esse objetivo, Fearnside (1997) chama a atenção para o fato de que a estratégia deve ser baseada no que é mais provável para proporcionar uma base econômica de suporte para uma população – um suporte que define o desenvolvimento sustentável. Para este pesquisador, o mais provável é “transformar algo que é sustentável em desenvolvimento do que tentar fazer com que uma forma de desenvolvimento não-sustentável se converta em sustentável” (FEARNSIDE, 1997, p. 317). Como exemplo do que seria essa transformação, este pesquisador traduz:

Em vez de tentar prolongar a vida das pastagens por meio de adubos e mudanças nas espécies de capim, é melhor começar com a floresta tropical, que já se provou sustentável por milhares de anos de existência, e encontrar maneiras de introduzir no mercado os serviços que a floresta oferece (FEARNSIDE, 1997, p. 317)

Vender os serviços ambientais das florestas como base de desenvolvimento sustentável seria uma estratégia de longo prazo, porém precisa ter critérios imediatos. Quanto vale um serviço ambiental para manter uma floresta como a Amazônia, por exemplo? Até quanto as pessoas e países estão dispostos a pagar para manter as florestas? Até onde conseguem abrir mão do próprio lucro em prol da natureza? Quantos estão dispostos a mudar o seu estilo de vida e reduzir o consumo para manter a estabilidade dos ecossistemas, sustentar a população que habita as florestas (que precisam de respostas a curto prazo) e evitar perdas do patrimônio da floresta? É preciso reconhecer, como foi dito anteriormente, que os

⁵⁰ Acrescentaríamos, ainda, as dimensões tecnológicas, culturais e políticas.

recursos naturais são esgotáveis e que o seu uso implica em impor limites – e mudanças no modo de produção e na maneira de viver.

Reconhecer é uma atitude que geralmente advém de uma reflexão. Reconhecer o limite no uso dos recursos naturais ou reconhecer o direito do próximo e a necessidade de desenfrear a acumulação capitalista, ter preocupação com o desequilíbrio ambiental e com o mundo de amanhã. É preciso planejar, construir e aplicar uma política de desenvolvimento que inclua aquelas dimensões. Esse planejamento e reconhecimento são mais do que necessários. Como bem ressalta Castro (2010, p.11), é preciso reconhecer que as gerações futuras têm o direito a gozar de um ambiente saudável e das riquezas naturais – e aceitar que o crescimento econômico possa ir na contracorrente da concentração de renda, reduzindo a pobreza, a miséria e a injustiça.

O conceito de desenvolvimento sustentável expressa o desejo, ou a meta, de se encontrar uma outra via de desenvolvimento que não seja simplesmente o crescimento econômico. Um outro desenvolvimento que desse conta da questão social e da pobreza que cresce no mundo, como uma dimensão da justiça social. E que fosse um desenvolvimento ambientalmente sustentável. Isso queria dizer conseguir um equilíbrio ambiental como um compromisso ético (CASTRO, 2010, p. 11).

Dessa forma, o Desenvolvimento Sustentável seria uma tentativa de explorar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente e, como ressalta Banerjee (2003), envolve uma racionalidade do mundo dos negócios, a lógica de mercado e da acumulação capitalista para determinar o futuro da natureza. Por isso, critica o Desenvolvimento Sustentável que, para ele, “ao invés de representar a quebra de um paradigma teórico, é subsumido sob o paradigma economicista dominante” (BANERJEE, 2003, p. 76).

Para Banerjee (2003), seria necessário situar o discurso do Desenvolvimento Sustentável dentro do discurso mais geral do desenvolvimento que, para ele, tornou-se apenas uma nova nomenclatura para o crescimento econômico: “A lógica era de que o crescimento econômico deveria ser maximizado, o que traria alívio para a pobreza pela criação de riqueza, a qual poderia ser usada para resolver problemas *sociais*” (BANERJEE, 2003, p.79). É uma lógica contraditória, porém, presente no discurso da maioria dos atores da CAINDR, como veremos mais adiante. Em nossa análise constatamos, exatamente, que muitos membros desta comissão fazem fervorosa defesa do crescimento econômico como uma solução para a pobreza na Amazônia – mesmo quando falam em defesa do desenvolvimento sustentável, mostrando, claramente, esse uso indevido do termo.

Redclift (2003) diz que a sustentabilidade tem sido propriedade de diferentes discursos que têm se enfrentado na arena dos interesses internacionais – e nacionais, regionais e locais

também, como veremos mais adiante nos discursos analisados nesta pesquisa. De maneira crescente, a “sustentabilidade” foi se separando do meio ambiente e a sustentabilidade ambiental foi confundida com questões mais amplas de equidade, governabilidade e justiça social, sendo usada como “sufixo” para quase qualquer coisa julgada desejável. Este autor acrescenta, ainda, que muito da “retórica ambiental” falha em reconhecer que os objetivos ambientais e sociais são diferentes e, às vezes, contraditórios. Para ele, a natureza crescentemente discursiva da política ambiental internacional apresenta outros perigos, esquecendo-se o fato de que o debate natureza/cultura está sendo materialmente rescrito através da genética e da informática.

Sobre a nova linguagem do Desenvolvimento Sustentável, Banerjee (2003) diz que a compreensão científica, a cidadania, os direitos das espécies e a equidade intergeracional obscurecem as desigualdades e distinções culturais que cercam os recursos naturais. Para ele, o discurso do Desenvolvimento Sustentável é uma nova retórica de legitimação do mercado, do capital transnacional, da ciência, da tecnologia e os vários discursos em torno deste desenvolvimento precisam ser desmascarados e desconstruídos.

Esse debate indica a necessidade de focalizar e rever tanto a ideia de sustentabilidade, como o conceito e a aplicação do termo desenvolvimento. Os impactos causados ao meio ambiente em nome do desenvolvimento econômico são significativamente mais prejudiciais às populações humanas, sobretudo, aos povos mais pobres dos países do Terceiro Mundo. As mudanças nos modos de vida indicam transformações, inclusive, nas formas de agir como humanos. O desenvolvimento sustentável é uma questão complexa, pois a aplicação de seus princípios envolve e exige mudanças na visão da produção vigente, bem como do próprio consumo, modificando sensivelmente a forma de pensar e de viver, em síntese.

Pelos seus valiosos recursos naturais, a Amazônia vem sendo sempre associada ao meio ambiente. Já a questão ambiental tem sido um princípio organizador das estruturas discursivas sobre poder, economia, relações internacionais e até intercâmbios. Associada à temática social torna-se uma questão de política e de modelo de desenvolvimento, cuja problemática ocorre em níveis local, nacional e global e apresenta-se transversal na relação Estado-Sociedade (CASTRO, 2004). A questão ambiental vem surgindo como uma das temáticas mais interessantes para pensarmos as relações entre o público, o privado e a cidadania. Compreendê-la como um bem comum, é compreendê-la como um espaço de ação política.

2.3 DISCURSO E TRAJETÓRIA DO ‘DESENVOLVIMENTO’ NA AMAZÔNIA: A IRRACIONALIDADE NA BUSCA POR ESTRUTURAS MAIS MODERNAS

No século XVIII, a busca pelo ‘desenvolvimento’ marcou o período pombalino na região amazônica. O então ministro de Assuntos Estrangeiros para a Coroa Portuguesa, Marquês de Pombal, criou a Capitania de São José do Rio Negro (constituída pelo território do que hoje se conhece por Amazonas, Rondônia e Roraima) para incentivar a *prosperidade* no interior da Amazônia; promoveu a urbanização e a construção de edificações nobres e suntuosas, especialmente com a vinda do arquiteto bolonhês Antonio José Landi para a região. Landi executou, em Belém, um ciclo arquitetônico único, formado por um conjunto de igrejas, capelas, palácio de governo e outros prédios, com elementos incomuns na tradição luso-portuguesa (FARIAS, 2004).

Em 1839, com a descoberta do processo de vulcanização da borracha, os seringais das florestas da Amazônia passaram a chamar a atenção do mundo. Algumas capitais da região experimentaram um período de riqueza, especialmente Manaus e Belém que tinham os portos para escoar a produção e as instituições de crédito para incentivar o ciclo da Borracha, como o antigo Banco de Crédito da Borracha, hoje o Banco da Amazônia.

Depois da decadência da economia da borracha, por volta de 1910, outros ciclos econômicos marcaram a história da Amazônia brasileira, especialmente com a atuação dos governos militares nas décadas de 1960 a 1980.

Rondônia encontrou novo ciclo de economia na mineração, na agricultura e pecuária. Roraima cresceu trabalhando a pecuária e a mineração. Só o Acre persistiu em sua vocação extrativista, até hoje, embora secundada, recentemente, por um forte surto de pecuária. (FARIAS, 2004, p. 665)

Em 28 de fevereiro de 1967, através do Decreto-lei nº 288, o governo brasileiro republicano cria a Zona Franca de Manaus, uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário.

Nos primórdios de nossa História, foi plantada a semente da prosperidade/desenvolvimento da Amazônia interior, Amazônia Ocidental, portanto, que assim se cumpre e se vai consolidando, não obstante as mudanças que vão se fazendo na política de incentivos fiscais, para responder aos desafios da dinâmica da vida, como diria o grande governador José Lindoso, com o patriotismo dos homens do Governo, a disposição empreendedora do empresariado e o poder criador do povo da região. (FARIAS, 2004, p. 661)

Naquela mesma data, através do Decreto-lei nº 291, o governo militar subdivide a região em Amazônia Ocidental (interior - formada pelos estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia) e Amazônia Oriental (marítima e fluvial - formada pelo Pará e Amapá). A preocupação em ocupar e integrar a região veio desde o primeiro governo da ditadura militar, que lançou, em 1966, a Operação Amazônia.

Este plano representava o processo de modernização comandado pelo Estado Desenvolvimentista, cujo tripé político-institucional constituía-se pela política de subsídios fiscais, pela política de terras e de infraestrutura básica. Ao refletir sobre os mecanismos de intervenção do poder público no desenvolvimento da Amazônia, Teixeira (1998, p. 4) ressalta que “através dos incentivos fiscais e financeiros seriam atraídos os capitais privados para a Amazônia e, com a política de infraestrutura e a de terras, viabilizava-se as pré-condições para a privatização das terras e para o programa de colonização”. A tática era ocupar e distribuir terras para manter as chamadas ‘segurança e defesa’ do território nacional.

Dessa forma, o Estado nortearia o pretendido processo de desenvolvimento capitalista na Amazônia, desenhando-se um modelo de ocupação que favorecia a implantação de redes de circulação rodoviária e a abertura das grandes estradas. Nasceram, assim, no final da década de 60 e no início dos anos 1970, as rodovias BR-230/Transamazônica e a BR-163/Santarém-Cuiabá. Estas obras seriam, então, a materialização das políticas desenvolvimentistas de um projeto nacional.

Concebidas pelo governo militar, essas duas rodovias seriam mais do que instrumentos de integração, mas a solução para os problemas do Brasil na época. Basta lembrar que a rodovia Transamazônica foi marcada pelo famoso slogan “*Homens sem terra para terra sem homens*”. O processo de migração induzida, estabelecido pelos militares, procurava atrair pessoas a partir da divulgação das riquezas da região e da implantação de grandes projetos minerais, como os projetos de Carajás, Trombetas, Serra do Navio e outros que atuavam na exploração do ferro, manganês, alumínio, cobre e ouro.

A partir da constatação do seu notável potencial de recursos naturais, a Amazônia passa a ser tida como *locus* privilegiado para a expansão do processo de acumulação capitalista no país. No que concerne à problemática regional brasileira, ressalta-se:

A estratégia militar era clara: ao mudar o *status* da Amazônia, vinculou a Região como fonte de solução para os crônicos problemas sociais e de estagnação econômica do Nordeste. A própria construção da Transamazônica objetivava, também, estimular o deslocamento, para a Amazônia, dos excedentes populacionais da região nordestina. (TEIXEIRA, 1998, p.4)

Os economistas Reydon e Muniz (1982) chamam a atenção para o fato de que ‘num país como o Brasil, onde significativa parcela da população vive abaixo da linha de pobreza, a possibilidade de ocupar uma região ainda relativamente desocupada permite que mesmo as colonizações espontâneas tenham algo de dirigidas’. Esses dois citam Schmink (1981) para ressaltar que, particularmente na Amazônia, o fenômeno de colonização espontâneo associado ao dirigido ganha dimensões significativas a partir dos anos de 1970 com algumas mudanças no aparato de intervenção federal na região no sentido de acelerar a inserção da Amazônia no projeto nacional desenvolvimentista. O Programa de Integração Nacional (PIN), implantado em 1970, era exemplo dessa estratégia.

A Operação Amazônia, seguida pelo Programa de Integração Nacional (PIN) implantado em 1970, foi acompanhada de frentes migratórias e de fazendeiros que ocupavam as terras de forma ilícita, por processos de grilagem, em ritmo acelerado, colocando pessoas e órgãos públicos rapidamente diante de situações consumadas. Inicialmente nas margens e ao longo das estradas e depois adentrado pelos fundos das terras já ocupadas, esse modelo logrou uma rápida expansão da pecuária e perda crescente de cobertura florestal (Pará e Rondônia são exemplos). Esses projetos de colonização estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país. (CASTRO, 2004, p.50-51)

Através dos mecanismos de incentivos fiscais, o Estado procurou atrair capital e empreendedores para diversos setores da economia, procurou atrair trabalhadores para as frentes de colonização, para as obras de infraestrutura e de setores produtivos como a madeira, o garimpo, a grande mineração ou ainda a pecuária. Também empresas de médio e grande porte fizeram dessas novas fronteiras um espaço de oportunidades, de investimentos, beneficiando-se em larga escala com o financiamento público. (CASTRO, 2004).

Esse intenso apoio do Estado materializou-se através do estabelecimento de infraestrutura para a integração da região com investimentos em redes de comunicação e transporte, de programas especiais de colonização – como o PIN e o Programa de Distribuição de Terras para o Norte e Nordeste (PROTERRA), do incentivo à ocupação produtiva com o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA) e de crédito agrícola e subsídios fiscais através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) voltados especialmente para as BR 230 e BR 163.

É dessa época também o surgimento de outros programas, projetos e instituições, como o Banco da Amazônia, criado para atuar na Amazônia Legal, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), criada para administrar esta área de livre comércio, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), voltado para projetos de

colonização, o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR), estimulando o plantio de seringueiras, o Radar da Amazônia (RADAM), visando o levantamento dos recursos do solo e subsolo e outros. Até que as estradas de integração nacional começassem a ser rasgadas, “a região, não tinha ligação física e nem histórica com o Brasil [...] “somos a região tardia” do país” (PINTO, 2005, p. 18).

A partir dos anos de 1980, desenha-se um contexto adverso das demais décadas no que se refere às questões regionais, voltando-se a prioridade nacional para outros problemas, como a crise financeira. Porém, dos cerca de 4 milhões de habitantes da Amazônia na década de 1970, a região passou a ter 6,7 milhões nos anos 80 e 10 milhões nos anos de 1990. Em 2000, só nos estados integralmente amazônicos (Amapá, Pará, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Tocantins), já se registravam 12,8 milhões de habitantes. Atualmente, a Amazônia Legal concentra 12% da população total do Brasil (cerca de 21 milhões de habitantes) e continua sendo a parte do país menos povoada, com pouco mais de quatro habitantes por km² (PASQUIS, 2003, p. 5)

Em resumo, durante os governos militares, a estratégia de ocupação incentivava a penetração do capital (nacional e estrangeiro) no mercado de terras, assegurando vantagens fiscais para grandes projetos (minerais e agropecuários), consolidando infraestrutura de transportes, comunicações e energia elétrica. Com isso, compreende-se que a forma de inserção da Amazônia no cenário nacional foi realizada através de lucros privados com custos públicos, sendo o Estado o principal agente desse processo. Este processo esgotou recursos públicos e favoreceu a acumulação privada, a especulação e a privatização de terras devolutas. Pinto (2005), por sua vez, acrescenta:

Os resultados mais ostensivos da integração da Amazônia são a destruição dos recursos naturais da região e a drenagem e concentração da renda gerada pela atividade econômica. Por isso a fronteira cresce menos do que o próprio país. Apenas dois estados da Amazônia, depois de cinquenta anos de desenvolvimento regional, fazem parte do segundo Brasil (do primeiro Brasil, todos estão excluídos). O restante dos estados integra o terceiro Brasil [...], o que é um atestado da falência das elites locais como atores para o desenvolvimento. (PINTO, 2005, p.18-19)

Vários indicadores confirmam os resultados dessa política. O Atlas do Desenvolvimento Humano (2003) indica que, de 1991 a 2000, os estados da Amazônia tiveram desenvolvimento abaixo da média nacional. “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil na década cresceu de 0,696 para 0,766 [...], mas o ritmo amazônico foi menor

do que o desempenho médio” (PINTO, 2006, p. 24)⁵¹. Além disso, a renda *per capita* da região é pouco mais da metade da renda *per capita* nacional e a concentração de renda é maior do que a média nacional. Por mais que a região compreenda 61% do território brasileiro, tem apenas 12% da população e 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Ainda na primeira metade da década de 1980, a passagem do regime militar para um regime mais democrático trouxe um novo modelo de desenvolvimento – agora discutido também por outros atores sociais, como políticos, elite regional, etc. Essa nova fase política apresenta outra perspectiva: o desenvolvimento sustentável, amparado no cuidado com o meio ambiente, justiça social e eficiência econômica. É uma concepção de desenvolvimento voltada para a democracia, ‘a formação de uma esfera pública orientada por uma democracia dialógica’, como preconiza Habermas (1989), incentivando a pequena produção, as pequenas indústrias e não apenas os mega projetos.

Historicamente, as significativas mudanças no processo produtivo indicam uma nova ordem social e econômica, uma nova visão de mundo. Na Amazônia, as transformações foram intensas. Sua ocupação aconteceu em surtos a partir da valorização de produtos extrativos no mercado internacional – surtos comandados pelas metrópoles e pelo poder econômico. No início da história do Brasil, esses surtos eram dirigidos pela Coroa Portuguesa e pelas Companhias de Comércio. Depois, o comando passa para a Inglaterra e, a seguir, aos Estados Unidos na passagem da mercantilização para a industrialização. É importante observar que a problemática colonial está inserida no quadro mais amplo de formação do mundo moderno. Pode-se dizer que em toda a sua trajetória de ocupação, a Amazônia experimentou modernos métodos de exploração. Segundo Marcio Souza (2001):

Cada uma das fases da história regional mostra a modernidade das experiências que foram se sucedendo: agricultura capitalista de pequenos proprietários em 1760 com o marquês de Pombal, economia extrativista exportadora em 1890 com a borracha, e estrutura industrial eletroeletrônica em 1970 com a Zona Franca de Manaus. Os habitantes da Amazônia, portanto, não se assustam facilmente com problemas de modernidade, o que vem provar que a região é bem mais surpreendente, complexa e senhora de um perfil civilizatório que o falatório internacional faz crer. Não é por outro motivo que a Amazônia continua um conveniente mistério para os brasileiros. (SOUZA, 2001, p.1)

As mudanças que marcaram o advento da sociedade moderna fizeram-na tomar forma a partir de distintas ocorrências em nível econômico, político, cultural, religioso. A racionalidade e a fragmentação dos campos sociais são marcas desse novo mundo. No

⁵¹ Lúcio Flávio Pinto aborda esses dados na apresentação do livro *Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável*, organizado por Fernandes e Guerra. Ver referências bibliográficas.

entanto, a história da Amazônia mostra que a região está sujeita a um processo irracional, fazendo dela um capítulo extremamente complexo na história da humanidade. A irracionalidade e a incoerência marcam, ainda, diversas situações, discursos e ações voltadas para a região, conforme foi possível observar na CAINDR, objeto de estudo desta pesquisa.

Nas falas de certos membros da comissão, a contradição é significativamente presente, especialmente quando abordam as peculiaridades, problemas e questões relativas ao desenvolvimento da região – esquecendo-se de seu próprio papel quanto à elaboração de leis e de políticas que poderiam solucionar problemas e/ou mudar a realidade que tanto criticam. O deputado Carlos Souza (PL-AM), por exemplo, ao mesmo tempo em que apresenta projetos de criação de dezenas de distritos agropecuários no Amazonas, critica a falta de uma política para a floresta de seu estado, a mesma floresta que é derrubada pelo avanço da pecuária. Essa incoerência reflete a falta de racionalidade presente em muitos discursos voltados para a Amazônia.

Ao apontar “o desenvolvimento auto-sustentável” e “a falta de uma política nacional voltada para a floresta amazônica” como principais problemáticas da região, esse deputado ressalta a necessidade de se fazer um zoneamento ecológico-econômico (ZEE) para explorar a região com racionalidade, como também a necessidade de definir-se uma política específica e abrangente (no caso, ele sugere uma política internacional) para a mesma:

E dentro dessa política que não existe, no meu entendimento, eu iria até mais longe: não seria só uma política nacional, seria uma política mundial porque a Amazônia é de responsabilidade de todos, inclusive do mundo. Esta política deveria ser mundial. E dentre as dificuldades pra se implementar essa política mundial ou nacional é o zoneamento ecológico e econômico que nós não temos na nossa floresta. Por exemplo, no meu estado, nós temos menos de 2% de zoneamento da nossa floresta de 1,5 milhão de km² de floresta. Então, isso dificulta: eu não sei qual é a área que eu vou poder trabalhar, porque eu não sei se aquela área tem minério, eu não sei se tem madeira de lei, eu não sei se aquela área tem um manancial melhor de água doce para o pescado ou se para construir uma hidrelétrica, sem prejudicar o meio ambiente. Então, o zoneamento econômico e ecológico nos dá esse parâmetro pra que nós possamos explorar aquelas áreas com racionalidade. (Informação verbal)⁵²

Como se pode observar, para o deputado Carlos Souza o zoneamento mapearia os recursos naturais a fim de desenvolver atividades produtivas, como a mineral, a madeireira e a pesqueira, como também estaria a serviço da infraestrutura, segundo ele, “sem prejudicar o meio ambiente”. Ao defender o ZEE, este parlamentar não cita unidades de conservação, terras indígenas e outros importantes elementos que também devem ser mapeados pelo ZEE, reforçando a visão unilateral que muitos políticos tem a respeito do zoneamento.

⁵² Informação obtida através da entrevista concedida pelo deputado Carlos Souza à autora, na Câmara dos Deputados, em Brasília, DF, no dia 21 de março de 2007.

Já a deputada e coordenadora da Frente Parlamentar Mista Amazônia para Sempre, Perpétua Almeida (PCdoB-AC), acredita que não só a CAINDR, mas o Congresso Nacional enquanto instituição política precisa dar mais atenção à Amazônia. Em tom de autocrítica, ela fala sobre o discurso dos políticos e ressalta contradições no tratamento dispensado à região: “A gente está sempre dizendo em nossos discursos, todos os presidentes que passaram pelo Brasil continuam dizendo, que a Amazônia é a maior riqueza do planeta. Então, se ela é a maior riqueza do planeta, que tratamento nós estamos dando pra essa riqueza? (Informação verbal)⁵³.”

Apesar da crítica, a deputada Perpétua Almeida admite que a iniciativa de criar a referida Frente Parlamentar foi impulsionada pela exibição de uma minissérie na TV Globo, canal de grande audiência no Brasil, e pela atuação do Movimento Amazônia para Sempre, que recebeu a adesão de alguns atores da minissérie. Esse fato responde afirmativamente a uma das questões apresentadas nesta pesquisa: os discursos e outras ações dos membros da CAINDR seriam ou não motivados pelo campo midiático? A deputada fornece, ainda, outros detalhes:

[...] a ideia da Frente começou até com alguns artistas lá do Acre, tanto do Acre como do Amazonas. Ao gravarem a minissérie [...] ‘De Galvez a Chico Mendes’, eles perceberam a necessidade de fazer com que o Congresso debatesse os problemas enfrentados hoje na Amazônia brasileira: de queimadas, de falta de condições pro homem do campo... e levantaram essa bandeira de um Manifesto dos Artistas. E a partir daí, a gente quis trazer essa discussão pro Congresso Nacional. Nós queremos ver como é que a gente envolve, aqui, todo mundo, todo deputado ou deputada, senador ou senadora preocupado com a Amazônia brasileira, ver quais são as alternativas que nós temos de preservar essa parte tão importante do mundo pra que outros não venham e digam que nós não temos a capacidade de cuidar. (Informação verbal)⁵⁴

Ao encontrarmos, então, resposta positiva àquela questão, confirmamos a influência e/ou a capacidade de agendamento do campo midiático sobre o campo político e percebemos que essa relação reflete-se com clareza nas práticas discursivas dos membros desta comissão. Para o deputado Henrique Afonso (PT/AC), por exemplo, a adesão de artistas de televisão à luta em defesa da Amazônia⁵⁵ seria um avanço no processo que ele chama de ‘amazonizar’ o Brasil, ou seja, mostrar a realidade e a importância da região para os outros brasileiros e fazê-los sentirem-se também responsáveis pela sua preservação (Informação verbal)⁵⁶.

⁵³ Depoimento da deputada Perpétua Almeida, obtido pela autora em entrevista feita na cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar Mista Amazônia para Sempre, em 22 de março de 2007, na Câmara dos Deputados.

⁵⁴ Deputada Perpétua Almeida, na mesma entrevista acima citada.

⁵⁵ Através de manifestos, foi lançado o Movimento “Amazônia para Sempre”, nome homônimo da Frente Mista.

⁵⁶ Informação obtida através da entrevista concedida por Henrique Afonso à autora, no dia 23 de março de 2007, em seu gabinete, em Brasília-DF. Segundo este parlamentar, outra manifestação do que ele chama de ‘Amazonizar o Brasil’ seria através da criação de uma disciplina, nas escolas, chamada Amazoniologia, proposta

Eu acho que nós estamos conseguindo isso. Quando você vê a Rede Globo de Televisão com seus principais artistas que trabalharam na minissérie “De Galvez a Chico Mendes”, já puxando todo um movimento “Amazônia para Sempre”, isso demonstra que essa ideia de que ‘amazonizar’ o Brasil é a melhor ideia, é você trazer, por exemplo, a região sul pra essa responsabilidade. Quem não sabe que a quantidade de chuvas de São Paulo depende das nossas florestas? Quem é que não sabe, por exemplo, que pra chover no Brasil Central precisa das florestas tropicais, principalmente, da nossa Amazônia? Então, ‘amazonizar’ o Brasil é fazer com que todos percebam a responsabilidade que cada um de nós, que cada região, cada um de nós, tem com a Amazônia. Não dá pra se conceber quando hoje uma região como essa que precisa de muitos recursos para investimento em geração de tecnologia de pesquisa, você vê nós sendo vitimados com a concentração desses recursos em regiões que às vezes menos precisam de investimentos nessa área. Amazonizar o Brasil é dá atenção a Amazônia na área da educação, da saúde, da geração de ciência e tecnologia e etc. do tamanho que é a sua exigência, a sua necessidade. Porque não adianta o mundo inteiro tá aí dizendo que a Amazônia é importante, que a Amazônia é estratégica, que se tem que cuidar da Amazônia e etc. se nós não estamos fazendo esse dever de casa. Acho que o maior dever de casa, o mais importante dever de casa que nós temos que fazer é cada um de nós ser responsável por essa floresta. E eu percebi nesse movimento, nessa campanha ‘Amazônia para Sempre’, um chamado pra que toda população brasileira possa dizer: eu também faço parte da Amazônia, porque a Amazônia hoje é praticamente metade do território do Brasil. (Informação verbal)⁵⁷

Mesmo não adotando o termo ‘amazonizar’, a deputada Perpétua Almeida acredita que a Frente Parlamentar também seria um instrumento para alcançar tais anseios, uma vez que poderia ampliar o debate sobre o desenvolvimento da Amazônia. A tática seria envolver outras comissões do Congresso Nacional e mais parlamentares não-amazônidas a fim de discutir questões relacionadas às condições de vida do homem do campo e às alterações climáticas.

Nós queremos focalizar o debate a cerca, incluir agora essa questão do aquecimento global, quais são as conseqüências disso pra Amazônia brasileira, fazer seminários, levar propostas legislativas, discutir com o presidente da República ações mais enérgicas de proteção da Amazônia, de evitar as queimadas. Mas para isso tem que haver uma decisão governamental que como você desenvolve o homem do campo, desenvolve o homem da floresta, dá a ele condições de sobrevivida e desenvolvimento, ao mesmo tempo preservando a floresta. [...] Nós não queremos apenas nós, amazônidas, preocupados com a Amazônia. Nós queremos o Brasil. E o Brasil detém a maior floresta tropical do mundo. Então ele é o dono dessa floresta. Então, ele tem que discutir” (informação verbal)⁵⁸.

A ideia de que o debate sobre desenvolvimento no Brasil deve, obrigatoriamente, incluir a Amazônia é compartilhada pelo deputado federal Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), que também critica o papel do Poder Legislativo e ressalta a importância da CAINDR na realização de palestras, conferências e debates sobre os problemas da região, principalmente

em debates envolvendo educadores da região e complementa: “hoje tem pessoas que defendem isso. A Amazônia, ela não é uma região qualquer do Brasil, nem do mundo. Ela é uma região extremamente estratégica pra todos nós”.

⁵⁷ Depoimento do Deputado Henrique Afonso, na entrevista citada acima.

⁵⁸ Deputada Perpétua Almeida, na entrevista anteriormente citada.

no que diz respeito à implementação “de projetos e leis que visem atender aos interesses da Amazônia, do desenvolvimento regional e da integração nacional”. Portanto, ao reforçar esse papel da CAINDR, durante a entrevista esse parlamentar conclui: “Então, é uma comissão que tem tudo a ver com o desenvolvimento do país. Eu creio que nós temos que valorizar a nossa comissão, estar presente e é o que se precisa fazer realmente pra Amazônia, porque tem muito discurso e pouca ação” (Informação verbal)⁵⁹.

Questionado pela autora sobre esta afirmação de que ‘tem muito discurso e pouca ação’ na CAINDR, Asdrúbal não faz uma auto-crítica, mas uma crítica aos seus pares e reforça, mais uma vez, o valor desta comissão:

É uma comissão muito importante que, lamentavelmente, até a própria casa e, particularmente, a mídia, ainda não entenderam a força e o alcance dessa comissão. Então, é uma comissão que tem tudo a ver com o desenvolvimento do país. Até porque hoje não se pode falar em desenvolvimento do Brasil se não estiver presente a Amazônia. Eu creio que nós temos que valorizar a nossa comissão, estar presente debatendo, seja em palestras, conferências, em debates. (Informação verbal)⁶⁰

Se há discurso, há polifonia e dialogismo, como se pode verificar na construção deste capítulo. Se há discurso, há enunciadores e multiplicidade de vozes. No caso dos discursos dos membros da CAINDR, de quem seriam as vozes que estão em suas falas, em seus projetos e atos? Quem são os atores que eles representam? Após o acompanhamento de reuniões, audiências públicas e eventos dessa comissão, fica evidente a constatação de que a discussão sobre a região no seio desse fórum perpassa várias questões, seja de soberania do país, suas fronteiras, suas calamidades, tragédias, escândalos e demais assuntos. Esta discussão perpassa, ainda, questões econômicas, infraestruturais, educacionais e outras, trazendo ao debate vozes de atores de diversos segmentos econômicos e sociais.

Em meio a tantos debates, o desafio quase sempre é o mesmo que se coloca para toda a humanidade, como bem expõe Castro (2010), no artigo intitulado “Desenvolvimento e Meio Ambiente”. Para esta autora, a humanidade tem pela frente um grande desafio que é o de encontrar um modelo de sociedade e de economia que seja capaz de incorporar a noção de natureza (homem e meio físico) como matriz fundamental do desenvolvimento. Isso significa (re) pensar o modelo de desenvolvimento que vigorou nos últimos séculos e nos acompanha nesse terceiro milênio, no qual o interesse principal esteve no crescimento econômico, sem considerar os impactos sobre a sociedade e a natureza.

⁵⁹ Deputado Asdrúbal Bentes, em entrevista dada à autora no dia 19 de março de 2007, na sede da CAINDR.

⁶⁰ Depoimento de Asdrúbal Bentes, na mesma ocasião citada acima.

O modelo de desenvolvimento que os membros da CAINDR (e os atores que representam) defendem para a Amazônia será abordado no terceiro capítulo deste trabalho. Essa abordagem ampara-se em uma demorada e exaustiva pesquisa, incluindo o mapeamento de mais de mil documentos e a análise dos discursos dos parlamentares desta comissão, especialmente do discurso contido nos projetos que se enquadram nos critérios aqui estabelecidos e já apresentados anteriormente. Através da análise de práticas discursivas, nossa abordagem nos leva a conhecer quais as ideias e projetos que esses parlamentares defendem para a região, qual o modelo de desenvolvimento que buscam, os atores que representam e o que verdadeiramente fazem como representantes da Amazônia.

3 ANÁLISE DE PRÁTICAS DISCURSIVAS: A AMAZÔNIA NO CENTRO DA CAINDR

A partir de um amplo e minucioso levantamento de proposições, relatórios, pautas, atas, resultados, discursos, reuniões, eventos e outras ações realizadas no âmbito da CAINDR durante a 52ª Legislatura, identificamos a natureza, a condição e a temática desses documentos e/ou ações, quantificando-os e mapeando-os. Além disso, traçamos um perfil da composição da comissão, apontando o tipo de participação de cada membro, as unidades federativas e os respectivos partidos que eles representam.

Com esses dados em mãos, selecionamos as proposições vinculadas às categorias analíticas em foco (Desenvolvimento e Sustentabilidade), fazendo uma nova seleção quanto às que conseguiram avançar no andamento legislativo durante os anos de 2003 a 2006, para, então, fazermos a análise de práticas e discursos em si. Dessa forma, foi possível identificar não só o tipo de documento, a linha discursiva e a ação mais recorrente na comissão, mas, sobretudo, revelar quais são as prioridades elencadas pelos membros da CAINDR, as suas principais propostas, as temáticas que abordam com mais frequência e o modelo de desenvolvimento que defendem para a região. Amparada nesse levantamento, esta análise indica, ainda, como a Amazônia é retratada por esses atores políticos em suas práticas discursivas na comissão, possibilitando a discussão de como a região é vista no contexto do debate nesse fórum, que tem um importante papel na elaboração de políticas públicas para a região.

A posição de cada um desses agentes lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações e determina o que, na Teoria dos Campos Sociais, de Bourdieu (2006), é denominado de *habitus* – uma competência prática obtida na ação e para a ação, ou seja, um sistema de disposições adquiridas resultantes da interiorização de complexas estruturas sociais. “O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas” (VASCONCELLOS, 2002, p.79 apud OLIVEIRA, 2010, p. 153)⁶¹. Para Bourdieu (2006), o *habitus* trata-se de um sistema que gera estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses de seus autores, sem, entretanto, terem sido concebidas com essa finalidade.

⁶¹ Maria Drosila Vasconcellos aborda essa temática no artigo *Bourdieu: A herança sociológica*, publicado pela Revista Educação & Sociedade, ano 23, n. 78, abr. 2002.

Tanto no campo político como no campo midiático, o *habitus* organiza as rotinas de produção do discurso, de difusão de ideologia e de disputa pelo poder, definindo escolhas, distinções e posicionamentos nas suas práticas diárias. Nessas rotinas, indivíduos, grupos, segmentos sociais, empresas, instituições e outros atores interagem entre si. Essa interação ocorre em diferentes sentidos e constitui-se em um processo social dinâmico, permeado por disputas que competem, convergem ou se complementam. É o que se chama de ‘disputas simbólicas’, marcadas pela tensão onde os representantes de cada campo empregam as mais diversas estratégias para legitimar os seus discursos e/ou desqualificar o discurso de seus adversários, a fim de impor as suas visões de mundo e as suas opiniões unilaterais ao conjunto da sociedade.

Partindo-se da posição ocupada no campo, os agentes determinam as suas estratégias não apenas como produtores de práticas e discursos, mas como receptores, endossando as disputas simbólicas, cuja estrutura é marcada pelo capital simbólico de cada agente. Esse capital é enriquecido pelas estratégias do campo midiático, que, por sua vez, convoca vozes para legitimar os seus discursos, opiniões e visões – passando de narrador a agente dentro do espaço político. Portanto, quando um desses agentes é convocado pela mídia e consegue uma abordagem favorável a si próprio ou, ainda, impor o seu discurso como legítimo, automaticamente conquista o almejado reconhecimento e, conseqüentemente, aumenta o seu capital simbólico.

Na política moderna, é inegável o poder dos meios de comunicação de massa, que assumiram uma importância central no campo político, podendo alterar o comportamento dos agentes deste campo, influenciar os seus discursos e ações, as decisões dos Poderes Legislativo e Executivo, mobilizar a população em torno de determinados temas e influenciar no resultado de pleitos eleitorais. “Pela capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico, as empresas de mídia se transformaram em atores com interferência direta no processo político” (LIMA⁶², 2006, p.59 apud FIGUEIREDO, 2008).

A mídia passa a agir no campo político quando traz o embate para seus domínios, através de entrevistas e pesquisas de opinião, ou, em que funcionam como um “poder paralelo”, usando determinadas estratégias como a interpretação em que indicam os caminhos e os destinos da política e, também, de seus atores. (FIGUEIREDO, 2008, p. 11)

Na CAINDR, essa relação com a mídia manifesta-se de forma explícita, como veremos no quinto capítulo deste trabalho, intitulado *O Olhar Sobre a Amazônia através da*

⁶² Esse texto de Venício Artur de Lima integra o livro *Mídia: crise política e poder no Brasil*, editado pela Fundação Perseu Abramo, em São Paulo.

Mídia. Antes, porém, apresentamos a análise das práticas discursivas dos membros desta comissão feita a partir de sua produção legislativa durante a 52ª Legislatura: 406 projetos em tramitação, 402 requerimentos, 72 projetos apreciados, 77 reuniões ordinárias e 69 audiências públicas. Um amplo, vasto e valioso material, que nos revela como os atores dessa comissão pensam a Amazônia, o que reservam para esta região e quais os interesses, tendências, assuntos, segmentos sociais e projetos que estão em jogo na teia relacional desse importante campo político.

3.1 AS CORRELAÇÕES DE FORÇA E DE PODER: A CAINDR E OS SEUS AGENTES POLÍTICOS

Durante os anos de 2003 a 2006, exatamente 96 deputados federais participaram da CAINDR, dos quais apenas 39 compuseram a comissão mais de uma vez neste período, ou seja, pouco mais de 40% desses parlamentares mantiveram a Amazônia como foco de suas atividades em mais de uma sessão legislativa. A composição das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados é renovada anualmente e deve obedecer às regras do Regimento Interno (RICD), a fim de assegurar a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares, mas o seu número de vagas não deve exceder o da composição da Câmara (RICD, Art. 25, § 3º).

Na CAINDR, são previstas 20 vagas para membros titulares e 20 para suplentes. No entanto, em 2003, esta comissão foi composta por 34 titulares e 30 suplentes, um marco na sua história. Também foi o ano em que, pela primeira vez, houve deputados de unidades federativas não-amazônicas em sua composição (11 parlamentares ao todo), fato que se repetiu nos anos subsequentes com a mudança de competência da comissão a partir de 2004, quando esta passou a tratar também do tema ‘Integração Nacional’.

Por mais que haja presença de parlamentares de fora da Amazônia na comissão e que as atribuições da CAINDR tenham sido ampliadas, o seu principal objetivo ainda é a Amazônia e o seu maior número e mais constantes membros continuam sendo desta região. Analisando-se os dados sobre a composição da comissão da Amazônia durante os anos de 2003 a 2006, podemos afirmar que dos 96 membros:

- 70 parlamentares representaram os nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), totalizando 73% dos membros da CAINDR;

- 12 parlamentares ocuparam a Mesa-Diretora - composta por 04 cargos, disponibilizando 16 vagas em 04 anos;

- 11 deputados participaram da comissão durante 03 anos desse mandato; 12 participaram por 02 anos e 59 deputados apenas uma vez.

- 14 membros estiveram na CAINDR durante toda a 52ª Legislatura (12 como titulares e 02 como suplentes), ou seja, quase 14,5% do total de 96 deputados. Destes 14 parlamentares:

- a) 05 foram titulares por 04 vezes (Ann Pontes - PMDB/PA, Carlos Souza - PL/AM, Henrique Afonso - PT/AC, Miguel de Souza - PL/RO e Perpétua Almeida - Pcdob/AC);
- b) 02 foram titulares por 03 vezes (Agnaldo Muniz - PPS/RO e Maria Helena - PPS/RR);
- c) 05 foram titulares uma só vez (Anivaldo Vale - PSDB/PA, Nilson Mourão - PT/AC, Raimundo Santos - PL/PA, Suely Campos - PP/RR e Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM);
- d) 02 ocuparam vaga de suplente nos 04 anos (Hamilton Casara - PSB/RO e Zenaldo Coutinho - PSDB/PA);
- e) Apenas três ocuparam cargo na Mesa-Diretora durante a 52ª Legislatura: Maria Helena-PPS/RR, como presidente em 2005 e 3ª vice-presidente em 2006; Miguel de Souza-PL/RO como presidente em 2006; e Agnaldo Muniz-PPS/RO como 1º vice-presidente em 2004.

Ressalta-se, ainda, que 100% desses 14 membros representam a Amazônia, sendo 04 do Pará, 03 do Acre, 03 de Rondônia, 02 de Roraima e 02 do Amazonas, reafirmando a participação mais constante de deputados da região na CAINDR. Quanto aos 12 parlamentares que ocuparam cargos da diretoria da comissão, apenas 04 reelegeram-se para a Mesa durante a 52ª Legislatura. A Mesa-Diretora é a instituição que conduz os trabalhos da comissão, o que lhe imprime certo poder de decisão. Portanto, consideramos importante identificar os quatro parlamentares que usufruíram desse poder mais de uma vez.

Vale salientar que o poder da Mesa manifesta-se de várias formas, como na apresentação do Relatório de Atividades anual da comissão, assinada por cada um de seus presidentes. Esta apresentação é um espaço onde, dentre outras informações, destacam-se determinadas ações realizadas pela CAINDR - conforme os interesses da Mesa ou mesmo de seu presidente. Um exemplo é o relatório de 2006, no qual o presidente Miguel de Souza ressaltava e apontava para a importância da nacionalização do gás boliviano e da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) – assuntos que estiveram sempre presentes em sua trajetória.

Esse simples exemplo reforça a importância de identificar quem são os quatro únicos parlamentares que compuseram a Mesa-Diretora mais de uma vez na 52ª Legislatura: **Átila Lins-PPS/AM**, que foi presidente em 2003 e 1º vice-presidente em 2005; **Davi Alcolumbre-PDT/AP**, que atuou como 1º vice-presidente nos anos de 2003 e 2004; **Júnior Betão-PPS/AC**, presidente em 2004 e 2º vice-presidente em 2005; e **Maria Helena-PSB/RR**, que foi presidente em 2005 e 3ª vice-presidente em 2006. A deputada Maria Helena esteve na comissão durante toda a 52ª Legislatura, atuando três vezes como titular e uma vez como suplente. Já os outros três deputados, participaram da CAINDR durante três anos.

Como se pode verificar, esses quatro deputados representam estados da Amazônia, reafirmando a participação mais constante de parlamentares desta região na comissão. Essa constância manteve-se mesmo após a inclusão da integração nacional como uma das atribuições da CAINDR, oficializando-se a composição com membros de unidades federativas não-amazônicas em 2004. No entanto, nos quatro anos da 52ª Legislatura, apenas dois deputados de estados não-amazônicos compuseram a Mesa: Severiano Alves, da Bahia, e Enio Bacci, do Rio Grande do Sul – corroborando com a nossa constatação de que a maioria dos parlamentares da CAINDR continua sendo da Amazônia.

Esses dois deputados, ao lado de Rogério Silva - PPS/MT e Wellington Fagundes - PL/MT, formam o grupo dos membros que, mesmo participando da CAINDR uma única vez, compôs a Mesa-Diretora – representando 1/3 dos doze parlamentares que estiveram na diretoria durante toda a legislatura. Em relação aos demais membros, três parlamentares participaram da comissão durante quatro anos e cinco durante três anos, ou seja, 2/3 desses doze deputados tiveram, no mínimo, três anos de atuação e 1/3 apenas um ano – e, portanto, nunca estiveram na comissão antes, nem mesmo como suplentes⁶³.

⁶³ Esses deputados assumiram os seguintes cargos nos respectivos anos: Rogério Silva, do PPS/MT: 1º vice-presidente em 2003; Severiano Alves, do PDT/BA: 3º vice-presidente em 2005; Wellington Fagundes, do PL/MT: 1º vice-presidente em 2006; Enio Bacci, do PDT/RS: 2º vice-presidente também em 2006.

O fato de um deputado chegar pela primeira vez em uma comissão já assumindo um cargo na Mesa-Diretora remete-nos, imediatamente, ao que Bourdieu (2006) diz sobre o campo político: um campo de lutas e da representação legítima dessas lutas, sendo, portanto, um campo relacional, onde todos desempenham um papel. Pode-se dizer que é, ainda, um grande campo de negociação, de estratégias e regras do jogo de relações. Esse fato relacionado à composição da Mesa também retrata a força da composição partidária e das negociações de cargos e vagas nas comissões e blocos parlamentares.

No ano de 2003, essa negociação é bastante nítida, uma vez que as vagas destinadas a certos partidos (garantidas pela representação proporcional partidária conforme o RICD) são ocupadas por outras legendas, levando-nos a constatar que o histórico do parlamentar na comissão não é um fator decisivo na composição da Mesa-Diretora. Verifica-se que os interesses de cada legenda são determinantes na negociação e na correlação de forças. Retomando os conceitos da Teoria dos Campos Sociais, de Bourdieu, abordados no segundo capítulo deste estudo, ressaltamos que o sentido prático do jogo relacional permite ‘escolher’ as tomadas de posição convenientes e convencionadas, prováveis ou não, para os diferentes ocupantes de diferentes posições.

Essa constatação é reforçada por outra observação: metade daqueles 2/3 de parlamentares (do total de doze que participaram da diretoria e que atuaram na CAINDR de três a quatro vezes durante a 52^a Legislatura) só compôs a Mesa-Diretora uma única vez. São eles: Zequinha Marinho, do PSC/PA, que foi 2^o vice-presidente em 2003 e atuou como titular da CAINDR durante três anos, Asdrúbal Bentes, do PMDB/PA, que foi 2^o vice-presidente em 2004 e atuou duas vezes como titular e uma como suplente, Agnaldo Muniz, do PPS/RO, 1^o vice-presidente em 2004, três vezes como titular e uma como suplente e Miguel de Souza, do PL/RO, presidente em 2006 e titular nos quatro anos da 52^a Legislatura. Ou seja, mesmo com uma trajetória de três a quatro anos na comissão, estes deputados só ocuparam os cargos da Mesa-Diretora uma vez.

O quadro a seguir informa quais parlamentares compuseram a diretoria da CAINDR entre os anos de 2003 a 2006 e os seus respectivos cargos, partidos e unidades federativas.

Quadro 3 – Composição da Mesa-Diretora na 52ª Legislatura

CARGO	2003	2004	2005	2006
Presidente	Átila Lins PPS/AM	Júnior Betão PPS /AC	Maria Helena PPS/RR	Miguel de Souza PL/RO
1º Vice- Presidente	Rogério Silva PPS/MT	Agnaldo Muniz PPS /RO	Átila Lins PPS /AM	Wellington Fagundes PL/MT
2º Vice- Presidente	Zequinha Marinho PSC/PA	Asdrúbal Bentes PMDB /PA	Júnior Betão PL /AC	Ênio Bacci PDT/RS
3º Vice- Presidente	Davi Alcolumbre PDT/AP	Davi Alcolumbre PDT / AP	Severiano Alves PDT /BA	Maria Helena PSB/RR

Fonte: Elaborado pela autora. Belém (2007).

Nota: Informações levantadas junto aos Relatórios de Atividades da CAINDR da 52ª Legislatura.

É importante observar, ainda, a predominância de certos partidos nessa composição, como o PPS, que assumiu os cargos de presidente e 1º vice-presidente durante os três primeiros anos da 52ª Legislatura – curiosamente, o mesmo período que o Ministério da Integração Nacional foi ocupado pelo advogado Ciro Gomes, filiado ao PPS desde o ano de 1996 e hoje deputado federal pelo estado do Ceará. Ressaltamos que os cargos de presidente e 1º vice-presidente representam não só a metade dos cargos da mesa-diretora da comissão, mas os cargos mais importantes e com maior poder.

Outro partido que ocupou os cargos da mesa-diretora da CAINDR durante a 52ª Legislatura com bastante frequência foi o PDT, que assumiu a 3ª vice-presidência naqueles mesmos três anos, quando a 2ª vice-presidência ficou com o PSC (2003), PMDB (2004) e PL (2005). Na quarta e última sessão legislativa, ou seja, no ano de 2006, o PL assumiu a presidência e a 1ª vice-presidência, o PDT e o PSB ficaram com a 2ª e a 3ª vice-presidências, respectivamente.

Observe-se que na composição partidária da Mesa da CAINDR durante os quatro anos, não houve a participação de nenhum parlamentar do Partido Verde – PV, a legenda que tem como principal bandeira de luta a defesa do meio ambiente. Portanto, era de se esperar que este partido procurasse intervir nas proposições apresentadas para a região que concentra extraordinária biodiversidade, o maior bioma terrestre do país, com 49,29% do território brasileiro. No entanto, daquele total de 96 parlamentares que participaram da CAINDR durante a 52ª Legislatura, apenas dois eram do PV: Sarney Filho e Edson Duarte, dos estados do Maranhão e Amapá, respectivamente.

Ainda sobre a composição da Mesa-Diretora, ressalta-se que a mesma seria feita através de eleição, realizada na reunião de instalação da comissão. No entanto, a permanência de um mesmo partido na presidência durante três anos consecutivos assemelha-se mais às negociações e às alianças firmadas no jogo relacional do que ao pleito eleitoral em si. Outro fato que indica que a eleição não passa de um termo usual é a inexistência de mais de uma chapa para disputar os cargos da Mesa, eliminando-se qualquer possibilidade de concorrência. Após a abertura das atividades parlamentares, que ocorre todo dia 02 de fevereiro, os deputados e partidos começam a negociar as alianças, definindo-se a ocupação de cargos e vagas. Pouco tempo depois, a CAINDR realiza a reunião onde acontece a ‘eleição’ e a instalação da Mesa-Diretora.

Quanto às demais vagas da comissão, a composição parlamentar deve seguir a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares, incluindo-se sempre um

membro da minoria – no ano de 2003, por exemplo, um dos suplentes não tinha partido, e em 2004 havia dois deputados do PRONA representando a minoria.

Analisando-se a relação dos 96 parlamentares da 52ª Legislatura a partir da identificação da representação federativa de cada um, verifica-se que o maior percentual de deputados de estados não-amazônicos foi registrado em 2003, quando também se registrou o maior número de deputados na comissão: 64 membros, entre titulares e suplentes. Destes 64, onze parlamentares, ou seja, 17,2%, eram de estados não-amazônicos, sendo dois titulares (Rose de Freitas - PMDB/ES e Amauri Robledo Gasques - PL/SP) e nove suplentes (Ivo José - PT/MG, Patrus Ananias - PT/MG, Vignatti - PT/SC, Mauro Lopes - PMDB/MG, José Roberto Arruda - PFL/DF, Mário Negromonte - PP/BA, Alberto Fraga - PTB/DF, Jaime Martins - PL/MG e Vanderlei Assis, deputado carioca eleito por São Paulo, mas que ficou sem partido após as eleições).

No ano de 2004, dentre os vinte titulares e vinte suplentes, seis eram de estados não-amazônicos, ou seja, exatos 15%, demonstrando uma redução na representatividade destes estados. Metade desses seis atuou como titular (Enéas Carneiro-PRONA/SP; Helenildo Ribeiro-PSDB/AL e João Lyra-PTB/AL) e a outra metade como suplente (Elimar Máximo Damasceno-PRONA/SP, Mauro Lopes-PMDB/MG e Josias Gomes-PT/BA).

Em 2005, além dos quatro membros da mesa, a comissão foi formada por mais quinze titulares e quinze suplentes, totalizando 34 membros. Destes, cinco parlamentares (aproximadamente 15% da composição) eram oriundos de estados não-amazônicos: dois titulares (Severiano Alves - PDT/BA e Francisco Gonçalves - PTB/RJ) e três suplentes (Marcelo Castro - PMDB/PI, Marcos Abramo - PLF/SP (atual Democratas-DEM) e Roberto Jefferson - PDT/RJ).

Na sessão legislativa de 2006, a participação de parlamentares não-amazônidas reduziu mais um pouco, com apenas 14,3% do total de 35 membros (16 titulares e 19 suplentes). Portanto, deste total, apenas cinco eram de outras regiões, sendo quatro titulares (Enio Bacci - PDT/RS, Arolde de Oliveira - PFL/ RJ, Fernando Lopes - PMDB-RJ e Wanderval Santos - PL/SP) e um suplente (Júlio Cesar - PFL/PI). Através do levantamento desses dados, chegamos à média de 15,3% de participação anual de deputados de outras unidades federativas fora da Amazônia. Ou seja, a discussão sobre integração nacional (que passou a ser atribuição da CAINDR a partir de 2004) dentro de uma comissão regionalizada parece ainda não ter despertado o interesse dos parlamentares.

Dentre as unidades federativas não-amazônicas representadas na CAINDR, constata-se que todos os estados da região Sudeste tiveram representatividade pelo menos uma vez

nesta comissão. O estado São Paulo é recordista, com o maior número de membros na 52ª Legislatura (seis ao todo) e com representantes em todos os quatro anos. Na região Nordeste, 1/3 dos estados participaram da CAINDR - Alagoas, Piauí e Bahia, sendo este o segundo estado não-amazônico com presença mais constante: três anos. Do Centro-Oeste, o Distrito Federal (com dois membros em 2003) e o Mato Grosso do Sul (01 membro em 2004) tiveram participação mais significativa. A região Sul foi representada por um deputado de Santa Catarina, e por um do Rio Grande do Sul, ocupando, inclusive, a Mesa-Diretora em 2006.

Dos parlamentares listados acima, alguns são antigos conhecidos da política brasileira, como Roberto Jefferson, José Roberto Arruda, Enéas Carneiro (falecido em 2007) e Patrus Ananias. Dos estados da Amazônia Legal, os mais conhecidos na esfera nacional são os parlamentares Jader Barbalho, do PMDB do Pará, e Sarney Filho, do PV do Maranhão, ambos participantes da CAINDR no ano de 2003.

As chamadas ‘velhas raposas políticas’ poderiam até dar maior visibilidade à comissão, o que seria muito importante para aumentar o capital simbólico da mesma. Essa visibilidade garantiria, com toda certeza, o incremento do jogo político, mas não se pode ter a mesma certeza quanto à garantia de melhoria da situação da Amazônia em si. Isso porque, como veremos mais adiante, a maioria dos requerimentos e projetos apresentados no seio desta comissão reforçam a nossa tese de que muitos de seus membros ecoam as vozes de atores e setores favoráveis à expansão de fronteiras, como a pecuária, indústria e outros.

Ainda sobre a quantidade de parlamentares por unidade federativa não-amazônica que compuseram a comissão na 52ª Legislatura, apresentamos o quadro a seguir.

Quadro 4 – Parlamentares por Unidades Federativas Não-Amazônicas

UF	Deputados 2003	Deputados 2004	Deputados 2005	Deputados 2006	Total
São Paulo	2	2	1	1	6
Minas Gerais	4	1 ⁶⁴			5
Rio de Janeiro			2	2	4
Espírito Santo	1				1
Bahia	1	1	1		3
Alagoas		2			2
Piauí			1	1	2
Distrito Federal	2				2
Mato Grosso do Sul		1			1
Santa Catarina	1				
Rio Grande do Sul				1	
TOTAL	11	6	5	5	27

Fonte: Elaborada pela autora. Belém (2009).

Nota: Dados levantados junto aos Relatórios de Atividades da CAINDR da 52ª Legislatura.

⁶⁴ Este representante do estado de Minas Gerais também esteve na CAINDR em 2003, mas nesta tabela será contabilizado apenas uma vez para efeito de totalização porque o objetivo deste levantamento é indicar o número real de deputados pertencentes às unidades federativas não-amazônicas que atuaram na comissão durante a 52ª legislatura.

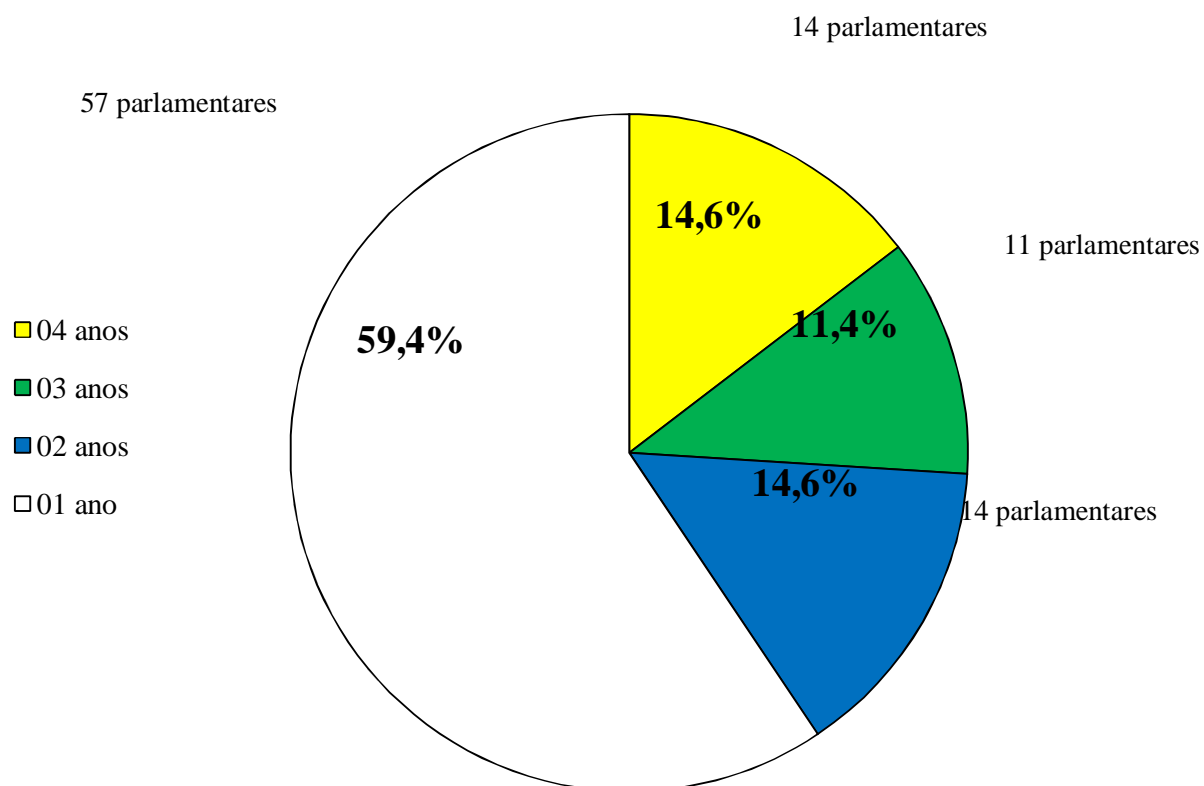
Como se pode observar, das 18 unidades federativas brasileiras que não compõem a Amazônia Legal, onze tiveram representantes na CAINDR durante a 52ª Legislatura. Somando-se aos nove estados amazônicos, aumenta-se para vinte o número de unidades federativas com parlamentares na comissão nesse período, representando-se as cinco regiões brasileiras. Ressalta-se que daquele universo de 96 deputados, 27 eram de estados não-amazônicos (seriam 28, mas o deputado Mauro Lopes, do PMDB de Minas Gerais, participou duas vezes da comissão, mais exatamente nos anos de 2003 e 2004) e 69 eram da Amazônia Legal Brasileira. Ou seja, **a proporção é praticamente de 28% para 72%**, reafirmando, mais uma vez, a significativa representatividade de parlamentares da Amazônia nesta comissão mesmo com a inclusão da competência de discutir a integração nacional.

A fim de facilitar a compreensão da composição e da representatividade parlamentar da CAINDR durante os anos de 2003 a 2006, criamos um quadro geral com importantes informações sobre os 96 parlamentares que atuaram como membros nesse período, identificando os nomes, partidos, unidades federativas, os anos em que participaram da comissão e a natureza da vaga que ocuparam em cada sessão legislativa da 52ª Legislatura - se de titular (representada pela letra T) ou de suplente (representada pela letra S). Em síntese, esse quadro enfoca a **Rotatividade** dos membros da comissão e está apresentado na Seção de Anexos desta tese como anexo 'A'⁶⁵, em cores distintas para facilitar a identificação: quem são os deputados não-amazônidas (grifados em lilás), quem são os que participaram da CAINDR por quatro anos (grifados em amarelo), quem são os que participaram por três anos (em verde), os que participaram por dois anos (em azul) e por apenas um ano (em branco). Este quadro é reforçado, ainda, pelo gráfico a seguir.

⁶⁵ Anexo intitulado "Rotatividade dos Membros da CAINDR", disponível na p.284.

Gráfico 1 – Participação de Parlamentares na CAINDR

52ª Legislatura



Fonte: Elaborado pela autora. Belém (2010).

Nota: Dados levantados junto aos Relatórios da CAINDR da 52ª Legislatura.

A partir do levantamento, identificação e análise desses dados, constata-se que apenas 14 deputados, ou seja, 14,6% do total de 96 membros participaram da CAINDR durante toda a 52ª Legislatura, 11 parlamentares durante três anos (11,4%) e 14 por dois anos (14,6%). Ressalta-se que a maioria dos membros da CAINDR nesta legislatura permaneceu apenas por um ano nesta comissão: 57 deputados, ou seja, 59,4% - indicando o frágil ou até mesmo inexistente compromisso de muitos membros da Câmara dos Deputados com as questões amazônicas. Além disso, indicaria a falta de *status* e/ou de visibilidade da CAINDR, considerada por alguns de seus membros como ‘uma comissão periférica’ (Informação verbal)⁶⁶.

O universo de 96 deputados corresponde ao número de membros que passaram pela CAINDR durante os anos de 2003 a 2006, porém, a representatividade de cada partido ultrapassa esse universo. Neste período, os partidos que compuseram a comissão foram representados 173 vezes e o Partido dos Trabalhadores (PT) foi o que teve deputados atuando na comissão com mais frequência: 30 vezes, das quais dez ocorreram em 2003, oito em 2004, seis em 2005 e seis em 2006. Em seguida, o Partido Liberal (PL) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tiveram 25 e 23 representações, respectivamente. O quadro geral, com o número de vezes em que cada um dos 14 partidos que compuseram a CAINDR durante a 52ª Legislatura foi representado, ano a ano, pode ser verificado a seguir.

⁶⁶ Este termo foi usado pelo deputado Sebastião Bala-PDT/AP durante entrevista concedida à autora após reunião de audiência pública realizada no dia 22 de março de 2007, na CAINDR, onde ele declarou ainda: “*Essa comissão ainda está estigmatizada como uma comissão periférica da Câmara, como se fosse uma subcomissão e não uma comissão; subcomissão não no sentido de ser integrante de outra comissão, mas no sentido de estar num patamar abaixo das outras. Os partidos, por exemplo, ainda não despertaram para a importância dessa comissão, que é desenvolvimento regional e integração nacional. Você não vê parlamentares de São Paulo, Rio de Janeiro [...] Ela teria que buscar uma afirmação, ela ainda não se afirmou definitivamente. No momento que se afirmar na Câmara, no Congresso, acredito que vai beneficiar muito mais a região no ponto de vista de recursos e também na questão ambiental, vai melhorar as condições de avançar nessas questões*”. Por mais que esse parlamentar não tenha participado da 52ª Legislatura, consideramos oportuno abordar o seu depoimento a fim de favorecer a compreensão sobre a expressiva rotatividade dos membros da CAINDR. Outra declaração importante de Sebastião Bala evidencia os arranjos políticos e partidários que norteiam a composição da comissão - e talvez se configure mais uma explicação para o fato de que quase 60% dos membros da CAINDR tenham atuado neste fórum unicamente por um ano: “*eu mesmo não queria vir [para esta comissão], vim porque o meu partido não tinha ninguém pra vir [...] Mas já que estou aqui, quero contribuir para que ela tenha uma posição de destaque*”.

Quadro 5 – Representatividade Partidária dos Membros da CAINDR

Partido	2003			2004			2005			2006			TOTAL
	Titulares	Suplentes	Total	Titulares	Suplentes	Total	Titulares	Suplentes	Total	Titulares	Suplentes	Total	
PT	5 (2 PA, 1 RO, 1 AC, 1 MA)	5 (2 MG, 1 SC, 1 MT, 1 AC)	10	4 (2 AC, 1 AP, 1 MS)	4 (1 BA, 1 MA, 2 PA)	8	4 (2 AC, 1 PA, 1 MT)	2 (1 RO, 1 AC)	6	3 (2 AC, 1 PA)	3 (2 RO, 1 AC)	6	30
PL	5 (1 SP, 1 AM, 1 RR, 1 RO, 1 PA)	5 (1 AP, 1 AM, 1MG, 1 AC, 1 TO)	10	1 (RO)	3 (1 RR, 1 RO, 1 PA)	4	2 (1 AC, 1 RO)	3 (1 RO, 1 AP, 1 PA)	5	3 (1 RO, 1 MT, 1 SP)	3 (1 RR, 1 AC, 1 PA)	6	25
PMDB	5 (3 PA, 1 ES, 1 RR)	3 (2 RO, 1 MG)	8	2 (PA)	1 (MG)	3	2 (1 PA, 1 AM)	3 (1 PA, 1 AP, 1 PI)	5	3 (1 PA, 1 RJ, 1 RO)	4 (2 AM, 1 AP, 1 RO)	7	23
PSDB	2 (PA)	4 (2 PA, 1 TO, 1 MT)	6	1 (AL)	3 (2 PA, 1 MA)	4	-	2 (PA)	2	1 (MA)	3 (2 PA, 1 RO)	4	16
DEM (PFL)	3 (1 RR, 1 AM, 1 PA)	4 (2 TO, 1 MT, 1 DF)	7	1 (AP)	2 (1 MA, 1 PA)	3	1 (AP)	1 (SP)	2	1 (RJ)	1 (PI)	2	14
PP	3 (1 MA, 1 RR, 1 PA)	2 (1 AP, 1 BA)	5	2 (2 AM)	1 (RR)	3	1 (AM)	1 (RR)	2	1 (AM)	1 (RR)	2	12
PPS	2 (1 AM, 1 RR)	1 (RO)	3	2 (1 RO, 1 AC)	2 (1 AM, 1 RR)	4	3 (1 RO, 1 RR, 1 AM)	-	3	1 (RO)	-	1	11
PCdoB	2 (1 AC, 1 AM)	-	2	1 (PA)	1 (AM)	2	1 (AC)	1 (AM)	2	1 (AC)	2 (1 PA, 1 AM)	3	09
PDT	1 (AP)	-	1	2 (2 AP)	1 (RR)	3	1 (BA)	2 (1 RR, 1 RJ)	3	1 (RS)	1 (RR)	2	09
PTB	2 (1 PA, 1 MT)	2 (1 DF, 1 RR)	4	1 (AL)	1 (MT)	2	1 (RJ)	-	1	-	1 (RR)	1	08
PSB	1 (AP)	2 (1 RO, 1 MA)	3	1 (AP)	-	1	2 (1 AP, 1 RR)	-	2	1 (RR)	-	1	07
PSC	2 (1 PA, 1 AP)	-	2	1 (PA)	-	1	1 (PA)	-	1	-	-	-	04
PV	1 (AP)	1 (MA)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
PRONA	-	-	-	1 (SP)	1 (SP)	2	-	-	-	-	-	-	02
s/partido	-	1 (SP)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
TOTAL			64			40			34			35	173

Fonte: Elaborada pela autora a partir do levantamento de dados junto aos Relatórios Anuais da CAINDR. Belém (2010).

Nota: O total de 173 deputados corresponde à representação dos partidos feita pelo conjunto de 96 deputados da 52ª Legislatura, sendo que 14 parlamentares atuaram por 4 anos, 11 por 3 anos, 14 por 2 anos e 59 por 01 ano durante o período de 2003 a 2006.

Ao analisarmos esses dados, observamos que o Acre foi o estado que teve mais representantes do PT – a legenda com a maior representatividade na CAINDR durante o quadriênio 2003-2006. Seus parlamentares atuaram em todas as sessões legislativas como titulares e em três delas como suplentes. No total, o PT acreano foi representado dez vezes, exatamente 1/3 da representação geral do partido na comissão. O PT do Pará também manteve uma boa representatividade, com deputados durante os quatro anos, seja como titular (três anos) ou como suplente (um ano), totalizando seis parlamentares, seguido pelo PT de Rondônia com quatro deputados. O segundo partido mais presente na CAINDR durante a 52^a Legislatura foi o PL, com a maioria de seus representantes de Rondônia (seis) e do Pará (quatro). Também foi destes dois estados que o PMDB teve maior representatividade, com oito representantes do Pará e quatro de Rondônia.

Em seguida, os partidos com maior representatividade nesta comissão durante esse período foram: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representado 16 vezes, sendo o Pará a unidade federativa mais frequente com dez representações; o Partido Democratas (DEM), partido com 14 representações, as quais foram bastante diluídas dentre as unidades federativas que tiveram representantes na CAINDR; e o Partido Progressista (PP), com 12 representações, sendo a maioria dos estados de Roraima e do Amazonas – quatro vezes cada.

A representação partidária por unidade federativa na CAINDR durante a 52^a Legislatura pode ser conferida com detalhes no sexto quadro, apresentado a seguir.

**Quadro 6 – Representatividade Partidária por Unidade Federativa
52ª Legislatura**

UF	PT	PL	PMDB	PPS	PSDB	DEM	PP	PCdoB	PDT	PTB	PSB	PSC	PV	PRONA	s/partido	TOTAL
AC	10	03	-	01	-	-	-	03	-	-	-	-	-	-	-	17
AL	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	02
AM	-	02	03	03	-	01	04	04	-	-	-	-	-	-	-	17
AP	01	02	02	-	-	02	01	-	03	-	03	01	01	-	-	16
BA	01	-	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-	-	-	03
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-	-	-	-	-	02
ES	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA	02	-	-	-	02	01	01	-	-	-	01	-	01	-	-	08
MG	02	01	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05
MT	02	01	-	-	01	01	-	-	-	02	-	-	-	-	-	07
MS	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
PA	06	04	08	-	10	02	01	02	-	01	-	03	-	-	-	37
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	01	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	01	-	-	01	-	-	01	01	-	-	-	-	-	04
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	04	06	04	04	01	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	20
RR	-	03	01	03	-	01	04	-	03	02	02	-	-	-	-	19
RS	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01
SC	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	-	02	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	02	01	06
TO	-	01	-	-	01	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04
TOTAL	30	25	23	11	16	14	12	09	09	08	07	04	02	02	01	173

Fonte: Elaborada pela autora. Belém (2010).

Nota: Dados levantados junto aos Relatórios de Atividades da CAINDR da 52ª Legislatura.

Os quadros 05 e 06 fornecem um panorama geral da representatividade dos parlamentares, partidos e unidades federativas na CAINDR em cada sessão legislativa da 52ª Legislatura. Observa-se que o Pará é o estado mais constantemente representado: 37 vezes através de nove dos 14 partidos que compuseram a CAINDR nesse período. A diferença é significativa em relação ao segundo estado mais frequente: Rondônia, com 20 representações. Em seguida vem os estados do Acre e do Amazonas, com 17 cada, e o estado do Amapá, representado 16 vezes. É interessante observar, ainda, que dentre as unidades federativas não-amazônicas, São Paulo e Minas Gerais tiveram uma representação mais frequente (seis e cinco vezes, respectivamente) do que o estado de Tocantins, que pertence à Amazônia Legal e esteve uma única vez na CAINDR – no ano de 2003, com dois parlamentares do DEM, um do PL e um do PSDB.

Além disso, chamamos a atenção para o fato de que, curiosamente, o Partido Popular Socialista (PPS), que ocupa a sétima posição em representação partidária, foi a legenda que dominou os cargos de presidente e vice-presidente nos três primeiros anos dessa legislatura, conforme já observado anteriormente. Nas onze vezes em que foi representado, este partido contou com parlamentares sempre dos mesmos Estados: Rondônia, Roraima, Amazonas e Acre, sendo Rondônia o estado mais frequente, com representantes em todo o quadriênio.

Quanto aos demais partidos, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foram representados nove vezes cada, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) oito e sete vezes, respectivamente, e o Partido Social Cristão (PSC) quatro vezes – com dois parlamentares em 2003, um em 2004 e outro em 2005. O Partido Verde (PV), apesar de sua bandeira ambientalista, participou da comissão apenas em 2003, com um parlamentar do Maranhão e outro do Amapá, e o PRONA em 2004 com dois deputados de São Paulo.

Sabe-se que muitos deputados atuam em determinadas comissões apenas para atender ao pedido do partido a fim de ocupar os cargos a este destinados, como se pode constatar na declaração do deputado Sebastião Bala, transcrita na nota de rodapé nº 70 deste trabalho. No entanto, outros deputados participam por sua própria vontade - e repetidas vezes, como se pode identificar no anexo 'A', cujo quadro refere-se à Rotatividade dos Membros da CAINDR, já citado e analisado neste capítulo. No caso destes outros deputados, o petista paraense Paulo Rocha, que foi presidente da comissão em 1998, declarou em sua entrevista à autora: “Todos os anos eu faço parte da comissão. Ora como efetivo, ora como suplente”⁶⁷.

⁶⁷ O deputado Paulo Rocha concedeu entrevista à autora no dia 23 de março de 2007, na Câmara Federal.

Essa assiduidade também pode ser exemplificada através do peemedebista Asdrúbal Bentes, outro parlamentar do Pará, a unidade federativa com presença mais constante na CAINDR durante a 52ª Legislatura. Em quase todos os seus mandatos, Bentes sempre participou da comissão: “Nesses cinco mandatos, eu só não atuei na Comissão da Amazônia no último período da legislatura passada porque eu fui presidente numa outra comissão e fiquei como suplente também de outra comissão que não foi a da Amazônia. Mas em todas as outras nós estivemos aqui” (Informação verbal)⁶⁸.

Do Acre, outra unidade federativa representada com bastante frequência na CAINDR, existe exemplos tanto de deputados que participam há vários anos desta comissão, quanto de outros que estão pela primeira vez, como os parlamentares Henrique Afonso, do PT, e Sérgio Petecão, do Partido da Mobilização Nacional (PMN), respectivamente, mas ambos motivados por seus elos com a região amazônica. Em entrevista dada à autora em seu gabinete, em Brasília, Henrique Afonso fala sobre a sua relação com a comissão:

Já estou completando cinco anos que eu estou nela, nunca sai dela. Eu sou da região amazônica. Então, eu compreendo que, talvez, a maior e melhor contribuição que eu posso dar para a minha região é estando nos fóruns de debate que pensam realmente as diversas políticas públicas que estão para o enfrentamento e também conservação das nossas florestas, dos nossos rios, enfim, da nossa biodiversidade - e também como é que os nossos recursos vão naturais eles estão sendo tratados. Então, nada melhor do que estar dentro de uma comissão que trate de toda essa problemática que está em torno do debate sobre a Amazônia (Informação verbal)⁶⁹.

Quanto ao deputado Sérgio Petecão, presente pela primeira vez não só na CAINDR, mas no Congresso Nacional, acumula experiência no Grupo Parlamentar ‘Parlamento Amazônico Brasileiro’, do qual foi presidente pela região Norte enquanto deputado estadual nos anos de 1995-1996 e na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável como suplente, ainda em 2007, enquanto deputado federal, justificando a sua escolha por uma comissão que trate da região:

Até porque os assuntos debatidos na Comissão da Amazônia são assuntos que também são debatidos no Parlamento Amazônico. A diferença é que lá dentro do Parlamento Amazônico nós discutimos entre os deputados estaduais e entre os vereadores também e aqui na Comissão da Amazônia é federal. Na verdade, eu que sou do Acre, né, eu nasci e me criei no Acre, onde nós temos ali uma bancada que realmente se preocupa com a preservação da Amazônia. O grande exemplo é a nossa ministra Marina (Silva), né, que é ministra do Meio Ambiente, é uma pessoa que dedica toda a sua vida a nossa região. De forma que, aqui na Câmara Federal, pra mim, é uma experiência nova. Eu diria pra você que fiz essa opção de participar dessa comissão, a Comissão da Amazônia, como também da Comissão do Meio Ambiente, por entender que eu posso,

⁶⁸ Asdrúbal Bentes, na mesma entrevista concedida à autora no dia 19 de março de 2007, na sede da CAINDR.

⁶⁹ Depoimento do deputado Henrique Afonso em entrevista concedida à autora na tarde do dia 23 de março de 2007.

através do meu mandato, dar uma contribuição pra preservação da nossa região - que eu entendo que é da maior importância (Informação verbal)⁷⁰.

Quanto aos debates realizados pelos membros da CAINDR, constatamos que o clamor pelo desenvolvimento manifesta-se, constantemente, nas falas e projetos defendidos pelos deputados. Nessas discussões, o conceito de desenvolvimento apresenta-se vinculado à infraestrutura, crescimento econômico, integração, geração de riquezas e de empregos e a certos programas e projetos, como o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, lançado pelo governo federal. Sobre este programa, a peemedebista paraense Elcione Barbalho propôs a criação, em 2007, de uma subcomissão especial para acompanhar o desdobramento das medidas do PAC. Questionada se o papel desta subcomissão se restringiria à fiscalizar a destinação de recursos ou se fiscalizaria também os impactos ambientais provocados pelo programa, a deputada responde à autora:

Com certeza, eu acho que uma coisa puxa a outra, não é? Então, pra nós, nós queremos ver como é que é, o quê que vem, como é que vai ser administrado, quais são os focos que ela (subcomissão) vai atingir. Enfim, eu acho que uma coisa vai acontecer em razão da outra e [...] eu acho que a gente tem que estar atento pra exigir aquilo que é nosso e o direito que nos assiste. A gente não quer só desenvolvimento com destruição, isso não é desenvolvimento, não é?! Nós queremos é participar desse programa, queremos colaborar. É uma obrigação, não só como amazônida, mas como parlamentar, de ficar atento e integrar acima de tudo a Amazônia a outras regiões [...]. É muito comum desviarem recursos dos nossos estados, da nossa região. Sempre tem o tal do contingenciamento, a dificuldade que a gente tem pra poder elaborar determinados projetos que venham propiciar o desenvolvimento da nossa Amazônia, que venham gerar empregos, é uma coisa muito séria. Então, isso nos preocupa muito, de uma forma muito presente de ver como essas coisas podem funcionar e como vão funcionar. (Informação verbal)⁷¹

Não só nesse trecho, mas no decorrer da entrevista concedida pela deputada, podemos perceber a preocupação em ter acesso às informações do PAC e participar deste programa, como também ser ‘útil à região enquanto parlamentar e agente fiscalizador’. A deputada enfatiza muito a necessidade de ‘estar atento ao que vem sendo feito na Amazônia’, garantir os direitos dos amazônidas e o devido repasse de recursos’, levando-nos a perceber, enquanto sujeito do enunciado, aquele que fiscaliza ações, medidas e programas voltados para a Amazônia, buscando integração e desenvolvimento econômico para a região. Além disso, a

⁷⁰ Deputado Sérgio Petecão, em entrevista à autora em seu gabinete, em Brasília, no dia 23 de março de 2007.

⁷¹ Informação obtida durante entrevista de Elcione Barbalho concedida à autora na manhã do dia 22 de março de 2007, durante o lançamento da Frente Parlamentar Mista “Amazônia para Sempre”. É oportuno esclarecer que mesmo não compondo o quadro da CAINDR durante a 52ª Legislatura, essa a deputa esteve presente nesta comissão antes e depois desta legislatura e estava, no momento da realização de nossas entrevistas, liderando uma iniciativa (no caso, a criação da citada subcomissão) e, portanto, optamos por abordá-la, assim como o fizemos com o deputado amapaense Sebastião Bala e com o deputado acreano Sérgio Petecão.

regularidade discursiva presente na fala desta deputada deixa clara a sua intenção de participar de um programa que, naquele momento, estava sendo intensamente noticiado pela mídia e que se tornou um dos principais programas do governo Lula.

A gente tá com o PAC né? Hoje é a palavra-chave nesse país é esse programa de aceleração do crescimento, então eu quero ver o que isso vai influenciar pra nós, enquanto amazônidas, e a gente tem que acompanhar. É muito comum desviarem recursos dos nossos estados, da nossa região. Sempre tem o tal do contingenciamento, a dificuldade que a gente tem pra poder elaborar determinados projetos que venham propiciar o desenvolvimento da nossa Amazônia, gerar empregos, é uma coisa muito séria. Então, isso nos preocupa muito, de uma forma muito presente de ver como essas coisas podem funcionar e como vão funcionar (Informação verbal)⁷².

A preocupação com a destinação adequada de recursos para a Amazônia é manifestada, ainda, pelo correligionário de Elcione Barbalho, o deputado Asdrúbal Bentes, que neste caso fez elogios ao governo federal pela então diferenciada verba destinada à região:

Pela primeira vez agora eu vi daqui, por exemplo, no que diz respeito aos recursos, percentualmente a Amazônia ainda em determinados setores ser aquinhoadas com mais recursos que o sul e sudeste que já é uma região que dispõe de infraestrutura que está muitos níveis a frente da nossa esquecida e longínqua Amazônia. Então, eu quero até parabenizar o Governo Lula por essa atitude que demonstrou o crescimento da geopolítica desse país, que no passado ou por desconhecimento ou por má fé este assunto não era tratado com a seriedade de merecer. (Informação verbal)⁷³.

Nesse breve exemplo, identifica-se também a recorrente posição do PMDB de partido aliado do governo federal, independente da legenda do Presidente da República, como também se percebe que o diálogo desses dois peemedebistas dirige-se aos seus eleitores, colegas de debates e eleitores. A busca pelo desenvolvimento é uma regularidade discursiva muito presente em suas falas, como também nos discursos de vários colegas de comissão – especialmente o desenvolvimento econômico, como já mencionado anteriormente.

Portanto, nessa linha desenvolvimentista, dentre os assuntos que ocuparam o foco das ações e discursos de muitos parlamentares, pode-se destacar não somente a busca por soluções e alternativas energéticas para a região, mas também os eixos de integração da América do Sul, a criação de distritos agropecuários, a criação de novos territórios e estados, a divisão de estados, os programas ministeriais para a Amazônia, a integração nacional e as potencialidades econômicas. Por outro lado, os parlamentares discutiram, ainda, o desenvolvimento social da região, a questão indígena, a biodiversidade, a biopirataria, a proteção de florestas e outras questões relacionadas à implantação de políticas públicas para a

⁷² Deputada Elcione Barbalho, na entrevista citada acima.

⁷³ Depoimento do deputado Asdrúbal Bentes obtido na entrevista anteriormente citada.

região. Para provocar muitos desses debates, foram realizados seminários, encontros, audiências públicas e instalados novos grupos de trabalho e subcomissões, como veremos agora, ano a ano, com todos os seus detalhes.

3.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO ÂMBITO DA CAINDR

3.2.1 ANO 2003 - 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura

Provavelmente por ser a primeira de uma legislatura, a sessão legislativa de 2003 foi a maior em número de membros na CAINDR, com 60% a mais do que o previsto. Anualmente há 40 vagas disponíveis, entre titulares e suplentes, mas em 2003 a CAINDR teve 64 membros. A distribuição dos cargos naquele ano, aparentemente, seguiu o critério da proporcionalidade determinado pelo RICD (que busca assegurar uma representação mais equânime de partidos e blocos parlamentares), como se pode verificar no anexo ‘B’⁷⁴.

No entanto, também arriscamos dizer que essa grande quantidade de membros na comissão em 2003 deve-se, como já dissemos, por ser um ano que abre a legislatura, quando muitos deputados ainda estão chegando à Câmara dos Deputados e buscam garantir um lugar nas comissões até mesmo para nortear as suas atividades. Esta percepção é reforçada pela redução no número de membros que ocorre nos anos seguintes, conforme já mostramos.

O Relatório de Atividades 2003 da CAINDR apresenta diversas atividades e, em sua apresentação assinada pelo então presidente da comissão, o deputado Átila Lins, destaca que as mesmas foram desenvolvidas com o intuito de ampliar a participação dos membros da desta comissão na discussão dos problemas regionais, promover o diálogo com os demais poderes em todas as esferas e mobilizar os países amazônicos vizinhos, através dos embaixadores em Brasília, para buscar soluções para as dificuldades em comum. Este parlamentar acrescenta que outro objetivo estabelecido naquele ano foi a troca de experiências e opiniões para melhorar as políticas públicas para a Amazônia, a vigilância e a fiscalização dos órgãos públicos “e, sobretudo, alavancar o desenvolvimento econômico e social no Norte

⁷⁴ Intitulado “Composição da CAINDR em 2003 – Mesa, Titulares e Suplentes”, o anexo ‘B’ está na p.287.

do Brasil”⁷⁵. Para Átilla Lins, este colegiado se empenhou “no apoio e na fiscalização das ações para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável da Região Amazônica, objetivando a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e diminuição das desigualdades sociais”⁷⁶.

Percebe-se, nessa declaração de Lins, que a sua noção de desenvolvimento, além do fator econômico, inclui o fator social, a sustentabilidade, a qualidade de vida e a justiça social – aproximando-se da nova linguagem do Desenvolvimento Sustentável. No entanto, conforme vimos no capítulo anterior, Banerjee (2003) diz que as desigualdades que cercam os recursos naturais são obscurecidas pela compreensão científica dessa nova linguagem, como também pela compreensão de cidadania, direitos das espécies e a equidade.

Esse autor diz que o discurso do Desenvolvimento Sustentável é uma nova retórica de legitimação do mercado, do capital transnacional, da ciência, da tecnologia e deve ser desmascarado. Aliás, o discurso de vários membros da CAINDR sobre esta temática não condiz com grande parte de suas proposições. Como exemplo, conforme veremos mais detalhadamente adiante, há um parlamentar que apresenta dezenas de projetos criando distritos agropecuários, enquanto o seu discurso é de quem defende os ribeirinhos, as populações mais pobres da região – revelando as contradições entre discursos e práticas de determinados membros desse fórum.

Ainda sobre o levantamento das atividades realizadas em 2003 pela CAINDR, além da reunião de instalação e eleição de sua Mesa-Diretora (presidente e vice-presidentes), no dia 26 de fevereiro de 2003, no Plenário 15, do Anexo II, ocorreram 22 reuniões deliberativas ordinárias e 29 audiências públicas – sendo cinco destas em conjunto com outras comissões da Câmara dos Deputados. Não houve nenhuma reunião extraordinária. O grande número de audiências realizadas nessa sessão legislativa (maior até que o número de reuniões ordinárias) indica o interesse dos membros da comissão em se colocarem a par de determinados assuntos, buscando informações para conduzir suas ações e/ou proposições conforme a pauta em discussão. No entanto, também já revela a ‘natureza’ das ações da CAINDR, muito mais propensas a debates e discussões do que à aprovação de projetos em si.

3.2.1.1 Audiências Públicas em 2003

⁷⁵ Essas diretrizes são destacadas pelo deputado Átilla Lins na apresentação do Relatório de Atividades 2003 da CAINDR, p. 3.

⁷⁶ Ainda no texto de apresentação do Relatório de Atividades 2003 da CAINDR, p. 3

Nas audiências públicas realizadas em 2003, houve a participação dos ministros das seguintes pastas: Integração Nacional, Defesa, Justiça, Transportes, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Segurança Alimentar e Combate à Fome. Também foram ouvidos governadores da região Norte, secretários estaduais, prefeitos, oficiais das Forças Armadas, além de diversas autoridades e representantes da sociedade civil.

Dessas 29 reuniões, pelo menos onze estão relacionadas – mesmo que indiretamente - às temáticas ‘Desenvolvimento’ e ‘Sustentabilidade’. Dentre as pautas dessas onze reuniões, está a apresentação dos programas do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Defesa e Ministério da Integração Nacional para a Amazônia. Os debates também abordaram as potencialidades desta região, tanto no que diz respeito ao setor energético, quanto aos setores de turismo e industrial. Debateu-se, ainda, as características ambientais, entraves e perspectivas econômicas da Amazônia, bem como as propostas de universidades federais no que diz respeito à pesquisa e extensão para o desenvolvimento na Amazônia, dentre outros temas, conforme demonstra a quadro a seguir.

Quadro 7 – Audiências Públicas em 2003: Desenvolvimento e Sustentabilidade

Data	Pauta	Convidados	Nº do Requerimento e Autor
20/03/2003	Os Programas do Ministério da Integração Nacional para a Amazônia.	Sr. Ciro Ferreira Gomes, Ministro da Integração Nacional	Req. nº 09/2003 Dep. Átila Lins
30/04/2003	Apresentação dos programas do Ministério da Defesa para Amazônia.	Sr. José Viegas Filho, Ministro de Estado da Defesa	Req. nº 11/2003 Dep. Átila Lins
15/05/2003	Amazônia, suas características ambientais, entraves e perspectivas econômicas	General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, ex-comandante Militar da Amazônia	Req. nº 41/2003 Dep. Alceste Almeida
29/05/2003	O Projeto Energético e de Navegação do Rio Madeira	Dr. Antonio de Pádua Benfica Guimarães, Superintendente de Empreendimentos de Geração da Furnas Centrais Elétricas S.A.; Dr. Acyr Jorge Teixeira Gonçalves, Assessor de Meio Ambiente da Furnas Centrais Elétricas S.A.; e Dr. José Bonifácio Pinto Júnior, Diretor de Contratos da Construtora Norberto Odebrecht	Req. nº 44/2003 Dep. Miguel de Souza
04/06/2003	Reunião de natureza conjunta, com a participação da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo. Tema: “Turismo e Potencialidades da Amazônia”.	Sra. Mary Allegretti, Secretária de Coordenação da Amazônia – Ministério do Meio Ambiente; Sr. Ércio Muniz Lima, Gerente de Projeto do Ministério do Turismo; Sra. Flávia Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus; Sra. Oreni Braga, Presidente da Empresa Amazonense de Turismo; Sr. Orlando Câmara, Presidente da Fundação Municipal de Turismo – MANAUSTUR; Sr. José Carlos Reston, Superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Sr. Tasso Gadzanis, Presidente da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV); Sr. Luiz Carlos Nunes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH); Sr. Antonio Henrique Borges de Paula, da Confederação Nacional do Comércio.	Req. nº 32/2003 Dep. Vanessa Grazziotin
04/06/2003	Polo Industrial de Manaus e Desenvolvimento Regional	Sr. José Carlos de Souza Braga, Secretário de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas; Sra. Flávia Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus; Sr. Maurício Andrade Marsíglia, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; Sr. João Ronaldo Melo Mota, Diretor Executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas; Sr. Antonio Carlos Rodrigues Lima, Presidente da Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Polo Industrial do	Req. nº 52/2003 Dep. Átila Lins e Vanessa Grazziotin

		Amazonas; Sr. Paulo Figueiredo, representante da Fundação Getúlio Vargas – Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE	
10/06/2003	Reunião da Subcomissão Permanente para Estudar a Situação, Alternativas e Soluções Energéticas para a Região Amazônica. Tema: Licenciamento Ambiental dos empreendimentos energéticos na Amazônia.	Dr. Mário Lúcio Avelar, Procurador da República no Estado do Tocantins – MPF; Sr. Hélvio Neves Guerra, Superintendente de Estudos e Informações Hidrológicas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANELL; Sr. Nilvo Luiz Alves da Silva, Presidente Substituto do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Sr. Ênio Botelho – Gerente de Licenciamento Ambiental do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM; Sr. Sivaldo da Silva Brito, Diretor da Confederação Nacional da Indústria – CNI.	Req. 106/2003 Dep. Perpétua Almeida
13/08/2003	As questões que norteiam a implantação do Fundo de Desenvolvimento do Norte.	Senador Jefferson Peres	Req. nº 80/2003 Dep. Humberto Michiles
20/08/2003	Apresentação do Evento Amazontech 2003 – Novos rumos para a ciência e tecnologia e negócios sustentáveis	Sr. Clayton Campanhola, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Sr. Jorge Cuauhtemoc Fernandez Rincon, Gerente da Unidade de Apoio à comercialização do SEBRAE Nacional; e Sr. José Carlos Reston, Diretor Superintendente do SEBRAE no Estado do Amazonas	Req. nº 62/2003 Dep. Átila Lins
21/08/2003	Apresentação das propostas em pesquisa e ensino feitas pelas universidades federais da região para o desenvolvimento da Amazônia	Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação e os Reitores das Universidades Federais de Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Amazonas.	Req. 58/03 Dep. Henrique Afonso
03/12/2003	Apresentação dos Programas do Ministério do Meio Ambiente para a região Amazônica	Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente	Req. 10/2003 Dep. Átila Lins

Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações obtidas junto ao Relatório de Atividades 2003 da CAINDR. Belém (2009).

Um olhar mais cuidadoso sobre esse quadro conduz à percepção de que a temática ‘Sustentabilidade’ tem uma presença muito tímida nas pautas das audiências públicas realizadas pela CAINDR – o seu evento mais frequente. Na verdade, este assunto está apenas relacionado ao título de um evento (Amazontech 2003 – Novos rumos para a ciência e tecnologia e negócios *sustentáveis*) que através do requerimento nº 62/2003, do deputado Átila Lins, virou pauta de audiência pública na CAINDR a fim de ser apresentado aos seus pares.

Quanto à temática ‘Desenvolvimento’, verifica-se que está inserida tanto nos programas ministeriais apresentados aos membros da comissão através de audiências públicas, como também nas propostas formuladas por universidades públicas e nos debates sobre as potencialidades da região – seja nos setores energético, turístico ou industrial, conforme referido anteriormente. Ou seja, é o desenvolvimento ligado à infraestrutura (energia) e ao setor econômico (turismo e indústria) – praticamente o mesmo conceito de desenvolvimento praticado há décadas na região, como pressupõe nossa hipótese.

Essa constatação torna-se ainda mais evidente no decorrer da análise dos demais documentos e discursos que compõem o *corpus* desta pesquisa, reforçando a nossa tese de que o desenvolvimento defendido na CAINDR baseia-se no crescimento econômico, sem a preocupação com a sustentabilidade ambiental da região – mesmo que este teor conduza muitos discursos calorosos dos membros da comissão.

3.2.1.2 Eventos, Grupos de Trabalho e Subcomissões em 2003

Dentre os **eventos promovidos** em 2003, o relatório destaca o Café da Manhã para discutir-se o “Projeto de Recriação da SUDAM” com o então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e toda a bancada da Amazônia (o qual resultou no compromisso de recriar esta superintendência, a fim de retomar os projetos paralisados e os investimentos na região). Além disso, quatro seminários foram realizados naquele ano sobre os seguintes temas: a) Adensamento da biopirataria, da apropriação do conhecimento tradicional, dos ilícitos de fronteira e outras ameaças à Amazônia; b) Questão indígena; c) Eixos de integração da América do Sul; d) Setor Elétrico, a fim de viabilizar a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e os gasodutos de Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus.

As temáticas abordadas nos seminários também foram debatidas em subcomissões e grupos de trabalho criados naquela sessão legislativa. Sobre energia, a CAINDR instalou a Subcomissão Permanente para Estudar a Situação, Alternativas e Soluções Energéticas para a Amazônia e o Grupo de Trabalho para Tratar de Fontes de Energia Renováveis, sobre os eixos de integração, criou a Subcomissão Permanente para Estudar e Implementar os Eixos de Integração da América do Sul (saída para o Pacífico e Caribe) e sobre a questão indígena, criou a Subcomissão Permanente para Assuntos Indígenas. Em relação às ameaças à região, a CAINDR criou a Subcomissão Especial de Biodiversidade e o Grupo de Trabalho para Estudar as ameaças de internacionalização da Amazônia. O único Grupo de Trabalho que não apresenta relação com as temáticas das subcomissões e dos seminários realizados em 2003 é o GT criado para visitar hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) na Região Norte.

Como se pode constatar, a energia é um dos temas recorrentes nos debates realizados em 2003. A subcomissão sobre esta temática foi criada em 29 de maio, a partir do requerimento nº 04/2003, da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), aprovado em 12 de março. Esta subcomissão, segundo texto de apresentação do Relatório de Atividades 2003 da CAINDR, fez um amplo levantamento das necessidades e potencialidades energéticas da região, promovendo “reuniões de trabalho em quatro capitais da região Norte, com a presença de governadores, parlamentares, autoridades e representantes dos principais ministérios que regulam o setor e das empresas prestadoras de serviço e abastecimento da área”.

No mesmo dia em que instalou essa subcomissão, a CAINDR realizou a audiência pública intitulada ‘O projeto energético e de navegação do rio Madeira’, envolvendo representantes da Furnas Centrais Elétricas e da construtora Odebrecht. Esta reunião foi fruto do requerimento nº 44/2003, do deputado Miguel de Souza, relator da referida subcomissão e representante de Rondônia. Depois, no dia 19 de agosto, foi realizada a audiência “A política energética na Amazônia e os projetos da nova administração da Eletronorte”, com o então diretor-presidente deste órgão, Silas Rondeau Silva. A iniciativa de solicitar esta reunião veio da deputada Ann Pontes – PMDB/PA.

Ressalte-se que em menos de duas semanas após a sua instalação, a subcomissão sobre energia reuniu representantes do Ministério Público Federal (MPF), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na audiência pública do dia 10 de junho para discutir o Licenciamento Ambiental dos empreendimentos energéticos na Amazônia. Pouco

depois, mais exatamente no dia 28 de agosto, a subcomissão iniciou um ciclo de reuniões contemplando quatro capitais da Amazônia: Belém (PA), Porto Velho (RO), Manaus (AM) e Rio Branco (AC).

Encerradas no dia 17 de outubro de 2003, essas reuniões contaram com representantes do Ministério de Minas e Energia, do Ministério Público Federal, da Eletrobras, da Eletronorte e da Petrobras. Estes eventos não só enfocaram o setor energético de uma forma geral, como promoveram o debate mais específico sobre hidrelétricas, linhões e gasoduto. O tema da reunião realizada em Belém/PA, no dia 28 de agosto, foi a ‘Construção da hidrelétrica de Belo Monte e da segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí’, o da reunião de Porto Velho/RO, em 11 de setembro, foi a ‘Implantação do Gasoduto Urucu-Porto Velho, as hidrelétricas do rio Madeira e o Linhão Rondônia-Mato Grosso’ e o da reunião de Manaus/AM, no dia 12 de setembro, foi a ‘Implantação do Gasoduto Coari-Manaus e o Linhão Tucuruí-Manaus’ e o tema da reunião de Rio Branco/AC, no dia 17 de outubro, foi o ‘Setor Energético na região’.

A subcomissão sobre energia promoveu, ainda, o seminário ‘Potencialidades e Alternativas Energéticas para a região Amazônica’, no dia 20 de novembro de 2003, com diversos representantes do setor. Segundo declaração do então presidente da CAINDR, Átila Lins, feita na apresentação do Relatório de Atividades da CAINDR 2003, p. 3, o objetivo foi “contornar os obstáculos e viabilizar a implantação futura de grandes e importantes projetos para o Brasil e para a região, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e os gasodutos de Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus”.

Refletindo-se sobre este objetivo, percebe-se a tendência da comissão em priorizar os grandes projetos, mesmo quando estes eram polêmicos quanto aos danos sociais e ambientais, como no caso da usina de Belo Monte. Conforme pressupomos em nossas hipóteses, as ações e discursos dos parlamentares desta comissão priorizam os interesses econômicos, como se pode verificar ao longo desta pesquisa.

Quanto à subcomissão sobre os **eixos de integração da América do Sul** (saída para o Pacífico e Caribe - IIRSA), foi instalada em 05 de junho de 2003, fruto do requerimento nº 30/03, do deputado Miguel Souza - PL/RO, aprovado em 26 de março de 2003. Uma das principais ações desta subcomissão foi a realização de um seminário para discutir questões sobre a IIRSA, ocorrido em 23 de outubro daquele ano após aprovação, em 01 de outubro, do requerimento nº 111/2003, do mesmo parlamentar. Pela importância desse assunto e a fim de favorecer a compreensão sobre o mesmo, achamos necessário fazer, neste momento, uma

espécie de intervalo em nossa abordagem sobre essas subcomissões e grupos de trabalho da CAINDR (a qual retomaremos mais adiante), para explicar o que é a IIRSA.

Lançada na Reunião dos Presidentes da América do Sul nos dias 30 de agosto e 1º de setembro de 2000, na capital brasileira (Brasília, Distrito Federal), a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) tem a finalidade de interligar os países latino-americanos⁷⁷ através de dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID)⁷⁸. Sua proposta institucional é “a promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transportes, de energia e de comunicações sob uma perspectiva regional, visando a integração física dos doze países da América do Sul para alcançar um padrão de desenvolvimento territorial equitativo e sustentável”⁷⁹. Por mais interessante que seja essa proposta, não se pode perder de vista os arranjos institucionais, políticos, econômicos e empresariais que estão por trás deste mega projeto. Enfático, Garzon (2008) aponta os principais beneficiários dessa integração.

Energia, transportes e comunicações podem servir ao povo, ao desenvolvimento das comunidades, ao intercâmbio cultural. Por outro lado, grandes projetos energéticos e de transportes servem para fortalecer ainda mais os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, baixando seus custos e aumentando sua escala de produção e escoamento. Por isso mesmo, multinacionais, mineradoras, empresas pecuaristas e monocultoras de soja, celulose e cana é que serão as beneficiárias diretas desses projetos. (GARZON, 2008)⁸⁰

Nessa relação de beneficiários, incluímos, ainda, as instituições financeiras multilaterais que, no âmbito da IIRSA, desenharam a integração do continente sul-americano. Os seus dez Eixos de Integração e Desenvolvimento são definidos no plano de ação para a integração elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a colaboração da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Além destes três agentes financeiros, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o setor privado estão

⁷⁷ A América do Sul é composta por doze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Somam-se, ainda, os territórios: Guiana Francesa (território da França), e as Ilhas Falkland (Malvinas), Sandwich e Geórgia do Sul, que pertencem ao Reino Unido.

⁷⁸ Em termos espaciais, os projetos da IIRSA se encontram organizados em dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID): Andino, do Amazonas, Peru-Brasil-Bolívia, Capricórnio, Escudo Guianês, Andino do Sul, Interoceânico Central, Mercosul-Chile, Hidrovia Paraná-Paraguai e do Sul.

⁷⁹ A definição desta proposta é exposta no site oficial da IIRSA: <http://www.iirsa.org/CD_IIRSA/Index.html>

⁸⁰ Trecho do texto de Luis Novoa Garzon, intitulado: **IIRSA: o futuro do continente como mercadoria futura**, publicado em 2008 pelo semanário *Peripecias*, produzido pelas ONGs uruguaias: Desarrollo, Economía, Ecología, Equidad-América Latina (D3E) e Centro Latino Americano de Ecología Social (CLAES). Como iniciativa conjunta, estas entidades mantem a publicação virtual *Integración Sur*, com informações e análises sobre integração, comércio e desenvolvimento sustentável na América Latina, onde houve republicação desse artigo de Luis Gazon no link <<http://www.integracionsur.com/americalatina/NovoaGarzonIrsaFuturo.htm>> O artigo também foi reproduzido pelo Centro de Mídia Independente em 24 mai. 2009, encontrando-se disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/05/447405.shtml>>

envolvidos no mega projeto. O plano elaborado por essas instituições elenca os obstáculos para o comércio intra-regional e as alternativas para melhorar o fluxo de mercadorias; a situação da infraestrutura e os principais problemas para a integração física na América do Sul, delineados por sua geografia e barreiras naturais, como a Cordilheira dos Andes, a Selva Amazônica e a Bacia do Orinoco (BID, 2000 apud PAIM, 2003).

Segundo Paim (2003), esse plano de integração apresentado pelas três instituições financeiras foi uma reelaboração de um estudo encomendado pela CAF em 1996. Além de apresentar a ideia de eixos de desenvolvimento, esse estudo analisa as relações entre infraestrutura, comércio internacional e desenvolvimento e ainda descreve a localização das principais riquezas naturais da América do Sul e a forma que podem ser utilizadas, através da melhoria da infraestrutura, para inserção no mundo globalizado.

Ao que tudo indica, os investimentos em infraestrutura previstos na IIRSA (rodovias, pontes, portos, ferrovias, energia, etc.) levam em conta o potencial exportador de cada um de seus eixos, o incremento da produção de mercadorias e o seu escoamento através dos oceanos Atlântico e Pacífico, fazendo a ligação entre os mercados regional e global. No entanto, é fundamental ressaltar que os investimentos dos setores de infraestrutura feitos agora vão definir o modelo produtivo que vai prevalecer no futuro e reconfiguram a geografia de uma região. Por isso, os impactos ambientais provocados por esses setores, necessariamente, devem ser considerados em qualquer política de integração e de desenvolvimento econômico. A questão é que a IIRSA ainda segue uma política convencional de integração pela infraestrutura, mantendo o neoliberalismo que aumenta a concentração de renda e de riquezas.

Outro fator preocupante que vem à tona com esse mega projeto é a crescente perda do controle político do Estado sobre o território. Ao invés do Estado definir os rumos da integração do continente, são os grupos econômicos mais fortes que o fazem. E essas mudanças trazidas pela reestruturação estatal têm sido provocadas pelos interesses dos grandes grupos econômicos e potências mundiais. Ao discutir o lugar central da Amazônia na integração da América do Sul, a socióloga Edna Castro (2008) analisa esse cenário e chama a atenção para o fato de que, ao concentrarem mais capital, as empresas transnacionais e os organismos multilaterais reforçam a sua posição hegemônica na economia globalizada. Em busca de ampliar a sua competitividade, estes atores globais pressionam a esfera política para garantir espaço na nova economia.

Não quer dizer, a meu ver, que os Estados nacionais não continuem a ter um papel importante na regulação social, política e econômica. Permanecem protagonistas, mas sob uma lógica liberalizante do capital, tendo a maior

parte deles sucumbido aos acordos de agências reguladores internacionais, embora o desafio devesse ser o de pensar formas alternativas de desenvolvimento endógeno, de garantia de direitos sociais e territoriais, redução de desigualdades sociais, enfim, de desenvolvimento. (CASTRO, 2008, p. 22)

A integração deveria ser uma meta estratégica dos estados e não da agenda de instituições financeiras internacionais e das cadeias transnacionais de produção. Quem deveria definir os rumos da integração do continente? Com certeza, não são os grupos econômicos. Porém, o padrão de desenvolvimento vigente volta-se para a acumulação rápida e incessante, reafirmando a lógica capitalista global e expandindo as fronteiras da rentabilidade. Pela análise dos discursos feita nesta pesquisa, podemos, inclusive, apontar essa lógica capitalista como o enunciador global dos discursos expostos e reproduzidos na CAINDR, uma vez que o modelo de desenvolvimento defendido pela maioria de seus membros prioriza o crescimento econômico e o avanço de fronteiras na região.

Nessa integração proposta pela IIRSA, o Brasil é o país-chave, especialmente pela sua região amazônica que faz fronteira com oito dos doze países envolvidos. É preciso estar atento aos interesses e estratégias de controle do território amazônico – que nesse cenário globalizado passa a ter outra configuração geopolítica. Castro (2008, p. 43) constata que essa região tornou-se prioridade no cerne da política governamental e que além de ser vizinha da maior parte dos países do continente e constituir-se num manancial de recursos e biodiversidade, agora é, também, “uma área de estratégia geopolítica e de competitividade nacional”.

Castro (2008) reforça essa percepção ao focar os planos e projetos de infraestrutura voltados para a Amazônia através de eixos de desenvolvimento, levantando questões intrigantes e esclarecedoras sobre essas ações - que acabam reeditando uma visão conservadora do desenvolvimentismo. Esta socióloga ressalta que a IIRSA e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) “foram montados com a mesma orientação, de integração competitiva a partir de um modelo de modernização conservadora, com base em grandes investimentos de infra-estrutura. Ambos estão estruturados com base na concepção de *eixos de integração e desenvolvimento*.”⁸¹ (CASTRO, 2008, p. 41)

Amparados em uma visão estratégica de negócios, os Eixos de Integração de Desenvolvimento da IIRSA⁸² redesenham o continente sul-americano com uma ampla rede de

⁸¹ Conforme já informado anteriormente, optamos por manter a fidelidade na redação dos textos transcritos. Por isso, mantivemos o hífen para a palavra infraestrutura, tal como era escrita na ocasião.

⁸² Segundo informações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão referentes à IIRSA, cada um dos eixos da iniciativa foi delimitado a partir de sua vocação produtiva, que envolve as atividades econômicas

projetos. A carteira que, em 2004, tinha 335 projetos chegou em 2010 com 514 projetos⁸³. Segundo informações obtidas no site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão⁸⁴, o custo total aproximado é de 86 bilhões de dólares. Destes projetos, 31 são prioritários: um do setor de energia (o Gasoduto do Nordeste Argentino), dois da área de comunicação (Exportação por Envios Postais para PyMEs e Implementação de Acordo de Roaming na América do Sul) e 28 do setor de transportes.

atualmente dominantes e a infraestrutura básica existente, além das potencialidades a serem desenvolvidas tendo-se como referência a visão de negócio que se tem para cada região. Detalhes em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=302&sec=10>>

⁸³ As informações sobre cada um dos projetos estão disponibilizadas no link: www.iirsa.org/proyectos.

⁸⁴ O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão preside a Comissão Interministerial para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), formada por representantes de mais quatro ministérios: das Relações Exteriores, dos Transportes, das Comunicações e de Minas e Energia. Esta comissão foi criada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 17 de setembro de 2001. Outras informações estão disponíveis no site oficial deste ministério: <<http://www.planejamento.gov.br>>.

Mapa 1 - IIRSA - Agenda de Implementação Consensual (AIC) 2005-2010

IIRSA - AGENDA DE IMPLEMENTACION CONSENSUADA 2005-2010



Fonte: www.iirsa.org/proyectos

Esses projetos considerados prioritários⁸⁵ são validados pelos países participantes e constituem a Agenda de Implementação Consensual (AIC) 2005-2010. No entanto, esse consenso parece prevalecer somente entre os poucos e poderosos participantes de reuniões fechadas. Nos primeiros anos após o lançamento da IIRSA, não houve consultas à sociedade civil dos países envolvidos sobre o tipo de integração que se desejava. Uma estratégia que, no Brasil, foi interrompida em 2005 com a realização de quatro audiências públicas promovidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão após duras críticas e pressão de movimentos sociais e ambientais – exigindo informações, diálogo e transparência no processo de integração⁸⁶.

Outro aspecto que precisa ser destacado é o fato de que poucas pessoas têm conhecimento da existência desse projeto e de seu andamento. A IIRSA vem ocorrendo em um processo curiosamente silencioso. Tudo indica que não há interesse dos grupos econômicos envolvidos em tornar pública essa discussão, sendo mais fácil executá-la em reuniões restritas. Uma década após o seu lançamento, a IIRSA ainda não é, pelo menos no Brasil, um assunto conhecido, a exemplo da intensa divulgação sobre o PAC. Ao contrário, é um tema pouco abordado pela mídia brasileira, como veremos no quinto capítulo desta tese. As discussões em torno deste tema são feitas por grupos restritos, como é o caso do seminário realizado pela subcomissão sobre os eixos de integração da América do Sul (saída para o Pacífico e Caribe - IIRSA), cuja abordagem está agora sendo retomada.

É importante ressaltar que esse seminário contou com treze convidados, porém, nenhum pertencente a quaisquer movimentos sociais - retratando uma visão unilateral do projeto. Deste total de convidados, oito representaram departamentos, assessorias e secretarias

⁸⁵ Desses 31 projetos prioritários, nove estão sob a responsabilidade ou tem participação do Brasil. São eles: Construção da Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco (Brasil e Uruguai); Nova Ponte Presidente Franco-Porto Meira e Centro de Fronteira (Brasil e Paraguai); Ponte sobre o Rio Acre (Brasil e Peru); Estrada Boa Vista-Bonfim-Lethem-Georgetown e a Ponte sobre o Rio Takutu (Brasil-Guiana); Duplicação do Tramo Palhoça-Osório (Rodovia Mercosul) e Anel Ferroviário de São Paulo (Norte e Sul), exclusivamente no Brasil. Os outros dois projetos são da área de comunicação e envolvem todos os países participantes da IIRSA.

⁸⁶ Para saber mais sobre a IIRSA, recomendamos a leitura dos seguintes artigos: *A Amazônia e seu lugar central na Integração Sul-Americana*, de Edna Castro, socióloga e docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (2008); *IIRSA - É esta a integração que nós queremos?* de Elisângela Soldatelli Paim, jornalista do Núcleo Amigos da Terra/Brasil e da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais –IFMs (2003); e *IIRSA: o futuro do continente como mercadoria futura*, de Luis Novoa Garzon, docente da Universidade Federal de Rondônia e membro da Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP). As informações para consulta estão disponíveis nas Referências Bibliográficas desta pesquisa, onde se encontram também títulos de reportagens e de artigos publicados pela mídia sobre o assunto. Quanto às informações oficiais sobre a IIRSA, acessar os sites do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (<http://www.planejamento.gov.br>), da IIRSA (<http://www.iirsa.org> e www.iirsa.org/proyectos), das instituições financeiras BID (<http://www.bid.org>) e CAF (<http://www.caf.org>).

ministeriais⁸⁷; e dois representaram instituições financeiras: um especialista da Área de Infraestrutura e Transporte do BID e uma gerente da Área de Exportação do BNDES. Os demais representaram a CAF, a CNI e a Parceria Público Privada (PPP).

Geralmente, a indicação dos convidados para compor uma Mesa (seja de debates, audiência pública, seminários ou de outros eventos) é feita pelo autor do requerimento. Portanto, a pluralidade de vozes e visões em uma mesma Mesa pode ser garantida desde a concepção do evento a ser realizado. A natureza do objeto requerido depende, logicamente, do autor do projeto – e, na maioria das vezes, está atrelada ao histórico de cada parlamentar.

No caso do seminário intitulado “Eixos de Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul-IIRSA - Saída para o Pacífico e Caribe”, este tema sempre esteve presente na trajetória de Miguel de Souza, autor do requerimento que deu origem a este evento. Este deputado e engenheiro civil já exerceu os cargos de vice-governador do Estado de Rondônia e de Secretário de Estado, pelo menos nas seguintes pastas: Agricultura e Abastecimento, Indústria, Comércio, Minas e Energia, Produção e Desenvolvimento Econômico-Social. Em muitas de suas ações, percebe-se o interesse em obras de infraestrutura, especialmente no setor de transportes e energia - perfil que reforça as proposições desenvolvimentistas da CAINDR.

Além de seminários e conferências sobre a IIRSA, Miguel de Souza participou das seguintes missões oficiais: 1ª e 2ª Caravanas Saída para o Pacífico, Peru, Chile e Bolívia; Corredor Norte La Paz Guayaramirim, em La Paz, na Bolívia em 2000; visita oficial à China em 2004. Também foi representante da Câmara dos Deputados na III Reunião de Presidentes da América do Sul (acompanhando oficialmente o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Cuzco, no Peru, em 2004) e no Encontro dos Presidentes do Brasil, Peru e Bolívia para a cerimônia de início das obras da Rodovia Interoceânica, em 2005.

Desta forma, mesmo não sendo diretamente motivada pelo parco noticiário sobre a IIRSA, como será mostrado no capítulo seguinte, pode-se dizer que a criação da subcomissão sobre esta temática decorreu das ações e interesses que marcam a trajetória do autor do requerimento que lhe deu origem. Afinal, a sua atuação política indica claramente o seu elo com o setor de transporte, construção civil e infraestrutura, enfocando, principalmente, as questões relacionadas à energia, portos e rodovias, como também a integração através da infraestrutura regional, tema que ficou bastante em evidência quando Miguel de Souza

⁸⁷ Foram convidados para este evento representantes dos seguintes Ministérios: Relações Exteriores, Planejamento, Orçamento e Gestão, Transportes, Comunicações, Minas e Energia, Defesa, Turismo, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

assumiu a presidência da CAINDR em 2006, ressaltando-se este assunto, inclusive, na apresentação do Relatório de Atividades da comissão.

Sobre a **Subcomissão Permanente de Assuntos Indígenas**, sua instalação aconteceu em 15 de maio de 2003, como resultado do requerimento nº 06/2003, da deputada Perpétua Almeida-PCdoB/AC, aprovado na reunião do dia 12 de março de 2003. Com várias ações vinculadas às questões indígenas, Perpétua Almeida também foi autora do requerimento nº 72/2003 (aprovado em 25 de junho), solicitando a realização da audiência pública intitulada “Propostas de Inclusão de Ações voltadas aos Povos Indígenas no Plano Plurianual”. Esta reunião aconteceu no âmbito da CAINDR no dia 25 de agosto com representantes de órgãos do Governo Federal e de entidades do Terceiro Setor – uma lista de convidados bastante diversificada, enriquecendo e pluralizando o debate sobre a problemática indígena⁸⁸.

Outro evento que primou pela pluralidade no debate foi o seminário “Ações Governamentais para os Povos Indígenas da Amazônia”, de 17 de setembro de 2003, feito no âmbito da subcomissão. Fruto do requerimento nº 82/2003, também de autoria de Perpétua Almeida, este seminário reuniu representantes da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministérios da Defesa e da Educação, ONG’s e instituições ligadas à causa indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e o Instituto Socioambiental (ISA), além do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Instituto de Estudos Sócio Econômicos (INESC) e a Uniacre, que representa onze povos indígenas.

Já a **Subcomissão Especial de Biodiversidade**, resultante do requerimento nº 05/2003, de autoria da deputada Rose de Freitas-PMDB/ES, teve a sua criação aprovada em 02 de abril de 2003, mas a sua instalação ficou em aberto. Dentre as outras três subcomissões, percebe-se que a Subcomissão Permanente para Estudar a Situação, Alternativas e Soluções Energéticas para a Região Amazônica foi a mais atuante, promovendo debates até mesmo fora de Brasília e envolvendo diversos atores. Tanto a questão energética quanto a problemática indígena figuraram amplamente nas manchetes de jornais e de outros veículos de comunicação, como veremos no quinto capítulo deste trabalho – o qual trata da relação entre a CAINDR e a mídia.

⁸⁸ Essa audiência aconteceu com os seguintes participantes: Cláudio Langoni, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Lígia Camargo, diretora de Administração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Maninha Xukururu-Kariri, coordenadora de Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Jecinaldo Cabral, coordenador-geral das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Ricardo Chagas, diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e Antonio Carlos de Souza Lima, vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia.

3.2.1.3 Proposições Apreciadas e em Tramitação em 2003

Dentre as proposições apresentadas em 2003 no âmbito da CAINDR, houve bem mais requerimentos do que projetos – cerca de 20% a mais. O Relatório de Atividades relaciona 119 requerimentos e 96 projetos (entre apreciados e em tramitação). Dentre os 119 requerimentos, doze foram retirados da pauta pelos próprios autores. Dos 107 requerimentos restantes, todos foram aprovados. Porém, quatro deles com aditamento. Houve, ainda, um requerimento (nº 22/2003) prejudicado pela aprovação de outro (nº 09/2003), uma vez que ambos tinham a mesma solicitação: convidar o ministro da Integração Nacional para debater sobre as Políticas de Desenvolvimento Regional. No total de requerimentos do ano de 2003, a solicitação mais comum (44.5%) foi para realizar audiências públicas. Das 53 audiências requeridas, 29 foram realizadas.

A segunda solicitação mais comum foi para convidar ministros, prefeitos, ONGs, funcionários públicos, sindicalistas e outros atores sociais para debater/discutir projetos, programas para a região – onze requerimentos ao todo. A terceira solicitação mais comum foi para convidar e/ou convocar ministros, autoridades e funcionários públicos para prestar esclarecimentos sobre determinados assuntos. Os requerimentos desta modalidade (dez no ano de 2003) têm um tom mais investigativo porque, geralmente, referem-se a um assunto polêmico e/ou a denúncias, como as relativas às fraudes na legalização de embarcações, obras paralisadas, trabalho escravo, irregularidades na SUDAM e BASA e questões da FUNAI.

Em quarto lugar em tipos de requerimento, está o envio de convites a ministros, especialistas e outras autoridades para expor, proferir palestras e/ou apresentar programas e ações para a Amazônia. Ao todo, foram nove requerimentos desta natureza. Em seguida, contabilizamos oito solicitações para criar subcomissões e grupos de trabalho, resultando na criação de quatro de cada, como já informado anteriormente. Os demais requerimentos de 2003 e dos outros anos da 52ª Legislatura são apresentados de acordo com a sua natureza e quantidade no anexo ‘C’⁸⁹.

Ao analisarmos o conteúdo desse universo de 119 requerimentos do ano de 2003, constatamos que menos de 10%, ou seja, apenas dez requerimentos citam o termo ‘Desenvolvimento’ em sua ementa. Desta dezena, um foi retirado da pauta pelo autor e outro foi prejudicado (o requerimento 22/2003, conforme citado anteriormente). Os oito restantes

⁸⁹ Intitulado “Natureza e Quantidade dos Requerimentos da 52ª Legislatura”, o anexo ‘C’ encontra-se disponível na p. 288 deste trabalho.

foram aprovados. Destes, cinco solicitam reuniões de audiência pública, das quais duas foram realizadas: uma no dia 04 de junho de 2003, com o objetivo de discutir as políticas públicas para o estado do Amazonas e outra no dia 21 de agosto de 2003, com a presença de reitores de universidades federais para debater propostas destas instituições para o desenvolvimento da região.

O debate de propostas, projetos, programas, ações e planos de desenvolvimento para a Amazônia faz-se presente em muitos requerimentos e em outras proposições encontradas no levantamento e análise que fizemos no decorrer desta pesquisa. A discussão aborda políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional sustentável, desenvolvimento industrial, turístico, desenvolvimento das populações, fundo de desenvolvimento, etc. Retrata a busca por diversos tipos de desenvolvimento para a região, especialmente se associado ao conceito de ‘fazer crescer’ economicamente, tão presente em planos e programas dessa natureza.

Em nossa análise, percebemos, ainda, que o debate em torno de planos desenvolvimentistas sempre gera interesse dentre os membros da CAINDR, resultando, principalmente, na realização de audiências públicas e outros eventos. Naquele ano de 2003, esse interesse motivou o requerimento nº 42/2003, do deputado Vignatti (PT/SC), através do qual solicita a criação da **Subcomissão Especial dos Planos e Projetos de Desenvolvimento Regionais Integrados**. O requerimento foi aprovado, mas contraditoriamente ao interesse sempre explícito por esses programas, a subcomissão não chegou a ser instalada. Esse e os outros nove requerimentos relacionados à temática ‘Desenvolvimento’ em 2003 estão contidos mais detalhadamente no quadro a seguir.

Quadro 8 - Requerimentos 2003: Temática ‘Desenvolvimento’

Nº/AUTOR DO REQUEIRIMENTO	EMENTA	SITUAÇÃO
Req. 66/03 – Ann Pontes	Requerimento de Audiência Pública, convidando a Diretora-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, Sra. Maria do Carmo Martins Lima, para expor os projetos e a política da nova administração da Agência.	Aprovado em 28/05/2003
Req. 51/03 – Átila Lins	Solicita que seja convidado o Sr. Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para participar de reunião de Audiência Pública nesta Comissão, em data a ser agendada, com o objetivo de discutir o novo Plano de Desenvolvimento da Indústria na Amazônia .	Aprovado em 07/05/2003
Req. 52/03 - Átila Lins e Vanessa Grazziotin	Solicita desta Comissão, a realização de Audiência Pública, no dia 4 de junho de 2003, para discutir as políticas públicas de desenvolvimento para o Estado do Amazonas e as potencialidades regionais. Realizado em 04/06/2003	Aprovado em 07/05/2003
Req. 58/03 – Henrique Afonso	Solicita que sejam convidados o Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação e os Reitores das Universidades Federais de Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, reunião de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de debaterem sobre propostas destas instituições em pesquisa e extensão para o desenvolvimento na Amazônia . Realizado em 21/08/2003	Aprovado em 25/06/2003
Req. 80/03 – Humberto Michiles	Requer que seja convidado o Exmo. Senador Jeferson Perez, para expor sobre a implantação do Fundo de Desenvolvimento do Norte . Realizado em 13/08/2003	Aprovado em 06/08/2003
Req. 23/03 – Perpétua Almeida	Solicita que sejam convidados o Sr. Jorge Vianna, Governador do Acre, e demais governadores da região amazônica que esta comissão entender pertinente, para comparecer a este órgão técnico, em audiência pública, objetivando a realização de uma apresentação das políticas governamentais relativas ao desenvolvimento regional sustentável da Amazônia, bem como, suas demandas a esta comissão.	Aprovado em 26/03/2003
Req. 26/03 – Rogério Silva	Requer a apreciação de Voto de Louvor ao Comando da Aeronáutica, pelas atividades desenvolvidas em favor da integração da Amazônia e do desenvolvimento de suas populações .	Aprovado em 26/03/2003
Req. 22/03 – Vanessa Grazziotin	Solicita que seja convidado o Senhor Ministro da Integração Nacional, para debater sobre as Políticas de Desenvolvimento Regional .	Prejudicado pela aprovação do requerimento nº 9
Req. 32/03 – Vanessa Grazziotin	Solicita que sejam convidados os representantes do Ministério do Turismo, das Secretarias de Cultura, de Turismo dos estados do Amazonas, Acre, Pará e Amapá, da Secretaria da Coordenação da Amazônia, com o objetivo de debater as perspectivas para o incremento do turismo e desenvolvimento . Realizado em 04/06/2003	Aprovado em 26/03/2003
Req. 42/03 – Vignatti	Requer a constituição de Subcomissão Especial dos Planos e Projetos de Desenvolvimento Regionais Integrados.	Retirado pelo autor.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações levantadas no Relatório de Atividades 2003 da CAINDR. Belém (2009).

Dessa relação de dez requerimentos, pode-se apontar pelo menos um que envolve a temática Sustentabilidade: o requerimento nº 23/2003, da deputada Perpétua Almeida, que solicita a realização de audiência pública para que governadores da Amazônia apresentem as **políticas governamentais relativas ao desenvolvimento regional sustentável** da Amazônia, bem como, suas demandas à CAINDR. Percebe-se, aqui, a intenção de promover uma ação integrada entre comissão e governadores de estados amazônicos ao propor a apresentação das demandas destes. No entanto, essa audiência não chegou a ser realizada.

Daquele universo de 119 requerimentos, podemos classificar mais quatro relacionados à temática ‘Sustentabilidade’, sendo três em relação indireta ao tema e um requerimento que usa o termo ‘Sustentável’, representando quase 3,5% do total de requerimentos apresentados. Desses quatro documentos, dois solicitam audiência pública, um solicita debate e um pede a criação de uma subcomissão referente à biodiversidade – assunto cuja discussão na CAINDR costuma ser relacionado à sustentabilidade.

Como pauta, as duas audiências públicas solicitadas abordariam o Parque Nacional do Tumucumaque, no Amapá e o Sistema de Concessões para Exploração de Madeiras em Florestas Nacionais. Além disso, foi requerido um debate sobre o Programa Nacional de Florestas e sobre o Projeto de Lei nº 7492/02, que trata das Concessões de Áreas Públicas da Amazônia para **manejo sustentável**, com a participação de representantes do Ministério do Meio Ambiente, de ONG’s e ambientalistas, como se pode verificar no quadro adiante, reunindo esses quatro requerimentos relacionados à temática ‘Sustentabilidade’.

Quadro 9 – Requerimentos 2003: Temática ‘Sustentabilidade’

Nº/AUTOR	EMENTA	RESULTADO
Req. 107/03 – Ann Pontes	Solicita audiência pública com os Srs. Erivelthon Lima e João Paulo Capobianco, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM e Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente para debaterem o Sistema de Concessões para Exploração de madeiras em Florestas Nacionais.	Aprovado em 08/10/2003
Req. 64/03 – Dr. Benedito Dias	Requer audiência pública na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, para discutir o Parque Nacional do Tumucumaque, no Estado do Amapá.	Aprovado em 02/04/2003
Req. 05/03 – Rose de Freitas	Requer a criação da Subcomissão Especial sobre Pesquisa da Biodiversidade Amazônica.	Aprovado em 02/04/2003
Req. 69/03 – Vanessa Grazziontin	Solicita que sejam convidados o diretor do Programa Nacional de Florestas (PNF) do Ministério do Meio Ambiente, técnicos da temática, ambientalistas e ONG’s para debaterem sobre o Programa Nacional de Florestas e o Projeto de Lei nº 7492/02, que trata das Concessões de Áreas Públicas da Amazônia para manejo sustentável .	Aprovado em 25/06/2003

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do Relatório de Atividades 2003 da CAINDR. Belém (2009).

Analisando-se os requerimentos apresentados na CAINDR, percebe-se que seus membros mostram interesse em se atualizar sobre os programas, projetos, propostas, perspectivas e ações voltadas para a região. No entanto, muitas vezes, esse interesse não consegue ultrapassar a realização de grandes debates e não se traduz em ações e resultados mais concretos. Um bom indicador disso são os projetos apresentados na comissão – que na maioria das vezes não têm muita relação com as temáticas abordadas nas audiências públicas e debates.

A relação dos 96 projetos apresentados em 2003 (entre apreciação e tramitação) reforça essa constatação, tendo sido assim classificados: o Projeto de Lei Complementar - PLP 96/2003, de Perpétua Almeida, que prevê a criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Vale do Juruá e o Programa Especial de Desenvolvimento, no Amazonas e Acre, o Projeto de Decreto Legislativo - PDC 2419/2002, que dispõe sobre a criação do Território Federal do Marajó, duas Propostas de Fiscalização e Controle - PFC 62/2001 e PFC 67/2001, que visam fiscalizar a implementação das obras das eclusas e da segunda etapa da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e do sistema de transporte e gás natural de Urucu para Manaus, respectivamente) e 92 Projetos de Lei - PL, dos quais:

- 67 projetos de lei autorizam a criação de distritos agropecuários (um no Amapá, de autoria do deputado Valdenor Guedes - PSC/AP, cinco em Roraima, oriundos do Senado Federal, e 61 no Amazonas – todos de autoria do deputado Carlos Souza - PL/AM);
- o PL 2.776/2000, do deputado Confúcio Moura - PMDB/RO, altera os limites da Floresta Nacional do Bom Futuro, em Roraima;
- o PL 228/2003, de Moisés Lipnik, estabelece o percentual de 25% para a reserva legal florestal das propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal;
- o PL 440/2003, também de Moisés Lipnik, dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) em Boa Vista, Roraima;
- o PL 614/2003, da deputada Mariângela Duarte, define as diretrizes do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia, Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima e outros biomas nacionais e dá providências;
- o PL 1961/2003, da deputada Marinha Raupp - PMDB/RO, estende a isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) às empresas da Amazônia Ocidental e às empresas situadas em área de livre comércio;

- o PL 2603/2003, do Sr. Anselmo, concede às pequenas e micros empresas isenção da Taxa de Serviços Administrativos (TSA) em favor da Suframa.
- o PL 2403/2003, do Senado Federal, estende os benefícios fiscais às áreas pioneiras, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental e área de Livre Comércio de Macapá/Santana, no Amapá;
- 18 Projetos de Lei, de autoria do deputado Átila Lins - PPS/AM, autorizando a criação de distritos industriais no Amazonas.

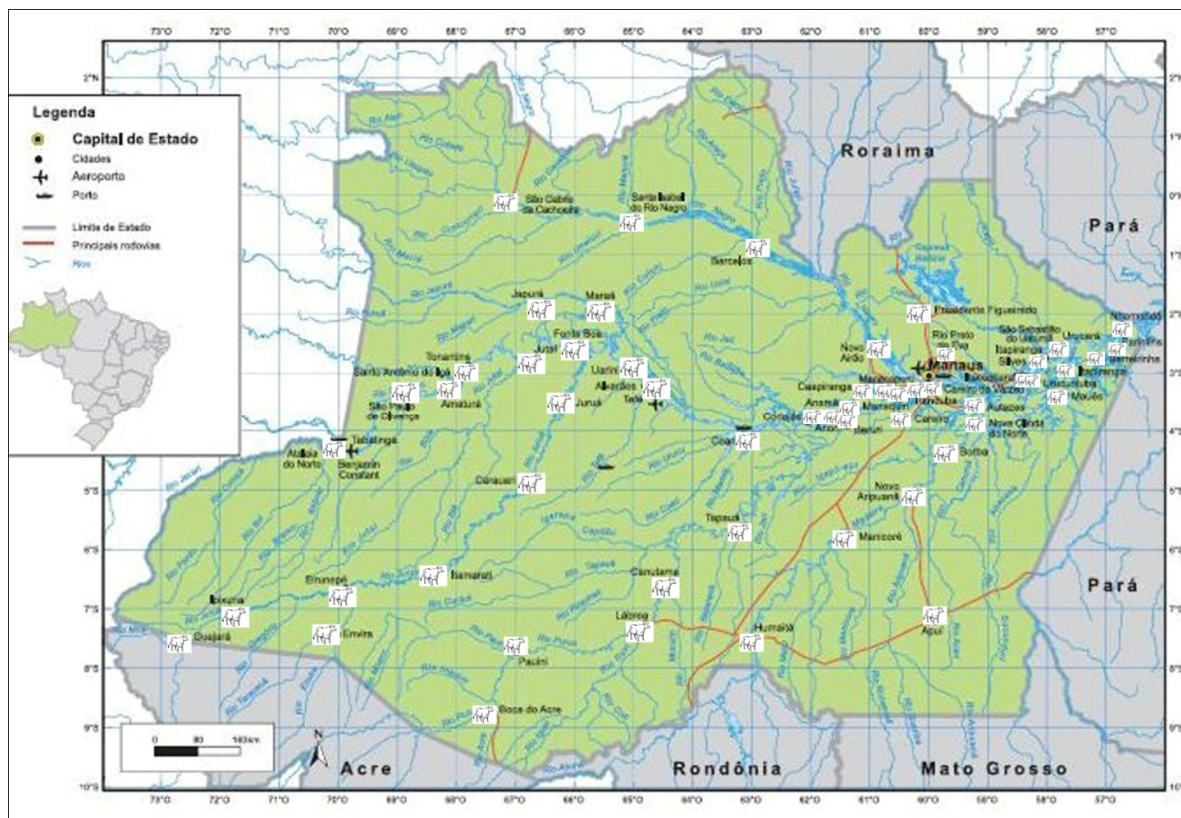
Ressalta-se que esse grande volume de projetos para criar distritos agropecuários e industriais na Amazônia incluiu, com exceção de Manaus, todos os municípios do Amazonas. O estado tem 62 municípios e o deputado Carlos Souza (PP/AM) propôs a criação de 61 distritos agropecuários, o que transformaria o estado em um grande pasto em plena Amazônia, um território agropecuário⁹⁰ nos moldes do que se tornaram hoje os estados do Mato Grosso e Pará⁹¹ apontados por institutos de pesquisa como os principais responsáveis pelo desmatamento na região.

A seguir, o mapa político do Amazonas demonstra como este estado ficaria completamente tomado pela atividade agropecuária caso os projetos desse deputado fossem aprovados.

⁹⁰ Conforme demonstra Castro (2005), no texto intitulado “Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia”, é preciso entender a racionalidade dos atores e as motivações, individuais e de grupo, que subjazem às principais causas do avanço de atividades econômicas e do desflorestamento. Ao analisar as estratégias socioespaciais dos principais atores sociais e agentes econômicos presentes nas novas áreas de fronteira, esta socióloga revela os mecanismos presentes na relação entre os interesses dos agentes econômicos e os processos políticos.

⁹¹ Desde maio de 2004, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza relatório resumido sobre as taxas de desmatamento na Amazônia através do programa chamado ‘Detecção de Desmatamento em Tempo Real’ (DETER), que foi desenvolvido como um sistema de alerta para suporte à fiscalização e controle de desmatamento. Por esta razão, o DETER mapeia tanto áreas de corte raso quanto áreas em processo de desmatamento por degradação florestal. Mensalmente, os dados são extratificados por município, estado, base operativa do IBAMA e unidades de conservação e podem ser acessados em: <<http://www.obt.inpe.br/deter>>

Mapa 2 – Mapa Político do Estado do Amazonas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Belém (2010).

Nota: Os ícones com a figura de um boi foram inseridos pela autora em cada município do Amazonas para simbolizar como a atividade agropecuária prevaleceria neste estado caso as proposições do deputado Carlos Souza fossem sancionadas.

Desses 61 municípios do estado do Amazonas, 18 abrigariam também distritos industriais, conforme projetos de lei apresentados pelo deputado Átila Lins (PPS/AM). Até mesmo o município de Tefé, conhecido mundialmente por sua área de preservação ambiental, a Estação Ecológica Mamirauá, seria sede de ambos os tipos de distritos - no que dependesse dessas proposições. Chega a ser impressionante a tentativa desses parlamentares em criar tantos distritos para o estado do Amazonas, o que seria capaz de afetar os seus ecossistemas.

O Parque Nacional do Jaú é outro exemplo da falta de critério e de preocupação ambiental desses parlamentares ao propor a criação de tais distritos. Composto por uma área de 2.272.000 hectares foi criado em 1980 e localiza-se entre os municípios de Novo Airão e Barcelos. Trata-se do maior Parque Nacional do Brasil e o maior parque do mundo em floresta tropical úmida contínua e intacta. Constitui a única Unidade de Conservação do país a proteger totalmente a bacia de um rio extenso (aproximadamente 450 km) e volumoso, o rio Jaú, preservando ecossistemas de águas pretas.

No ano seguinte, os projetos do deputado Carlos Souza tramitaram aguardando designação de relator, parecer ou deliberação do presidente - com exceção de um, que ficou pronto para pauta⁹². Durante o exercício de 2004, muitos deputados entraram com requerimento pedindo a declaração de prejudicialidade da maioria desses projetos, como veremos adiante⁹³. Posteriormente, muitos outros que ficaram tramitando foram rejeitados por seus respectivos relatores, praticamente com a mesma justificativa em seu parecer: a de inconstitucionalidade.

Ainda sobre os 96 projetos apresentados na primeira sessão legislativa da 52ª Legislatura, 88 ficaram em regime de tramitação e apenas oito foram apreciados, como indica o próximo quadro. Ressalta-se que neste estão relacionadas todas as proposições apreciadas pela comissão no ano de 2003 e não somente as vinculadas às categorias 'Desenvolvimento' e/ou 'Sustentabilidade', conforme critério adotado para a seleção e avaliação nos documentos das demais sessões legislativas desta legislatura.

Os motivos que nos levaram a essa decisão foram dois: o pequeno número de proposições apreciadas em 2003, não sendo necessário estabelecer um filtro, e a falta de mais informações sobre essa apreciação. Esclarecemos que, excepcionalmente, o Relatório de Atividades da CAINDR não indica quais as proposições apreciadas e/ou em tramitação em 2003, simplesmente apresentado-as no mesmo conjunto - bastante confuso, inclusive, uma

⁹² O PL nº 2.263/2003 é o único que ficou pronto para a pauta em 2004 e passou para a CCJC. Este projeto autoriza a criação de distrito agropecuário no município de Nova Olinda do Norte-AM.

⁹³ Em 2004, houve apresentação de requerimentos pedindo declaração de prejudicialidade também para os projetos do deputado Átila Lins.

vez que não obedece à ordem de numeração que as proposições obtêm junto ao protocolo. A apresentação desse conjunto de proposições no relatório seguiu a ordem alfabética de autores das mesmas, fazendo com que um mesmo projeto fosse listado mais de uma vez conforme a quantidade de autores. O critério alfabético conduziu ao erro de repetição e de quantificação dos projetos no relatório de atividades. No entanto, a partir de uma observação mais rigorosa, identificamos e descartamos as repetições. A seguir, a quadro com as proposições apreciadas pela CAINDR no ano de 2003.

**Quadro 10 - Proposições apreciadas na CAINDR em 2003
Temáticas Diversas**

PROPOSIÇÃO/ AUTORIA	EMENTA	PARECER / RELATOR	RESULTADO
PL 228/2003 Moisés Lipnik	Estabelece o percentual de 25% para a reserva florestal legal das propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal.	Parecer do Relator, Dep. Pastor Frankembergen, pela rejeição.	Aprovado o parecer em 20/08/03
PL 963/2003 Senado Federal - Romero Juca	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.	Parecer da Relatora, Dep. Maria Helena, pela aprovação.	Aprovado o parecer em 20/08/03
PL 440/2003 Moisés Lipnik	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações - ZPE - no Município de Boa Vista, Roraima.	Parecer do Relator, Dep. Luciano Castro, pela aprovação com substitutivo.	Aprovado o parecer em 15/10/03
PL 965/2003 Senador Romero Juca	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Mucajaí, no Estado de Roraima, e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Carlos Souza, pela aprovação.	Aprovado o parecer em 15/10/03
PL 962/2003 Senador Romero Juca	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Rorainópolis, no Estado de Roraima, e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Alceste Almeida, pela aprovação.	Aprovado o parecer em 22/10/03
PL 1146/2003 Valdenor Guedes	Dispõe sobre a criação do Distrito Agropecuário no Município de Cutias, no Estado do Amapá, e dá outras providências.	Parecer da Relatora, Dep. Janete Capiberibe, pela aprovação.	Aprovado o parecer em 22/10/03
PL 1961/2003 Marinha Raupp	Suprime o inciso I do § 2º do Art. 14 da MP nº 2.158-35, de 2001, para estender a isenção da COFINS e do PIS/PASEP às empresas da Amazônia Ocidental e às situadas em área de livre comércio.	Parecer do Relator, Dep. Rogério Silva, pela aprovação.	Aprovado o parecer em 19/11/03
PLP 96/2003 Perpétua Almeida	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Vale do Juruá, o Programa Especial de Desenvolvimento do Vale do Juruá, nos Estados do Acre e do Amazonas, e dá outras providências.	Parecer do Relator, Dep. Zequinha Marinho, pela aprovação.	Aprovado o parecer em 03/12/03.

Fonte: Elaborada pela autora com informações obtidas junto à Secretaria da CAINDR. Belém (2010).

Uma vez que o Relatório de Atividades de 2003 não identifica as proposições apreciadas, solicitamos essa identificação junto à secretaria da CAINDR em Brasília, que após um levantamento em seus arquivos, gentilmente forneceu as informações que faltavam. Verificando-se tais proposições, percebe-se que, apesar de sua relação indireta com as categorias analíticas em estudo, o único projeto que usa explicitamente o termo 'Desenvolvimento' em sua ementa é o PLP 96/2003, da deputada Perpétua Almeida.

Esse projeto dispõe sobre a criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Vale do Juruá e do Programa Especial de Desenvolvimento, no Amazonas e no Acre. Este projeto teve a sua matéria apreciada, com aprovação de mérito pelo relator Zequinha Marinho, cujo parecer foi aprovado por aquela comissão no dia 03 de dezembro de 2003, ou seja, praticamente no final daquela sessão legislativa.

Quanto à categoria 'Sustentabilidade', o PL 614/2003, de Mariangela Duarte, faz referências a esta temática ao definir as diretrizes do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia, Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima e outros biomas nacionais. No entanto, esta proposição passou para o ano de 2004 ainda em regime de tramitação e só chegou a ser apreciada em 2006, como veremos mais adiante.

Dentre as oito proposições apreciadas em 2003, pode-se apontar como a que teria algum vínculo com a temática 'Sustentabilidade', o PL 228/2003, de Moisés Lipnik, que estabelece o percentual de 25% para a reserva florestal legal das propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal. No entanto, por mais que se volte à reserva florestal, esse baixo percentual já denuncia que a preocupação do autor não é preservar, mas explorar essa reserva.

Essa proposição foi apreciada pelo relator, o Pastor Frankembergen (PTB/RR), cujo parecer pela rejeição foi aprovado por seus pares em 20 de agosto. Paralelamente, o projeto foi apreciado na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), onde também foi rejeitado. Em 15 de junho de 2004, foi arquivado pela Coordenação de Comissões Permanentes (CCP), não chegando, portanto, à CCJC - um dos critérios adotados na seleção para análise discursiva.

Dessa forma, apresentamos aqui a **Análise Discursiva** do PLP 96/2003, que dispõe sobre a RIDE do Vale do Juruá e o seu Programa Especial de Desenvolvimento e chegou a dar entrada na CCJC, cuja apreciação é terminativa. No que se refere aos elementos discursivos selecionados, ressaltamos a importância das marcas ou pistas localizadas no texto, uma vez que é justamente no ambiente externo ao texto que se materializam as disputas e onde se produz os sentidos em si.

Quadro 11 - Análise de Discurso sobre o PLP nº 96/2003**Autoria: Dep. Perpétua Almeida (PCdoB/AC) e outros**

O que é o projeto PLP 96/2003	Apresentado em 16/09/2003, autoriza o Poder Executivo a criar a “Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Vale do Juruá” e o “Programa Especial de Desenvolvimento do Vale do Juruá” - ambos voltados para municípios dos estados do Acre e do Amazonas. O projeto também autoriza o Executivo a criar o “Conselho Administrativo” para coordenar certas atividades, especialmente as relacionadas à infraestrutura e geração de empregos, saúde e educação, como também define os principais pontos do “Programa Especial” (com normas e critérios para a unificação de serviços federais, como fretes e seguros, tarifas, linhas de crédito e isenções e incentivos fiscais). Prevê, ainda, a ação integrada entre União, Estados e Municípios e indica as fontes federais dos recursos. Tramitou em regime de prioridade.
Autoria do projeto	<p>Titular da comissão e integrante do PCdoB do Acre, Perpétua Almeida é natural de Porto Walter (AC). Atuou como professora, bancária e secretária de estado de Educação. Filiou-se ao PCdoB em 1987 e elegeu-se vereadora em Rio Branco, no ano de 2001 – não concluindo o seu mandato para eleger-se Deputada Federal em 2003 e 2007. Na Câmara dos Deputados, participou de comissões, seja como titular ou suplente, sobre temáticas diversas, especialmente sobre Mulheres, Índios e Amazônia. Também atuou em comissões, PECs e projetos referentes ao ensino superior, licença maternidade, seringueiros, biossegurança, adoção nacional, nepotismo, agentes de combate às endemias, Código Florestal Brasileiro, acesso à internet, assuntos da SERASA e Reforma do Judiciário, dentre outras.</p> <p>Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Associativas: Presidente da União Municipal de Associações de Moradores, Cruzeiro do Sul/AC, 1988-1999; Diretora em 1992-1994 e Presidente em 1996-1998 do Sindicato dos Bancários do Acre, Rio Branco; Membro do Comitê contra Impunidade, Apuração dos Crimes do Esquadrão da Morte no Acre, em Rio Branco/AC, 1999-2001, do Conselho Estadual de Saúde, em Cruzeiro do Sul/AC, 1988-1989 e do Conselho de Diretores de Escola, Cruzeiro do Sul/AC, 1987-1990.</p>
Relatoria do projeto	<p>Técnico em Contabilidade, Bancário e Pedagogo, José da Cruz Marinho nasceu em Araguaçema, (TO) e trabalhou em Conceição do Araguaia, no Pará. Filiou-se ao PDT em 1992 e atuou como Deputado Estadual nos anos de 1997-1998 e 1999-2002 e como Deputado Federal de 2003-2007 e 2007-2010 (aqui, já pelo PSC-PA). A partir de 2003, Zequinha Marinho, como é conhecido, trocou de legenda várias vezes: foi para o PTB, seguindo para o PSC ainda em 2003. Em 2005, filiou-se ao PMDB, depois ficou sem partido e foi para o PSC. Em 2006, voltou para o PMDB, onde ficou até 2009, quando retornou ao PSC. Dentre as suas atividades parlamentares, participou de diversas comissões como titular e suplente, como: Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR), Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), Finanças e Tributação (CFT), Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). Em 1998, recebeu Honra ao Mérito da Convenção de Ministros e Igrejas Assembléia de Deus, em Belém/PA. Em 2001, recebeu o diploma de Doutor Honoris Causa em Educação Teológica da Faculdade Teológica da Amazônia, também em Belém/PA.</p> <p>Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Associativas: Representante da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia-AEBA, de Conceição do Araguaia/PA, 1986-1988.</p>

continuação...

Elementos da Análise de Discurso identificados no projeto (Frases destacadas em negrito pela autora)	
Marcas ou Pistas deixadas na produção de sentidos, pela autora, referentes a desenvolvimento	<p>“O poder público deve buscar harmonização do desenvolvimento de regiões cujos papéis e especializações se complementem (...). Para tanto, é seu dever propiciar a integração dessas regiões, de forma a viabilizar o planejamento comum da ação do poder público na área, ensejando o almejado desenvolvimento da região e a redução das desigualdades existentes no seu âmago.”</p> <p>“A instituição da Região Integrada de Desenvolvimento do Vale do Juruá concretiza a união desses dezenove municípios, possibilitando uma melhor coordenação dos esforços para criar as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades econômicas locais, por intermédio do adequado aporte de serviços de infra-estrutura, entre outras medidas.”</p> <p>“Acreditamos que a instituição da RIDE do Vale do Juruá possibilitará a união de esforços de todas as esferas do Poder para que o crescimento das atividades econômicas desses municípios se dêem de forma social e ambientalmente saudável.”</p>
Marcas ou Pistas deixadas na produção de sentidos, pelo relator da CARD, Zequinha Marinho, referentes a Desenvolvimento (favorável ao mérito)	<p>“A questão das disparidades internas do País encontra-se entre as mais importantes do desenvolvimento brasileiro. As regiões localizadas no centro-sul alcançaram níveis de crescimento econômico e sociais mais aceitáveis, enquanto o Norte e o Nordeste permanecem em desvantagem, especialmente pela ausência de atividades econômicas dinâmicas.”</p> <p>“Existem, na região, atividades econômicas com grande potencial de crescimento, caso o Poder Público possa a elas dirigir políticas e ações capazes de fortalecê-las e incentivá-las. É o caso da agricultura, do extrativismo vegetal e da pesca.”</p> <p>“... a implantação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Vale do Juruá possibilitará a integração das ações públicas na região, bem como o planejamento e a execução comuns de suas funções para favorecer o desenvolvimento econômico e social de seus Municípios.”</p>
Regularidade Discursiva	<p>Autora: “...ensejando o almejado desenvolvimento da região e a redução das desigualdades existentes...”</p> <p>Relator: “...integração das ações públicas (...) para favorecer o desenvolvimento econômico e social...”</p> <p>Ambos: “...grande potencial de crescimento...”</p>
Sujeito do Enunciado	Tanto no discurso da autora quanto no do relator, percebe-se enquanto sujeito do enunciado ‘aquele que busca o desenvolvimento econômico através de ações integradas do poder público’; aquele que luta por infraestrutura para desenvolver a região.
Sujeito da Enunciação	Ao que se percebe, a autora tenta garantir adeptos e identificação do público alvo com o seu discurso, tentando sensibilizá-lo com sua argumentação de que o “ Vale do Juruá vivencia um período de diversificação de sua economia. (..) No entanto, existem obstáculos a serem superados, como problemas de infra-estrutura” (e a RIDE vai criar as condições necessárias para o desenvolvimento econômico).

continuação...

Legitimidade da Fala	A autora do projeto recorre ao conhecimento que tem da região, cujo principal centro urbano e comercial é Cruzeiro do Sul/AC, município onde ela trabalhou e atuou em movimentos sociais, para legitimar a sua argumentação. Em sua justificativa, aborda o potencial econômico dessa região, suas mazelas sociais e a necessidade de infraestrutura para alcançar o seu desenvolvimento.
Dialogismo	A deputada Perpétua Almeida dialoga e/ou fala em nome de representantes de vários segmentos sociais e produtivos que precisam de estradas para escoar a sua produção, como indígenas, agricultores, pescadores, extrativistas, pecuaristas e outros. Além da população acreana, busca dialogar com a do Amazonas, incluído em seu projeto através de quatro municípios contemplados pela RIDE. Dentre os segmentos citados por ela, destaca a importância de dois setores, com se pode constatar a seguir: “O manejo sustentado da madeira e a pesca são atividades que ganham importância, aumentando as oportunidades de crescimento e melhoria das condições de vida da população de toda a região”.
Lugar de Fala (Lugar de Produção de sentidos)	Tanto o discurso da autora quanto do relator deste projeto destina-se aos Governos Federal e Estadual, aos prefeitos e populações (inclusive tradicionais) dos municípios do Vale do Juruá, como também a diversos segmentos produtivos. Dialoga, em especial, com a população de Cruzeiro do Sul, como se constata nos trechos a seguir: a) Poder público das três esferas: “a união de esforços de todas as esferas do Poder para que o crescimento das atividades econômicas desses municípios se dê de forma social e ambientalmente saudável”. b) Governo do Estado e ribeirinhos: “O Estado tem grandes desafios a enfrentar, especialmente problemas de infra-estrutura no setor de comunicações e transportes. (...) É igualmente preocupante a falta de saneamento básico, o alto índice de analfabetos e a mortalidade infantil, reflexo da baixa renda per capita da população. Essa vive à beira-rio e os barcos são seu principal meio de locomoção”. c) Setores produtivos e População da região: “Seu desenvolvimento econômico baseado em essência na agricultura, na pecuária, na pesca e na madeira, e social nas culturas indígenas e nordestinas, demonstram a homogeneidade e os objetivos comuns da região.” // “O Vale do Juruá vivencia um período de diversificação de sua economia. O manejo sustentado da madeira e a pesca são atividades que ganham importância, aumentando as oportunidades de crescimento e melhoria das condições de vida da população de toda a região”. d) Eleitores de Cruzeiro do Sul: “O principal centro da região, Cruzeiro do Sul, possui 71.571 habitantes, 57,5% deles em área urbana, e é popularmente chamado de “A capital do Juruá”. É o segundo núcleo mais populoso do Estado, bem como o segundo principal centro econômico e turístico do Acre”.

Fonte: Elaborada pela autora. Belém (2010).

Nota: Ressaltamos, mais uma vez, que optamos por manter a fidelidade na redação dos textos transcritos neste trabalho, independente das novas regras da Reforma Ortográfica. Por isso, mantivemos o hífen para a palavra infraestrutura, tal como era escrita na ocasião.

A partir dessa análise, cujos destaques em negrito foram feitos pela autora, percebe-se que o retrato construído da região do Vale do Juruá sintetiza a forma como a própria Amazônia é retratada nos discursos da maioria dos membros da CAINDR: como uma região rica em potencial produtivo e econômico, mas pobre em infraestrutura e saneamento básico. Essa concepção ajuda a confirmar a primeira hipótese apresentada nesta pesquisa, ou seja, a de que a forma mais recorrente de retratar a Amazônia na CAINDR reúne três características marcantes: Grandeza, Riqueza Natural e Problemas.

No discurso analisado no PLP 96/2003, o Vale do Juruá é classificado como uma região que sofre com o isolamento geográfico (especialmente pela falta de estradas) e com as mazelas sociais, buscando, como diz a própria autora do projeto, “o almejado desenvolvimento da região e a redução das desigualdades existentes no seu âmago”. Este discurso costuma ser adotado por muitos parlamentares da CAINDR ao abordarem a situação da Amazônia.

Como já foi dito anteriormente, no campo político as estratégias são da ordem da sedução e uma de suas ferramentas é a retórica, importante arma do poder de enunciação. Em seu discurso, a autora do projeto adota a arte de falar bem e a persuasão para defender a necessidade de desenvolver a região e de reduzir as suas desigualdades sociais – a qual, segundo o discurso desta parlamentar, seria alcançada através da exploração dos recursos naturais da região e de suas potencialidades produtivas a partir da ação integrada entre as três esferas do poder público.

Em tal discurso, o dialogismo se faz muito presente: a relação em que o *Eu* só se constitui pela existência do outro, isto é, em diálogo com o outro. Além disso, identificam-se muitas vozes, muitos outros discursos inseridos no discurso da autora do projeto, a chamada convocação de vozes, outra estratégia do poder de enunciação. Provavelmente por encontrar identificação discursiva entre seus pares com tantas vozes presentes em sua proposição, a deputada Perpétua Almeida conseguiu aprovação na comissão, em 03 de dezembro de 2003, do parecer favorável quanto ao mérito emitido pelo relator Zequinha Marinho.

No projeto, Perpétua Almeida indica quais as fontes de recursos previstas para o desenvolvimento das ações sugeridas (fontes de natureza orçamentária oriundas da União, Estado e Municípios na forma da lei), conseguindo, assim, outra vitória: a aprovação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), em 16 de outubro de 2004. Em março de 2005, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). No entanto, com a mudança de legislatura no ano seguinte, os projetos em tramitação foram arquivados – conforme Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A deputada Perpétua Almeida foi reeleita e em 2007 solicitou desarquivamento do PLP 96/2003. De volta à CCJC, este projeto teve como relator o deputado Vicente Arruda (ex-PSDB e atual PR do Ceará), cujo parecer dado foi pela inconstitucionalidade - tanto do projeto quanto da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação. Seu parecer foi aprovado na reunião do dia 07 de julho de 2008.

A partir de contundente argumentação em seu parecer, este parlamentar expõe a inconstitucionalidade das chamadas leis de natureza ‘autorizativa’, dizendo: “Ora, se este [Executivo] não a solicitou, como o Legislativo, espontaneamente, a ele concede uma ‘autorização?’ Além disso, Arruda critica o fato do projeto ser apresentado como um projeto de lei complementar e não como um projeto de lei ordinária: “Entendo, portanto, equivocada a adoção da lei complementar para criar, como indica a ementa, ‘Regiões Administrativas Integradas’ e ‘Programas Especiais de Desenvolvimento’ específicos”.

Após quase cinco anos tramitando na Câmara, o projeto passou a ter apreciação sujeita ao Plenário, uma vez que os pareceres das comissões que o apreciaram (no caso, CAINDR, CFT e CCJC) foram divergentes. Assim, o parecer de Vicente Arruda foi a última ação sobre este projeto até então⁹⁴ e reforça, mais uma vez, a natureza conflitiva-simbólica do campo político, cujas relações de força e de luta pelo poder envolvem atores e interesses distintos – neste caso as diferenças partidárias entre autora e relator são, historicamente, explícitas no país. Como bem define Bourdieu (2004, p.33), no campo político (e particularmente também no campo religioso,) “os adversários lutam para impor princípios de visão e de divisão do mundo social, sistemas de classificações, em classes, regiões, nações, etnias, etc.”⁹⁵

Já na avaliação inicial dos arquivos e documentos da primeira sessão legislativa da 52^a Legislatura, percebe-se que as proposições que fazem referência à temática ‘Desenvolvimento’ quase sempre abordam questões de infraestrutura (especialmente referentes à energia e estradas), isenção fiscal e atividades produtivas e/ou econômicas com potencial de crescimento. Essa abordagem é um indicador da tendência desenvolvimentista das propostas apresentadas na CAINDR, as quais acabam priorizando o avanço de fronteiras e de mercado em detrimento ao caráter ambiental e/ou sustentável, conforme colocamos em nossas hipóteses.

⁹⁴ Até 21 de junho de 2010, quando fizemos nossa última busca sobre ações referentes a este projeto.

⁹⁵ Bourdieu faz essa abordagem ao explicar as propriedades específicas do campo científico no livro: *Os usos sociais da Ciência – por uma sociologia crítica do campo científico*. No entanto, na obra *O poder Simbólico*, nos capítulos V e VII (“A ideia da Região” e “A Representação Política”), este sociólogo aborda mais profundamente a lógica da luta pela imposição do princípio de di-visão do mundo social.

Essa confirmação fica ainda mais visível quando, dentre as proposições em tramitação, localizam-se 67 projetos de lei que autorizam a criação de distritos agropecuários nos estados do Amapá, Roraima e Amazonas, representando 72% dos projetos de uma única sessão legislativa. Um dado surpreendente. Uma indicação clara e explícita de que a maioria das proposições apresentadas na CAINDR está a serviço de determinados setores produtivos que geram grande impacto ambiental, no caso a agropecuária, denotando a falta de compromisso com a preservação ambiental e com o desenvolvimento sustentável.

O grande volume de projetos dessa natureza favorece o avanço de fronteiras, possibilitando que a cultura do desmatamento venha sobrepor-se à cultura da floresta e dando prosseguindo ao modelo espoliativo e concentrador implantado há muito na Amazônia brasileira, conforme expomos em nossas hipóteses. Além disso, demonstra a incoerência que pudemos perceber entre discurso e prática de parlamentares da CAINDR, uma vez que 61 desse total de 67 projetos de lei sobre distritos agropecuários são de autoria de um único parlamentar: o deputado Carlos Souza, do PL do estado do Amazonas. Em entrevista concedida à autora, ele diz que defende os povos mais sofridos da região, como ribeirinhos e índios, mas os seus projetos indicam exatamente o contrário.

Tendo em vista que a agropecuária é considerada uma das principais causadoras do desmatamento na Amazônia, percebe-se, na resposta desse deputado, a tentativa de justificar as suas ações quase como quem usa aquele antigo ditado popular de que ‘os fins justificam os meios’. Seria o desmatamento em nome do chamado desenvolvimento, possibilitando que a cultura do desmatamento, tal qual apresentamos em nossas hipóteses, venha sobrepor-se à cultura da floresta.

3.2.2 ANO 2004 - 2ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura

O ano de 2004 foi um marco na história da CAINDR, quando foram alteradas suas atribuições e nomenclatura, conforme informado anteriormente. Na apresentação do Relatório Anual de Atividades, o então presidente desta comissão, Júnior Betão (PPS/AC), fala positivamente dessas alterações, ressaltando que, através destas, este fórum legislativo teve “reforçada sua relevância técnica e política, se reafirmando como o principal fórum de debates no Parlamento Brasileiro para discussão dos assuntos e proposições relativos à Região

Amazônica, à Integração Nacional e ao Desenvolvimento Regional”⁹⁶. Essas mudanças ocorreram em março de 2004, através da Resolução nº 20, da Câmara dos Deputados. Ainda naquela apresentação, Júnior Betão também faz questão de destacar que tais alterações ampliaram as temáticas que passaram a ser discutidas na comissão:

Assuntos como defesa civil, combate a calamidades públicas, planos regionais de desenvolvimento econômico e social, ordenação do território, entre outros, ingressaram, então, no campo de atuação da Comissão, ocasionando a ampliação do número de proposições submetidas a sua apreciação⁹⁷.

Em nossa análise, percebemos o amplo interesse dos membros da comissão em discutir planos e programas de desenvolvimento para a região, governamentais ou institucionais – discussão que ocorre, principalmente, em reuniões de audiências públicas, com a presença de ministros, secretários de estado, governadores, especialistas e outras autoridades.

Apesar da variedade de temáticas ter sido ampliada com as mudanças de 2004, o número de ações e proposições apresentadas na CAINDR foi bem menor quando comparado ao ano anterior. Creditamos esta redução ao fato do ano de 2004 ter sido um ano eleitoral, motivo que levou à redução também no número de membros da comissão, que ficou com vinte titulares e vinte suplentes, conforme o RICD – número bem menor ao de 2003, quando a comissão foi formada por 64 membros.

Do total de 40 parlamentares de 2004, 33 eram representantes da Amazônia Legal, sendo a maioria (10 parlamentares, ou seja, cerca de 30%) do estado do Pará. Em seguida quanto ao número de parlamentares, vêm os estados do Amapá, Acre, Amazonas e Roraima, com quatro membros cada; em terceiro, os estados de Rondônia e Maranhão, com três cada e por último o Mato Grosso, com apenas um. A composição da Mesa-Diretora e a relação de membros, titulares e suplentes do ano de 2004 podem ser verificadas no anexo ‘D’, disponível na página 289 na seção chamada “Anexos”.

O volume de atividades na CAINDR também caiu nesse ano. Dentre reuniões ordinárias deliberativas, audiências públicas, seminários e reuniões informais (encontros), foram apenas 31 realizações: dois seminários, três encontros, onze audiências públicas e quinze reuniões ordinárias, incluindo a reunião de instalação e eleição da Mesa-Diretora, como demonstra o anexo ‘E’, cujo quadro está disponível na página 290 e é extraído do Relatório de Atividades de 2004.

⁹⁶ Texto assinado por Júnior Betão na apresentação do Relatório de Atividades 2004 da CAINDR, p. 2.

⁹⁷ Deputado Júnior Betão, no referido relatório.

3.2.2.1 Audiências Públicas em 2004

As audiências públicas contaram com a participação de representantes de diversos grupos sociais e instituições, tais como sindicatos, organizações não governamentais, órgãos públicos, cientistas, pesquisadores e professores. Outras autoridades que estiveram nos debates foram os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do Meio Ambiente, Marina Silva (ambos para falar sobre o Plano Amazônia Sustentável), e o então governador de Rondônia, Ivo Narciso Cassol - que participou da primeira audiência pública do ano sobre os conflitos entre índios e garimpeiros em Rondônia.

Aliás, os conflitos indígenas foram uma das temáticas mais debatidas nessas reuniões. A exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas e os violentos conflitos deflagrados em Rondônia ocuparam bastante espaço no campo midiático (a exemplo de 2003) e constituíram tema de três audiências públicas no ano de 2004.

A primeira dessas três audiências foi voltada para a ‘Apuração dos fatos ocorridos no Estado de Rondônia, envolvendo garimpeiros e índios Cinta-larga, tendo por motivo a suposta extração de diamantes na área’. As outras duas reuniões destinaram-se à discussão sobre o conflito ocorrido entre índios e garimpeiros na Reserva Indígena Roosevelt, na região de Espigão d'Oeste, em Rondônia. Estas duas ocorreram no período de apenas uma semana, mantendo-se o mesmo tema para ouvir, na segunda vez, exclusivamente, o então presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes, que havia faltado à primeira reunião.

A outra temática mais frequente nos debates da segunda sessão legislativa da 52ª Legislatura foi, a exemplo de 2003, novamente o setor elétrico, com uma audiência pública no dia 11 de novembro (com apresentação da prestação de contas das realizações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na gestão 1997-2004) e outra no dia 17 de novembro, para discutir a criação de um órgão de fomento para produção e uso de energias renováveis. Ainda sobre o uso e aproveitamento de energias alternativas, realizou-se o debate sobre o biodiesel, em audiência pública no dia 16 de junho.

Os demais temas abordados nas reuniões de audiência pública, como já demonstramos anteriormente, foram: litígio entre os estados do Mato Grosso e do Pará quanto a limites territoriais; Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Brasil e o regime internacional de acesso e direitos sobre a biodiversidade; a Política Pesqueira na região Amazônica e situação dos portos no Pará. Essas onze reuniões de audiências públicas realizadas em 2004 são resultantes

do total de 33 solicitações através de requerimentos apresentados nas reuniões ordinárias, ou seja, por mais que os pedidos tenham sido aprovados, atendeu-se apenas a 1/3 destes.

Sobre as temáticas em foco nesta pesquisa, 'Desenvolvimento' e 'Sustentabilidade', destacamos duas audiências públicas: uma sobre o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e outra intitulada 'O Brasil e o regime internacional de acesso e direitos sobre a biodiversidade', cuja abordagem na CAINDR, geralmente, vincula-se à sustentabilidade.

A audiência sobre o PAS foi realizada no dia 26 de maio de 2004 e contou com a presença do então Ministro de Estado da Integração Nacional, Ciro Gomes, e da então Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva. Embora diretamente vinculado à temática 'Sustentabilidade', o debate sobre o PAS reafirma o interesse e a tendência dos membros da CAINDR em discutir planos e programas desenvolvimentistas para a região, reforçando o novo foco adquirido por esta comissão a partir das alterações feitas em 2004. Esta audiência é resultado do requerimento nº 18/2004, do então presidente da comissão, o deputado Júnior Betão.

Já a segunda audiência contou com a participação do representante do Ministério das Relações Exteriores, o conselheiro Hadil Fontes da Rocha Vianna, do Secretário-Executivo do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente (CGEN/MMA), Eduardo Velez, do Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), Luiz Otávio Beaklini, do representante do Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimento Social (FBONG's), André Lima, e do representante do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Joaquim Machado.

Originada do requerimento nº 38/2004, do deputado Henrique Afonso, na CAINDR, e do requerimento nº 41/2004, do deputado João Alfredo na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), esta audiência foi realizada por essas duas comissões e transmitida às Assembleias Legislativas dos Estados da Amazônia Legal por meio de videoconferência, no dia 30 de junho de 2004.

Ressaltamos que o tema desta reunião provoca interesse e polêmica, trazendo à tona discursos inflamados sobre questões de sustentabilidade, desenvolvimento, biopirataria e soberania. A abordagem sobre biopirataria, aliás, geralmente provoca a acusação contra ONG's, especialmente as internacionais, que atuam na Amazônia. A relação de convidados para esta audiência reforça essas tendências.

Observando-se essas informações, constata-se facilmente que, no geral, os assuntos debatidos nesse fórum envolvem interesses e atores distintos nas esferas estadual, regional e

nacional. Como bem ressalta o deputado Júnior Betão no Relatório de Atividades, os trabalhos na CAINDR durante o ano de 2004 visualizaram as suas novas atribuições, mas não perderam o foco na sua vocação de defender a Amazônia: “Sob esse mote nos dedicamos à apreciação de cada uma das proposições discutidas e votadas em nossas reuniões deliberativas, além da realização de eventos que atenderam ao novo papel atribuído à CAINDR.”⁹⁸

3.2.2.2 Eventos, Reuniões e Subcomissões em 2004

Os dois seminários de 2004 foram realizados nos dias 06 de maio e 10 de novembro, para tratar, respectivamente, dos seguintes assuntos: ‘Educação superior na Região Amazônica’ e ‘Faixa de Fronteira: Integração, Desenvolvimento e Segurança Nacional’. O primeiro contou com a presença de representantes do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior da Região Norte (FOPROP-Norte), Fórum de Secretários de Ciência e Tecnologia da Região Norte, Universidade Federal do Mato Grosso, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), como também do deputado Afonso Henrique, membro da CAINDR e autor de um dos requerimentos que solicitou o evento.

Esse seminário foi realizado conjuntamente com as comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), reforçando a participação de representantes de instituições de ensino, pesquisa e extensão na CAINDR. No ano anterior, reitores das Universidades Federais de Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Amazonas estiveram em audiência pública para debater sobre suas propostas para o desenvolvimento na Amazônia.

A inclusão de pesquisadores, cientistas e profissionais da educação nas discussões da CAINDR é um bom indicador de que esta comissão se preocupa em abrir espaço para os estudiosos da região, pois procura conhecer em que nível situa-se a pesquisa, a ciência e a

⁹⁸ Texto extraído do Relatório de Atividades 2004 da CAINDR, p. 2.

tecnologia na Amazônia – o que pode ser considerado um ponto de partida para que as proposições tenham, também, um viés dessa natureza.

Já o segundo seminário de 2004 também resultou de requerimentos apresentados em comissões distintas e foi realizado, segundo o então presidente da CAINDR, Júnior Betão, “sob o emblema da integração nacional”. Este evento aconteceu com a participação de representantes dos ministérios da Integração Nacional, Defesa; Transportes; Meio Ambiente; Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de outros órgãos. Com título estreitamente vinculado à temática ‘Desenvolvimento’, este evento teve como objetivo discutir políticas públicas para fomentar o desenvolvimento das populações e dos municípios abrangidos pela faixa de fronteira brasileira, buscando, ainda, a segurança e a soberania nacionais.

Apesar de estar voltado para a questão do desenvolvimento e da integração nacional, esse seminário também inclui a questão da sustentabilidade, uma vez que teve dentre seus diversos convidados o responsável pelo setor de Projetos de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, como se pode verificar no anexo ‘F’⁹⁹, que traz mais informações sobre ambos os eventos, detalhando os nomes dos participantes e autores dos requerimentos apresentados para realizar os mesmos.

Já os encontros aconteceram em caráter informal. O primeiro, realizado no dia 22 de janeiro, antes mesmo da instalação da nova Mesa-Diretora, foi um Café da Manhã com Governadores e Parlamentares da Amazônia Ocidental e Amapá para discutir o PL 2.403/03. Este projeto de lei estende às áreas da Amazônia Ocidental e à Área de Livre Comércio de Macapá/Santana/AP, os benefícios fiscais concedidos pelo Decreto-lei 288/67 para diversos bens elaborados com matérias-primas de origem regional. O segundo encontro reuniu os membros da CAINDR e a Diretoria-Executiva da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA em comemoração ao 31º aniversário desta instituição de pesquisa e o último foi uma reunião informal com os membros do Grupo de Reativação do Parlamento Amazônico.

Outra ação importante realizada no âmbito da CAINDR foi a criação, em 31 de março de 2004, da Subcomissão Permanente da Biodiversidade da Amazônia – e não mais Especial, como se propôs em 2003. Resultado do requerimento nº 02/2004, do deputado Henrique Afonso (PT-AC), esta subcomissão foi instalada em 25 de maio de 2004. Foi presidida por este deputado e teve a participação dos deputados Ann Pontes (PMDB/PA), Carlos Souza

⁹⁹ Intitulado “Seminários realizados pela CAINDR em 2004”, o anexo ‘F’ está disponível na página 292.

(PL/AM), Davi Alcolumbre (PDT/AP), Hamilton Casara (PSB/RO), Nilson Mourão (PT/AC) e Perpétua Almeida (PCdoB/AC).

Como presidente dessa subcomissão, o deputado Henrique Afonso também foi autor do requerimento nº 38/2004, solicitando a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, em 30 de junho de 2004, intitulada: “O Brasil e o regime internacional de acesso e direitos sobre a biodiversidade”, já citada anteriormente.

Em 2004, a CAINDR instalou, ainda, a Subcomissão Especial para Estudo das Ações das Instituições de Pesquisa na Amazônia Legal em substituição à Subcomissão de Assuntos Indígenas¹⁰⁰. Criada em 14 de abril por meio do requerimento nº 13/2004, da deputada Perpétua Almeida, sua instalação ocorreu no dia 25 de maio, quase três semanas depois da realização do seminário sobre educação superior na Amazônia, reforçando, mais uma vez, o interesse dos parlamentares da CAINDR pelo tema.

A subcomissão sobre instituições de pesquisa na Amazônia Legal foi presidida pela autora do requerimento que lhe deu origem (conforme RICD), a deputada Perpétua Almeida (PCdoB/AC), e teve como demais membros os parlamentares Ann Pontes (PMDB/PA), Hamilton Casara (PSB/RO), Janete Capiberibe (PSB/AP), Maria Helena (PPS/RR), Miguel de Souza (PL/RO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

Ao todo, no ano de 2004, foram apresentados cinco requerimentos referentes à criação de subcomissão (sendo dois atendidos), um pedindo a continuidade da subcomissão sobre a os eixos de integração da América do Sul (aprovado) e um encaminhando pedido à Presidência da Câmara dos Deputados para criar uma comissão externa, caso fosse decretada a proibição da pesca profissional em Rondônia. Apesar de todas essas solicitações, apenas aquelas duas subcomissões foram instaladas no âmbito da CAINDR durante o segundo ano da 52ª Legislatura.

Além da Subcomissão Permanente Destinada a Estudar e a Implementar os Eixos de Integração da América do Sul (Saída para o Pacífico e Caribe), criada em 26 de março de 2003 por meio do requerimento do deputado Miguel de Souza (o qual, em 19 de fevereiro de 2004, apresentou o requerimento nº 03/2004 solicitando a continuidade dos trabalhos desta subcomissão), a Subcomissão Permanente para Estudar a Situação, Alternativas e Soluções Energéticas para a Região Amazônica, também criada em 2003, manteve-se em atividade e

¹⁰⁰ Ressaltamos que a CAINDR substituiu essa subcomissão, mas deu continuidade a outras ações referentes às questões indígenas. Os membros da comissão, por exemplo, apresentaram em 2004 dois projetos para instituir CPI sobre conflitos indígenas. Além disso, os problemas da reserva Roosevelt tornaram-se pauta de três audiências públicas realizadas pela comissão também em 2004.

com a mesma presidente, a deputada Vanessa Grazziotin. Ambos os assuntos estão relacionados à infraestrutura, reforçando o foco desenvolvimentista explorado na comissão.

3.2.2.3 Proposições Apreciadas e em Tramitação em 2004

Do universo de proposições apreciadas e em tramitação no ano de 2004, foram contabilizados 134 projetos e 123 requerimentos, ou seja, ao contrário da Sessão Legislativa de 2003, a quantidade de projetos ultrapassou a de requerimentos – houve cerca de 10% a mais. Destes 123 requerimentos, 42 referem-se à declaração de prejudicialidade de projetos que autorizam a criação de distritos agropecuários ou industriais apresentados em 2003, ou seja, aproximadamente 34%.

Em segundo lugar, estão os pedidos de realização de audiências públicas - 33 requerimentos, representando quase 28%. Em terceiro, o convite ou convocação para prestar esclarecimentos sobre determinados assuntos – 10 ao todo, representando pouco mais de 8%. Apesar dos pedidos de esclarecimentos serem concernentes à certas denúncias, como a venda de terras ilegais, tráfico de madeira, conflitos entre índios e garimpeiros, contrato envolvendo Serra Pelada e outros temas mais polêmicos, não houve designação de membros da CAINDR para apurar denúncias, como se verificou no ano anterior. O que houve foi a realização de audiências públicas sobre alguns desses temas, como os conflitos entre índios e garimpeiros na Reserva Roosevelt, na região de Espigão d'Oeste, em Rondônia.

Quanto aos 33 pedidos de audiência pública, mesmo que aprovados, apenas 1/3 chegou a ser concretizado. Quanto às solicitações de declaração de prejudicialidade de projetos, foram apresentadas por vários deputados e referem-se aos projetos que autorizam a criação de distritos agropecuários apresentados em 2003 – a maioria de autoria do deputado Carlos Souza-PL/AM.

Dentre os demais requerimentos, destacamos a presença de assuntos relacionados à doação de terras devolutas, venda de terras ilegais e implantação de sistema georreferenciado para licenciamento ambiental de propriedade rural, como também sobre a segurança de vôos, ações de saúde, pós-graduação, ciência e tecnologia e projetos culturais como elo de integração na Amazônia, dentre outros assuntos. Quanto à natureza dessas 123 solicitações, a classificação pode ser conferida no anexo 'C', juntamente com os requerimentos das demais Sessões Legislativas da 52ª Legislatura, conforme já informado.

Sobre os requerimentos relacionados às temáticas em foco nesta pesquisa, identificamos alguns assuntos direta ou indiretamente ligados às mesmas. No caso da temática ‘Desenvolvimento’, os documentos de 2004 não usam este termo abertamente, mas se formos considerar os assuntos que, historicamente, são vinculados ao conceito de desenvolvimento, como infraestrutura e grandes projetos, pode-se apontar as solicitações de debate sobre o Programa Calha Norte, os gasodutos Urucu-Porto Velho e Urucu-Coari, a reestruturação do setor elétrico, os investimentos do BNDES na região e outros.

Os planos do governo federal para a Amazônia, geralmente, provocam a discussão sobre ‘Desenvolvimento’, mas podem também ser associados à temática ‘Sustentabilidade’, dependendo dos atores envolvidos na concepção dos mesmos. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), por exemplo, bem como os projetos de institutos de pesquisa sobre desenvolvimento sustentável, podem ser apontados como exemplo. Além disso, o Pacote Verde, a Agenda Positiva e o Programa Nacional de Florestas seguem nesse sentido.

No quadro adiante, mais informações sobre os requerimentos relacionados direta ou indiretamente à temática ‘Sustentabilidade’. Ressaltamos a grande quantidade que aborda questões de biodiversidade, inclusive as ameaças de biopirataria e a necessidade de proteger os conhecimentos tradicionais e os recursos genéticos da região. Dos dez requerimentos classificados a seguir, nove foram aprovados e apenas 1/3 destes nove foram efetivados – no caso, a instalação de uma subcomissão e a realização de duas audiências públicas.

Quadro 12 – Requerimentos 2004: Temática ‘Sustentabilidade’

Nº/AUTOR	EMENTA	RESULTADO
2/2004 - Dep. Henrique Afonso	Requer a criação da Subcomissão Permanente da Biodiversidade da Amazônia , no âmbito desta Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados.	Aprovado pela CAINDR em 31/03/04; Instalada a Subcomissão em 31/03/2004.
12/2004 - Dep. Ann Pontes	Solicita que sejam convidados os Srs. Tasso Azevedo e Justiniano de Queiroz Neto, Diretor do Programa Nacional de Florestas e Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará, respectivamente, para exporem nesta Comissão, informações sobre os trabalhos da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO) .	Aprovado pela CAINDR em 31/03/04
10/2004 - Dep. Zequinha Marinho	Requer que sejam convidados o Dr. Gilney Viana - Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, representantes dos bancos públicos federais e Dr. Luciano Guedes - Presidente da Comissão Nacional da Amazônia Legal da CNA e Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará-FAEPA, para tratar do Protocolo Verde em audiência pública a ser realizada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional, e de Desenvolvimento Regional.	Aprovado pela CAINDR em 31/03/2004.
18/2004 - Dep. Júnior Betão	Solicita que sejam convidados o Sr. Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional, e a Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, para participarem de reunião de Audiência Pública nesta Comissão, em data a ser agendada, para discutirem com este Colegiado o Plano Amazônia Sustentável - PAS , elaborado conjuntamente pelos dois ministérios.	Aprovado pela CAINDR, em 14/04/2004; Audiência Pública realizada em 26/05/2004.
38/2004 - Dep. Henrique Afonso e João Alfredo	Requer a realização de Audiência Pública conjunta pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre a posição do Brasil no regime internacional e a regulamentação do acesso aos recursos genéticos, proteção de conhecimentos tradicionais e repartição de benefícios do uso da biodiversidade .	Aprovado pela CAINDR, em 25/05/2004; Audiência Pública realizada em 30/06/2004.
45/2004 - Dep. Henrique Afonso e outros	Requer a realização da I Caravana Nacional para Proteção da Biodiversidade e Combate à Biopirataria na Amazônia para discutir e colher informações sobre casos de pilhagem de produtos ou conhecimentos e subsídios para regulamentar a normatização de acesso aos recursos genéticos.	
46/2004 - Dep. Henrique Afonso e outros	Requer a realização de Seminário “Conhecimento, Conservação e Uso Sustentado da Biodiversidade na Amazônia : para onde vamos Brasil?”, em conjunto com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.	Aprovado pela CAINDR, em 09/06/2004.
51/2004 - Dep. Gervásio Oliveira	Requer que seja convidado um representante do Governo do Estado do Amapá para dar palestra sobre o Corredor da Biodiversidade .	Aprovado pela CAINDR, em 07/07/2004.
97/2004 - Dep. Hamilton Casara	Requer a realização de Audiência Pública para expor os projetos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e do Museu Paraense Emílio Goeldi	Aprovado pela CAINDR em 25/08/2004; Audiência Pública prevista para 25/11/2004; cancelada.
116/2004 - Dep. Carlos Souza	Requer a realização de audiência pública sobre a Agenda Positiva da Amazônia , com a presença dos técnicos da Secretaria de Coordenação da Amazônia/Ministério do Meio Ambiente e dos Secretários Estaduais do Meio Ambiente das unidades federativas integrantes da Região Amazônica	Apresentado em 01/12/2004

Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações obtidas junto ao Relatório de Atividades 2004 da CAINDR. Belém (2010).

Em relação aos 134 projetos contabilizados, dez foram apreciados (sendo oito PL, um PLC e um PDC) e 124 mantiveram-se em regime de tramitação, ficando prontos para pauta apenas 14. Os 110 restantes permaneceram em situação de aguardo, sendo: 23 aguardando parecer, 43 aguardando designação de relator, 43 aguardando deliberação do presidente e um aguardando abertura de emendas. Quanto ao conjunto de 124 projetos em tramitação, retrata bem a morosidade do processo legislativo no Brasil e a escassez de projetos elaborados em 2004 pela reduzida atuação parlamentar em ano eleitoral.

Deste total de 124 proposições, 105 são Projetos de Lei (PL), sendo dois do ano de 2001, dois do ano de 2002, 95 do ano de 2003 e seis de 2004; 02 são Propostas de Fiscalização e Controle (PFC) do ano de 2001, voltados à fiscalização de implementação de obras referentes à hidrelétrica de Tucuruí e ao gasoduto de Urucu; 02 são Projetos de Resolução (PRC) de 2004, instituindo CPI para apurar conflitos indígenas e 12 são Projetos de Lei Complementar (PLP), sendo três de 2003 e nove de 2004 – aumentando um pouco mais a atuação parlamentar nesta sessão legislativa.

Sobre os projetos que instituem Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o PRC 147/2004, do deputado Júnior Betão em conjunto com outros parlamentares, institui CPI para investigar determinados fatos ocorridos nos anos de 2003 e 2004, “referente à possível extração ilegal de minerais na Reserva Indígena Roosevelt, localizada na região de Espigão do Oeste no Estado de Rondônia, bem como investigar o contrabando dessa lavra”. Este projeto foi recebido na CAINDR no dia 31 de agosto, onde foi designado como relator, nove dias depois, o deputado Lupércio Ramos. No final de 2004, o projeto ainda aguardava parecer do relator para continuar sua tramitação pelas demais comissões designadas a apreciá-lo – no caso, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), a CFT e a CCJC.

Já o PRC 152/2004, de autoria do deputado Miguel de Souza e de outros parlamentares, dispõe sobre a criação de uma CPI destinada a investigar os conflitos em terras indígenas brasileiras, a exemplo do ocorrido na Reserva Roosevelt, no Estado de Rondônia, motivado pela disputa da exploração de diamantes na região. Ressaltamos que a disputa por diamantes culminou com o massacre de vinte e nove garimpeiros e foi noticiado amplamente pela mídia. Aliás, só durante os anos que correspondem ao período da 52ª Legislatura, foram mais de duas mil notícias sobre questões indígenas, como veremos no quarto capítulo desta pesquisa.

Esse PRC foi recebido na CAINDR no dia 08 de junho, com despacho previsto para a CDHM, CFT e CCJC. Em agosto, ainda na CAINDR, teve designado como seu relator o

deputado Carlos Souza, o qual deu parecer pela aprovação em 07 de outubro. Em primeiro de dezembro, houve vista conjunta aos deputados Ann Pontes e Antônio Carlos Biffi, ficando pronto para pauta – mas sem ter sido apreciado em 2004.

Ficaram prontos para pauta, ainda, projetos que propõem a criação de novos estados na Amazônia. Só o PDC 1.217/04, do deputado José Roberto Arruda com outros parlamentares, por exemplo, dispõem sobre a realização de plebiscitos para a criação de dez novos estados na região: Aripuanã, Araguaia, Xingu, Tapajós, Carajás, Rio Negro, Solimões, Uirapuru, Madeira e Juruá, reforçando, mais uma vez, a tendência separatista de alguns membros da comissão.

Além disso, dentre outros, ficaram prontos para a pauta: o PL 5.755/2001, o PL 6.007/2001 e o PL 6.354/2002, que pedem autorização para que certos municípios possam formar consórcio municipal a fim de implementar **política comum de desenvolvimento**, o PL 2.812/2003, que trata de regras para **financiamento da política nacional de desenvolvimento regional** (incluindo neste item questões do alongamento de dívidas de crédito rural) e o PL 3.203/2004, que dispõe sobre o uso de recursos financeiros de fonte estrangeira aplicados em fins de pesquisa ou **preservação da biodiversidade**. Mesmo sendo relacionado às temáticas das duas subcomissões instaladas em 2004 (Pesquisa e Biodiversidade), este projeto não chegou a ser apreciado.

Ainda sobre o universo de 124 projetos em tramitação durante o ano de 2004, dois são vinculados à temática Sustentabilidade: o PL 614/2003, de Mariângela Duarte, que define diretrizes do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável e o PL 2833/2003, de Hamilton Casara, que dispõe sobre a utilização de áreas de várzeas e de preservação permanente na Amazônia Legal. Quanto à temática ‘Desenvolvimento’, identificamos quinze projetos vinculados à mesma, conforme o quadro a seguir - uma forte indicação de que a preocupação com a sustentabilidade da região ainda não se traduz em projetos na CAINDR.

Quadro 13 – Proposições em Tramitação em 2004: ‘Desenvolvimento’

PROPOSIÇÃO AUTORIA	EMENTA/ TRAMITAÇÃO	APENSADOS/SITUAÇÃO
PL 6007/2001 - Wilson Santos	Autoriza a formação de um consórcio municipal para implementar políticas comuns de desenvolvimento . Despacho: CAINDR, CTASP, CFT e CCJC	Apensado ao PL 6.354/02, cuja ementa é praticamente a mesma e ao PL 5.755/01, que disciplina os consórcios públicos entre estados e municípios. Em 13/12/04 – pronto para pauta
PL 6354/2002 - José Carlos Coutinho	Autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento . Despacho: CAINDR, CTASP, CFT e CCJC	Apensado ao PL 5.755/01. Em 13/12/04 – pronto para pauta
PL 1498/2003 - Mário Negromonte	Altera a Lei nº 6088/74, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco – CODEVASF e dá outras providências. Despacho: CAINDR e CCJC	Em 07/07/04 – pronto para pauta
PL 4240/2004 - Pompeu de Matos	Estende incentivos fiscais a programas de desenvolvimento regional que beneficiam as áreas de atuação da Sudam e da Sudene para a região denominada Metade Sul do estado do RS. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC	07/10/04 – apresentação do projeto no Plenário 27/10/04 – Recebido pela CAINDR 03/11/04 – designada relatora, Maria Helena 11/11/04 – fim do prazo para emendas – sem emendas 27/12/04 – parecer da relatora pela rejeição 14/12/04 – pronto para pauta.
PLP 40/2003 - Wilson Santos	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Mato Grosso e Rondônia e o Programa Especial de Desenvolvimento do Noroeste do Mato Grosso e Cone Sul e de Rondônia e dá outras providências. Despacho: CAINDR, CDEIC, CFT e CCJC	Aguardando parecer, após designação de relator (Agnaldo Muniz) em 14/06/04.
PLP 56/2003 - Feu Rosa	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa de Integração da Bacia do Rio Doce e institui Programa Especial de Desenvolvimento desta bacia. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC	Aguardando parecer, após designação de relator (Nilson Mourão) em 06/05/04.
PLP 148/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da PA 150 e institui o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da PA-150. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC	Aguardando designação de relator, após ter sido recebido na CAINDR em 06/04/04.
PLP 149/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da BR 222 e institui o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da BR 222. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC.	Aguardando designação de relator, após ter sido recebido na CAINDR em 05/04/04.
PLP 150/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da PA 279 e institui o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da PA 279. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC.	Aguardando designação de relator, após ter sido recebido na CAINDR em 05/04/04.

PLP 152/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento de Redenção e institui o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado de Redenção. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC.	Aguardando designação de relator, após ter sido recebido na CAINDR em 13/04/04.
PLP 158/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento de Araguaia e institui o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado de Araguaia. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC.	Aguardando designação de relator, após ter sido recebido na CAINDR em 22/04/04.
PLP 165/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento de Xinguara e institui o Programa Especial de Desenvolvimento de Xinguara. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC.	Aguardando designação de relator, após ter sido recebido na CAINDR em 30/04/04.
PLP 168/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento de Carajás e institui o Programa Especial de Desenvolvimento de Carajás. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC.	Aguardando designação de relator, após ter sido recebido na CAINDR em 12/05/04.
PLP 169/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da BR 230 e institui o Programa de Desenvolvimento da BR 230. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC.	Aguardando designação de relator, após ter sido recebido na CAINDR em 12/05/04.
PLP 190/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento Turístico do Arquipélago do Marajó e dá outras providências. Despacho: CAINDR, CFT e CCJC.	Aguardando designação de relator, após ter sido recebido na CAINDR em 23/07/04.

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Relatório de Atividades 2004 da CAINDR. Belém, 2010.

Desses 15 projetos referentes à temática ‘Desenvolvimento’ em tramitação, dois referem-se à formação de consórcios para implementar políticas de desenvolvimento, um aos incentivos fiscais para programas de desenvolvimento, outro à criação da CODEVASF, dois à criação de Região Administrativa Integrada, seis à criação de Polos de Desenvolvimento, sendo um destes um Polo Turístico e três à criação de Eixos de Desenvolvimento de estradas - PA ou BR.

Tanto os projetos que preveem a criação de Região Administrativa Integrada, como os que preveem a criação de Polos ou Eixos de desenvolvimento também instituem Programa Especial de Desenvolvimento. O objetivo é definir, articular e harmonizar as ações administrativas da União, Estado e Municípios e incentivar o desenvolvimento regional. Para tanto, a maioria desses projetos estabelece igualdade de tarifas, fretes e seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público, linhas de crédito especiais para atividades prioritárias, subsídios, remissões, isenções, reduções, diferimentos temporários de tributos federais ou outros incentivos fiscais direcionados ao fomento de atividades produtivas, além de mais benefícios com tratamento fiscal diferenciado.

Como se pode perceber, o estímulo ao desenvolvimento regional através de incentivo fiscal às atividades produtivas reproduz o modelo desenvolvimentista que há décadas se pratica na Amazônia, reforçando a nossa tese de que as ações e discursos dos membros da CAINDR priorizam o avanço de fronteiras e de mercado em detrimento ao caráter ambiental e/ou sustentável da região.

Em relação às proposições referentes à temática ‘Desenvolvimento’ que chegaram a ser **apreciadas em 2004**, o PLP 111/2003 (autoriza o Poder Executivo a criar a RIDE da Chapada do Apodi) foi arquivado em 2008 e o PL 1957/2003 (reduz em 100% o imposto de renda para as empresas com projetos nas áreas da SUDAM e da SUDENE) e o PL 2603/2003 (concede isenção de Taxa de Serviços Administrativos-TSA em favor da SUFRAMA) não chegaram a ser recebidos na CCJC, em 2004¹⁰¹. Assim, detemo-nos ao PL 2812/2003, que estabelece **regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Daquele universo de dez proposições apreciadas, este é o único projeto, dentre os que usam o termo ‘Desenvolvimento’, a chegar à CCJC - critério adotado para efetivar a Análise de Discurso, como apresentada a seguir.

¹⁰¹ Estes dois projetos não usam explicitamente o termo ‘Desenvolvimento’, mas são associados ao mesmo por abordarem questões de impostos e/ou incentivos fiscais para desenvolver a região, como muitas outras proposições.

Quadro 14 – Análise de Discurso sobre o PL nº 2812/2003
Autoria – Senador Jefferson Peres (PDT/AM)

<p>O que é projeto</p>	<p>Oriundo do Senado onde foi apresentado em 1999, este projeto estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, determinando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), suas empresas coligadas, a Agência Especial de Financiamento Industrial FINAME e o BNDES Participações (BNDESPAR) concederão prioridade à promoção do desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste. No mínimo, 35% dos recursos devem ser aplicados nestas três regiões e o financiamento destina-se a investimentos, produção de bens e serviços (excluindo exportações) e deve incidir encargos menores. Foi apresentado na Câmara no dia 16/12/2003, com apreciação sujeita ao Plenário.</p>
<p>Autoria do projeto Senador Jefferson Peres</p>	<p>Advogado, economista, professor universitário, articulista do jornal <i>A Crítica</i>, de Manaus. Depois de atuar em diversos órgãos, elegeu-se vereador em Manaus, em 1988 e em 1992. No ano de 1994, elegeu-se senador pelo Amazonas, reelegendo-se em 2002. Faleceu em 2008, antes de terminar seu mandato.</p> <p>Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Públicas: na década de 1970, foi membro dos Conselhos: de Educação, de Cultura e de Desenvolvimento do Amazonas. Participou também do Conselho Universitário e do Departamento da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade do Amazonas. Nos anos de 1980, atuou como Secretário da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Amazonas, Secretário do Tribunal de Justiça do Amazonas e Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas.</p>
<p>Elementos da Análise de Discurso identificados no Projeto: (Frases destacadas em negrito feito pela autora)</p>	
<p>Marcas ou Pistas deixadas na produção de sentidos, pelo autor, sobre ‘Desenvolvimento’</p>	<p>“...financiamento às atividades produtivas, aí incluído o setor de prestação de serviços, com os segmentos de comunicação e turismo, a implantação e modernização da infra-estrutura e a expansão e melhoria dos serviços públicos de educação, saúde e saneamento”.</p>
<p>Marcas ou Pistas deixadas na produção de sentidos, pelo relator na CAINDR, Francisco Garcia, sobre ‘Desenvolvimento’ (favorável ao mérito)</p>	<p>“Os investimentos dirigem-se, naturalmente, para os espaços com melhor infra-estrutura e onde se encontra o centro dinâmico da economia. A riqueza, assim, acumula-se de forma iníqua, condenando a população das regiões menos dinâmicas à pobreza”.</p> <p>“...ampliação da capacidade produtiva e estímulo ao dinamismo da economia...”</p>

Continuação...

Regularidade Discursiva	Autor: "...implantação e modernização da infra-estrutura" Relator: "...condenando a população das regiões menos dinâmicas à pobreza" "...ampliação da capacidade produtiva e estímulo ao dinamismo da economia..."
Sujeito do Enunciado	Em ambos os discursos (do autor e relator), pode-se indicar como sujeito do enunciado aquele que defende o dinamismo da economia, aquele que busca garantir infraestrutura para a região e procura reduzir a pobreza.
Sujeito da Enunciação	Ao ressaltar o fato de que o projeto corrige a "histórica escassez da oferta de recursos de longo prazo para essas regiões e assegura as fontes adequadas de financiamento", ambos os enunciadores (autor e relator) estabelecem uma relação de identificação discursiva com a maioria de seus pares, que também reclamam o isolamento e a pobreza da Amazônia.
Legitimidade da Fala	Ao demonstrarem conhecer a história (de escassez da oferta de recursos) da região, esses atores (autor e relator) buscam legitimar os seus discursos de defensores da região, reforçando a necessidade de reverter tal situação e de modernizar a sua infraestrutura, como também ampliar a "capacidade produtiva e estímulo ao dinamismo da economia."
Dialogismo	O autor dialoga e/ou fala em nome de representantes de atividades produtivas, incluindo o setor de prestação de serviços, o da construção civil (fala em modernização da infra-estrutura) e os segmentos de comunicação e turismo, dentre outros.
Lugar de Fala (Lugar de Produção de sentido)	Além de diversos setores produtivos, o enunciador/autor do projeto dialoga: - com o poder público, falando em "melhoria dos serviços públicos de educação, saúde e saneamento"; - com o Sistema BNDES, estabelecendo regras para priorizar os investimentos na região; - com o Senado Federal, que deverá receber do BNDES, semestralmente, relatório circunstanciado de suas atividades – conforme sugere o projeto. No caso do enunciador/relator , além de falar com os segmentos citados acima, dirige-se também ao Governo Federal, que "se empenha em fazer da inclusão social o eixo principal da sua gestão", como também à CCJC, ao ressaltar que: "Alertamos, apenas, embora não seja do mérito desta Comissão, para o fato de que a proposição trata de ações administrativas, típicas de gestão executiva, e que, salvo melhor interpretação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, talvez vá de encontro do disposto no art. 61, §1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal, que determina ser privativa do Presidente da República a iniciativa de tais leis".

Fonte: Elaborada pela autora a partir do levantamento e análise de dados. Belém (2010).

Nota: Ressaltamos, mais uma vez, que optamos por manter a fidelidade na redação dos textos transcritos neste trabalho, independente das novas regras da Reforma Ortográfica. Por isso, mantivemos o hífen para a palavra infraestrutura, tal como era escrita na ocasião.

Essa análise discursiva a partir do Projeto de Lei nº 2812/2003 leva-nos à confirmar mais uma de nossas teses: a de que a Amazônia é retratada na CAINDR como uma região carente de recursos, de infraestrutura e de modernização, cuja “falta de dinamismo econômico condena a sua população à pobreza” – como ressalta o autor do projeto¹⁰². Percebe-se, ainda, que o conceito de desenvolvimento concebido por esses membros da CAINDR estaria vinculado exatamente a estes dois eixos: infraestrutura e economia, defendendo-se investimentos em setores produtivos, serviços, infraestrutura e outros.

Tanto o discurso do autor como o do relator têm como públicos os governos e populações das três regiões brasileiras beneficiadas pelo projeto (Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste), mas representam, especificamente, certas categorias, como as já citadas atividades produtivas, serviços e infraestrutura. A interação entre o enunciador e o seu público é fruto da relação dialógica presente e em uma construção discursiva. Para que ocorra, o enunciador busca legitimar os seus discursos – neste caso, o de defensor da região.

A busca da legitimação da fala, nos discursos desses atores, ocorre ao demonstrarem conhecer a história da região a ser beneficiada pelo projeto, ou seja, a de escassez da oferta de recursos. Com isso, ressaltam a necessidade de mudar essa trajetória, modernizando a infraestrutura e investindo no setor produtivo para dinamizar a sua economia. Esse dinamismo viria com o financiamento às atividades produtivas, conforme proposto no projeto em questão a fim de estimular o desenvolvimento regional. Ou seja, é o desenvolvimento econômico que está em foco, mais uma vez, confirmando nossa tese.

O fomento ao setor de serviços e à infraestrutura seria uma forma de reduzir a histórica pobreza da região e a má distribuição de recursos no país, como ressalta o relator Francisco Garcia: “Os investimentos dirigem-se, naturalmente, para os **espaços com melhor infra-estrutura** e onde se encontra o centro dinâmico da economia. A riqueza, assim, acumula-se de forma iníqua, **condenando a população das regiões menos dinâmicas à**

¹⁰² Uma visão muito reducionista da pobreza, a qual é fruto das dinâmicas sociais e processos bem mais complexos, como demonstra Edna Castro (2010). Além de ressaltar os processos crescentes que revelam as desigualdades sociais e a precarização da vida, essa autora esclarece que a pobreza, a concentração de renda e a dinâmica política são temas considerados fundamentais para entender o jogo de forças sociais na dinâmica do desenvolvimento e critica a concepção evolucionista que subjaz às noções de progresso e modernidade - ao considerarem que as sociedades tendem a trilhar um mesmo caminho, evoluindo de “sociedades atrasadas” para “sociedades modernas”. Essa concepção estabelece um sistema de valor comparativo, impondo o exemplo dos países e/ou regiões desenvolvidas e industrializadas como o modelo a ser seguido. “Essa matriz evolucionista vê as sociedades segundo níveis de desenvolvimento (indicadores econômicos), como se fosse possível reduzir a complexidade social, cultural, política e econômica de cada sociedade, no mundo, segundo um dado padrão de desenvolvimento. E, como conceberam os países conforme esses graus de desenvolvimento, obscureceram o fato importante de que essa diferença dependia muito do processo histórico de dominação entre os países no mundo capitalista. Foi dessa maneira que alguns conseguiram se desenvolver (países colonialistas da Europa ou os Estados Unidos da América, por exemplo) com base na exploração de recursos naturais e mão de obra dos países menos desenvolvidos (América do Sul, África e Ásia), onde estavam suas ex-colônias” (CASTRO, 2010, p.3).

pobreza”. A defesa de mais recursos para populações e regiões menos favorecidas é uma constante nos discursos de ambos os atores, representando a regularidade discursiva nesse projeto.

Para o senador Jefferson Peres, autor do projeto, o incentivo previsto no projeto garantiria “a implantação e modernização da infra-estrutura e a expansão e melhoria dos **serviços públicos de educação, saúde e saneamento**”. Tanto no discurso do autor como no do relator, identificamos como sujeito do enunciado aquele que defende o dinamismo da economia, aquele que busca garantir infraestrutura para a região e aquele que procura reduzir a pobreza. Portanto, esta é a imagem que os enunciadores pretendem que seja construída tanto pelos seus públicos, como também para os atores representados em seus discursos.

Como já identificamos, na relação dialógica que é construída a partir de seu discurso, o autor do projeto dialoga e/ou fala em nome de representantes de atividades produtivas, incluindo o setor de prestação de serviços, o da construção civil, energia e outros vinculados à modernização da infraestrutura, como também os segmentos de comunicação e turismo. Dentre esses setores produtivos, o seu diálogo ocorre com o poder público, com o Sistema BNDES, com o Senado Federal (estabelecendo prioridades de investimentos) e com a população em geral. Esses são os principais lugares de fala, ou seja, onde ocorre a produção de sentido da fala deste enunciatador.

No caso do enunciatador/relator, o deputado Francisco Garcia, a produção de sentidos de sua fala também ocorre junto a esses segmentos, como também junto ao Governo Federal e à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC). O diálogo com o governo federal enfoca a importância de se fazer da “inclusão social o eixo principal da sua gestão”, e com a CCJC faz um alerta sobre a possível inconstitucionalidade do projeto.

Pode-se dizer que, mesmo sabendo das possíveis restrições constitucionais do projeto, o relator da CAINDR votou pela aprovação do mesmo por encontrar identificação discursiva na argumentação do autor, como também entre seus pares, os quais reforçam, na tribuna, a necessidade de garantir o ‘desenvolvimento’ da região. Portanto, votar contra o mérito de um projeto que visaria corrigir – como eles mesmos denominaram – uma distorção histórica de investimentos/financiamentos durante os 50 anos do BNDES, poderia ser considerado uma atitude negativa diante de seus colegas e de seus eleitores.

Após o parecer favorável ao mérito emitido pelo relator da CAINDR, o projeto foi despachado para as seguintes Comissões: Desenvolvimento Urbano e Interior (CDU), Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) – no caso destas duas, o despacho é obrigatório

conforme o Art. 54 do RICD. Nas duas primeiras, a CDU e a CDEIC, foi aprovado com emendas. Na CFT, projeto e emendas obtiveram parecer pela adequação financeira e orçamentária – aprovados por unanimidade no dia 11 de abril de 2007. No dia seguinte, este projeto foi encaminhado para a CCJC, onde ficou aguardando parecer do relator.

3.2.3 ANO 2005 - 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura

A apreciação de matérias deu um salto significativo na CAINDR no ano de 2005, aumentando de dez proposições apreciadas em 2004 para 35, ou seja, 350%. Um dos projetos apreciados no penúltimo ano da 52ª Legislatura foi o PRC 152/2004, que havia ficado pronto para pauta em dezembro de 2004 e foi apensado ao PRC 147/2004, já que ambos solicitam a instauração de CPI para apurar denúncias e conflitos na reserva Roosevelt, em Rondônia. O projeto recebeu parecer pela aprovação na CAINDR e foi encaminhado para a Comissão de Direitos Humanos (CDHM), dando prosseguimento ao seu fluxo legislativo.

Além da reserva Roosevelt, os debates realizados pela CAINDR em 2005, segundo a sua presidente, a deputada Maria Helena-PPS/RR, procuraram focar “vertentes de assuntos ligados à integração nacional, ao desenvolvimento regional e às potencialidades da Amazônia”¹⁰³ – reforçando o objetivo da comissão de discutir e promover o desenvolvimento da região. Segundo Maria Helena, essas vertentes visam o aproveitamento e a proteção das florestas, mais qualidade de vida para as populações locais, desenvolvimento econômico, tecnológico e educacional. Além disso, esta deputada ressalta naquele mesmo texto feito para a apresentação do Relatório de Atividades 2005: “são grandes as prioridades para a região amazônica no que se referem à segurança, preservação do ecossistema, qualidade de vida, desenvolvimento econômico sustentável, inserção tecnológica e tantas outras necessidades”.

Em 2005, o assunto mais debatido na CAINDR foi o Projeto de Lei nº 4776/2005, do Poder Executivo Federal, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, e dá outras providências”. Este projeto foi pauta de audiências públicas, seminários e reuniões de debates, como veremos na abordagem sobre os eventos e as reuniões realizadas na 3ª Sessão

¹⁰³ Trecho extraído do texto de apresentação do Relatório de Atividades 2005 da CAINDR, p. 2

Legislativa da 52ª Legislatura nesse ano. Quanto à composição da CAINDR nesse ano, foram 19 titulares e 15 suplentes, totalizando 34 membros, ou seja, número abaixo do total de 40 vagas previstas no RICD. Esta composição, com todos os nomes que ocuparam a Mesa e vagas de suplentes e titulares, pode ser verificada no anexo ‘G’, na página 293, desta tese.

3.2.3.1 Eventos, Reuniões e Subcomissões em 2005

Assim como nos debates, o principal foco dos eventos promovidos pela CAINDR no ano de 2005 foi o PL nº 4776/2005, que versa sobre a Gestão de Florestas Públicas. Além de um seminário para discutir este projeto, realizado no dia 30 de março de 2005, em Brasília, a comissão também organizou um ciclo de debates em cinco capitais da Amazônia: Porto Velho/RO, Boa Vista/RR, Manaus/AM, Belém/PA e Rio Branco/AC.

Chamados de ‘Reuniões de Debate’ ou ‘Outros Eventos’, esses debates ocorreram no período de 01 a 14 de abril com o objetivo de possibilitar às populações locais a participação em discussões e opinar sobre as medidas do Governo, particularmente, no que se refere à preservação das florestas. Ao estender a discussão sobre um projeto tão importante para capitais da Amazônia, esses eventos dão um salto significativo nos debates da comissão, possibilitando a participação popular na construção de políticas públicas para a região.

Outro evento promovido para discutir o PL nº 4776/2005 foi uma reunião informal realizada no dia 22 de março, na sala da presidência da comissão. Aliás, a CAINDR também promoveu mais três Reuniões Informais no ano de 2005, discutindo os seguintes temas: “Papel Estratégico do Programa Antártico Brasileiro”, no dia 02 de junho e “Sugestões de Emendas da CAINDR ao Orçamento Geral da União”, nos dias 16 e 23 de novembro.

Ainda sobre os eventos realizados em 2005, destaca-se a reunião de apresentação do programa do Ministério da Educação ‘Acelera Amazônia: Ciência na Amazônia para o Brasil’, cujo objetivo é ampliar o número de mestres e doutores na região. Essa reunião aconteceu no dia 07 de dezembro, com a participação de representantes de universidades e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em relação às reuniões, além da reunião de instalação da comissão, houve 23 reuniões deliberativas e 22 audiências públicas – o dobro do número de audiências promovidas em 2004, ano prejudicado pelas eleições municipais no país¹⁰⁴.

Quanto às Subcomissões e Grupos de Trabalho, ressalta-se que, ao contrário dos anos anteriores, nenhum objeto dessa natureza foi instalado em 2005 – apesar dos requerimentos nº 01/2005, da deputada Vanessa Graziottin, nº 05/2005, da deputada Perpétua Almeida e nº 37/2005, do deputado Carlos Souza, solicitando, respectivamente, a criação de subcomissão com os seguintes objetivos: acompanhar a aplicação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), estudar e acompanhar a Situação Agrária na Amazônia e tratar de Assuntos Territoriais.

Os três requerimentos foram aprovados e ainda houve quatro tentativas de instalar a Subcomissão de Assuntos Territoriais, todas sem sucesso por falta de quorum. Posteriormente, a deputada Maria Helena apresentou o requerimento nº 78/2005, requerendo a extinção da Subcomissão Especial de Assuntos Territoriais, o qual foi aprovado em 21 de setembro de 2005.

Desta forma, no ano de 2005, nenhuma nova subcomissão foi instalada. Através dos requerimentos nº 14/2005 e nº 17/2005, dos deputados Henrique Afonso e Miguel de Souza, respectivamente, foram mantidas as Subcomissões Permanentes da ‘Biodiversidade’ e a ‘Destinada a Estudar e a Implementar os Eixos de Integração da América do Sul (Saída para o Pacífico e Caribe). Estas subcomissões foram presididas pelos respectivos autores de cada requerimento e foram extintas no ano de 2007, através de pedido da deputada Vanessa Graziottin.

3.2.3.2 Audiências Públicas em 2005

Das 57 reuniões de audiência pública solicitadas durante a 3ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, foram realizadas menos da metade: apenas 22, das quais duas conjuntamente. A primeira ocorreu no dia 05 de maio, com a Comissão de Minas e Energia, para discutir a MP nº 239/2005 (que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) e o Decreto s/n, de 18 de fevereiro de 2005, que estabelece a limitação administrativa no entorno

¹⁰⁴ As pautas e datas das reuniões realizadas em 2005 podem ser verificadas no anexo ‘H’, p. 294.

da BR 163, que liga o município de Santarém, no oeste do Pará, ao estado de Mato Grosso. A segunda audiência conjunta aconteceu no dia 29 de junho, com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir o Desmatamento na Amazônia e o Plano de Prevenção e Controle na região.

Dentre os temas abordados nas demais audiências públicas, destacamos o Pacote Verde¹⁰⁵, o Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais do Brasil, o Corredor da Biodiversidade do Amapá, a utilização das áreas de várzea e de preservação permanente, os programas do Governo Federal nas áreas indígenas, os programas da SUFRAMA, o andamento das obras da BR 163 e BR 230 (ambas no Pará) e da BR 319 (Amazonas-Rondônia), as propostas para a região amazônica da OTCA e do Parlamento amazônico, o gasoduto Coari-Manaus, saúde pública, ensino superior e exploração de petróleo na Amazônia. Do total de 22 audiências públicas, cinco podem ser classificadas como reuniões cuja pauta é referente às temáticas ‘Desenvolvimento’ e ‘Sustentabilidade’, como mostra o quadro a seguir.

¹⁰⁵ Pacote verde é o nome dado, pela CAINDR, ao conjunto de medidas adotadas pelo Governo para coibir a violência e o desmatamento na Amazônia e para preservar as florestas brasileiras. Essas medidas foram discutidas na audiência pública realizada pela comissão no dia 05 de abril de 2005. No ano seguinte, a CAINDR, através do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, publicou um documento também intitulado Pacote Verde, reunindo os relatórios das Audiências Públicas realizadas nos dias 05 e 20 de abril de 2005, além do relatório final das reuniões de debates do Projeto de Lei nº 4.776/2005 – Gestão de Florestas Públicas, realizadas nos estados de Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Acre.

Quadro 15 – Audiências Públicas em 2005: ‘Desenvolvimento’ e ‘Sustentabilidade’

Data	Pauta	Convidados	Nº e Autor do Requerimento
05/05/2005	<p>Debate da Medida Provisória nº 239/2005, que "acrescenta artigo à lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que Regulamenta o art. 225, §1º, incisos i, ii, iii e vii, da Constituição Federal e instipui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza", e o decreto s/n de 18 de fevereiro de 2005, que "estabelece limitação administrativa provisória nas áreas que especifica da Região do entorno da BR-163, no estado do Pará, nos termos do art. 22 - a da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000."</p> <p><i>*Reunião conjunta com a Comissão de Minas e Energia.</i></p>	<p>Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Antônio Cedraz Nery; Secretário do Planejamento e Meio Ambiente do Estado de Tocantins, Lívio William Reis de Carvalho; Presidente da Associação dos Municípios da Transamazônica e Santarém (AMUT), Averaldo Pereira Lima; Presidente da Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (AMOT), Ivo Lubrinna de Castro; Prefeita do Município de Altamira/PA, Odiléia Sampaio; Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas, Virgílio Viana; Secretário Executivo de Agricultura do Estado do Pará, Wandenkolk Pasteur Gonçalves.</p>	<p>Req. 261/2005 - Dep. Nicias Ribeiro (Comissão de Minas e Energia (CME));</p> <p>Req. 20/2005 - Dep. Dr. Rodolfo Pereira (CAINDR)</p>
08/06/2005	<p>Corredor da Biodiversidade do Amapá - Discussão do corredor da Biodiversidade do Amapá que permite a utilização econômica desde que as áreas sejam preservadas, tornando-se assim, modelo para o Brasil.</p>	<p>Governador do Estado do Amapá, Antônio Waldez Góes da Silva e Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá, Alberto Pereira Góes.</p>	<p>Req. 34/2005 - Dep. Gervásio de Oliveira</p>
15/06/2005	<p>Utilização das áreas de várzeas e de preservação Permanente na Amazônia- Debate quanto ao PL 2.833/2003 que dispõe sobre a utilização de área de várzea e de preservação permanente na Amazônia Legal. O projeto pretende tratamento diferenciado para as populações tradicionais, ribeirinhos, pequenos proprietários e posseiros amazônicos que vivem nas áreas de várzeas e de preservação permanente, para que possam ter acesso aos financiamentos oficiais e sejam incluídos nas políticas públicas.</p>	<p>Sra. Ana Rita Alves - Diretora-Geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável - Mamirauá; Sr. José Soares Neto - Presidente da Associação Comunitária Quilombola e Ecológica do Vale do Aporé - ECOVALE; Sr. José Adilson Vieira de Jesus - Presidente do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA; Sr. Mauro Luís Rufino - Coordenador do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - PROVÁRZEA; Sra. Mariluce Messias - Presidente da Ação Ecológica Guaporé - ECOPORE; e Sr. Valmir Ortega - Diretor de Ecossistemas do IBAMA/DF.</p>	<p>Req. 25/2005 - Dep. Miguel de Souza</p>

29/06/2005	<p>Desmatamento na Amazônia e plano de prevenção e Controle na Amazônia</p> <p><i>*Audiência Pública Conjunta com a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</i></p>	Sra. Marina Silva - Ministra de Estado do Meio Ambiente.	Req. 117/2005 – Dep. João Alfredo e Leonardo Monteiro CMADS; Req.118/2005 - Dep. Fernando Gabeira (CMADS), Req.58/2005- Dep. Carlos Abicalil (CAINDR)
22/09/2005	Propostas para a região amazônica da OTCA e do Parlamento amazônico - Propostas de integração dos países amazônicos como forma de promover o desenvolvimento sustentável e proteger a Amazônia da cobiça internacional.	Sra. Rosália Arteaga Serrano - Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA; e Sr. Airton Cascavel - Presidente do Parlamento Amazônico - Deputado Estadual do Estado de Roraima.	Req. 27/2005 - Dep. Maria Helena e Req.35/2005 - Dep. Suely Campos

Fonte: Elaborada pela autora com dados obtidos junto ao Relatório de Atividades 2005 da CAINDR. Belém (2010)

Ao observarmos mais atentamente as pautas de cada uma dessas cinco audiências públicas, identificamos um elo entre as suas abordagens: o desenvolvimento econômico camuflado pelo discurso da sustentabilidade. A discussão sobre o corredor da biodiversidade no Amapá, por exemplo, perpassa o uso econômico dessa riqueza biológica – ‘desde que as áreas sejam preservadas, a fim de tornar-se modelo para o Brasil’ – conforme ressalta o resumo sobre a pauta da audiência.

No entanto, para que esta ressalva seja considerada, seria necessário diversificar os convidados, enriquecer o debate e trazer também contribuições de cientistas, estudiosos e representantes de determinadas instituições ligadas à preservação de recursos naturais. Porém, a reunião só teve como convidados o Governador do Estado do Amapá, Antônio Waldez Góes, e o Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá, Alberto Pereira Góes. Ou seja, uma visão unilateral para uma pauta na qual a pluralidade é imprescindível.

Além disso, a audiência pública sobre o PL nº 2.833/2003, que dispõe sobre a utilização das áreas de várzeas e de preservação permanente na Amazônia, também preconiza o chamado desenvolvimento sustentável, uma vez que procura garantir que populações tradicionais, ribeirinhos, pequenos proprietários e posseiros amazônicos que vivem nessas áreas possam ter acesso aos financiamentos oficiais e ser incluídos nas políticas públicas com um tratamento diferenciado. O acesso ao crédito financeiro é um incentivo ao extrativismo, cuja prática, segundo esse projeto, seria condicionada à licença ambiental expedida pelo órgão competente.

A audiência pública sobre as ‘Propostas para a região amazônica da OTCA e do Parlamento amazônico’ também teve a temática sustentabilidade em sua pauta. O objetivo era discutir as propostas de integração dos países amazônicos como forma de promover o desenvolvimento sustentável e de proteger a Amazônia da cobiça internacional. Convém ressaltar que essa questão da cobiça é muito alardeada pelos parlamentares, que, na maioria das vezes, responsabilizam as ONGs não só pela cobiça, mas também por práticas ilícitas.

Existem algumas coisas que não batem bem na minha cabeça em termos de delimitação territorial pra áreas indígenas. Existem uma desproporcionalidade muito grande, não por culpa dos nossos índios, das nossas etnias, mas é culpa das ONGs ambientalistas que estão a serviço de outros ou de alguns governos de países de primeiro mundo que estão delimitando áreas enormes em detrimento de meia dúzia de índios e áreas essas estratégicas, mas ainda sim eu defendo interesses deles, não com essa desproporcionalidade, mas pelo interesse do nosso caboclo que vive pisando em ouro e morrendo de fome. (Informação verbal)¹⁰⁶

¹⁰⁶ Obtida na entrevista dada pelo deputado Carlos Souza à autora no dia 21 de março de 2007, em Brasília-DF.

Como se pode observar, o debate abordando ‘Sustentabilidade’ atrela-se a desenvolvimento (econômico), reforçando as críticas de Banerjee (2003) que vimos anteriormente: a de que desenvolvimento sustentável seria uma tentativa de explorar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, envolvendo uma racionalidade de mercado e da acumulação capitalista para determinar o futuro da natureza. Os debates na CAINDR confirmam este conceito.

3.2.3.3 Proposições Apreciadas e em Tramitação em 2005

Ao todo, foram apresentados 101 requerimentos entre os meses de março a dezembro de 2005, dos quais dez tratam da temática ‘Desenvolvimento’ e 16 da temática ‘Sustentabilidade’, mesmo que indiretamente. Destes dez, apenas três citam explicitamente o termo desenvolvimento. O requerimento nº 1/2005, da deputada Vanessa Grazziotin, que solicita a criação da Subcomissão para acompanhar a aplicação da **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** (PNDR) foi o primeiro a fazer alusão ao termo. Esta solicitação foi aprovada em 09 de março de 2005, porém a subcomissão não chegou a ser instalada.

O segundo requerimento, o de nº 35/2005, da deputada Suely Campos, solicita que seja convidado o presidente do Parlamento Amazônico a comparecer à CAINDR para apresentar e discutir **propostas para o desenvolvimento e defesa da região Amazônica**. Este requerimento foi aprovado em 27 de abril de 2005, resultando na audiência pública realizada no dia 22 de setembro de 2005. O terceiro requerimento foi o de nº 65/2005, do deputado Carlos Souza, solicitando audiência pública conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação para discutir a aplicação, pelo Governo Federal, dos recursos do **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA**. Aprovado em 06 de julho de 2005, esta reunião não chegou a ser realizada.

Os demais requerimentos, do total de dez, remetem às questões de infraestrutura (especialmente referentes a estradas), questões econômicas, linhas de financiamento e planos para a região, como os que solicitaram audiência pública para discutir a pavimentação da BR 163 (Cuiabá - Santarém), a conclusão da pavimentação da BR 364 (Rio Branco - Cruzeiro do Sul), o licenciamento ambiental das obras de recuperação da rodovia BR-319, no trecho

Manaus/AM a Porto Velho/RO, os programas desenvolvidos pela SUFRAMA e o impacto econômico, para a Zona Franca, da importação brasileira de produtos da China.

Além disso, conforme vimos antes, houve requerimento pedindo a continuidade dos trabalhos da Subcomissão Permanente Destinada a Estudar e a Implementar os Eixos de Integração da América do Sul (Saída para o Pacífico e Caribe), como também pedindo autorização para que os membros desta subcomissão realizassem o trajeto que liga a cidade de Porto Velho/RO ao litoral do Peru a fim de verificar *in loco* o desenvolvimento da rodovia interoceânica - o que possibilitaria a implementação de tais eixos de integração.

Os membros da CAINDR também pediram que fosse encaminhado Requerimento de Informação ao Ministério da Fazenda a respeito dos financiamentos concedidos nos últimos três anos pelo Banco da Amazônia, como também pediram a apresentação do Plano Estratégico da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a situação atual do Parlamento da Amazônia (PARLAMAZ).

Tanto esses requerimentos como aqueles três únicos que usam diretamente a palavra 'Desenvolvimento' demonstram que é recorrente na CAINDR a noção de desenvolvimento vinculada a questões econômicas, infraestrutura e acesso a crédito financeiro, reafirmando a política desenvolvimentista adotada há décadas para a região amazônica e corroborando a nossa tese de que o tipo de desenvolvimento que os membros desta comissão defendem para a Amazônia é o desenvolvimento econômico.

Quanto à temática 'Sustentabilidade', dentre os requerimentos indiretamente vinculados à mesma, podemos destacar os que se referem ao Pacote Verde, à continuidade da Subcomissão da Biodiversidade, ao debate sobre uso de área de várzeas e de preservação permanente e às ações de combate ao desmatamento – conforme vimos em nossa abordagem sobre subcomissões e audiências públicas. Quanto aos diretamente vinculados (e também um dos assuntos mais debatidos em 2005), pode-se citar os requerimentos referentes ao PL nº 4.776/2005, que 'dispõe sobre a gestão de Florestas Públicas para produção sustentável'. Os requerimentos vinculados a este projeto provocaram amplo debate na comissão, inclusive, como já abordamos antes, nas audiências públicas na CAINDR e nas Reuniões de Debate realizadas nas capitais amazônicas.

Sobre o conteúdo desses documentos, novamente o pedido de realização de audiências públicas ficou em primeiro lugar em quantidade: 57 requerimentos, ou seja, mais da metade do total, representando 56,43% do total. Em seguida, vêm os convites para expor sobre determinados assuntos ou programas (06 requerimentos), convite ou convocação para prestar

esclarecimentos e pedido para criar ou dar continuidade a subcomissões ou grupos de trabalho, ambos com cinco requerimentos cada. No já citado anexo 'C', pode-se conferir mais informações sobre os demais requerimentos.

Em relação às 102 proposições em tramitação, os quatro temas mais presentes em quantidade de proposições são: criação de distritos agropecuários (ainda queles 61 Projetos de Lei do deputado Carlos Souza), realização de plebiscito para a criação de Estados e Territórios, como também para a divisão de determinados estados, como o Rio de Janeiro (12 projetos ao todo, mostrando a tendência separatista de alguns membros da comissão), criação de regiões integradas, eixos ou polos de desenvolvimento para a Amazônia (09 projetos autorizativos, dos quais 05 são do deputado Zequinha Marinho, do Pará) e 06 projetos sobre questões energéticas.

Sobre a última temática, tramitaram os seguintes projetos: o PDC 1790/2005, do deputado Eduardo Valverde, autorizando o executivo a 'implantar o aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira', o PFC 62/2001 e o PL 4359/2001, de Vanessa Graziottin e Feu Rosa, respectivamente, que propõem fiscalizar a implementação das obras das eclusas e da segunda etapa da Usina Hidrelétrica e Tucuruí, o PL 4047/2004, que dispõe sobre o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), o PL 4049/2004, que dispõe sobre a compensação de parcela do custo de serviço de distribuição de energia elétrica às concessionárias do Norte que são atendidas pelos sistemas isolados (ambos do deputado Miguel de Souza) e o PL 6176/2005, do deputado Carlos Souza, que cria o Programa de Financiamento de Geração de Energia (ENERGER), para os consumidores residenciais e rurais da região amazônica.

Do universo de 102 proposições em tramitação, apenas duas estão relacionadas à temática 'Sustentabilidade': o PL 614/2003, da deputada Mariângela Duarte, que define as diretrizes do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia, Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima e outros biomas nacionais e dá providências e o PL 6409/2005, da senadora Serys Slhessarenko, que transforma a Estação Ecológica de Anavilhanas, em Parque Nacional¹⁰⁷.

¹⁰⁷ É importante ressaltar que essa proposição não prevê uma simples mudança de nomenclatura, mas de categoria, o que poderá trazer sérios impactos ambientais para Anavilhanas, um arquipélago fluvial com cerca de 400 ilhas. Criada através do Decreto nº 86.061, de 2 de junho de 1981, a Estação Ecológica tem uma área de 350.018 hectares e situa-se no Rio Negro, próximo ao Parque Nacional do Jaú, abrangendo os municípios de Manaus e Novo Airão. Como se sabe, Estação Ecológica é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral (UC), onde não se permite alterações em seus ecossistemas; as visitas são proibidas (exceto com objetivo educacional previsto em seu plano de manejo) e a realização de pesquisa científica depende de autorização do órgão responsável – no caso, o IBAMA. Já a categoria Parque Nacional visa também preservar os ecossistemas,

O PL 614/2003 só foi apreciado pela CAINDR e pela CMADS em 2006, tendo aprovação de mérito em ambas as comissões - porém, com substitutivo no parecer da relatoria da CMADS¹⁰⁸. Em 22 de dezembro de 2006, foi recebido na CFT e pouco mais de um mês depois, mais exatamente no dia 31 de janeiro de 2007, foi arquivado nos termos do artigo 105 do RICD¹⁰⁹. Já o PL 6409/2005 é uma proposição originária do Senado Federal, onde era identificado como PLS-329/2003. Apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados em 14 de dezembro de 2005, foi distribuído pela Mesa da Câmara à CAINDR, CMADS e CCJC para tramitar em regime de prioridade. No dia 28 de outubro de 2008, foi sacionado pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, convertido na Lei nº 11.799/2008.

Quanto à temática 'Desenvolvimento', onze proposições daquele total de 102 em regime de tramitação usam este termo explicitamente. Destes onze, o PL 314/2003, de Sandro Mabel, dispõe sobre Política, Fundo e Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e o PL 6377/2005, de Fernando Diniz, autoriza o poder executivo a ampliar da área de atuação da CODEVASF. Os outros nove também são todos de natureza autorizativa, porém, tratam sobre a criação de polos, eixos ou regiões integradas de desenvolvimento como se pode verificar no quadro a seguir.

mas permite a realização de atividades educativas, ambientais, recreativas e de turismo ecológico. Segundo a justificativa do PL 6409/2005 (endossada no parecer da relatoria), a realidade de Anavilhanas não condiz com o conceito de UC porque as visitas ao arquipélago são oferecidas por agências de turismo. Além disso, Anavilhanas faz parte do Polo de Ecoturismo do Amazonas, previsto no Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) do Ministério do Meio Ambiente – criticado duramente na justificativa e no parecer da relatoria do projeto.

¹⁰⁸ Para justificar o seu substitutivo, o relator da CMADS, Hamilton Casara, argumentou que o mesmo foi necessário pra evitar que o projeto fosse prejudicado futuramente sob possível classificação de inconstitucionalidade devido à utilização de alguns termos e procedimentos inadequados.

¹⁰⁹ Através do Art. 105, o RICD determina: Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as:

- I - com pareceres favoráveis de todas as Comissões;
- II - já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;
- III - que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias;
- IV - de iniciativa popular;
- V - de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

Quadro 16 – Proposições em Tramitação em 2005: ‘Desenvolvimento’

Proposição/ Autoria	Ementa	Apensados/situação
PL 314/2003 - Sandro Mabel	Dispõe sobre as Diretrizes e Instrumentos da Política de Desenvolvimento do Centro-Oeste, cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FUNDOESTE e a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - ADCO e dá outras providências.	01/09/2005 - recebimento pela CAINDR. 01/09/2005 - designado Relator, Dep. Severiano Alves. 12/09/2005 – encerrado o prazo para emendas ao projeto; não foram apresentadas emendas. 20/12/2005 - apresentação do parecer pela aprovação deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Pronta para a pauta • Despacho: CDEIC, CAINDR, CFT E CCJC
PL 6377/2005 - Fernando Diniz	Autoriza o Poder Executivo a ampliar a área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, nos termos que especifica, e dá outras providências.	28/12/2005 - recebimento pela CAINDR. Aguardando designação de Relator • Despacho: CAINDR e CCJC
PLP 150/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da PA-279 e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da PA - 279.	05/04/04 - recebido pela CAINDR. 01/06/2005 - designado Relator, Dep. Davi Alcolumbre. 13/09/2005 - apresentação do parecer pela aprovação. Pronta para a pauta • Despacho: CAINDR, CFT e CCJC
PLP 152/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Desenvolvimento de Redenção e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado de Redenção.	13/04/04 - recebido pela CAINDR. 01/06/2005 - designada Relatora, Dep. Janete Capiberibe. 13/09/2005 - apresentação do parecer pela rejeição. Pronta para a pauta • Despacho: CAINDR, CFT e CCJC
PLP 158/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Desenvolvimento de Araguaia e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado de Araguaia.	22/04/04 - recebido pela CAINDR. 01/06/2005 - designado Relator, Dep. Júnior Betão. 06/10/2005 - apresentação do parecer pela aprovação. Pronta para a pauta • Despacho: CAINDR, CFT e CCJC
PLP 190/2004 - Zequinha Marinho	Cria o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Arquipélago de Marajó e dá outras providências.	23/07/04 - recebido pela CAINDR. 01/06/2005 - designado Relator, Dep. Severiano Alves. 31/08/2005 - apresentação do parecer pela rejeição. Pronta para a pauta • Despacho: CAINDR, CFT e CCJC
PLP 253/2005 - João Lyra	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Xingó e o Programa Especial de Desenvolvimento do Xingó e dá outras providências.	07/06/2005 - recebimento pela CAINDR. 08/06/2005 - designado Relator, Dep. Carlos Abicalil. 14/09/2005 – apresentação do parecer pela rejeição. 21/09/2005 - vista ao Deputado Severiano

		Alves. 05/10/2005 - retirado de pauta em virtude da aprovação do requerimento 87/2005, do Deputado Coronel Alves. 19/10/2005 - retirado de pauta em virtude da aprovação do requerimento 94/2005, do Deputado Carlos Abicalil. 16/11/2005 - devolvido ao Relator, Dep. Carlos Abicalil. Aguardando parecer <ul style="list-style-type: none"> • Despacho: CAINDR, CFT e CCJC
PLP 266/2005 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento de Tucuruí e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado de Tucuruí.	04/07/2005 - recebimento pela CAINDR. 07/07/2005 - designado Relator, Dep. Zé Geraldo Aguardando parecer <ul style="list-style-type: none"> • Despacho: CAINDR, CFT e CCJC
PLP 272/2005 - Carlos Souza	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da Rodovia BR-307, no Estado do Amazonas, e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da Rodovia BR - 307, nesse Estado.	12/07/2005 - recebimento pela CAINDR. 13/07/2005 - designado Relator, Dep. Gervásio Oliveira. 19/09/2005 - apresentação do parecer pela aprovação. 16/11/2005 - vista ao Deputado Henrique Afonso. Pronta para a pauta <ul style="list-style-type: none"> • Despacho: CAINDR, CFT e CCJC
PLP 308/2005 - Carlos Souza	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Manaus e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Manaus.	15/12/2005 - recebimento pela CAINDR. 20/12/2005 - designado Relator, Dep. Zico Bronzeado. Aguardando parecer <ul style="list-style-type: none"> • Despacho: CTD, CAINDR, CFT e CCJC
PLP 312/2005 - Fernando de Fabinho	Autoriza o Poder Executivo a criar os Eixos de Desenvolvimento da BR-324 e da BR-116 e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento das BR- 324 e da BR-116.	30/11/2005 - recebimento pela CAINDR. 07/12/2005 - designado Relator, Dep. Miguel de Souza. Aguardando parecer Despacho: <ul style="list-style-type: none"> • CAINDR, CFT e CCJC • CFT - incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária

Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações do Relatório de Atividades 2005 da CAINDR. Belém (2010).

Desses nove Projetos de Lei Complementar (PLC) que autorizam a criação de eixos, polos ou regiões integradas de desenvolvimento, quatro são advindos de 2004 (todos do deputado Zequinha Marinho) e cinco são de 2005: o PLP 253/2005, do deputado João Lyra, criando a Região Integrada de Xingó¹¹⁰, o PLP 266/2005, de Zequinha Marinho, criando o Polo e o Programa Especial de Desenvolvimento de Tucuruí, o PLP 312/2005, de Fernando de Fabinho, criando os Eixos e os Programas Especiais de Desenvolvimento da BR-324 e da BR-116, no estado da Bahia; o PLP 272 criando o Eixo e o Programa Especial de Desenvolvimento da Rodovia BR-307 e o PLP 308, ambos no estado do Amazonas e de autoria de Carlos Souza.

É importante ressaltar que a maioria dos projetos autorizativos voltados ao Poder Executivo está fadada ao arquivamento, uma vez que pareceres anteriores na própria CAINDR e, especialmente, na CCJC, apontam para a inconstitucionalidade desse tipo de proposição. No parecer do PLP 253/2005, o relator Carlos Abicalil, por exemplo, cita a súmula 01/ 1994 da CCJC da Câmara dos Deputados, que determina que: "Projeto de Lei, de Autoria de Deputado ou Senador, que autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva, é inconstitucional".

Além disso, Abicalil cita nesse parecer a inconstitucionalidade do projeto que, na sua avaliação, fere os artigos 21 (inciso IX) e 43 da Constituição Federal – os quais determinam as competências da União, que vão desde a criação de planos nacionais de ordenação de território até a articulação de regiões administrativas com o intuito de melhor gestar a sua política pública para determinadas regiões. “Desta forma o poder executivo já está autorizado a fazer o que o PLP 253 pretende regulamentar, ou seja, o PLP autoriza a União a fazer algo que a Constituição de 1988 já delegou como de sua competência”¹¹¹.

Mesmo quando recebe parecer favorável quanto ao mérito na CAINDR, esse tipo de projeto pode ser rejeitado na CCJC ou na CFT, comissões que examinam o projeto sob o aspecto constitucional e financeiro-orçamentário, respectivamente. No caso desses onze projetos, praticamente todos foram rejeitados por inconstitucionalidade ou incompatibilidade e inadequação financeira orçamentária. Deste mesmo total, oito foram arquivados, ou seja, quase 73% - uma quantidade excessiva de projetos inúteis que só contribuem para onerar o sistema legislativo no Brasil.

¹¹⁰ O PLP 253/2005 determina que os municípios de Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Pão de Açúcar e Piranhas (no Estado de Alagoas), Jatobá, Taracatu e Petrolândia (no Estado de Pernambuco), Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha (no Estado de Sergipe), Glória e Paulo Afonso (no estado da Bahia), componham a Região Integrada de Desenvolvimento do Xingó.

¹¹¹ Carlos Abicalil, em seu parecer como relator do PLP 253/2005.

Apesar disso, esse tipo de projeto na CAINDR é muito comum e é reapresentado a cada ano - na maioria das vezes, pelos mesmos autores. Será que eles têm desconhecimento da lei ou apelam para a possível conivência de seus pares? Elaboram um projeto apenas para dar satisfação aos seus redutos eleitorais ou aos segmentos sociais que representam? Sabendo-se da inconstitucionalidade desses projetos, serviriam estes apenas para manter o apoio dos segmentos representados nos discursos desses parlamentares, ou seja, seriam estes projetos uma espécie de 'moeda' de troca? Querem, os seus autores, provocar polêmica e chamar a atenção da mídia para si? É difícil saber a real intenção de quem elabora projetos em série (como aqueles 61 projetos que tratam da criação de distritos agropecuários no Amazonas, todos de autoria de Carlos Souza, e os 18 que criam distritos industriais também no Amazonas, de Átila Lins), mas a 'produção em masa' assegura uma clara demonstração da falta de compromisso desses deputados com a sua região e com o seu próprio mandato.

A falta de seriedade fica ainda mais nítida quando o mesmo parlamentar que tenta transformar o seu estado em um grande território agropecuário, sustenta um discurso de defesa aos povos da floresta, aos mais desprotegidos, dizendo: "Eu trago o povo mais sofrido. Eu trago aquele que verdadeiramente é o dono da floresta, que é o povo da floresta que nós chamamos. É o nosso caboclo, é o nosso ribeirinho, nossos índios" (informação verbal)¹¹². Essa contradição pode ser mais bem verificada no próximo capítulo desta tese, onde abordamos a relação entre a mídia e a política.

Em relação aos 35 projetos apreciados durante o ano de 2005, os mesmos tratam de temas diversos: de plebiscito para criação de estados ou territórios à validação de acordos de cooperação técnica entre o Brasil e o Peru, à fiscalização da Agência Nacional de Petróleo-ANP quanto a sua atuação na implantação do gasoduto Coari-Manaus, à alteração de leis e de decretos-lei e à redefinição de limites florestais, como também da instituição de comissão parlamentar de inquérito, etc. Dentre esses projetos, não faltaram os de natureza autorizativa para criar programas, polos, eixos ou regiões integradas de desenvolvimento, como se pode observar no quadro adiante, contendo doze proposições referentes à temática 'Desenvolvimento'.

¹¹² Depoimento do deputado Carlos Souza também obtido na entrevista concedida à autora no dia 21 de março de 2007, em Brasília/DF.

Quadro 17 – Proposições Apreciadas em 2005: “Desenvolvimento”

Proposição/ Autoria	Ementa / Distribuição	Apensados / Situação
<p>PL 1498/2003 - Mário Negromonte</p>	<p>Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF - e dá outras providências".</p> <p>Distribuição: CAINDR e CCJC</p>	<p>Apensado: Projeto de Lei nº 5.464/2005 04/05/2004 – Recebido na CAINDR; 06/05/2004 – Designado Relator, Dep. Zequinha Marinho; 17/05/2004 – Encerrado o prazo para apresentação de emendas; não foram apresentadas emendas; 16/06/2004 – Apresentação do Parecer do relator, pela aprovação, com emenda; 07/07/2004 – Vista concedida ao Dep. Antônio Carlos Biffi; 16/03/2005 – Designado novo Relator, Dep. Átila Lins, em razão da saída do Dep. Zequinha Marinho da CAINDR; 07/07/2005 – Apensado o PL 5.464/2005; 31/08/2005 – Apresentação do Parecer do Relator pela rejeição deste e pela aprovação do PL 5464/2005, apensado; 05/10/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator. Dep. Antônio Carlos Biffi apresenta voto em separado; 06/10/2005 – Encaminhado à CCJC.</p>
<p>PL 4240/2004 - Pompeo de Mattos</p>	<p>Estende incentivos fiscais e programas de desenvolvimento regional que beneficiam as áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para a região denominada Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC</p>	<p>27/10/2004 – Recebido na CAINDR; 03/11/2004 – Designada Relatora, Dep. Maria Helena; 11/11/2004 – Encerrado o prazo para apresentação de emendas; não foram apresentadas emendas; 27/12/2004 – Apresentação do Parecer da Relatora, pela rejeição; 16/03/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer da Relatora; 22/03/2005 – Encaminhado à CFT.</p>
<p>PLC 39/2003 - Senador Ramez Tebet</p>	<p>Regulamenta o inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição Federal e dá outras providências. O projeto dispõe que a União implementará ações articuladas com Estados e Municípios visando a integração de regiões em desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, regulamentando a Constituição Federal.</p> <p>Distribuição: CDEIC, CAINDR e CCJC</p>	<p>14/12/2004 – Recebido na CAINDR; 14/12/2004 – Designado Relator, Dep. Miguel de Souza; 16/03/2005 – Apresentação do Parecer do Relator, pela aprovação, com Substitutivo; 23/03/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator; 06/04/2005 – Encaminhado à CCJC.</p>

PLC 40/2003 - Wilson Santos	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Mato Grosso / Rondônia e o Programa Especial de Desenvolvimento do Noroeste de Mato Grosso e Cone Sul de Rondônia e dá outras providências. Distribuição: CAINDR, CDEIC, CFT e CCJC	20/05/2004 – Recebido na CAINDR; 14/06/2004 – Designado Relator, Dep. Agnaldo Muniz; 01/06/2005 – Apresentação do Parecer do Relator, pela rejeição; 09/06/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator; 09/06/2005 – Encaminhado à CFT.
PLC 56/2003 - Feu Rosa	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Bacia do Rio Doce e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Bacia do Rio Doce. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	13/04/2004 – Recebido na CAINDR; 06/05/2004 – Designado Relator, Dep. Nilson Mourão; 22/03/2005 – Apresentação do Parecer do Relator, pela rejeição; 01/04/2005 – Reformulação do Parecer do Relator, pela aprovação; 06/04/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator Reformulado; 14/04/2005 – Encaminhado à CFT.
PLP 148/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da PA-150 e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da PA – 150. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	06/04/2004 – Recebido na CAINDR; 01/06/2005 – Designado Relator, Dep. Henrique Afonso; 14/07/2005 – Apresentação do Parecer do Relator, pela aprovação; 03/08/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator; 04/08/2005 – Encaminhado à CFT.
PLP 149/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da BR-222 e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da BR – 222. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	05/04/2004 – Recebido na CAINDR; 01/06/2005 – Designada Relatora, Dep. Ann Pontes; 14/09/2005 – Apresentação do Parecer da Relatora, pela aprovação; 19/10/2005 – Apresentação de Complementação de Voto pela Relatora, pela rejeição; 19/10/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer da Relatora, com Complementação de Voto; 26/10/2005 – Encaminhado à CFT.
PLP 165/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento de Xinguara e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Xinguara. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	30/04/2004 – Recebido na CAINDR; 01/06/2005 – Designado Relator, Dep. Miguel de Souza; 15/08/2005 – Apresentação do Parecer do Relator, pela rejeição; 24/08/2005 – Vista concedida ao Dep. Carlos Souza; 16/11/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator; 17/11/2005 – Encaminhado à CFT
PLP 168/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento de Carajás e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Carajás.	12/05/2004 – Recebido na CAINDR; 01/06/2005 – Designado Relator, Dep. Zico Bronzeado; 18/08/2005 – Apresentação do Parecer do Relator, pela aprovação; 24/08/2005 – Vista concedida ao Dep. Miguel de Souza;

	Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	05/10/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator; 06/10/2005 – Encaminhado à CFT.
PLP 169/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da BR - 230 e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da BR-230. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	12/05/2004 – Recebido na CAINDR; 01/06/2005 – Designado Relator, Dep. Dr. Rodolfo Pereira; 22/06/2005 – Apresentação do Parecer do Relator, pela aprovação; 06/07/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator; 06/07/2005 – Encaminhado à CFT.
PLP 273/2005 - Carlos Souza	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da Rodovia BR-230, no Estado do Amazonas e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da Rodovia BR-230, nesse Estado. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	12/07/2005 – Recebido na CAINDR; 13/07/2005 – Designado Relator, Dep. Coronel Alves; 12/09/2005 – Apresentação do Parecer do Relator, pela aprovação; 05/10/2005 – Aprovado por unanimidade o Parecer do Relator; 06/10/2005 – Encaminhado à CFT.
PLP 274/2005 - Carlos Souza	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da Rodovia BR-319, no Estado do Amazonas, e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da Rodovia BR - 319, nesse Estado. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	12/07/2005 – Recebido na CAINDR; 13/07/2005 – Designado Relator, Dep. Anivaldo Vale; 15/09/2005 – Apresentação do Parecer do Relator, pela rejeição; 05/10/2005 – Vista concedida ao Dep. Lupércio Ramos; 19/10/2005 – Aprovado o Parecer do Relator contra os votos dos Dep. Átila Lins, Carlos Souza e Lupércio Ramos, que apresentou voto sem separado pela aprovação do projeto; 24/10/2005 – Encaminhado à CFT.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de informações obtidas no Sistema de Informações Legislativas-SILEG. Belém (2010).

Novamente, a maioria desses 12 projetos (75%) refere-se à criação de eixos (05 projetos), polos (02 projetos) e região administrativa integrada de desenvolvimento (02 projetos), instituindo Programa Especial de Desenvolvimento para cada um dos municípios ou região enfocada nestas proposições. Além disso, grande parte é de autoria de deputados que, na 52ª Legislatura, foram os que mais elaboraram projetos desse tipo: Zequinha Marinho-PSC/PA, autor de 05 desses 12 projetos, voltados para a PA-150, a BR-222, a BR-230 e os municípios de Xinguará e de Carajás e Carlos Souza-PP/AM, autor do PLP 273/2005 e do PLP 274/2005, voltados para as rodovias BR 230 e BR 319, no estado do Amazonas. Os dois restantes foram apresentados pelos deputados Wilson Santos-PMDB/MT e Feu Rosa-PSDB/ES, propondo a criação das regiões administrativas integradas de Mato Grosso/Rondonia e da Bacia do Rio Doce, respectivamente.

Além desses nove, os outros três projetos vinculados à temática ‘Desenvolvimento’ apreciados em 2005 foram: PL 4240/2004, de Pompeu de Matos-PDT/RS, que estende incentivos fiscais e programas de desenvolvimento regional que beneficiam as áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para a região denominada Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul; o PLC 39/2003, oriundo do Senado, que determina que a União implemente ações articuladas com Estados e Municípios para integrar regiões em desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais; e o PL 1498/2003, do deputado Mário Negromonte-PP/BA, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que “dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF - e dá outras providências”.

É interessante observar que a CODEVASF pautou vários projetos na 52ª Legislatura. O projeto defendido por Mário Negromonte, por exemplo, foi apensado ao PL 5464/2005, do deputado Betinho Rosado (DEM/RN), ambos prevendo incluir na área de jurisdição da companhia municípios do sertão baiano. Neste mesmo sentido, porém incluindo 17 municípios do estado de Minas Gerais, foi apresentado o PL 6.377/2005, de Fernando Diniz (PMDB/MG) Além disso, o PL 761/2003, do deputado Roberto Pessoa (DEM/CE), estabelece que a representação da CODEVASF, no Estado do Ceará, seja instalada no município de Crateús¹¹³. Um assunto que não se refere à Amazônia, mas está vinculado à questão da integração nacional, despertando o interesse de parlamentares de vários estados.

¹¹³ Este projeto foi apreciado em 2005, mas por se restringir a uma medida administrativa, dando nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, achamos mais sensato não o incluir na relação de projetos vinculados à temática ‘Desenvolvimento’.

Apesar da considerável quantidade de projetos referentes à temática ‘Desenvolvimento’ apreciados em 2005, apenas dois chegaram à CCJC: o PLC nº 39/2003, do Senado Federal, que visa orientar a ação articulada entre União, Estados e Municípios para promover o “desenvolvimento econômico sustentável e equilibrado do espaço nacional” e o PL nº 1498/2003, de autoria do deputado Mário Negromonte, que "dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF”, dando outras providências. Este projeto visa alterar a Lei nº 6.088/1974 e ampliar a área de atuação da companhia, incluindo municípios situados nas bacias hidrográficas dos rios Vaza Barris e Itapicuru, no Nordeste.

O Projeto de Lei nº 1498/2003 não teve aprovação de mérito pelo relator da CAINDR, mas foi encaminhado à CCJC para dar prosseguimento ao seu fluxo legislativo. No entanto, como é uma proposição voltada à questão da integração nacional e não especificamente da Amazônia em si, optamos por não incluí-la na análise discursiva que apresentamos a seguir – a qual se resume ao PLC nº 39/2003, de origem do Senado Federal.

Quadro 18 – Análise de Discurso sobre o PLC nº 39/2003
Autoria – Senador Ramez Tebet/ PMDB-MS

O que é projeto	Visa regulamentar o inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição Federal, o qual estabelece que lei complementar disporá sobre as condições para integração de regiões em desenvolvimento. O projeto estabelece o referencial para orientar a ação articulada entre União, Estados e Municípios visando desenvolvimento harmônico e redução das desigualdades regionais através de um programa nacional voltado para o desenvolvimento econômico sustentável e equilibrado do espaço nacional.
Autoria do projeto	Advogado, Professor Universitário, Promotor Público de Três Lagoas (MS), onde também foi Prefeito e Deputado Estadual. Depois, foi Vice-Governador e assumiu o cargo de Governador entre março de 1986 a março de 1987. Foi Superintendente de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e em 1994, foi eleito Senador. Em 2001, Ramez Tebet foi nomeado Ministro da Integração Nacional. Três meses depois, assumiu a Presidência do Senado. Foi reeleito Senador em 2002. Faleceu em 2006.
Elementos da Análise de Discurso identificados no Projeto:	
Marcas ou Pistas deixadas na produção de sentidos, pelo autor, Ramez Tebet, referentes a Desenvolvimento	A União implementará ações articuladas com os Estados e os Municípios, em espaços regionais e sub-regionais, com vistas à integração de regiões em desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Essas ações serão executadas em conformidade com os princípios de sustentabilidade do desenvolvimento, parceria com o setor privado, desenvolvimento de potencialidades locais e vantagens comparativas, crescimento do emprego e da renda locais, incentivos ao desenvolvimento da educação e da ciência e tecnologia, mobilização de recursos humanos e financeiros e cooperação entre as unidades da federação envolvidas.
Marcas ou Pistas deixadas na produção de sentidos, pelo relator da CAINDR, Miguel de Souza, em 2005, referentes a Desenvolvimento (favorável ao mérito com substitutivo)	Para alcançar o almejado desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais, o relator do projeto defende que os planos e programas regionais e setoriais devem considerar: I – os objetivos de desenvolvimento harmônico e desconcentrado dos espaços nacionais; II – o cumprimento dos deveres constitucionais do Estado com a saúde, a educação e a cultura, definidos, respectivamente, nos arts. 196, 208 e 215 da Constituição Federal; III – a erradicação da miséria; IV – a melhoria da infra-estrutura econômica; V – a criação e o aprimoramento de mecanismos creditícios, fiscais e outros, de fomento à atividade econômica regional e à geração de emprego e renda.

Continuação

Regularidade Discursiva	Percebe-se que Integração é a palavra-chave para alcançar o desenvolvimento, uma vez que tanto autor quanto relator defendem a ação articulada entre as três esferas de poder: Federal, Estadual e Municipal. O desenvolvimento seria a solução para a redução das desigualdades sociais. Além disso, viria com o incentivo (inclusive fiscal) às atividades econômicas e melhoria de infra-estrutura.
Sujeito do Enunciado	Em ambos os discursos, o sujeito do enunciado é “aquele que defende o desenvolvimento através de ações articuladas para reduzir as desigualdades regionais”.
Sujeito da Enunciação	A busca pelo desenvolvimento é o elemento de identificação dos enunciadores com os seus pares.
Legitimidade da Fala	Pela sua formação na área de direito e pela sua atuação na SUDECO, o autor mostra certa propriedade ao abordar a questão do desenvolvimento regional e os eixos que norteiam o conceito que tem de desenvolvimento. Tanto este quanto o relator procuram legitimar o projeto também através da Constituição Federal, criando artigos e parágrafos da mesma - recurso muito usado pelos parlamentares.
Dialogismo	Neste projeto, percebe-se que o diálogo acontece com diversos setores e atores, abrangendo representantes da construção civil (infra-estrutura), setores produtivos, agências de crédito, etc.
Lugar de Fala Lugar Produção de sentido	Ambos os discursos têm como lugares de produção de sentidos os seguintes ambientes/atores: a) Defensores do desenvolvimento sustentável; b) Setor privado (especialmente os que trabalham com infra-estrutura); c) Setores produtivos (desenvolvimento de potencialidades locais e fomento às atividades econômicas); d) População em geral (crescimento do emprego e da renda locais); e) Setores da educação e tecnologia (incentivos ao desenvolvimento); f) Agência de fomento e crédito (aprimoramento de mecanismos creditícios, fiscais e outros); g) Estados com um todo (cooperação entre as unidades da federação).

Fonte: Elaborada pela autora. Belém (2009).

Nota: Ressaltamos, mais uma vez, que optamos por manter a fidelidade na redação dos textos transcritos neste trabalho, independente das novas regras da Reforma Ortográfica. Por isso, mantivemos o hífen para a palavra infraestrutura, tal como era escrita na ocasião.

Os argumentos contidos nesse projeto nos levam a constatar que, para os atores envolvidos no mesmo, o desenvolvimento seria a solução para as mazelas e desigualdades regionais. Ao defender o desenvolvimento para as regiões a partir de planos e programas nacionais (para depois deste passo focar determinados locais mais necessitados), o projeto prevê um “desenvolvimento harmônico e desconcentrado dos espaços nacionais” [...] “englobando os órgãos, instrumentos e ações já existentes, voltados para a redução das desigualdades regionais”.

O projeto, cuja apresentação inicial foi feita no Plenário do Senado em 30 de abril de 2003, chegou à Mesa-Diretora da Câmara dos Deputados no dia 19 de maio de 2003, de onde seria distribuído para a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), para a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). No entanto, a partir do requerimento nº 2341/04, da CDU, solicitando que o despacho apostado a esse projeto fosse revisto (para excluir esta comissão e incluir a CAINDR), o projeto voltou à Mesa-Diretora para nova distribuição e chegou à CAINDR no dia 14 de dezembro de 2004, quando foi designado como relator o deputado Miguel de Souza (PL/RO).

Três meses depois, este parlamentar apresenta parecer pela aprovação com substitutivo (determinando que a ação articulada governamental dar-se-á em planos e programas regionais e setoriais, observando as diretrizes, metas e objetivos estabelecidos nos planos plurianuais, como também indicando critérios para a definição das prioridades e alocação dos recursos dos planos e programas regionais e setoriais, como a erradicação da miséria e a melhoria da infraestrutura econômica), que foi aprovado na comissão em 23 de março de 2005.

Após duas semanas, o projeto dá entrada na CCJC, cujo parecer do relator, o deputado Paulo Afonso (PMDB/SC), favorável à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, é apresentado em 10 de novembro de 2005. Trata-se de proposição sujeita à apreciação do Plenário, o que aumenta o tempo de trâmite da matéria. Em março de 2010, foi designado novo relator na CCJC, o deputado Edmar Moreira (PR/MG), e o projeto passou a aguardar outro parecer.

Quanto às proposições apreciadas referentes à temática ‘Sustentabilidade’, é importante esclarecer que no levantamento realizado junto ao Relatório de Atividades de 2005, não foi identificada nenhuma proposição que usasse explicitamente o termo ‘Sustentabilidade’. No entanto, relacionamos os seguintes projetos afins:

- a) **PL nº 2776/2000**, de autoria do deputado Confúcio Moura (PMDB/RO): altera os limites da Floresta Nacional do Bom Futuro, no Estado de Rondônia, excluindo as áreas já ocupadas por agricultores. Distribuição: CAINDR, CAPAD, CMADS e CCJC
- b) **PL nº 2833/2003** - de autoria do deputado Hamilton Casara (PSB/RO): autoriza as populações tradicionais a utilizarem as áreas de várzea e de preservação permanente na Amazônia Legal. Distribuição: CAINDR, CAPADR, CMADS e CCJC
- c) **PL nº 3203/2004** - de autoria do deputado Dr. Rodolfo Pereira (PDT/RR): dispõe sobre a utilização de recursos financeiros de fonte estrangeira aplicados na Amazônia para fins de pesquisa ou preservação da biodiversidade. Distribuição: CEC, CAINDR e CCJC
- d) **PL nº 5739/2005** - de autoria da deputada Janete Capiberibe (PSB/AP): regulamenta a exploração do açaí nativo (*Euterpe oleracea Mart*), exigindo a apresentação do Plano de Manejo Florestal Sustentável para o corte do açaizeiro e de outras espécies do bioma. Distribuição: CAINDR, CMADS e CCJC.

Pode-se dizer que, mesmo que indiretamente, esses projetos são vinculados à temática ‘Sustentabilidade’ à medida que os assuntos ‘biodiversidade’ e ‘preservação’ são abordados quase sempre se relacionando a esta temática. Falar em floresta, ainda que redefinindo os seus limites geográficos e excluindo as suas áreas utilizadas por agricultores, também remete à preservação. Portanto, este assunto, conforme ressaltamos, vem sendo vinculado ao que é sustentável - no sentido de sustentar, manter o que já existe.

3.2.4 ANO 2006 - 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura

No ano de 2006, houve eleições novamente e, mais uma vez, as atividades foram reduzidas na Comissão da Amazônia – ou melhor, no Congresso Nacional como um todo. O número de membros da CAINDR também diminuiu, ficando cinco cadeiras vagas. Assim, no último ano da 52ª Legislatura, esta comissão foi composta por apenas 35 membros, sendo 16 titulares e 19 suplentes¹¹⁴. A distribuição partidária dentre os titulares apresentou-se da seguinte

¹¹⁴ A composição da Mesa-Diretora, nomes e partidos dos membros titulares e suplentes da CAINDR durante a 4ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura está disponível no anexo ‘I’, p. 297.

forma: quatro do PL, três do PMDB, três do PT, um do PSB, um do PCdoB, um do PP, um do PPS, um do DEM (antigo PFL) e um do PSDB – sendo, portanto, o PL o partido com mais representantes dentre os titulares da CAINDR nessa sessão legislativa.

Quanto aos suplentes, a distribuição partidária ficou assim definida: 04 do PMDB (dois do AM, um de RO e um do AP); 03 do PT (dois de RO e um do AC); 03 do PSDB (um de RO e dois do PA); 03 do PL (um de RR, um do PA e um do AC); 02 do PCdoB: 02 (um do PA e um do AM); 01 do PTB (RR); 01 do PDT (RR); 01 do DEM (PI) e 01 do PP (RR). Logo, o PMDB foi o partido com mais suplentes em 2006 (quatro ao todo), seguido pelo PT, PSDB e PL – três cada.

Sobre as unidades federativas, a representação dentre os titulares ocorreu da seguinte forma: três do Acre, três de Rondônia, dois do Pará, dois do Rio de Janeiro, um de Roraima, um do Amazonas, um do Mato Grosso, um do Maranhão, um de São Paulo e um do Rio Grande do Sul. Assim, Acre e Rondônia são os estados amazônicos com maior representatividade, com três membros cada um. Em seguida, vem o Pará com dois titulares. O Rio de Janeiro, que não pertence à região amazônica, também teve dois representantes em 2006 – mais até do que os estados do Amazonas, Roraima e Mato Grosso.

Em relação aos 19 suplentes, quatro são de Roraima (PTB, PL, PP e PDT), quatro de Rondônia (dois do PT, um do PSDB e um do PMDB), quatro do Pará (um do PCdoB, um do PL e dois do PSDB), três do Amazonas (um do PCdoB e dois do PMDB), dois do Acre (um do PT e outro do PL), um do Amapá (PMDB) e um do Piauí (DEM). Ou seja, os estados com maior representação parlamentar dentre os suplentes em 2006 são Roraima, Rondônia e Pará.

Além da redução no número de membros, a CAINDR também registrou uma redução no número de proposições, reuniões e eventos durante o exercício de 2006. Até a iniciativa para criar subcomissões foi reduzida: foram apresentados apenas dois requerimentos, o de nº 07/2006, do deputado Hamilton Casara, e o de nº 16/2006, da deputada Vanessa Grazziotin, para tratar, respectivamente, dos assuntos pertinentes ao desenvolvimento sustentável na Amazônia e para acompanhar os empreendimentos para o setor energético na região amazônica. Ambos os requerimentos foram aprovados, mas nenhuma das duas subcomissões foi instalada.

3.2.4.1 Eventos e Reuniões em 2006

No último ano da 52ª Legislatura, foram realizados apenas três eventos - todos na categoria mesa-redonda. Mesmo tendo sido poucos, esses eventos foram importantes por proporcionarem a discussão sobre a Amazônia, novamente, em capitais desta região. Os debates aconteceram duas vezes em Rondônia e uma vez em Mato Grosso, todos no primeiro semestre.

Em Porto Velho/RO, esses debates foram realizados nos dias 04 e 05 de maio, discutindo, respectivamente, os seguintes temas: execução do um acordo de cooperação entre os Governos Federal e Estadual para adequação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico em Rondônia o papel da CAINDR no Parlamento Brasileiro: uma Agenda para a Integração e o Desenvolvimento Regional. Em Mato Grosso, a mesa redonda foi realizada na cidade de Tangará da Serra, no dia 08 de junho, onde os deputados, além de falarem novamente sobre o papel da CAINDR, discutiram a questão da agroenergia e agroindústria da Amazônia e o seu desenvolvimento.

Em 2006, foram realizadas apenas sete reuniões de audiências públicas e 15 reuniões ordinárias deliberativas, já contando com a reunião de instalação e eleição da Mesa. Ainda assim, a discussão na CAINDR abrangeu diversas temáticas, como desenvolvimento sustentável, combustível, aproveitamento e proteção de florestas, potencialidades de negócios na Amazônia, o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal e assuntos também debatidos em mesa redonda, como agroenergia e agroindústria.

Além disso, a CAINDR debateu a nacionalização do gás boliviano e seus impactos no Brasil, a situação do Brasil junto à iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana-IIRSA (outro tema recorrente na comissão), a criação do Polo Geoeconômico e Social do Nordeste e Centro-oeste, a implantação dos gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus e o projeto de instalação do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, dentre outros. As informações sobre esses e outros debates, detalhando datas, temas e convidados, estão organizadas no quadro intitulado 'Reuniões realizadas na CAINDR em 2006', apresentado como anexo 'J', disponível na página 298 deste trabalho.

3.2.4.2 Audiências Públicas em 2006

Nas audiências públicas, a CAINDR abordou, novamente, a implantação dos gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus – assunto já discutido anteriormente pela mesma Legislatura. Além disso, discutiu o projeto de instalação do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, enfocando, inclusive, seus entraves ambientais e outros temas. Ao todo, foram feitas apenas sete reuniões de audiência pública e, dentre as autoridades presentes, estiveram o Ministro de Estado de Minas e Energia, Silas Rondeau, o Ministro de Estado de Turismo, Walfrido Guia, além de embaixadores, secretários, diretores e outros convidados.

Dessas sete reuniões, a audiência pública que teve o maior número de solicitantes abordou a “Nacionalização do gás boliviano e seus impactos no Brasil”, no dia 16 de maio de 2006. Foi realizada com outras quatro comissões: Comissão de Minas e Energia (CME), Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFT) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) e resultou de dezoito requerimentos – todos de 2006. Além desta audiência, outras duas foram realizadas em conjunto com a CME: uma para discutir o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira e outra para debater a implantação dos gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus.

Na verificação dos temas de cada audiência pública, constatamos que não houve nenhum assunto que usasse diretamente os termos ‘Sustentabilidade’ e ‘Desenvolvimento’, mas, de certa forma, as abordagens podem ser consideradas, mesmo que indiretamente, relacionadas ao tema Desenvolvimento quando se vincula o seu conceito à infraestrutura e grandes projetos. Como exemplo, pode-se citar aquelas discussões sobre os gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus e o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, além da integração através da IIRSA. Ao referir-se às audiências públicas na apresentação do Relatório de Atividades de 2006, o então presidente da CAINDR, Miguel de Souza, ressalta:

As audiências públicas foram fundamentais para o desenvolvimento dos nossos trabalhos, pois promoveram a contribuição de outros poderes, bem como da sociedade civil, na discussão dos temas relacionados à implementação de políticas públicas voltadas para a região amazônica¹¹⁵.

Apesar do deputado Miguel de Souza ressaltar a contribuição de outros poderes e da sociedade civil na discussão sobre as temáticas abordadas, o quadro seguinte nos mostra que a

¹¹⁵ Depoimento de Miguel de Souza extraído da apresentação do Relatório de Atividades 2006 da CAINDR, p. 3

participação da sociedade civil nas audiências públicas restringe-se a representantes de certas entidades e empresas ligadas à indústria e ao setor de energia e de combustível, como o Comitê da Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (COMDEFESA-FIESP), a Associação dos Produtores de Energia Elétrica (APINE), a Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica (CBIEE), a Manaus Energia, as Centrais Elétricas de Rondônia e a Transportadora Amazonense de Gás (TAG), dentre outros exemplos.

Na audiência sobre a IIRSA, cuja iniciativa é do próprio Miguel de Souza, os convidados falam em nome da Secretaria de Política Nacional de Transportes, da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Subsecretaria-geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores. Ou seja, representantes do poder executivo debatendo para representantes do poder legislativo – uma discussão sobre um assunto que interessa a toda a sociedade, especialmente porque o projeto da IIRSA afeta territórios indígenas, reservas ambientais e ameaça a biodiversidade amazônica ao longo de vários países. Portanto, os convidados para as audiências realizadas pela CAINDR em 2006 foram, em sua grande maioria, representantes de ministérios, empresas estatais e agências reguladoras, ou seja, órgãos de governo.

Como já foi dito, a participação de representantes de entidades não pertencentes ao governo restringiu-se a empresários do setor cujo tema estava em debate, como o setor de combustível, de energia ou de transporte, mas não houve a participação de representantes de outras classes sociais atingidas pelos projetos em discussão, como também não se ouviu o parecer de pesquisadores do setor, de universidade e ONG'S, como se pode verificar no quadro a seguir - um cenário indicador da unilateralidade das vozes que ecoaram nas audiências públicas realizadas na CAINDR no ano de 2006.

Quadro 19 – Audiências Públicas realizadas em 2006

Data	Pauta	Convidados	Nº e Autor do Requerimento
04/04/2006	Valor do combustível vendido às termoeletricas na região	- Sr. Marco Antônio de Oliveira Villela – Gerente de Vendas ao Consumidor – Manaus da PETROBRAS; Valter Luiz Cardeal de Souza, Diretor de Engenharia da Eletrobras; Victor Hugo da Silva Rosa – Técnico da Superintendência de Fiscalização da Geração da Agência Nacional de Energia – ANEEL; Astrogildo Quental – Diretor Financeiro da Eletronorte; Willamy Moreira Frota – Presidente da Manaus Energia.	01/2006 - Dep. Vanessa Gazziotin
25/04/2006	Implantação dos gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus.	- Sr. João José de Nora Souto – Secretário Adjunto de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério das Minas e Energia; Sra. Ana Beatriz Stepple da Silva Barros – Superintendente Adjunta da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Sr. Rui Guilherme Altieri Silva – Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia elétrica – ANEEL; Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior – Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. Paulo de Andrade Lima Filho – Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia Rondoniense de Gás S.A - RONGÁS; - Sr. Sven Wollf – Diretor-Presidente da TNG Participações LTda; Sra. Nádia Cristina Ferreira – Secretária Executiva de Compensação Ambiental da Companhia de Gás do Estado do Amazonas - CIGÁS; Sr. Rafael Schettini Frazão – Gerente Executivo de Gás e Energia Corporativo da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras; Sr. Gésio Rangel de Andrade – Presidente da Transportadora Amazonense de Gás – TAG; Sr. Valter Luiz Cardeal de Souza – Diretor de Engenharia das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS; Sr. Astrogildo Graguglia Quental – Diretor Econômico-Financeiro das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – ELETRONORTE; Sr. Manoel Aguinaldo Guimarães – Diretor-Presidente das Centrais Elétricas de Rondônia S.A - CERON; Willamy Moreira Frota – Presidente da Manaus Energia.	98/2005 - Dep. Miguel de Souza (CAINDR); 93/2005 – Dep. Vanessa Grazziotin (CAINDR); 303/2005 – Dep. Eduardo Valverde (CME); 21/2006 - Deps. Miguel de Souza e Vanessa Grazziotin (CAINDR).
09/05/2006	Projeto de instalação do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, seu cronograma de instalação e os entraves ambientais existentes.	- Sr. Márcio Pereira Zimmerman – Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia; Sr. Luciano Nobre Varella – Chefe do Departamento de Engenharia de Geração das Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS; Sr. Cláudio j. B. Sales – Presidente da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica – CBIEE; Sr. Luiz Fernando Vianna – Presidente da Associação dos Produtores de Energia Elétrica – APINE; Sra Moema Sá – Diretora de Projetos da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Luiz Felipe Kunz Júnior – Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. Amilton Geraldo – Superintendente de Gestão e Estudos Hidroenergéticos da ANEEL; Sr. Ricardo Cavalcanti Furtado – Superintendente de Meio Ambiente da Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE; Sr. Martinho Cândido dos Santos - Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; Sr. Carlos Raimundo Nascimento – Presidente das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte; Sr. Antônio de Pádua Guimarães – Superintendente de Empreendimentos de Geração de Furnas Centrais Elétricas S/A.	18/2006 - Dep. Miguel de Souza (CAINDR); 341/2006 – Dep. Miguel de Souza (CME); 329/2006 – Dep. Eduardo Valverde (CME).

16/05/2006	Potencialidades de negócios na Amazônia.	Sra. Flávia Skrobot Barbosa Grosso – Superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; Sr. Raimar da Silva Aguiar – Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM; Sr. João Ronaldo Melo Mota – Diretor Executivo do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas – CIEAM; Sr. Antônio Ivaldo Bezerra da Silva – Coordenador da Área de Acesso a Serviços Financeiros do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AM; Sra. Oreni Campelo Braga da Silva – Diretora-Presidente da Empresa Estadual de Turismo da Amazônia.	14/2006 - Dep. Vanessa Grazziotin.
16/05/2006	Nacionalização do gás boliviano e seus impactos no Brasil.	Sr. Silas Rondeau – Ministro de Estado de Minas e Energia; Sr. Embaixador José Eduardo Martins Felício – Subsecretário-Geral da América do Sul; SR. Maurício Teixeira da Costa – Chefe de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo – Presidente da PETROBRAS. OBS: Também foram apresentados os seguintes requerimentos solicitando esta reunião: 178/2006 – Dep. Isaías Silvestre (CFFC); 098/2005, 099/2005 e 190/2006 – dep. Nilson Mourão (CREDN); 102/2005 e 183/2006 – dep. Luiz Carlos Haully (CREDN); 191/2006 – Dep. Maninha (CREDN); 194/2006, 195/2006 e 196/2006 – Dep. Antônio Carlos Pannunzio (CREDN) e 33/2006 – Dep. Vanessa Grazziotin (CAINDR).	08/2006 - Dep. Osório Adriano (CDEIC); 346/2006 – Dep. Pastor Reinaldo (CME); 348/2006, 349/2006 e 350/2006 - Dep. Paulo Feijó (CME); 352/2006 – Dep. Marcus Vicente (CME); 353/2006 – Dep. Mauro Passos (CME);
23/05/2006	Programas desenvolvidos pelo Governo Federal relativos ao turismo na Amazônia.	Sr. Walfrido dos Mares Guia – Ministro de Estado de Turismo; Sra. Muriel Saragoussi – Secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Fernando de Arruda Botelho – Membro do Comitê da Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – COMDEFESA – FIESP.	02/2006 - Dep. Maria Helena e Ann Pontes
30/05/2006	Atual situação do Brasil junto à IIRSA.	Sr. Francisco Luiz Baptista Costa – Diretor do Departamento de Planejamento e Avaliação da Política de Transportes da Secretaria de Política Nacional de Transportes; Sr. Ariel Cecílio Garces Pares – Secretário de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. José Eduardo M. Felício – Subsecretário-geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.	19/2006 - Dep. Miguel de Souza.

Fonte: Elaborada pela autora com dados obtidos junto ao Relatório de Atividades 2006 da CAINDR. Belém (2010).

3.2.4.3 Proposições Apreciadas e em Tramitação em 2006

Durante todo o ano de 2006, tramitaram 93 projetos e 19 foram apreciados. Também foram apreciados 59 requerimentos, o que representa um desempenho muito aquém do que se viu em 2004, outro ano prejudicado pelo pleito eleitoral. O primeiro requerimento de 2006 foi apresentado no dia 22 de fevereiro (data de abertura da 4ª Sessão Legislativa) pela deputada Vanessa Grazziotin, que no decorrer do ano protocolou 12 requerimentos (sendo quatro em conjunto com outros parlamentares) daquele total de 59 requerimentos – ou seja, cerca de 20%. O então presidente da comissão, deputado Miguel de Souza, foi responsável por mais 20% deste total.

Dos doze requerimentos apresentados por Miguel de Souza, cinco foram feitos em parceria com outros parlamentares, inclusive com as deputadas Vanessa Grazziotin e Maria Helena. Esta, por sua vez, protocolou cinco requerimentos – o mesmo número apresentado pela deputada Perpétua Almeida, dos quais dois foram feitos em parceria com Grazziotin, e pela deputada Ann Pontes, que apresentou três em parceria com outros parlamentares.

Já o deputado Eduardo Valverde apresentou quatro requerimentos, um deles conjuntamente com Vanessa Grazziotin, Miguel de Souza e Lupércio Ramos – este foi autor de apenas mais um requerimento durante todo o ano de 2006. O deputado Carlos Souza apresentou três requerimentos, todos individualmente. O primeiro vice-presidente da comissão, Wellington Fagundes, foi autor de três requerimentos, sendo um em conjunto com as deputadas Socorro Gomes, Ann Pontes e Thaís Barbosa (único requerimento desta deputada em todo o ano) e com o deputado José Divino que, aliás, não consta na relação de membros da comissão, mas participa das atividades. Nesta situação de não-membro da comissão estão os parlamentares Romeu Queiroz e Carlos Abicalil, que apresentaram a mesma quantidade de requerimentos que Hamilton Casara e Henrique Afonso - dois requerimentos, cada.

No grupo de parlamentares que apresentaram apenas um requerimento durante todo o ano de 2006, além da já citada Thaís Barbosa, constam: Gervásio Oliveira, Suely Campos, Asdrúbal Bentes (cujo único requerimento nesta sessão legislativa ainda foi apresentado em conjunto com outros deputados) e Zequinha Marinho – sendo que estes dois últimos também

não aparecem compondo a CAINDR em 2006, mas fazem as suas requisições¹¹⁶. Esses números demonstram a frágil participação de muitos parlamentares na comissão, uma vez que a CAINDR se configura muito mais como uma comissão de requerimentos do que de apreciação de projetos em si, como se pode constatar no demonstrativo anual que apresentamos no quadro 21, exposto mais adiante.

É interessante observar como a maioria das solicitações parte de iniciativa de apenas dois parlamentares, considerando-se que Miguel de Souza e Vanessa Grazziotin assinam 40% dos requerimentos, mesmo que alguns sejam em conjunto com outros deputados. A concentração de 2/5 dos pedidos nas mãos de somente dois dos 35 deputados da 4ª Sessão Legislativa chama a atenção, principalmente por ser mais um indicador de que os setores e agentes sociais representados na comissão podem ser sempre os mesmos.

Outro fator que precisa ser considerado é que a maioria dos requerimentos refere-se à realização de audiências públicas – 24 requerimentos, o que representa, aproximadamente, 41% do total de 59 documentos. Nesse palco de debates, cujo espaço deveria abrigar distintas correntes de pensamentos, opiniões e ideias, os discursos acabaram ecoando as vozes de determinadas classes sociais e econômicas. Basta um olhar mais atento sobre o quadro 19 com a lista das audiências públicas realizadas em 2006 para constatar a falta de diversidade nos setores representados nestas reuniões.

Dos 24 pedidos de audiência pública, 23 foram aprovados e apenas um não chegou a ser votado, mas ficou pronto para pauta. No entanto, apenas sete audiências públicas foram realizadas em 2006, ou seja, menos de 1/3 das solicitações. O segundo pedido mais frequente foi a retirada de projetos da pauta e posteriormente, a inclusão de requerimento na ordem do dia ou extrapauta - com sete e seis pedidos, respectivamente. Também foram apresentados seis requerimentos pedindo a realização de eventos, cinco pedindo o envio de indicação e/ou informação, três solicitando o envio de convite para proferir palestra ou expor sobre determinados assuntos e três solicitando debates. Dos restantes, dois referem-se à criação de subcomissões, um pede esclarecimentos, outro sugere homenagem e o outro, interseção. Do total de 59 requerimentos, seis tratam sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

A natureza e a quantidade dos requerimentos apresentados em 2006 também podem ser conferidas no anexo 'C', que apresenta o quadro geral de cada Sessão Legislativa da 52ª Legislatura da CAINDR, conforme já informado anteriormente.

¹¹⁶ Segundo o art.50 § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o deputado poderá participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de qualquer Comissão de que não seja membro. No entanto, Carlos Abicalil, mesmo não constando na relação de membros, atuou até mesmo como relator de projetos.

Dentre os 93 projetos em tramitação, destacamos a solicitação de plebiscitos para a criação do Território Federal do Marajó, do Estado do Rio Doce, do Estado do Mato Grosso do Norte e para a divisão do Estado do Rio de Janeiro, como também a questão energética, bastante presente durante toda a 52ª Legislatura na CAINDR. Destas proposições referentes aos plebiscitos, as duas primeiras ficaram prontas para pauta e as duas últimas ficaram aguardando parecer.

Também ficou pronto para a pauta, o PFC 62/2001, da deputada Vanessa Grazziotin, que pede a fiscalização da implementação das obras das eclusas e da segunda etapa da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Depois de anos em tramitação, o projeto entrou na pauta da reunião do dia 28 de fevereiro de 2007, mas foi retirado pelo relator. Sobre questões energéticas, também ficaram prontos para a pauta em 2006: o PL nº 4047/2004, que dispõe sobre o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) e o PL 4049/2004, que dispõe sobre a compensação de parcela do custo de serviço de distribuição de energia elétrica às concessionárias situadas na Região Norte que são atendidas pelos sistemas isolados, ambos do deputado Miguel de Souza, além do PL 6176/2005, que cria o Programa de Financiamento de Geração de Energia (ENERGER), para consumidores residenciais e rurais localizados na Amazônia, de autoria do deputado Carlos Souza.

Quanto aos projetos apreciados, oito abordaram a temática 'Desenvolvimento', um abordou a temática 'Sustentabilidade', seis dispõem da realização de plebiscito para a criação de novos estados e territórios, um dispõe sobre o uso de recursos financeiros provenientes da aplicação de multas pelo IBAMA na Amazônia Legal, um trata de regulamentação de artigo constitucional, um aborda alteração de limites da Floresta Nacional de Roraima e o último institui normas de segurança contra incêndios na região. Deste total de 19 projetos apreciados, os oito projetos que tratam de Desenvolvimento são apresentados a seguir.

Quadro 20 – Proposições Apreciadas em 2006: “Desenvolvimento”

Proposição/ Autoria	Ementa	Andamento/Situação
PLP 150/2004 - Zequinha Marinho	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da PA-279 e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da PA 279. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	05/04/04 – recebido pela CAINDR 01/06/2005 - designado Relator, Dep. Davi Alcolumbre (PFL/AP) 13/09/2005 - apresentação do PRL 1 na CAINDR, pelo Dep. Davi Alcolumbre, pela aprovação 22/02/2006 - aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Zico Bronzeado e Ann Pontes 23/02/2006 - encaminhado à CFT
PLP 272/2005 - Carlos Souza	Autoriza o Poder Executivo a criar o Eixo de Desenvolvimento da Rodovia BR-307, no Estado do Amazonas, e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado da Rodovia BR 307, nesse Estado. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	12/07/2005 - recebimento pela CAINDR 13/07/2005 - designado Relator, Dep. Gervásio Oliveira 19/09/2005 - apresentação do parecer pela aprovação 16/11/2005 - vista ao Dep. Henrique Afonso 17/11/2005 - devolução de vista (Dep. Henrique Afonso) 05/04/2006 - aprovado por unanimidade o parecer 06/04/2006 - encaminhado à CFT
PLP 308/2005 - Carlos Souza	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Manaus e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Manaus. Distribuição: CTD, CAINDR, CFT e CCJC	15/12/2005 - recebimento pela CAINDR 20/12/2005 - designado Relator, Dep. Zico Bronzeado 07/03/2006 - apresentação do PRL 1 CAINDR, pelo Dep. Zico Bronzeado, pela aprovação 05/04/2006 - aprovado por unanimidade o parecer 06/04/2006 - encaminhado à CFT
PLP 312/2005 - Fernando de Fabinho	Autoriza o Poder Executivo a criar os Eixos de Desenvolvimento da BR 324 e da BR116 e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento das BR 324 e da BR116. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	30/11/2005 - recebimento pela CAINDR 07/12/2005 - designado Relator, Dep. Miguel de Souza 09/03/2006 - apresentação do PRL 1 CAINDR, pelo Dep. Miguel de Souza, pela aprovação 05/04/2006 - aprovado por unanimidade o parecer 06/04/2006 - encaminhado à CFT
PLP 253/2005 - João Lyra	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Xingó e o Programa Especial de Desenvolvimento do Xingó e dá outras providências. Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC	07/06/2005 - recebimento pela CAINDR 08/06/2005 - designado Relator, Dep. Carlos Abicalil 14/09/2005 – apresentação do parecer pela rejeição 21/09/2005 - vista ao Dep. Severiano Alves 05/10/2005 - retirado de pauta em virtude da aprovação do Req. n° 87/2005, do Dep. Coronel Alves 19/10/2005 - retirado de pauta em virtude da aprovação do Req. n° 94/2005, do Dep. Carlos Abicalil 16/11/2005 - devolvido ao Relator, Dep. Carlos Abicalil

		<p>10/03/2006 - parecer do Relator, Dep. Carlos Abicalil (PT/MT), pela rejeição</p> <p>05/04/2006 - retirada do Parecer pelo Relator</p> <p>06/04/2006 - designado Relator, Dep. Carlos Souza (PP/AM)</p> <p>24/05/2006 - apresentação do PRL 1 na CAINDR, pelo Dep. Carlos Souza</p> <p>24/05/2006 - parecer do Relator, Dep. Carlos Souza (PP-AM), pela aprovação, com emendas</p> <p>21/06/2006 - aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Eduardo Valverde</p> <p>22/06/2006 - encaminhado à CFT</p>
PL 314/2003 - Sandro Mabel	<p>Dispõe sobre as Diretrizes e Instrumentos da Política de Desenvolvimento do Centro-Oeste, cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FUNDOESTE e a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - ADCO e dá outras providências.</p> <p>Distribuição: CDEIC, CAINDR, CFT E CCJC</p>	<p>01/09/2005 - recebimento pela CAINDR</p> <p>01/09/2005 - designado Relator, Dep. Severiano Alves</p> <p>12/09/2005 – encerrado o prazo para emendas ao projeto; não foram apresentadas emendas</p> <p>20/12/2005 - apresentação do parecer do Relator, Dep. Severiano Alves (PDT/BA), pela aprovação deste, e do Substitutivo 1 da CDEIC</p> <p>08/03/2006 - vista ao Dep. Zico Bronzeado</p> <p>05/04/2006 - retirada do Parecer pelo Relator</p> <p>12/04/2006 - designada Relatora, Dep. Maria Helena (PSB/RR)</p> <p>17/07/2006 - apresentação do parecer da Relatora, Dep. Maria Helena (PSB/RR), pela aprovação deste, e do Substitutivo 1 da CDEIC, com emendas</p> <p>29/11/2006 - aprovado o Parecer</p> <p>29/11/2006 - encaminhado à CFT</p>
PLP 190/2004 - Zequinha Marinho	<p>Cria o Polo de Desenvolvimento Turístico do Arquipélago de Marajó e dá outras providências.</p> <p>Distribuição: CAINDR, CTD, CFT e CCJC</p>	<p>23/07/2004 - recebido pela CAINDR</p> <p>01/06/2005 - designado Relator, Dep. Severiano Alves</p> <p>31/08/2005 - apresentação do parecer pela rejeição</p> <p>31/08/2005 - parecer do Relator, Dep. Severiano Alves (PDT/BA), pela rejeição</p> <p>08/03/2006 - aprovado por unanimidade o Parecer</p> <p>08/03/2006 - encaminhado à CTD</p>
PLP 158/2004 - Zequinha Marinho	<p>Autoriza o Poder Executivo a criar o Polo de Desenvolvimento de Araguaia e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento Integrado de Araguaia.</p> <p>Distribuição: CAINDR, CFT e CCJC</p>	<p>22/04/2004 - recebido pela CAINDR</p> <p>01/06/2005 - designado Relator, Dep. Júnior Betão</p> <p>06/10/2005 - apresentação do parecer pela aprovação</p> <p>05/04/2006 - aprovado por unanimidade o parecer</p> <p>06/04/2006 - encaminhado à CFT</p>

Fonte: Elaborada pela autora com informações obtidas junto ao Relatório de Atividades 2006 da CAINDR. Belém (2010).

Como se pode verificar, daquela relação de onze projetos vinculados à temática ‘Desenvolvimento’ que estavam em regime de tramitação no ano de 2005, os três que não foram apreciados em 2006 foram: PL n° 6377/2005, de Fernando Diniz, que trata da ampliação da área de atuação da CODEVASF, o PLP n° 152/2004 e PLP n° 266/2005, ambos de Zequinha Marinho tratando da criação de polos de desenvolvimento de Redenção e Tucuruí, respectivamente. Dos oito apreciados em 2006, com exceção do PL n° 314/2003, de Sandro Mabel, que dispõe sobre Fundo, Agência e Política de Desenvolvimento do Centro-Oeste, todos os outros tratam da criação de eixos, polos e região integrada de desenvolvimento, como já vimos antes. Com exceção, ainda, do PLP n° 190/2004, que versa sobre a criação do Polo de Desenvolvimento Turístico do Arquipélago de Marajó, todos foram aprovados por seus relatores.

Chama a atenção também o andamento do PLP n° 253/2005, marcado por “idas e vindas”. De autoria do deputado João Lyra-PTB/AL, este projeto versa sobre a criação da Região Integrada e do Programa Especial de Desenvolvimento do Xingó. Após ter sido rejeitado pelo seu relator Carlos Abicalil-PT/MT, recebeu vistas do deputado Severiano Alves-PDT/BA e voltou para o relator, que emitiu novamente parecer pela rejeição. No entanto, o parecer foi retirado pelo próprio relator no dia 05 de abril de 2006. No dia seguinte, Carlos Souza-PP/AM foi designado relator do projeto. Este parlamentar apresentou parecer pela aprovação, com emendas, o qual foi aprovado pela CAINDR contra o voto do deputado Eduardo Valverde-PT/RO. Foi encaminhado para a CFT no dia 22 de junho de 2006.

Observando-se o andamento dessas oito proposições referentes à temática ‘Desenvolvimento’ apreciadas no exercício de 2006, constata-se que nenhuma chegou à CCJC, critério adotado em nossa pesquisa para fazermos a Análise de Discurso em si. No entanto, ressaltamos que a recorrência de projetos propondo plebiscitos para criar novos territórios e estados ou para criar eixos, polos, programas e regiões integradas de desenvolvimento, como também a de projetos referentes às questões energéticas indicam que a última sessão legislativa da 52^a Legislatura reforçou práticas discursivas já identificadas nas demais sessões. Inclusive, no caso das proposições voltadas para a criação de Eixos, Polos, Programas e Regiões Integradas de Desenvolvimento, ressaltamos que, até mesmo por serem elaboradas, na maioria das vezes, pelos mesmos autores, apresentam argumentos e conceitos muito semelhantes, propondo um desenvolvimento estimulado por linhas de crédito e voltado para o crescimento econômico a partir do incentivo a determinadas atividades produtivas.

A tendência ao desenvolvimentismo é tão explícita na CAINDR que até mesmo quando as propostas referem-se à sustentabilidade, seus membros acabam priorizando o crescimento econômico. Basta lembrarmos os projetos que propõem rever limites florestais (reduzindo área), transformar unidade de conservação em parque para estimular o ecoturismo, utilizar áreas de várzea e de preservação permanente para atividades extrativistas, etc. É claro que também existem proposições favoráveis à preservação do meio ambiente e ações que envolvem a sociedade civil para ampliar e diversificar o debate sobre determinadas temáticas, como no caso das questões indígenas. No entanto, infelizmente, isto não se configura em uma tendência na CAINDR, pois esse cenário representa uma exceção e não uma regra na rotina da comissão.

Em todos esses anos de pesquisa, a nossa análise debruçou-se em quatro sessões legislativas e mais de mil documentos e proposições. Deparamo-nos com muita informação, muitos debates e discursos nesse fórum, identificamos os seus membros e os segmentos sociais representados por estes atores. Ao todo, 96 parlamentares atuaram como membros da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional durante 52ª Legislatura. Neste período, eles apresentaram, discutiram, questionaram e/ou aprovaram diversas ações, votaram 402 requerimentos, realizaram 69 audiências públicas, 77 reuniões deliberativas (ordinárias ou extraordinárias), 38 eventos entre seminários, mesas-redondas e outros debates. Apreciaram também 72 projetos, o que representa menos de um projeto apreciado para cada deputado. Esta apreciação torna-se, ainda, mais reduzida diante do grande volume de projetos em tramitação: 406 em quatro anos¹¹⁷.

No quadro a seguir, apresentamos um demonstrativo das ações realizadas em cada sessão legislativa, o que possibilita comparar as atividades ano a ano.

¹¹⁷ Tramitaram 88 projetos em 2003, 123 em 2004, 102 em 2005 e 93 em 2006. Porém, é importante ressaltar que o total de 406 projetos não corresponde, exatamente, ao número real, uma vez que alguns projetos passam de um ano para o outro, repetindo-se nesta totalidade. Por outro lado, também é necessário esclarecer que, mesmo descartando-se os projetos que se repetem, o volume de proposições em tramitação ainda é grande comparado ao de proposições apreciadas – pelo menos 400% a mais.

Quadro 21 - Demonstrativo Anual: Proposições, Reuniões e Eventos realizados na 52ª Legislatura

Projetos Tramitando				Projetos Apreciados				Requerimentos				Audiências Públicas				Reuniões Ordinárias				Eventos			
2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
88	123	102	93	8	10	35	19	119	123	101	59	29	11	22	7	23	15	24	15	17	5	11	5
Total: 406				Total: 72				Total: 402				Total: 69				Total: 77				Total: 38			

Fonte: Elaborada pela autora a partir do levantamento de dados junto aos Relatórios de Atividades da CAINDR. Belém (2010).

Como se pode observar no quadro apresentado, o fluxo de requerimentos (402 ao todo) também é significativamente maior do que a quantidade de projetos apreciados, reforçando a natureza da Comissão da Amazônia de se voltar mais para as questões internas do que para a aprovação de projetos em si. Dos quatro anos da 52ª Legislatura, foi em 2004 que se registrou o maior número de requerimentos (123), como também de projetos em regime de tramitação (123). Quanto mais projetos em regime de tramitação, menos em apreciação. Esta lógica se confirmou em 2004, quando houve apenas dez projetos apreciados, mas não prevaleceu em 2003, como indica o quadro: foi no ano de 2003 que houve a menor quantidade de projetos, tanto em apreciação quanto em tramitação: 8 e 88, respectivamente.

Outra ‘lógica’ que se pode perceber na análise desses dados é em relação à queda na produtividade dos membros quando se trata de ano eleitoral: tanto em 2004 quanto em 2006, é visível a redução em quase todas as atividades presenciais. Comparando-se os números, constata-se que o pior desempenho foi registrado em 2006, quando houve apenas 07 audiências públicas, 15 reuniões ordinárias e 05 eventos. A apreciação de projetos, apesar de ter sido maior em relação aos anos de 2003 e 2004, representou em 2006 uma queda de quase 55% se comparado ao ano de 2005.

A apreciação de projetos e requerimentos é feita nas reuniões deliberativas ordinárias, que na CAINDR acontecem sempre às quartas-feiras pela manhã. As audiências públicas, geralmente, também ocorrem na quarta-feira (à tarde), mas podem ser realizadas em regime extraordinário. As audiências públicas costumam chamar bastante a atenção porque representam um momento em que os embates discursivos têm muito mais espaço do que nas reuniões ordinárias em si. E quando a mídia se faz presente nessas audiências, o espetáculo fica ainda mais explícito, atendendo ao princípio da seleção que norteia o campo midiático a partir do critério do sensacional – especialmente se o veículo em questão for a televisão, cuja tela, segundo Bourdieu (1997, p. 17), tornou-se hoje uma espécie de espelho de Narciso, um lugar de exibição narcísica.

Em sua famosa e polêmica crítica à televisão, Bourdieu (1997) diz que a TV convida à dramatização, no duplo sentido: coloca em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade e o caráter dramático. Além disso, faz o mesmo com as palavras, buscando construir um jogo de palavras extraordinárias. Portanto, quanto mais sensacional o fato, mais atraente para a mídia. Por isso, quando as audiências públicas acontecem com o acompanhamento de profissionais da mídia, os parlamentares questionam, criticam e até acusam os seus convidados, cobrando-lhes providências para as problemáticas

pautadas nas audiências. Talvez essa postura faça parte da missão fiscalizadora delegada constitucional e regimentalmente às comissões, mas com certeza também faz parte do espetáculo que movimenta o campo político.

Uma vez que as audiências são presenciadas por atores da mídia, esse espetáculo ganha força. Muitos deputados não prestam atenção ao que dizem seus convidados, incomodando com suas conversas paralelas ao telefone ou diretamente com seus assessores. Enquanto os convidados falam, alguns deputados acessam a internet e outros até dormem – situações que presenciamos, inclusive, na audiência realizada no dia 20 de março de 2007 sobre o Relatório de Situação, apresentado pelo Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAM). Explicitamente, muitos deputados não fazem questão de ouvir, querem apenas falar e garantir o seu espetáculo. Alguns chegam até a ser indelicados ou grosseiros com os seus convidados, agredindo-os verbalmente – no caso desta audiência, houve quem acusasse os responsáveis pelo relatório de ‘xenofóbicos’.

Presenciando outras reuniões e atividades realizadas pela CAINDR durante nosso trabalho de campo, pode-se dizer que, no geral, os deputados cobram soluções, mas poucas vezes chegam a tomar alguma providência, criticam o governo, mas dificilmente assumem sua responsabilidade. A maioria desses atores não se assume como membro de uma instituição que faz parte do Estado, falando do Governo como uma instituição distante e como se suas ações não atingissem diretamente ao mesmo.

A responsabilidade dos parlamentares é lembrada pela então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que em seu discurso durante a sessão solene pela Campanha da Fraternidade de 2007¹¹⁸ ressaltou que “esta casa tem grande responsabilidade na sustentação

¹¹⁸ Com o tema “Fraternidade e Amazônia – vida de missão neste chão”, a campanha promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) provocou algumas ações na CAINDR em 2007. Na reunião ordinária do dia 28 de fevereiro, a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) apresentou o requerimento nº 10/07, propondo a “criação de uma subcomissão destinada a acompanhar e discutir as ações referentes ao tema da Campanha”. O referido documento foi retirado pela própria autora que, na reunião do dia 07 de março, defendeu o requerimento nº 34/07 solicitando “realização de audiência pública para discutir e debater as ações referentes ao tema da Campanha”. Este requerimento foi aprovado por unanimidade. Ainda no mês de março, foi realizada uma Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados em função da campanha. Convém ressaltar que, provavelmente, não foi apenas o tema da campanha que atraiu a atenção dos parlamentares, mas a crítica da CNBB quanto à omissão dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo em relação à região. Através do Texto-Base da campanha divulgado à imprensa, a CNBB denuncia o descaso com a vida e chama a atenção para ‘a irresponsável e impiedosa destruição dos recursos naturais dessa Região’, abordando alguns tópicos, como “Desafios da realidade amazônica (ocupação, disputa pelo território, controle do território e modelo de desenvolvimento, internacionalização, militarização, narcotráfico, integração internacional)” e “Desafios sociais (uma natureza rica que é casa de populações pobres, realidade urbana e concentração da pobreza, uma região que se move)”. As críticas da CNBB também foram destaque na matéria de três minutos e meio da Rádio Câmara intitulada “Deputados elogiam tema da Campanha da Fraternidade da CNBB”, publicada em 22 de fevereiro de 2007 por ocasião do lançamento da mesma. Em sua abordagem sobre o Texto-Base, a rádio comenta que “o documento diz que já se passaram quase 20 anos sem que o Congresso Nacional cumprisse o disposto pelo artigo

das leis”. Esta ressalva serve para muitos deputados, que costumam ir à tribuna para criticar e demonstrar sua indignação pelos problemas que atingem a região, mas pouco fazem para reduzi-los e mudar a realidade de sua própria região - até porque aprovar uma lei não é uma tarefa fácil.

Nas entrevistas que realizamos com os membros da comissão, constatamos que muitos parlamentares acham que *o mundo precisa saber da importância da região para o planeta, mas não pode tomar conta dela*, reafirmando a constante preocupação desses parlamentares com a questão da internacionalização da Amazônia. Outros deputados acham que *os países ricos deveriam recompensar a população amazônica por cuidar da região, cuja importância ambiental para a Terra é grande, uma vez que sua floresta absorve grande parte do dióxido de carbono emitido pelos países desenvolvidos*. O discurso do deputado Carlos Souza traduz bem esse sentimento:

Nós queremos, sim, continuar sendo essa grande usina atômica que é responsável pela retirada das moléculas de carbono que os países de Primeiro Mundo poluem a atmosfera. Pena que fazemos esse serviço como se fossemos os garis do mundo e não somos remunerados por esse serviço que fazemos. Então, a Amazônia tem toda essa competência, tem toda essa prioridade, tem toda essa valorização e nós temos que saber como desenvolvê-la, mas desenvolvê-la não simplesmente torná-la intocável. Não é isso que nós queremos [...] O que nós queremos, na Comissão da Amazônia, é fazer valorizar o espaço que tem uma importância primordial para o Brasil e para o mundo, mas valorizar não só sendo cobrado, como infelizmente somos cobrados todos os dias pelos organismos internacionais e pelas grandes potências do mundo, no sentido de preservar. Preservarmos a nossa floresta, pra que ela permaneça intacta. É isso que queremos. Nós queremos uma floresta auto-sustentável, nós queremos uma floresta onde possamos desenvolver as nossas potencialidades com responsabilidade, pra poder melhorar a qualidade de vida do nosso caboclo e também pra fazer com que essa floresta seja em benefício da humanidade. (Informação verbal)¹¹⁹

Ainda nessa entrevista realizada na Câmara dos Deputados, o parlamentar Carlos Souza diz que “essa floresta tem todas as riquezas que o mundo precisa” – e cita números expressivos, relacionados aos recursos naturais da região, a fim de corroborar o seu discurso. Esse parlamentar acredita que o papel da comissão seja valorizar a Amazônia e, nessa entrevista, assume claramente o seu posicionamento quanto à região: “somos cobrados para preservar, mas não é isso que queremos; queremos explorar de forma sustentável” (Informação verbal). Para ele, essa exploração sustentável é possível através de uma parceria com o primeiro mundo, que poderia entrar com recursos e tecnologia.

51 das disposições transitórias da Constituição Federal. Segundo esse dispositivo, o Congresso deveria fazer a revisão de todas as concessões de terras públicas com área superior a 3 mil hectares. Para a CNBB, isso não ter sido feito até hoje se deve ao fato de que muitos deputados são latifundiários e bem relacionados com grileiros”. Uma crítica que mexe nos brios de parlamentares e provoca reações dentro do Congresso. Na transcrição dessa matéria (disponível no anexo ‘K’, p. 299), identificamos concordâncias e discordâncias em relação a esse trecho.

¹¹⁹ Informação também obtida na entrevista concedida pelo deputado Carlos Souza à autora no dia 21 de março de 2007, em Brasília-DF.

Como principal problemática da região, Carlos Souza aponta a falta de uma política para promover o seu desenvolvimento sustentável: “Não seria só uma política nacional, mas uma política mundial, porque a Amazônia é de responsabilidade de todos, inclusive do mundo”. Apesar de ter apresentado, em 2003, aqueles 61 projetos pedindo a criação de distritos agropecuários, durante a entrevista à autora Carlos Souza diz que os atores que representa em seus discursos são os mais sofridos, os ribeirinhos e índios. Quando questionado sobre sua defesa às classes mais favorecidas, como empresários da agropecuária, ele admite, em tom de defesa e ofensa, ao mesmo tempo: “é claro, capital e trabalho têm que estar associados. Se não tivesse o empresário, não havia o trabalhador e vice-versa. Se não houvesse o trabalho, não havia desenvolvimento” Em seu depoimento, Carlos Souza diz, ainda, que a Amazônia representa, para ele, o Brasil. (Informação verbal¹²⁰).

Para outros parlamentares, como o deputado Henrique Afonso, a Amazônia representa “a sua própria vida”. Emocionado ao lembrar-se de sua participação nos movimentos sociais do Acre em defesa da Amazônia, ele diz que a discussão sobre a região deve colocar o homem como foco, priorizando as populações tradicionais. Ressalta, ainda, a importância do projeto de gestão de floresta e de adotar-se um modelo de desenvolvimento alternativo, que tenha em vista, inclusive, a questão do aquecimento global: “É preciso analisar que tipo de desenvolvimento está posto hoje, ver as implicações das atividades que caracterizam hoje o desenvolvimento na Amazônia, como a soja, a pecuária, e buscar outras alternativas para romper com esse modelo predatório”. (Informação verbal)¹²¹

Para Henrique Afonso, a maior contribuição que se pode dar para a região, enquanto deputado, é estar no fórum de debates que trate de problemas e de políticas públicas para a Amazônia. E problemas há muitos. Alguns são debatidos com muita frequência, como a ameaça à soberania, a biopirataria, atuação de ONG's estrangeiras e questões internacionais, especialmente pela fragilidade da presença do exército brasileiro nas regiões de fronteira.

Assuntos como esses são destacados pela deputada Maria Helena como os mais urgentes. Para eleger qual desses problemas vai abordar na tribuna, ela diz considerar vários fatores, especialmente a pressão feita pela sociedade em torno de determinado ou outro assunto: “Cada dia é um discurso, cada dia é um problema que você tem que encaminhar uma solução, mesmo que essa solução seja a muito longo prazo [...] O que nós faz escolher um

¹²⁰ Deputado Carlos Souza, na mesma entrevista já citada.

¹²¹ Informação do deputado Henrique Afonso também obtida na entrevista concedida à autora na tarde do dia 23 de março de 2007, em seu gabinete, em Brasília-DF.

problema a cada dia é também a pressão que fazem as pessoas que nós representamos” (Informação verbal)¹²².

Questionada pela autora se essa pressão ocorreria através da mídia (a fim de saber como se dá a rotina desta deputada com a mídia), Maria Helena interrompe a pergunta, completando: “Então, seja através da mídia ou seja diretamente nos nossos gabinetes parlamentares, né, a comunicação que o povo faz com aquele que os representa”. Quanto à significação, ela diz que “a Amazônia representa o amanhã, a salvação de um país que não teve, talvez, um olhar especial para essa região que representa mais da metade do território brasileiro, que concentra o maior bioma, a maior biodiversidade desse planeta”. Novamente, a grandeza da região entra na representação da Amazônia para os parlamentares, evidenciada em discursos que se repetem.

Discursos que reaparecem também nos pareceres dos relatores. Dentre os projetos apreciados analisados, o PL n° 761/03, por exemplo, que tem o deputado Miguel de Souza como relator e o deputado Roberto Pessoa como autor, indica uma preocupação de ambos com a integração regional. O projeto dá nova redação ao art. 2° da Lei n° 9.954/00, incluindo o Ceará na área de atuação da CODEVASF e estabelece que a representação da mesma neste estado seja instalada no município de Crateús.

Em seu discurso¹²³, Roberto Pessoa argumenta, ainda, a importância da preservação ambiental do rio Parnaíba (que faz parte da área de atuação da CODEVASF) e revela uma linha ambientalista em meio a tantos discursos desenvolvimentistas. No final de sua justificativa, Roberto Pessoa ressalta a necessidade de cuidar do meio ambiente, “promover a preservação e o aproveitamento dos recursos naturais da bacia do Parnaíba [...] considerando-se o precioso bem que é a água”, cujo uso múltiplo “tem motivado conflitos em razão da sua escassez, o que nos incentiva a buscar medidas para o seu aproveitamento sustentado”.

Após tramitar pela CDU, CCJR e CCP, o PL chega à CAINDR em 02 de setembro de 2004, de onde é reencaminhado à CCJC em abril de 2005. Depois de tramitar novamente na CCP e na Mesa-Diretora da Câmara dos Deputados, o projeto volta de novo à CCJC onde, em 07 de março de 2007, teve a sua redação final aprovada. Nove dias depois, a Mesa-Diretora remete este Projeto de Lei ao Senado Federal por meio do ofício n° 67/07/PS-GSE.

Outro projeto que apresenta um discurso voltado para a questão ambiental e à sustentabilidade é o PL n° 4.180/01, que estabelece condições para a pesca nos lagos da bacia

¹²² Informação obtida através da entrevista concedida pela deputada Maria Helena à autora em Brasília-DF, às 19h do dia 20 de março de 2007.

¹²³ Discurso presente na justificativa que o autor faz de seu projeto. Documento disponível no portal da Câmara: <http://www.camara.gov.br>.

amazônica. Apesar de focar a realidade da pesca no estado do Amazonas, o autor do projeto, o deputado Marcos Afonso, alerta que a problemática da pesca intensiva e predatória tem sido uma ameaça em toda a região e tem “provocado uma redução evidente de estoques pesqueiros, atestada por estudos científicos e pela experiência cotidiana de pescadores e ribeirinhos”¹²⁴.

Enfim, analisando-se o material coletado para esta pesquisa, também encontramos membros da comissão dizendo que defendem a região e que são os seus representantes, apontando os estrangeiros como cobiçadores e exploradores de recursos naturais da Amazônia e acusando ONG's de praticarem atividades ilícitas, como também criticando o governo, protestando contra o desmatamento que tem mudado a paisagem da região, defendendo os povos da floresta e a exploração sustentável dos recursos naturais e clamando por um modelo que concilie desenvolvimento e sustentabilidade. No entanto, até mesmo quando expressam um discurso com uma vertente mais voltada para a questão ambiental, acabam defendendo o conceito de desenvolvimento ligado ao crescimento econômico. A fim de demonstrar essa contradição discursiva, recortamos algumas entrevistas feitas pela autora com parlamentares da CAINDR, todas em caráter de informação verbal, como se pode verificar a seguir.

¹²⁴ Discurso extraído da justificativa do PL n° 4.180/01, publicada no Diário da Câmara dos Deputados, edição de 30 de março de 2001, p. 379.

Quadro 22 – Trechos de Entrevistas com Membros da CAINDR

PARLAMENTAR	PERGUNTAS//TEMA	RESPOSTAS/DISCURSO
Asdrúbal Bentes PMDB-PA	O senhor falou que aqui tem muito discurso e que a prática é diferente. Como o senhor descreveria o discurso que o senhor traz aqui para o plenário? Qual é o seu discurso?	Seria integrar a Amazônia efetivamente ao resto do país. Dando-lhe um tratamento desigual naquilo que nós mais necessitamos: na infraestrutura; modificando a legislação ambiental que é nociva aos interesses da Amazônia, que nos injetam, porque nós temos uma reserva legal de 80% e ninguém vai investir numa área onde 80% é considerada reserva. Só pra exemplificar, de mil hectares o investidor só vai poder aproveitar duzentos, oitocentos ficam engessados. Isso, eu repito, é uma das formas de ocupação da Amazônia, de internacionalização da Amazônia, não através da força, mas através dos subterfúgios legais para que nós possamos promover o nosso desenvolvimento usando exatamente aquilo que a biodiversidade tem, usando a própria madeira, usando a pecuária. Enfim, trabalhando naquilo que já vem sendo feito e que foram cometidos erros no passado que tem que ser reparados. Mas nós não podemos é pagar por erros cometidos pelo próprio governo. Porque se houve omissão, se houve uma política de desenvolvimento errônea, não fomos nós que propusemos, foram políticas impostas de cima pra baixo.
Sérgio Petecão PMN/AC	Para o senhor, o que a Amazônia representa?	Olha, ela representa a minha vida né, porque eu nasci e me criei na região, né. Ainda bem que o mundo acordou para a situação da região amazônica, porque se nós voltarmos um pouquinho na história nós estamos atrasados porque já houve uma devastação muito grande, muito grande. O meu estado hoje paga um preço muito caro por conta disso, né! Porque, às vezes, houve uma migração muito grande dos estados do sudeste e do sul na exploração da pecuária né - o que não é ruim, também tem suas virtudes, mas pra Amazônia causou um dano muito grande. Porque tentaram implementar na região amazônica uma cultura que foi implementada no sul, que é outra realidade totalmente diferente em tudo, em tudo e quem pagou o preço foi a nossa floresta, que foi totalmente devastada, né! E hoje não dá pra se calcular o tamanho desse prejuízo. Agora, eu acho que nós temos, nesse momento, que esquecer um pouco do que se passou pra trás, esquecer em termos quando eu falo, porque não dá pra esquecer, porque ficou ali erosões irreparáveis pro meio ambiente, mas que nós possamos pelo menos, a partir dessa nova concepção que o mundo tá tendo da Amazônia, que nós possamos não incorrer nos erros que nós incorremos no passado. [...] Eu irei procurar dedicar uma boa parte dessas minhas emendas pra que possa ajudar efetivamente na preservação e criar mecanismos pra que essas pessoas dêem uma melhor condição de vida pras pessoas que moram lá na minha região.
Sérgio Petecão PMN/AC	Então, o seu foco, a sua prioridade, a gente pode dizer que é essa questão da preservação, é isso?	Com certeza! Eu penso que hoje é o assunto que tá na ordem do dia, né, a preservação da Amazônia. Vim de duas solenidades onde o assunto era exatamente a preservação da Amazônia e eu penso que esse assunto é um assunto que não pode ser debatido só dentro da Comissão da Amazônia. A preservação da Amazônia hoje não interessa só aos amazônidas, às pessoas que moram naquela região, interessa a todo o povo brasileiro, ao mundo, né? É um patrimônio da humanidade a nossa Amazônia, só que nós não podemos também só pensar na preservação e esquecer aquela

		população que mora naquela região. [...] nós vivemos em cima de uma potencialidade onde todo o mundo fala dessa riqueza e em contrapartida nós temos ali naquela região um povo que precisa e muito, que paga um preço muito grande por conta dessa preservação. Eu acho que nós temos que encontrar um mecanismo, um meio termo que se preserve a Amazônia, mas que nós temos que dá condição para que aquelas pessoas que estão ali sejam pelo menos estimuladas a preservar. Por que como é que você vai preservar passando fome? Como é que você vai preservar vendo seus filhos morrendo através de doenças que no primeiro mundo foram já até extintas? Então, aí eu penso que nós temos que dá uma prioridade também para os povos da floresta, que é o nosso seringueiro, são os nossos ribeirinhos, são nossos índios, né. Essas pessoas tem que ser olhadas dentro da lógica da preservação, mas que também se preserve a vida daquela população.
Sebastião Bala PDT/AP	Eu tenho acompanhado algumas sessões através de arquivos sonoros e percebo que o senhor tem certo domínio, digamos assim, a respeito de certos temas sobre a Amazônia. Como é exatamente a sua relação com a região?	Aí no Senado eu debati muito sobre todos esses temas. São temas assim muito atuais e nós da Amazônia temos que estar na vanguarda dessa discussão e por isso eu tenho procurado me adequar aí a esse debate, seja no que diz respeito à infraestrutura para região, das melhorias das condições das nossas estradas, da energia, dos portos e aeroportos, seja também na questão do meio ambiente. E aí eu defendo que se leve em consideração nessa discussão do meio ambiente a presença do homem que mora na floresta, das comunidades tradicionais, locais, ribeirinhos, os índios, os caboclos, e que nós possamos encontrar um ponto de equilíbrio onde o homem seja incentivado a preservar. Eu acho que esse é o grande desafio que nós temos, nós da Amazônia e nós brasileiros. Como incentivar uma família que mora no meio da floresta, na beira do rio, do ponto de vista do que ele precisa? Essa família precisa aprender primeiro pra depois ela desenvolver então essa preservação ambiental, mas claro, tendo condições de alimentar sua família. Então esse é o ponto de equilíbrio que eu acredito que nós temos que buscar.
Sebastião Bala PDT/AP	A gente vê a discussão aqui de diversas temáticas, problemas da Amazônia... enfim, o que o senhor acha que seria a principal prioridade da região?	Eu vejo que nós temos aí dois caminhos, dois viéses. Um é o desenvolvimentista. Então, nesse perfil desenvolvimentista, essa luta pra que a Amazônia, pra que os estados da Amazônia possam conquistar mais espaço dentro do orçamento da União, pra desenvolver aquilo que já existe, aquilo que foi eventualmente alterado, que já foi modificado até do ponto de vista ambiental, que não vai mais trazer nenhum prejuízo, como as estradas que já estão feitas, portos, dentro da área de infraestrutura. Então, este é um viés importante, um viés desenvolvimentista. Mas temos uma preocupação muito forte. Esta comissão, ela foi criada até muito em função disso, porque sempre se levou em consideração como prioridade, por quem é de fora, o viés ambientalista, e nós, da Amazônia, essa comissão ela foi criada não pra reverter isso, mas pra colocar uma outra prioridade de igualdade de condições que é a desenvolvimentista. Quer dizer, é um alerta à nação que, ao mesmo tempo, nós temos que preservar, mas temos que desenvolver.[...] Eu falei de dois, mas na verdade são três (prioridades). A questão ambiental, a questão da sobrevivência do homem que mora lá e a questão do desenvolvimento, aí este mais tradicional. O desenvolvimento sustentável é mais vinculado às áreas de floresta, mas nós temos as áreas urbanas que dependem necessariamente desses programas tradicionais, o desenvolvimento de infraestrutura né, água, estradas, aeroportos, portos.

Fonte: Elaborada pela autora a partir das entrevistas realizadas pela mesma com membros da CAINDR em 2007, na Câmara Federal. Belém (2010).

Ao analisarmos o referido trecho do discurso de Asdrúbal Bentes, percebe-se claramente a sua posição contrária à área de reserva inicialmente prevista no projeto de Proteção de Florestas e um conceito de desenvolvimento atrelado à exploração dos recursos naturais, da pecuária e atividade madeireira. O deputado também acusa o governo de omissão e de cometer erros no passado, excluindo a responsabilidade dos parlamentares sobre as políticas da região - construindo, enquanto sujeito da enunciação, a imagem de ‘um povo prejudicado pelas autoridades’ e como sujeito do enunciado, o ‘defensor desse povo sofrido’.

Quanto ao deputado Sérgio Petecão, no primeiro trecho recortado pode-se apontar como regularidade discursiva a crítica aos antigos governantes em relação à realidade atual da região. Porém, este deputado diz que não se pode “incorrer nos erros que incorremos no passado”, não se omitindo das responsabilidades. Outra regularidade discursiva presente não somente no discurso deste deputado como de muitos outros membros da CAINDR é o que a Amazônia representa para os mesmos – no caso de Petecão, segundo ele, a sua própria vida.

O discurso contido no segundo trecho de Sérgio Petecão reforça a visão de outros membros que conferem à Amazônia importância global e/ou nacional¹²⁵, destaca polaridades (riqueza x pobreza) e aponta a preservação como fardo para as populações locais - apesar de ressaltar, repetidas vezes, a sua importância e necessidade. Desta forma, este deputado acaba construindo, enquanto sujeito da enunciação, a imagem de um povo sofrido, que precisa e quer preservar a floresta, mas não tem condições e nem estímulo. Além do dialogismo voltado para os seringueiros, ribeirinhos e índios, esse discurso constrói como sujeito do enunciado o ‘defensor dos povos da floresta’. Em ambos os trechos, o enunciador procura conferir legitimidade ao seu discurso através de sua vivência na região.

Por sua vez, o deputado Sebastião Bala também ressalta a importância da preservação ambiental, mas acha que a mesma deva estar vinculada ao incentivo que o governo precisaria dar aos povos da floresta - que na opinião deste parlamentar deveriam ter, primeiramente, melhores condições de vida para depois poder pensar em preservação. Perguntado sobre o que elencaria como prioridades para a região, este deputado relaciona três vertentes: desenvolvimentista, ambientalista e a sobrevivência do homem da floresta. Ele defende o equilíbrio entre as duas primeiras vertentes, fazendo um ‘alerta’ à nação, dizendo que “ao

¹²⁵ Além do discurso de Carlos Souza sobre uma ampla política para a Amazônia, cuja transcrição está na p. 106 deste trabalho, pode-se exemplificar essa regularidade discursiva com a entrevista de Asdrúbal Bentes, feita em 19 de março de 2007, em Brasília-DF, quando ele ressaltou: *E eu chego até a ousar dizer que neste século se houver uma política séria no desenvolvimento para nossa região, partida da inteligência cabocla que é quem vive os problemas e não luxenta como é o caso da reserva legal, onde no Rio Grande do Sul 500 hectares é latifúndio, mas na Amazônia 500 hectares é fundo de quintal, se houver seriedade nisso aí eu ousa dizer que neste século a Amazônia vai representar para o Brasil o que São Paulo representou no século passado.*

mesmo tempo, nós temos que preservar, mas temos que desenvolver” e completa: “o desenvolvimento sustentável é mais vinculado às áreas de floresta, mas nós temos as áreas urbanas que dependem necessariamente desses programas tradicionais, o desenvolvimento de infraestrutura né, água, estradas, aeroportos, portos ...” (Informação verbal)¹²⁶.

Ao mesmo tempo, durante a entrevista, Sebastião Bala constrói como sujeito do enunciado o ‘defensor das populações tradicionais e do equilíbrio entre preservar e desenvolver’, ressaltando a necessidade de garantir infraestrutura para a região. No entanto, chama-nos a atenção o papel que ele atribui à comissão, a qual, na sua visão, ‘foi criada não pra reverter isso (no caso, a prioridade à questão ambiental), mas pra colocar outra prioridade de igualdade de condições que é a desenvolvimentista’. Percebe-se que o discurso de Sebastião Bala (de que os deputados de fora da região priorizam o aspecto ambiental, mesmo não sendo exatamente assim) é amplificado por muitos outros parlamentares amazônidas, reforçando a ‘luta pelo desenvolvimento da região’, no caso o desenvolvimento econômico. Ao ser questionado sobre os atores que defende e/ou representa em seu discurso, Sebastião Bala faz questão de se dizer neutro, mas assim como Sérgio Petecão e outros, recorre às próprias raízes para dar legitimidade ao seu discurso:

Eu não sou de nenhum setor, eu não sou madeireiro, eu não sou... Eu sou caboclo da região, eu nasci numa ilha. Então, o que eu defendo é a sobrevivência do caboclo, mas eu estou atento a tudo que acontece no mundo e que eu percebo que há necessidade: o caboclo ser educado e ter condições de sobreviver (Informação verbal)¹²⁷.

Sebastião Bala defende que o estado inverta a forma de tentar incutir uma cultura ambiental e sugere que, ao invés de punições, dê incentivos aos povos da floresta. Cita como exemplo um projeto que apresentou com a então senadora Marina Silva e que foi aprovado no Senado, prevendo seguro-desemprego para extrativistas no período da entressafra. Durante sua entrevista, ele compara este projeto ao seguro-desemprego do pescador, que fica proibido de pescar na época do defeso, mas recebe o benefício para evitar práticas predatórias. Esta seria uma das formas de alcançar o seu tão defendido ponto de equilíbrio:

[...] temos a necessidade, o dever e a obrigação de reduzir as queimadas, reduzir a emissão de gases, mas em função disso, nós temos que encontrar outros mecanismos de sustentabilidade pro povo da região. Por exemplo, na questão dos madeireiros. As grandes madeireiras, eu acho que é uma questão muito polêmica, porque na verdade o que prevalece ali é o interesse econômico, é o lucro. As pequenas serrarias de beira de rio, eu acho que essas nós temos que dar uma atenção assim especial, diferenciada. Porque ali o que tá em jogo é a sobrevivência da família, não é o lucro. As pessoas precisam de uma renda pra sobreviver. Então, o que eu penso, por exemplo, dentro

¹²⁶ Informação obtida na entrevista concedida por Sebastião Bala à autora, em Brasília, em 22 de março de 2007.

¹²⁷ Sebastião Bala, na mesma ocasião.

desse contexto que eu defendo, é o ponto de equilíbrio, que o estado possa incentivar e o homem contribua. Em vez de punir o homem, não que ele seja um agente de defesa ambiental da Amazônia, mas inverter o papel: em vez da punição, o incentivo. (Informação verbal)¹²⁸

É importante ressaltar que a noção de sustentabilidade também aparece no discurso desse deputado - porém, como sinônimo de sustento e de sobrevivência econômico-financeira. Ao enfatizar a necessidade de reduzir as queimadas e a emissão de gases na atmosfera, Bala diz que é preciso, com isso, “encontrar outros mecanismos de sustentabilidade pro povo da região”, como se as atividades que geram queimadas e emitem gases fossem sustentáveis.

Da mesma forma, o conceito de desenvolvimento também requer atenção, mas poucos deputados percebem essa demanda. Em sua entrevista, a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) ressalta a necessidade de “estarmos atentos de que forma esse desenvolvimento tem que ser direcionado e quais são os impactos, os problemas sociais que deixa”. Sobre o que a Amazônia representa para ela, responde: “Hoje é o celeiro do mundo pra gente; o mundo todo tá voltado pras nossas riquezas” (informação verbal)¹²⁹. Já o deputado acreano Henrique Afonso (PT/AC) diz que a Amazônia significa a chamada *terra matre*, a sua própria “aldeia”.

É, o sentimento. A Amazônia é a minha aldeia, né. Um lugar que precisa pensar sua conservação, mas também precisa pensar nos milhões de pessoas que estão sofrendo dentro dela. Que ainda nós não conseguimos conceber que, ao mesmo tempo em que, nós precisamos de uma Amazônia hoje ou amanhã, mas nós precisamos também de um povo feliz sempre. E eu que ando muito nas comunidades isoladas ainda não consigo me calar e ficar contente, com o coração feliz, quando hoje tem tantos brasileiros amazônidas que precisam do que a gente chama lá no Acre de florestania, cidadania na floresta. Eu sou daqueles que sei o quanto da importância das nossas florestas em pé, mas eu também quero sonhar com o nosso povo em pé, não prostrado, deitado, sem transporte, sem medicamento, pra aliviar uma dor de dente, uma enfermidade, um povo que muitas das vezes não tem uma escola pra colocar seus filhos pra estudar. (Informação verbal)¹³⁰

Dentre tantas visões, percebe-se que poucos parlamentares parecem estar realmente conscientes de que precisam rever a ideia de sustentabilidade, o modelo de desenvolvimento e a forma como retratam a região. Por outro lado, a maioria deles tem uma visão muito parecida e, portanto, a representação de Amazônia mais recorrente dentre eles é a de uma região com grande potencial para o desenvolvimento, porém cheia de obstáculos para desenvolver-se, especialmente, segundo eles, devido ao descaso de governantes que leva o povo à pobreza. Um descaso que passa também pela construção de leis, porém, seus elaboradores dificilmente assumem o seu papel e a sua responsabilidade na definição dos rumos dessa região.

¹²⁸ Sebastião Bala, na mesma ocasião.

¹²⁹ Elcione Barbalho, também na entrevista concedida à autora em 22 de março de 2007, na Câmara Federal.

¹³⁰ Informação também obtida na entrevista concedida por Henrique Afonso à autora, anteriormente citada.

4 O OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA ATRAVÉS DA MÍDIA

Muitos debates tentam compreender o impacto social das novas formas de difusão de comunicação e informação desde o advento da imprensa, no século XV, até a expansão das atuais redes tecnológicas de comunicação global. O avanço tecnológico é tão intenso e veloz que tem integrado o mundo através da virtualidade – imprimindo um novo conceito de tempo e de espaço na sociedade e, concomitantemente, criando novas formas de ação e interação.

A interação, inclusive, está no cerne da Teoria Social da Mídia proposta por Thompson (1998), na qual relaciona a modernidade com diferentes formas de interação entre indivíduos. Para ele, as interações criadas pela mídia geram uma situação social através da qual os sujeitos conectam-se por meio de um processo de comunicação e de troca simbólica. Esta noção decorre da ideia de distanciamento espaço-temporal de Giddens (1992), cujo conceito de ‘modernidade tardia’ refere-se à fase de desenvolvimento das instituições modernas.

Através de sua teoria, Thompson (1998) propõe uma análise sociológica da mídia, sugerindo que a principal consequência de seu desenvolvimento na modernidade consiste na possibilidade do indivíduo agir, tendo em vista outro indivíduo que conhece apenas a *imagem* de sua ação – situação muito comum entre os agentes da política. Na visão de Thompson (1998), esse outro indivíduo distante passa a ser o interlocutor principal de uma esfera política baseada na publicidade mediada - daí fenômenos distantes da realidade local, como as guerras, o terrorismo e outros, passarem a ser discutidos cotidianamente pela sociedade, adquirindo um significado político.

No dia-a-dia, a política contemporânea lida com imagens públicas construídas através da mídia, tornando-se capaz de criar uma esfera pública midiática, na qual as diferentes condições e necessidades podem se manifestar e ser discutidas - como no caso do Congresso Nacional e outras instituições políticas, que se pautam amplamente pelas temáticas abordadas na mídia. O acesso ao conteúdo dessas discussões leva o indivíduo (enunciário) a desenvolver uma capacidade reflexiva de processá-lo e atuar em novas questões no âmbito da esfera pública – caracterizada como o *locus* da comunicação, os espaços nos quais as pessoas discutem questões de interesse comum, formam opiniões ou planejam a ação¹³¹. Porém, como

¹³¹ Dentre as diversas abordagens sobre Esfera Pública, recomendamos o clássico *Mudança estrutural da esfera pública*, de Habermas (1984), como também o artigo *Sobre o conceito habermasiano de esfera pública*, de Luiz Repa (2007) e *Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação*, de Rousiley Maia (2001).

bem ressalta Avritzer (1998) na apresentação da obra de Thompson, a questão que fica em suspenso, nesse contexto, é como transformar a *reflexidade* de mera possibilidade em realidade a partir de uma situação na qual o controle da mídia não é igualmente distribuído entre indivíduos e forças políticas.

Além disso, ressalta Miguel (2002), os efeitos da mídia sobre os agentes políticos não são uniformes, ao contrário, alteram-se conforme a posição dos agentes no campo político. O volume de capital simbólico que cada um deles possui impõe reações diversas à midiaticização da política. No geral, pode-se dizer que é preciso considerar a configuração das instituições políticas (a começar pelos sistemas eleitoral e partidário), a trajetória de cada agente político e as posições que este alcançou e/ou pretende alcançar.

No Congresso Nacional, a midiaticização da política manifesta-se desde a simples apresentação de requerimentos aos mais calorosos discursos e atividades realizadas até mesmo fora da sede desta instituição, como vimos nos eventos promovidos pela CAINDR nas capitais da região amazônica. A análise das ações, documentos e proposições apresentadas pelos atores desta comissão leva-nos a perceber que certos assuntos destacados na mídia aparecem com mais frequência nesse fórum e, geralmente, provocam a criação de subcomissões e/ou criação de comissões externas, como também geram seminários, mesas-redondas, debates e outros eventos sobre os assuntos que ocupam o espaço midiático.

Em 2003, por exemplo, três das quatro temáticas das subcomissões criadas no âmbito da CAINDR foram amplamente debatidas pela imprensa. São elas: ‘Situação, alternativas e soluções energéticas para a região Amazônica’; ‘Assuntos Indígenas’ e ‘Biodiversidade’. Os grupos de trabalho também se pautaram pelos temas das subcomissões, como o grupo que trata de ‘fontes de energia renováveis’ e o grupo criado para ‘estudar as ameaças de internacionalização da Amazônia’ – cuja discussão é ampla e abrange diversas vertentes, inclusive sobre ONG’s estrangeiras que estariam explorando riquezas em territórios indígenas e os casos de biopirataria, ‘internacionalizando-se’, desta forma, as espécies nativas da região.

Através das subcomissões, a CAINDR aprofundou a discussão de tais temáticas em seminários e outros eventos promovidos em 2003 – destacamos as discussões sobre a ‘Questão Indígena’, os ‘Eixos de integração da América do Sul’ (temática da quarta subcomissão de 2003), o ‘Adensamento da biopirataria, da apropriação do conhecimento tradicional, dos ilícitos de fronteira e outras ameaças à Amazônia’ e o ‘Setor Elétrico’.

A energia, como já dito antes, foi um dos temas centrais dos debates na CAINDR em 2003 – e demais sessões legislativas da 52ª Legislatura. A ‘Subcomissão Permanente para

estudar a situação, alternativas e soluções energéticas para a região Amazônica' realizou o seminário do setor elétrico, discutindo formas de contornar os obstáculos e viabilizar a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e os gasodutos de Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus. Esse tema foi muito debatido também pelos veículos de comunicação regionais e nacionais. Só para termos uma ideia do quanto esta temática está presente no noticiário brasileiro, encontramos, a partir de uma breve pesquisa usando o termo *energia* no site do Google (www.google.com.br), que oferece uma poderosa ferramenta de busca, cerca de 18.600 links referentes, apenas, ao período 09 de maio a 08 de junho de 2010.

Quando realizamos a busca no site Amazonia.org, que reúne notícias sobre a região divulgadas nos mais diversos veículos de comunicação nacional e internacional, encontramos 497 notícias a partir do indexador 'energ' (que localiza tanto a palavra *energia* quanto a palavra *energético*), veiculadas no período que vai do início de janeiro de 2003 a meados de fevereiro de 2007 – quando se elegeu a Mesa-Diretora para a 53ª Legislatura. Ao fazemos, neste mesmo site, um recorte para o gasoduto de Urucu-Porto Velho, encontramos 267 notícias referentes ao período de 09 de janeiro de 2003 a 09 de fevereiro de 2007.

Só do ano de 2003, quando foi instalada a subcomissão que busca soluções energéticas, foram localizadas 102 notícias, ou seja, mais de 38% do que foi noticiado na 52ª Legislatura sobre esta temática, o que nos leva à constatação de que o campo midiático influencia diretamente nas abordagens da CAINDR. Esta constatação fica ainda mais nítida com o levantamento das notícias dos primeiros cinco meses de 2003, compreendendo os dois meses que antecedem o requerimento nº 04/2003 (aprovado em 12.03.2003), que pede a criação da subcomissão, até a instalação da mesma, no final de maio. Nesse novo recorte, encontramos 51 notícias referentes ao gasoduto de Urucu, ou seja, exatamente 50% das notícias de 2003 veiculadas em apenas cinco meses, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 23: Notícias com referências ao Gasoduto de Urucu
Período: 09 de janeiro a 30 de maio de 2003

NOTÍCIAS	DATA	FONTE
Amazonas recebe 'sinal verde' do BID	09/01/2003	A Crítica
Urucu, gas solution in sigh	12/01/2003	Jornal do Brasil Online
Urucu, solução para gás à vista	12/01/2003	Jornal do Brasil Online
Racionamento ainda atinge brasileiros	12/01/2003	Jornal do Brasil Online
Entidades preparam pacote de ações em desenvolvimento sustentável	14/01/2003	Página 20
Organizações indígenas promovem campanha pela homologação de 23 Terras Indígenas	17/01/2003	Instituto Socioambiental-ISA
Petrobras se associa a empreendimento de alto risco	31/01/2003	Eco-Finanças
Decreto de 10 de fevereiro de 2003 - Homologa a Terra Indígena Urucu/Juruá (MA)	10/02/2003	Amazonia.org.br
Vivendo a tragédia do sonho	11/02/2003	Upstream Newsletter
A rainha da Amazônia	11/02/2003	Upstream Newsletter
Expansão no coração da floresta amazônica	11/02/2003	Upstream Newsletter
Petroleum industry magazine warns of the risks posed by the Urucu gas pipeline	11/02/2003	Amazonia.org.br
Amazon sold down river	11/02/2003	Upstream Newsletter
Building the opposition	11/02/2003	Upstream Newsletter
Striving to save the forest	11/02/2003	Upstream Newsletter
Living the tragedy of a pipe dream	11/02/2003	Upstream Newsletter
Queen of the Amazon	11/02/2003	Upstream Newsletter
Expansion strikes at heart of the matter	11/02/2003	Upstream Newsletter
Amazon sold down river	11/02/2003	Upstream Newsletter
Building the opposition	11/02/2003	Upstream Newsletter
Striving to save the forest	11/02/2003	Upstream Newsletter
Living the tragedy of a pipe dream	11/02/2003	Upstream Newsletter
Queen of the Amazon	11/02/2003	Upstream Newsletter
Expansion strikes at heart of the matter	11/02/2003	Upstream Newsletter
Revista internacional do setor petrolífero alerta sobre os riscos do gasoduto de Urucu	11/02/2003	Amazonia.org.br
Seminar in Rondonia to discuss the Urucu-Porto Velho gas pipeline	21/02/2003	Amazonia.org.br
Instrumentos musicais fabricados com madeiras alternativas da Amazônia (a elite das madeiras)	21/02/2003	IBAMA
Seminário em Rondônia discute Gasoduto Urucu-Porto Velho	21/02/2003	Amazonia.org.br
Brasil poderá exportar instrumentos musicais feitos com madeira da Amazônia	01/03/2003	Agência Brasil – EBC
Madeira livre para a música	08/03/2003	A Crítica
Federal Public Ministry tries to impede the Urucu gas pipeline	19/03/2003	A Crítica
MPF vê entraves para o gasoduto de Urucu	19/03/2003	A Crítica
US\$ 300 million gas pipeline	23/03/2003	A Crítica
Uma alternativa econômica para a Amazônia	23/03/2003	A Crítica
Urucu: A floresta revive	23/03/2003	A Crítica
Gasoduto de US\$ 300 milhões	23/03/2003	A Crítica
Judge suspends provisional licence for Urucu-Porto Velho gas pipeline project	14/04/2003	Amazonia.org.br
Juiz suspende licença prévia do Gasoduto Urucu-Porto Velho	14/04/2003	Amazonia.org.br
Artesanato do Rio Negro	16/04/2003	Página 20
The lessons of the Urucu pipeline	17/04/2003	Amazonia.org.br
As lições do estelionato de Urucu	17/04/2003	Amazonia.org.br
Gasoduto Coari-Porto Velho: Prazo para recurso está acabando	26/04/2003	A Crítica

Há consenso na questão energética	26/04/2003	Amazonia.org.br
Contamination of rivers threatens fish	30/04/2003	Revista Pesquisa da FAPESP Online
Contaminação de rios por petróleo: Jogo invertido	30/04/2003	Revista Pesquisa da FAPESP Online
Obras inauguradas em Urucu	08/05/2003	A Crítica
Base de exploração de petróleo terá estudo de impacto ambiental	12/05/2003	Agência Brasil – EBC
Utam refloresta áreas desmatadas	14/05/2003	A Crítica
Até outubro sai licença ambiental para a construção do gasoduto Coari-Manaus	15/05/2003	Ibama
IPAM orienta estudo sobre obra do gasoduto	27/05/2003	A Crítica
Subcomissão busca alternativas energéticas	30/05/2003	A Crítica

Fonte: Elaborada pela autora a partir de buscas no site www.amazonia.org.br. Belém (2008).

Desse universo de 51 notícias, quinze foram publicadas no semanário norueguês *Upstream*, uma fonte de notícias exclusiva sobre petróleo e gás com distribuição em mais de cem países. Sua sede fica em Oslo e possui filiais nos Estados Unidos, Inglaterra, Brasil (Rio de Janeiro) e Índia. Este jornal pertence à editora TEHN Media Group e é destinado para assinantes, mas disponibiliza um site aberto ao público com cadastro para recebimento da sua *newsletter*.

Essas quinze notícias¹³² veiculadas no semanário sobre os gasodutos de Urucu e Coari integram um relatório produzido a partir de informações obtidas junto a especialistas, representantes das populações locais e órgãos do governo, como o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente. O documento inclui o perfil de uma página da então recém empossada Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, intitulado “A Rainha da Amazônia”. Neste texto, elogia a trajetória de Marina Silva, como também o fato do Presidente Lula tê-la escolhido para essa pasta ministerial a fim de evitar os desastrosos problemas ambientais que a região vem sofrendo ao longo dos anos.

O semanário representa os interesses do setor de petróleo e gás e incentiva investimentos nesta área, mas através desse relatório critica os projetos de gasodutos da Petrobras, trazendo à tona os riscos ambientais e a degradação social já provocada pela primeira etapa dos projetos, como o aumento da prostituição e da favelização em Coari. Ambientalistas e outros atores interessados no cancelamento do projeto¹³³ ressaltam justamente o fato deste relatório ter sido produzido por um semanário que é a favor de investimentos no setor de gás e petróleo, mas que, mesmo assim, reconhece, abertamente, os riscos ambientais provocados pelos gasodutos.

Por outro lado, a esfera pública também constitui-se em um campo no qual as disputas simbólicas encontram terreno fértil. Portanto, esse semanário não estaria ressaltando os riscos ambientais apenas para mascarar um possível outro interesse em manter a Petrobras afastada desses recursos energéticos? Seria uma forma de evitar mais concorrência no mercado internacional, por exemplo? Ressalta-se que, aqui, não estamos tomando partido de um ou outro ator nesse jogo simbólico, mas apenas tentando mostrar que os interesses verdadeiros de certos atores sociais podem ser omitidos pelos interesses declarados – especialmente quando esse ator trata-se de um veículo midiático.

¹³² Que na verdade resumem-se a doze notícias porque três são repetidas – foram apresentadas no site Amazonia.org na versão em inglês e em português.

¹³³ Como Roberto Smeraldi, o coordenador da ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, que é a responsável pelo site www.amazonia.org.br, o qual reúne notícias sobre a região e fez a divulgação do relatório.

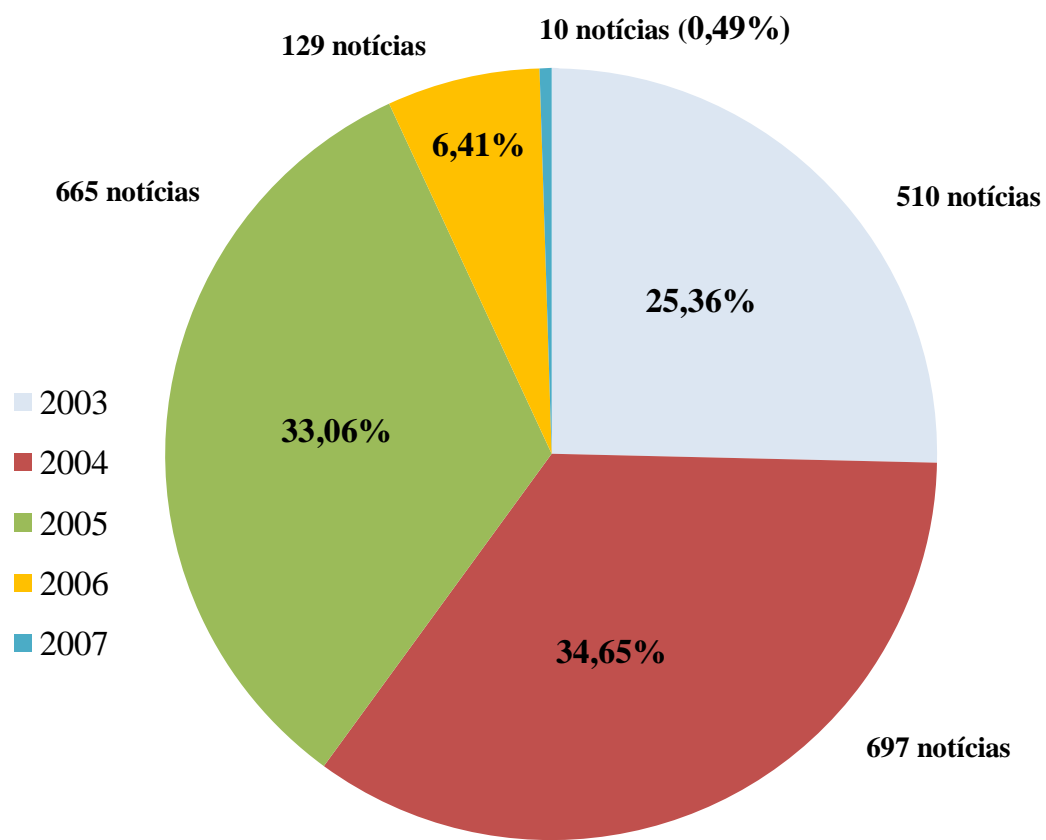
Além do *Upstream*, o veículo que mais divulgou notícias nesses cinco meses com referência ao assunto foi o jornal *A Crítica*, de Manaus-AM, com treze menções. Este veículo de comunicação foi fundado em 19 de abril de 1949 e é considerado pioneiro na grande imprensa amazonense. Pertence à Rede Calderaro de Comunicação, uma das mais influentes do estado e que compreende também a TV *A Crítica*, a *RedeTV! Manaus* e as rádios *A Crítica FM* (93,1 MHz) e *Jovem Pan FM Manaus* (104.1 MHz, afiliada da Rede Jovem Pan FM). Em sua versão virtual, o jornal *A Crítica* alimenta um rico e interessante suplemento sobre a Amazônia, onde destaca questões relacionadas à biodiversidade, índios, conflitos, pesquisas, meio ambiente e fatos do momento¹³⁴.

Em relação às treze notícias que citam os gasodutos de Urucu e Coari, foram abordadas questões judiciais (como os entraves vistos pelo Ministério Público Federal para o gasoduto de Urucu e a suspensão da licença prévia do projeto determinada por um juiz), questões referentes a investimentos (300 milhões de dólares), questões políticas (posição favorável do governador do Amazonas, Eduardo Braga, sobre o uso da energia deste gasoduto) e questões ambientais (ressaltando os investimentos da Petrobras no reflorestamento de áreas desmatadas). Além desta, outra matéria positiva para a imagem da Petrobras feita pelo jornal *A Crítica* refere-se às obras inauguradas pela empresa para beneficiar quem trabalha na Província Petrolífera de Urucu, como a nova estação de tratamento de esgoto e a ampliação de uma escola. As demais notícias que abordaram o gasoduto de Urucu nesse mesmo período tiveram as seguintes fontes: Jornal do Brasil Online, Amazonia.org.br, Revista Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Página 20, Instituto Socioambiental-ISA, Agência Brasil e IBAMA.

Outros dois assuntos que passaram a ser temáticas de subcomissões na CAINDR em 2003 foram a questão indígena e a biodiversidade. Ambos foram intensamente abordados na mídia e tornaram-se pauta, ainda, de debates, audiências públicas e outros eventos nesta comissão. O noticiário sobre a questão indígena se intensificou a partir dos conflitos entre garimpeiros e indígenas na reserva Roosevelt, em Rondônia, e foi bastante farto: 2.014 notícias publicadas do dia 03 de janeiro de 2003 até 15 de fevereiro de 2007 – quando foi eleita a Mesa-Diretora da 53ª Legislatura. Desse total de 2.014 notícias, dez foram veiculadas nos primeiros 45 dias de 2007, 129 no ano de 2006, 665 no ano de 2005, 697 no ano de 2004 e 510 no ano de 2003.

¹³⁴ Esse suplemento pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: < <http://acritica.uol.com.br/amazonia/>>

Gráfico 2 – Notícias com referências às questões indígenas
2.011 notícias publicadas no período de 03 jan. 2003 a 15 fev. 2007



Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisas no banco de dados do site Amazônia.org. Belém (2010).

Do universo de 510 notícias de 2003, 175 foram veiculadas no período de 03 de janeiro a 15 de maio – quando foi instalada a Subcomissão para Tratar de Assuntos Indígenas, representando 34.3% do noticiário de 2003, ou seja, mais de 1/3 das notícias desse ano, conforme demonstrado no anexo ‘L’¹³⁵. Esta subcomissão foi resultado do requerimento nº 06/2003, da deputada Perpétua Almeida, aprovado na reunião do dia 12 de março de 2003.

O grande volume de notícias sobre a questão indígena no decorrer da 52ª Legislatura pode até não ter sido decisivo para a criação da subcomissão. Chegamos a esta possibilidade ao depararmos com a grande quantidade de notícias sobre a temática em 2004, quando, mesmo assim, aquela subcomissão foi substituída pela Subcomissão Especial para Estudo das Ações das Instituições de Pesquisa na Amazônia Legal. No entanto, pode-se dizer que o noticiário provocou diversas atividades na CAINDR relacionadas à temática indígena, como as audiências públicas, mesas-redondas, seminários e outros eventos¹³⁶.

Além disso, o amplo noticiário sobre os conflitos indígenas pautou o PRC nº 152/2004 e o PRC nº 147/2004, ambos determinando a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias e conflitos na reserva Roosevelt, em Rondônia. Os projetos ficaram prontos para a pauta em dezembro de 2004 e só foram apreciados pela CAINDR no ano de 2005, tendo sido aprovados quanto ao mérito. Outro forte indicativo da relação entre a mídia e as ações desta comissão está na apresentação do então Presidente da comissão, Júnior Betão, no Relatório de Atividades de 2004, onde afirma que o assunto mais debatido naquele ano foram os conflitos na Reserva Roosevelt, em Rondônia. Esta declaração é considerada um indicativo porque foi justamente o ano de 2004 que concentrou o maior índice de notícias divulgadas, durante os anos da 52ª Legislatura, sobre a questão indígena – exatamente 34.6% desse período, ou seja, uma intensa divulgação pela mídia.

O assunto mais presente nesse noticiário são os conflitos indígenas, principalmente em relação à questão fundiária, como as questões de demarcação e/ou homologação de terras na Amazônia – especialmente em Rondônia, envolvendo a disputa com garimpeiros pela reserva

¹³⁵A fim de facilitar a leitura, optamos por colocar essa relação de notícias relacionadas às questões indígenas em um anexo porque o quadro que construímos a partir do levantamento de notícias feito no site www.amazonia.org.br possui muitas páginas. Este quadro intitulado “Notícias com referências à temática indígena” reúne títulos, datas de publicação e fontes das notícias e está disponível no anexo ‘L’, p.300.

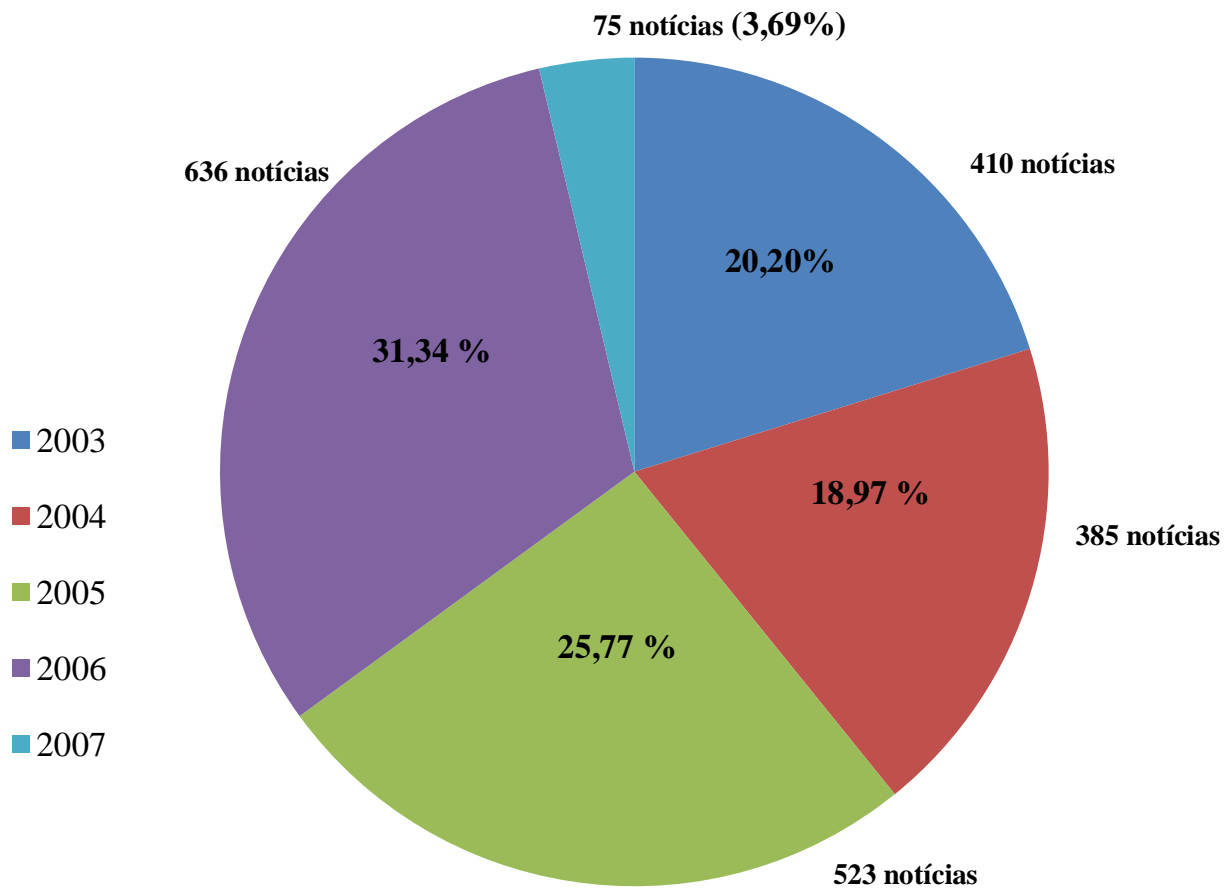
¹³⁶Esta temática não mobilizou somente a CAINDR, mas o Congresso Nacional – tanto que no dia 01 de dezembro de 2004 esta Casa instalou Comissão Mista (integrada por deputados e senadores) destinada a examinar a medida provisória que autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos índios Cinta-Larga - habitantes da Reserva Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã e Serra Morena, em Rondônia.

Roosevelt e seus diamantes, como também em Roraima, cuja disputa pela reserva Raposa Serra do Sol envolve rizicultores, fazendeiros e outros agentes sociais, como o próprio Governo de Roraima. Outro assunto bastante noticiado no período da 52ª Legislatura são as questões referentes à saúde e à educação indígenas.

Sobre o assunto Biodiversidade, que foi temática de outra subcomissão na CAINDR, contata-se que a mídia também influenciou os membros desta comissão. Do dia 02 de janeiro de 2003 a 15 de fevereiro de 2007, foram publicadas 2.029 notícias que pelo menos citam o termo 'Biodiversidade' – especialmente pelas denúncias de biopirataria, crime que reforça a preocupação dos parlamentares com a questão da defesa e soberania nacional. Desse total, 410 notícias foram veiculadas na 1ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura, representando 20.20%. No ano seguinte (2004), foram mais 385 notícias, ou seja, 18.97%. Em 2005, 523 notícias representaram 25.77%. Em 2006, ano em que se registrou o maior índice de notícias sobre essa temática, houve 636 notícias e nos primeiros 45 dias do ano de 2007, 75 notícias, ou seja, 3.69% do período, conforme se pode verificar no gráfico III, exposto a seguir.

É importante ressaltar que no ano de 2003, a CAINDR aprovou o requerimento nº 05/2003, da deputada Rose de Freitas, que solicita a instalação da Subcomissão Especial da Biodiversidade. Do dia 02 de janeiro de 2003 até a data de aprovação deste requerimento (02 de abril de 2003) foram veiculadas 126 notícias daquele universo de 410, ou seja, 30.73% das notícias com referência à biodiversidade veiculadas em 2003 foram divulgadas nos três meses que antecederam a aprovação de criação da subcomissão. As datas de veiculação, fonte de produção e manchetes das notícias cujo conteúdo pelo menos cita o termo 'Biodiversidade' podem ser verificadas no quadro 24, exposto após o gráfico 3.

Gráfico 3 – Notícias com referências ao assunto Biodiversidade
2.029 notícias publicadas no período de 02 jan. 2003 a 15 fev. 2007



Fonte: Elaborado pela autora a partir de levantamento feito através de pesquisas junto ao banco de dados do site Amazônia.org. Belém, 2009-2010.

Quadro 24 – Notícias com referências à Biodiversidade
Período: 02 de janeiro a 01 de abril de 2003

NOTÍCIA	DATA	FONTE
Novo Presidente do Ibama	02/01/2003	IBAMA
Pronunciamento da Ministra do Meio Ambiente	02/01/2003	IBAMA
Marina Silva diz que seu grande desafio será a parceria entre organismos ligados ao meio ambiente	02/01/2003	Agência Brasil – EBC
Marina Silva toma posse no Ministério do Meio Ambiente	03/01/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Marina assume Ministério prometendo muito trabalho	03/01/2003	Página 20
Belo Monte e meio ambiente	03/01/2003	Amazônia.org.
Posse do novo presidente do IBAMA, Marcus Luiz Barroso Barros	04/01/2003	IBAMA
Produtores são obrigados a ter reserva florestal em MS	04/01/2003	24 Horas News
Marcus Barros será empossado no Ibama na segunda-feira	04/01/2003	Agência Brasil – EBC
A expansão madeireira na Amazônia: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Pará	07/01/2003	Amazônia.org.
Manejo florestal: possibilidade de reconciliação com a natureza	08/01/2003	Página 20
Sustentabilidade, da teoria à prática	09/01/2003	Amazônia.org.
CNPT inclui no orçamento criação de quatro reservas extrativistas	09/01/2003	Página 20
Lembraram do turismo?	12/01/2003	A Gazeta
Entidades preparam pacote de ações em desenvolvimento sustentável	14/01/2003	Página 20
Falta de recursos ameaça estudo da flora amazônica	14/01/2003	O Liberal
Fórum Pan-Amazônico tem início nesta quinta-feira	15/01/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Ecoleo será a primeira loja de madeira certificada da América Latina	15/01/2003	Amazonia.org.br
Marina Silva anuncia seu secretariado no MMA	15/01/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Marina Silva participa de inauguração de loja que comercializará madeira certificada	16/01/2003	Agência Brasil – EBC
Fórum Social Pan-Amazônico 2003	16/01/2003	Amazônia.org.
Inclusão social: receita para um ambiente mais saudável	17/01/2003	Amazônia.org.
Organizações indígenas promovem campanha pela homologação de 23 Terras Indígenas	17/01/2003	ISA- Instituto Socioambiental
Inaugurada primeira loja de madeira certificada da América Latina	17/01/2003	Amazonia.org.br
Inauguração da loja Ecoleo	17/01/2003	Amazonia.org.br
Ouro Verde: WWF e Imazon lançam vídeo sobre o manejo florestal	17/01/2003	WWF Brasil
Ministro admite existência de soja transgênica no Brasil	19/01/2003	24 Horas News
Carta marca resistência à pobreza na Amazônia	20/01/2003	O Liberal
Transgênicos e biotecnologia, a ciência da vida	20/01/2003	Correio Braziliense
ONGs poderão gerir Parques junto com o governo de São Paulo	21/01/2003	ISA
Peixe para todos	21/01/2003	A Crítica
Projetos como o SIVAM aumentam influência dos EUA na Amazônia	22/01/2003	Le Monde
Instituto Terra investe na recuperação ambiental do Vale do Rio Doce (MG/ES)	23/01/2003	ISA
Mapa Cultural do Tumucumaque será apresentado hoje em Washington	23/01/2003	Folha do Amapá

Combate a fome com proteção ambiental	24/01/2003	
Secretaria de Meio Ambiente do MS fixa índices de ICMS ecológico	26/01/2003	Agência Brasil – EBC
Menos de 2% do Cerrado é protegido por unidades de conservação	26/01/2003	24 Horas News
Vacas transgênicas e clonadas produzem laticínio melhor	27/01/2003	Agência Estado
Uma cidadã em defesa do livre acesso à água	27/01/2003	
Ambientalistas e governo Lula iniciam parcerias durante FSM	27/01/2003	Le Monde
Sob o estigma do manganês, Serra do Navio espera pelo ecoturismo	27/01/2003	Folha do Amapá
Campanha alerta: grandes obras previstas para a região amazônica causarão impactos negativos sobre populações locais e ecossistemas	30/01/2003	ISA - Instituto Socioambiental
A outra devastação das guerras	30/01/2003	
Itamaraty quer parceria com o Amazonas	30/01/2003	A Crítica
INCRA obriga assentados a desmatar área de alta biodiversidade na Amazônia	31/01/2003	
Ministério Público Federal vai investigar biopirataria	31/01/2003	A Crítica
Programa Avança Brasil pode prejudicar Amazônia	03/02/2003	Le Monde
Secretaria de Meio Ambiente do MS fixa índices de ICMS ecológico	03/02/2003	24 Horas News
Tocantins mais próximo de empréstimo	04/02/2003	Gazeta Mercantil Centro-Oeste
Falta de técnicos especializados facilita exploração ilegal do mogno	05/02/2003	Agência Brasil – EBC
Manejo correto do eucalipto beneficia meio ambiente	05/02/2003	Agência Brasil – EBC
Livro reúne pesquisas sobre Caxiuanã	05/02/2003	O Liberal
Empresa japonesa registra a marca e patenteia processo de produção do cupulate	06/02/2003	Revista Pesquisa/ FAPESP
Quando a população toma o partido do tráfico...	06/02/2003	
Gerente do Ibama não teme investigação proposta pela CPI da Biopirataria	06/02/2003	O Liberal
Ação sobre OGM pode ser suspensa	06/02/2003	Valor Econômico
Entrevista com Nuno Pires de Carvalho: Ompi adota o termo biogrilagem para atos de apropriação do conhecimento tradicional	06/02/2003	
Novo seguro garante limpeza do solo e evita danos ambientais	07/02/2003	WWF Brasil
Combate à fome com proteção ambiental	08/02/2003	
Projeto vai listar o que resta da fauna paraense	08/02/2003	O Liberal
Biopirataria na Amazônia: o combate não se faz somente com leis!	09/02/2003	
Fundo francês vai financiar projetos de gestão de recursos naturais no Amapá	10/02/2003	Folha do Amapá
A rainha da Amazônia	11/02/2003	Upstream Newsletter
Ministério do Meio Ambiente discute com sociedade civil o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados	11/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Banco Mundial financia comunidades agroextrativistas de Marajó	11/02/2003	Agência Estado
Os desastres amazônicos	11/02/2003	
Natura e governo fazem parceria para o desenvolvimento do Acre	13/02/2003	A Gazeta
Roberto Amaral vai ligar o Goeldi à Rede Nacional de Pesquisa	13/02/2003	O Liberal

Investimentos na floresta	13/02/2003	Revista Pesquisa /FAPESP
Justiça diz que CR Almeida é dona de 6% do Pará	15/02/2003	O Liberal
Ministro reafirma meta de elevar investimentos em C&T para 2% do PIB	17/02/2003	Agência Estado
Alemães são presos contrabandeando peixes ornamentais	18/02/2003	Agência Estado
Capacitação aborda Edital voltado à Amazônia	18/02/2003	Ministério do Meio Ambiente
Brincando de salvar a Mata Atlântica	24/02/2003	Agência Estado
Diálogo de Manaus decide criar Grupo de Trabalho Interministerial para tratar da relação entre índios e militares	26/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Projeto Realgene pesquisará genoma do guaraná	26/02/2003	A Crítica
Estudo do genoma do guaraná recebe investimentos do CNPq	27/02/2003	Embrapa – Emp.Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Proprietários de RPPNs vão criar consórcio	27/02/2003	Agência Estado
Ecologicamente correto	01/03/2003	
Negócios Sustentáveis – Parte 2	01/03/2003	
Marina Silva começa série de mudanças importantes no MMA	06/03/2003	Página 20
Amazônia se une contra a biopirataria	06/03/2003	Página 20
Seqüestro de carbono em manguezais	06/03/2003	
O problema está no cerne	07/03/2003	
Morre José Márcio Ayres, o idealizador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	08/03/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Entidades se unem pelo desenvolvimento sustentável na floresta do Alto Juruá	09/03/2003	Página 20
Inventário das espécies brasileiras	10/03/2003	Revista Pesquisa /FAPESP
Mamirauá - a Luta para salvar a maior Reserva de Várzea do Mundo	11/03/2003	
O conto das duas Botânicas	13/03/2003	
Ministros expõem seus projetos para a Amazônia	13/03/2003	A Crítica
Incêndios e biopirataria	13/03/2003	A Crítica
14 de março é o Dia Internacional de Ação Contra Barragens	14/03/2003	Ambiente Global
Santa Bárbara e Ricardo Franco: Sem decreto, parques ficam ameaçados (MT)	15/03/2003	Diário de Cuiabá
Roberto Amaral: "Amazônia é prioridade em ciência e tecnologia"	15/03/2003	
Posse de 4,7 milhões de hectares é uma fraude (PA)	15/03/2003	O Liberal
Fundo global anuncia mais US\$ 400 milhões para água	16/03/2003	Agência Estado
CNBB promete criar secretaria para defender Amazônia	18/03/2003	O Liberal
Programa incentiva pesquisa	20/03/2003	A Crítica
R P P N - preserve a natureza garantido seu patrimônio	21/03/2003	IBAMA
FSC inicia certificação de produtos da Mata Atlântica	21/03/2003	Agência Estado
Marina apóia seminário que vai discutir jornalismo ambiental na Amazônia	21/03/2003	Página 20
Primeira reunião do novo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confirma maior abertura à participação da sociedade civil	21/03/2003	ISA - Instituto Socioambiental

Lançado livro sobre últimas regiões naturais	21/03/2003	Agência Estado
Vida que segue	22/03/2003	Rets - Revista do Terceiro Setor
Produtos da Mata Atlântica começam a receber certificado	22/03/2003	O Liberal
Parceria cria Reserva de Patrimônio Natural no Pará	22/03/2003	O Liberal
Planos de manejo das 392 RPPNs federais terão que ser elaborados e implantados em cinco anos	23/03/2003	Agência Brasil – EBC
Deputados propõem transformar safra da soja transgênica do RS em biodiesel	24/03/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Integridade em perigo	24/03/2003	
Ministro da C&T destaca linhas de ação para sistema de C&T da Amazônia	24/03/2003	Gestão C&T – Abipti
Prêmio quer levar estudantes para o mato	25/03/2003	Agência Estado
Amazônia tem a natureza mais rica do planeta	25/03/2003	O Liberal
Governo britânico aprova financiamento para dois projetos de proteção à biodiversidade no Brasil	26/03/2003	Outras e/ou Diversas
A biodiversidade sem base	26/03/2003	
Ministra do Meio Ambiente estuda mudanças em medidas que preservam florestas de araucária	26/03/2003	IBAMA
Portaria Nº 152, de 28 de março de 2003 - Institui Grupo de Trabalho para estabelecer a segunda fase do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil	28/03/2003	
Persiste desmatamento de espécies em extinção da Mata Atlântica	28/03/2003	Agência Estado
Bird quer ampliar seus projetos na Amazônia	29/03/2003	Gazeta de Cuiabá
Jatene quer aumentar a cooperação com o Bird	29/03/2003	O Liberal
Mamirauá une conservação ao desenvolvimento social	29/03/2003	O Liberal
Marina Silva sugere suspensão do cultivo de plantas exóticas em áreas de araucária	30/03/2003	Agência Brasil – EBC
Encontro busca alternativas para a produção de sementes	31/03/2003	Embrapa
Sementes inspiram mostra de decoração em Cuiabá	31/03/2003	Gazeta de Cuiabá
Ibama/MT firma termo de cooperação com a agência ambiental Ecodata para reforçar a proteção do meio ambiente no estado	01/04/2003	IBAMA
ZFV investe R\$ 30 milhões no Alto Solimões	01/04/2003	A Crítica
Márcio Ayres, conciliador da Natureza	01/04/2003	
Sementes inspiram mostra de decoração em Cuiabá	31/03/2003	Gazeta de Cuiabá
Ibama/MT firma termo de cooperação com a agência ambiental Ecodata para reforçar a proteção do meio ambiente no estado	01/04/2003	IBAMA
ZFV investe R\$ 30 milhões no Alto Solimões	01/04/2003	A Crítica
Márcio Ayres, conciliador da Natureza	01/04/2003	

Fonte: Elaborada pela autora a partir de buscas no site www.amazonia.org.br. Belém (2009).

Analisando-se o quadro geral dessas notícias, observa-se que as referências ao termo Biodiversidade são encontradas em notícias de fontes diversas: entidades do terceiro setor (que englobam ONGs e outras entidades sem fins lucrativos, como o ISA, WWF Brasil, Amazônia.org.br, Rets-Revista do Terceiro Setor), instituições de pesquisa ou de fomento à pesquisa (FAPESP, EMBRAPA), órgãos e mídia do governo (IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, Agência Brasil-EBC), mídia regional (O Liberal, do Pará, A Crítica, do Amazonas, Página 20, do Acre, Folha do Amapá, do Amapá, 24 Horas News, do Mato Grosso, Gazeta Mercantil Centro-Oeste, de Brasília/DF, Diário de Cuiabá e Gazeta de Cuiabá, ambos de Mato Grosso), mídia nacional (Correio Braziliense, do Distrito Federal, e Agência Estado e Jornal Valor Econômico, de São Paulo), além da mídia internacional (Le Monde, da França, e Upstream, da Noruega).

A palavra 'Biodiversidade' vem no bojo de diversas abordagens, desde a nomeação dos então recém-nomeados Presidente do IBAMA, Marcus Barros, e Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, passando por matérias que abordam o perfil de personalidades importantes na luta ambiental, como a própria Marina Silva e o idealizador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Márcio Ayres (cujo falecimento em março de 2003 foi divulgado pela mídia e trouxe a discussão sobre a biodiversidade à tona), até matérias que denunciam a biopirataria, a grilagem de terras, o contrabando de peixes ornamentais, as ameaças e desastres ambientais, dentre outras.

As notícias abordam, ainda, os fundos de investimentos e financiamentos (para a água e para a proteção da biodiversidade, por exemplo), ações para o desenvolvimento sustentável, criação de reservas extrativistas, manejo florestal, loja de madeira certificada, expansão madeireira, combate à fome com proteção ambiental, pobreza na Amazônia, projetos ministeriais para a região, ciência e tecnologia (especialmente sobre a questão dos transgênicos na soja e pecuária), livros e pesquisas, inventário de espécies, sequestro de carbono e outros assuntos. Como se pode constatar, é uma temática transversal relacionada a diversos campos e que deve ser considerada nas ações, projetos, pesquisas e regulamentação de atividades que interferem no meio ambiente.

Em nossa avaliação, o fato de que mais de 1/3 das notícias com referência à biodiversidade veiculadas em 2003 foram divulgadas nos três primeiros meses do ano é um forte indicativo de que o campo midiático influencia diretamente o campo político, confirmando a nossa hipótese sobre o estreito elo entre a mídia e as ações dos parlamentares da CAINDR. No entanto, quando analisamos o contexto em que foi criada a **Subcomissão**

sobre os eixos de integração da América do Sul (saída para o Pacífico e Caribe - IIRSA), a constatação é outra.

Nossa análise indica que a criação desta subcomissão não é fruto da influência do campo midiático sobre a comissão, mas da iniciativa, interesses e ação pessoal do parlamentar que a propôs, o deputado Miguel de Souza, cuja trajetória e lutas são ligadas às questões de infraestrutura e transporte – como já mostramos anteriormente. Além disso, sugere que a capacidade de agendamento que o campo midiático tem para pautar o campo político pode não acontecer na mesma proporção no sentido inverso - uma vez que o noticiário sobre a IIRSA é muito reduzido, o que reforça, inclusive, a indicação da Análise de Discurso de que os ‘silêncios’ também são portadores de sentidos.

Através do levantamento feito no site Amazônia.org.br, localizamos 82 notícias referentes à IIRSA publicadas de 27 de maio de 2003 até o dia 27 de fevereiro de 2007, das quais apenas quatro são de 2003, representando 5% desse universo. Destas quatro, três só foram publicadas após a data de instalação daquela subcomissão, ou seja, após o dia 05 de junho, reforçando a nossa percepção de que, no caso daquela subcomissão, a mídia não teve um papel determinante. Essas quatro notícias estão listadas no quadro a seguir.

Quadro 25: Notícias com referências à IIRSA**Período: Ano 2003**

NOTÍCIA	DATA	FONTE
BNDES deve ajudar Equador em projetos de irrigação e tratamento de água potável	27/05/2003	Agência Brasil – EBC
Encerra-se amanhã encontro internacional sobre ações de infraestrutura na Amazônia (Peru)	07/07/2003	Adital - Agência de Informações Frei Tito para a América Latina
Brasil procura rota para o Pacífico	23/10/2003	Agência Brasil – EBC
América Latina e Caribe adotam plataforma sobre energias renováveis	03/11/2003	Adital - Agência de Informações Frei Tito para a América Latina

Fonte: Elaborada pela autora a partir de buscas usando a palavra ‘IIRSA’ no site www.amazonia.org.br. Belém (2008).

É interessante observar que essas quatro notícias são de duas únicas fontes: Agência Brasil - EBC¹³⁷ e Agência de Informações Frei Tito para a América Latina - ADITAL¹³⁸. A primeira notícia da Agência Brasil, intitulada *BNDES deve ajudar Equador em projetos de irrigação e tratamento de água potável*, foi publicada em 27 de maio e reproduz o discurso de Lula quanto às oportunidades que se abrem com a IIRSA: "Nesse sentido estão previstos projetos de transporte fluvial e terrestre que permitirão acelerar a integração das regiões amazônica e andina e tornar realidade a ligação do oceano pacífico com o oceano atlântico".

Igualmente favorável a essa iniciativa, a segunda notícia dessa agência (*Brasil procura rota para o Pacífico*) foi publicada em 23 de outubro e ressalta que “um dos principais produtos que seriam comercializados pelo Brasil por meio da rota pacífica seria a soja produzida no centro-oeste brasileiro, um complemento alimentar muito valorizado pelos orientais”. Além disso, a matéria diz que, para o Brasil, a “a integração comercial com os Andes envolve uma questão estratégica: a saída para o Pacífico, o que daria acesso mais rápido e mais barato aos mercados asiáticos, especialmente Japão, China e Índia”.

A segunda notícia da EBC abre espaço para certas vozes manifestarem-se sobre a IIRSA: o deputado Agnaldo Muniz (PPS/RO), relator da subcomissão sobre a IIRSA, ressalta os números que podem ser alcançados a partir dessa obra de integração: “São 2,3 bilhões de pessoas [acesso] e US\$ 1,8 bilhão em comércio”, o deputado Miguel de Souza (PL/RO), então presidente dessa subcomissão, enfatiza a redução de tempo e de custos que os eixos possibilitarão na viagem de Porto Velho a La Paz, na Bolívia, e o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Demian Fiocca, que ressalta a necessidade de aproximar os países andinos com o Brasil.

Além desses representantes do Legislativo e do Executivo, a reportagem também ouviu o engenheiro Pedro Bara, coordenador dos Eixos da Amazônia da Corporação Andina de Fomento, que defende “uma exploração sustentável do potencial energético e turístico da

¹³⁷ A Agência Brasil é um dos canais da Empresa Brasileira de Comunicação-EBC, criada para implantar e gerir os canais públicos, aqueles que, por sua independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais de televisão. Foi criada pelo Governo Federal em outubro de 2007, através da Medida Provisória 398, que depois foi convertida pelo Congresso na Lei 11 652/2008.

¹³⁸ Segundo informações disponíveis no site da agência (www.adital.org.br), três entidades italianas (Fundação "Rispetto e Parità", Agência de Notícias "Adista" e a Rede "Radiè Resch") apresentaram ao Frei Betto, no Brasil em 1999, a proposta de organizar uma agência de notícias que divulgasse a vida e os processos sociais da América Latina e do Caribe. Em 2000, uma equipe começou a estruturar esta agência em Fortaleza/CE, nordeste brasileiro. Atualmente, a produção de notícias da ADITAL é feita por uma ampla rede de correspondentes na América Latina e Caribe e destina-se aos jornalistas e a diversos setores da sociedade civil espalhados pelo mundo. Também recebe informações de membros do Terceiro Setor: ativistas dos movimentos sociais e de redes de Direitos Humanos, líderes sindicais, trabalhadores urbanos e camponeses, além de docentes e discentes de universidades, grupos eclesiais e agentes de Pastorais Sociais de diferentes igrejas e tradições religiosas, como também de grupos que representam minorias, como índios, mulheres, etc.

região” e sugere “desenvolver hidrovias e conexões aéreas, em vez de pensar em rodovias, que são rapidamente engolidas pelas florestas e acabam muito caras”. Assim, observando-se esses atores que discursam abertamente nas matérias da Agência Brasil, apenas um demonstra se preocupar com os impactos ambientais (e financeiros) provocados pela obra, enquanto os demais ressaltam os benefícios estruturais e econômicos da obra.

No entanto, quando esse mesmo assunto é abordado pela ADITAL, a preocupação com o meio ambiente passa a ser realçada. Na matéria intitulada *Encerra-se amanhã encontro internacional sobre ações de infraestrutura na Amazônia (Peru)*, do dia 07 de julho, a agência contrapõe os interesses e enfoques de grupos distintos, dizendo: enquanto uns “debatem os projetos previstos pela IIRSA para região, que inclui hidrelétricas, rodovias, vias fluviais, gasodutos, em um investimento de 35 bilhões de dólares, outros grupos demonstram outra opinião. ONG’s de defesa do meio ambiente e organizações indígenas de países da região amazônica questionam a falta de difusão dos projetos e seus impactos, bem como a exigência de participar do processo de tomada destas decisões”. Esta postura da agência, de ecoar as vozes das organizações não-governamentais, é visível também na outra notícia sobre a IIRSA.

Produzida pela ADITAL com informações da assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a notícia intitulada *América Latina e Caribe adotam plataforma sobre energias renováveis* foi publicada no dia 03 de novembro abordando a Conferência Regional da América Latina e Caribe sobre Energias Renováveis, realizada no Itamaraty com a participação de representantes das áreas energética e ambiental da América Latina e Caribe. Além disso, esta notícia aborda um evento paralelo à Conferência, no Itamaraty, com representantes das organizações do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e de outros países da América Latina. Segundo a ADITAL, os membros deste encontro avaliaram as estratégias de acompanhamento e influência da sociedade civil frente à política energética regional e às ameaças à sustentabilidade social e ambiental que representam alguns projetos previstos na IIRSA.

Como se pode verificar, das duas agências de notícias, a que mais recorre a atores com preocupação ambiental é a ADITAL - provavelmente por ser mantida por membros do Terceiro Setor, inclusive ligados à questão ambiental. Mesmo quando ecoa, no caso da segunda notícia, vozes do Governo Federal (a notícia foi originada pela assessoria do Ministério das Relações Exteriores), a ADITAL chama atenção para a preocupação de ONGs e de movimentos sociais quanto aos riscos à sustentabilidade ambiental.

É de causar estranheza que um projeto do porte da IIRSA não tenha mobilizado a grande imprensa. A escassez de notícias sobre a temática repetiu-se no ano de 2004, quando somente quatro matérias foram publicadas – na verdade, apenas três, pois uma foi publicada duas vezes por causa de sua versão em inglês. A notícia publicada em dois idiomas é do dia 14 de setembro, da Agência Carta Maior, intitulada *Ministros falam de ambiente, mas apostam em negócios*. Outra notícia foi produzida pelo jornal Diário do Pará, no dia 23 de setembro, com o título *Basa vislumbra atuação pan-amazônica* e outra, cujo título é *Meio ambiente, agora, conta com uma comissão permanente exclusiva na Câmara dos Deputados*, foi produzida pelo ISA, no dia 26 de março de 2004.

Em 2005, o site Amazônia.org.br registrou um aumento significativo no número de notícias com referência à IIRSA: 17 ao todo, das quais cinco são do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (sempre ressaltando que a iniciativa vem sendo discutida entre governo e sociedade para tentar mostrar que há participação popular nesse processo, como também ressaltando que a integração regional é necessária para diminuir as desigualdades sociais) e ‘seis’ notícias (das quais, uma repete-se com versão em inglês e em espanhol) do Eco-Finanças, um programa que atua na área de finanças e sustentabilidade criado pela Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. As demais notícias foram produzidas pelas agências ADITAL e Carta Maior, pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Inacreditavelmente, apenas uma notícia foi produzida por um veículo de massa: a matéria intitulada ‘*BID vai destinar R\$ 20 bi a projetos de infra-estrutura*’¹³⁹, publicada pela Gazeta de Cuiabá em 07 de julho de 2005, com informações da Agência Estado, sucursal do Rio de Janeiro. A matéria aborda a criação de um fundo de R\$ 20 milhões para apoiar estudos de viabilidade de projetos de infraestrutura na América do Sul, aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O fato de a notícia ter sido divulgada apenas uma semana depois da criação do fundo reitera a nossa observação do explícito desinteresse da grande mídia pelo assunto.

Outra observação importante deve ser feita em relação aos motivos que trazem a temática à tona na esfera pública. No caso da IIRSA, a maior parte do noticiário é decorrente de um evento, seja um encontro internacional, uma conferência, um seminário ou reunião de parlamentares, como se verificou nos anos de 2003 e 2004. Já em 2005, o que provocou o aumento no número de notícias sobre a temática também foi um evento: o Seminário

¹³⁹ Com já dissemos anteriormente, por fidelidade às transcrições apresentadas neste trabalho, mantivemos a palavra infraestrutura com o hífen nessa transcrição, tal como era escrita antes da Reforma Ortográfica de 2009

Nacional da IIRSA, realizado no dia 23 de novembro no auditório do BNDES, no Rio de Janeiro, quando também aconteceu a primeira reunião sobre o projeto com a presença de representantes de grupos que não são dos governos ou do setor empresarial. Segundo a matéria divulgada pelo CIMI (*Há espaço para os povos na integração sul-americana?*), no dia 25 de novembro, em Brasília, essa reunião aconteceu muito tardiamente (cinco anos depois do início do planejamento do conjunto de projetos previstos pela IIRSA), impedindo a inclusão das expectativas e anseios de setores que não primam apenas pelo viés econômico dessa integração.

Através dessa matéria, o CIMI reclama que “a presença das entidades e redes não governamentais na reunião só existiu depois de meses de pressão e de mais de dois anos em busca de informações. Até agora, nem o BID nem o BNDES tinham assumido abertamente sua participação na IIRSA”. Além disso, este Conselho afirma que ‘a falta de clareza desse processo e a dificuldade de acesso a informações públicas foi um dos pontos criticados pelos grupos que participaram do encontro’. Essa posição do CIMI é reforçada, na matéria, com o depoimento de um representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), Luiz Fernando Novoa: “Não somos contra a integração entre os países. Mas a infra-estrutura não é neutra. Ela tem poder modelador, ela define o que será produzido. E, neste projeto, são construídos caminhos desconectados dos mercados regionais e internos. É um aprofundamento do modelo que temos hoje”. Ressalte-se que, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi realizado um estudo no âmbito da IIRSA apontando dez Eixos de Integração e Desenvolvimento: Andino, Amazonas, Peru-Brasil-Bolívia, Capricórnio, Escudo Guianês, Andino do Sul, Interoceânico Central, Mercosul-Chile, Hidrovia Paraná-Paraguai e Sul.

Diante das críticas e reclamações dos movimentos sociais nesse seminário, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do seu então Secretário de Planejamento e Investimentos, Ariel Pares, adotou o discurso da coletividade. Na matéria produzida pelo próprio ministério no dia 24 de novembro e intitulada *Governo e sociedade discutem integração sul-americana*, Pares diz que a ‘IIRSA é uma construção coletiva de um território de desenvolvimento’ e declara, enfaticamente: “Queremos criar um processo de discussão que envolva os governos nacionais, regionais e locais, assim como a sociedade civil e representantes do setor privado para construção das bases de um desenvolvimento sustentável de longo prazo”.

A partir desse evento, foram agendadas três audiências públicas sobre a IIRSA nas seguintes cidades: Campo Grande/MS, Foz do Iguaçu/ PR e Manaus/AM. Dentre os

convidados, estiveram representantes dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, do setor produtivo, de organizações não-governamentais e da academia. Também chamada de Oficina Regional, a primeira Rodada de Consultas para construção de uma visão estratégica das entidades locais sobre o assunto foi realizada no dia 07 de dezembro de 2005, em Campo Grande.

Na véspera do evento, a matéria do Ministério do Planejamento intitulada *Integração física Sul-Americana é discutida em Campo Grande* ressaltou o objetivo da audiência: “discutir a importância da integração física sul-americana para o desenvolvimento sustentável do centro-oeste, além de dar melhor conhecimento à sociedade quanto às atividades da iniciativa IIRSA”. Claramente, essa intenção reforça o discurso de coletividade adotado por esse Ministério ao propor dar uma satisfação à sociedade sobre esta iniciativa, expondo os projetos previstos e os seus eixos de integração física, como também já qualifica o desenvolvimento que possa vir a ser alcançado como sustentável – um termo capaz de amenizar os impactos ambientais provocados por grandes projetos e ações desenvolvimentistas que vem sendo feitas na Amazônia.

Apesar da quantidade de recursos, regiões, países, projetos e interesses envolvidos na IIRSA, é surpreendente como este assunto não pautou a grande imprensa nacional no período de 2003 a 2005. Nem mesmo o seminário no auditório do BNDES, com a participação e questionamentos de grupos e entidades sociais não tiveram repercussão no campo midiático, provocando-nos certos questionamentos: quais os interesses que estão por trás desse ‘silêncio’? Por que os órgãos do governo e as entidades representativas de grupos e movimentos sociais não conseguiram emplacar a temática como pauta nos veículos de comunicação nacional? A correlação de forças entre esses agentes sociais não é interessante para o campo midiático?

Mesmo não possuindo todas as respostas, chegamos à conclusão de que é bem mais comum a mídia pautar o campo político do que vice-versa. Afinal, o campo midiático tem a capacidade de pautar a sociedade e os demais campos, tendo, portanto, as operações de agendamento como uma de suas regularidades. Sabe-se que a mídia é um espaço onde as disputas simbólicas estão acontecendo sempre, onde se materializa o campo midiático - um instrumento de manutenção da ordem simbólica.

Bourdieu (1997), ainda em sua crítica à televisão, desvenda o funcionamento, a influência e os mecanismos do campo jornalístico (mais específico que o campo midiático), ressaltando que este campo está cada vez mais sujeito às exigências do mercado (dos leitores e dos anunciantes). Portanto, acrescenta este sociólogo, torna-se necessário examinar como a

restrição estrutural exercida por esse campo, ele próprio dominado pelas pressões do mercado, modifica mais ou menos profundamente as relações de força no interior dos diferentes campos. Como bem definiu Acselrad (2002), as mudanças nas relações de forças sociais especializadas tratam-se do entrelaçamento de discursos e práticas. As declarações, citadas aqui, de atores que participaram do seminário sobre a IIRSA retratam essa definição de Acselrad, especialmente quando representantes do Governo Federal passam a adotar também o discurso da coletividade e do desenvolvimento sustentável – e não mais apenas o discurso da necessidade de integrar e aproximar os países andinos com o Brasil, como também da necessidade de integrar para reduzir as desigualdades sociais e acelerar o crescimento econômico¹⁴⁰.

No ano de 2006, o volume de notícias publicadas no site Amazônia.org.br com referência à IIRSA foi mais do que triplicado em relação a 2005: 57 matérias. Com isso, percebe-se, então, que durante o último ano da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados esse assunto passa a ocupar espaço na grande mídia, ganhando repercussão, inclusive, na imprensa internacional, como no jornal francês *Le Monde*¹⁴¹, e nos jornais amazônicos *O Liberal*, de Belém do Pará, e *A Crítica*, de Manaus, estado do Amazonas. As demais notícias foram produzidas por agências de notícias (como a própria ADITAL e a Carta Maior), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da ONG Amigos da Terra e de outras entidades do Terceiro Setor, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Desse total, 23 notícias, ou seja, 40 citam a IIRSA em abordagens sobre o Complexo Hidroelétrico e Hidroviário do Rio Madeira – o qual se constitui um dos dez eixos de integração previsto pela IIRSA – no caso, o “Eixo Peru-Brasil-Bolívia” que, segundo artigo intitulado *O que está em jogo no megaprojeto do Madeira*¹⁴², publicado pelo CIMI no dia 03 de maio de 2006, contaria com duas usinas brasileiras, uma usina binacional e outra boliviana no planejamento do BID.

¹⁴⁰ Para mais informações, contexto e posicionamento de representantes do governo brasileiro sobre a IIRSA, ver as seguintes notícias disponíveis no site Amazônia.org.br: **Brasil procura rota para o Pacífico** - 23/10/2003, Brasília – DF, Agência Brasil / EBC; **Governo e sociedade discutem integração sul-americana** - 24/11/2005, Brasília – DF, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; **Integração regional é necessária para diminuir desigualdades** - 24/11/2005, Brasília – DF, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; **Integração física Sul-Americana é discutida em Campo Grande** - 06/12/2005, Brasília – DF, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

¹⁴¹ Além de ser o foco da matéria **Relevância da integração latino-americana não esconde contradições**, publicada em 26/01/2006, a IIRSA é citada no *Le Monde* na matéria **Cientista defende salvação da Amazônia com cadeias produtivas**, no dia 21/08/2006, na qual este periódico reproduz uma entrevista feita pelo jornal O Estado de São Paulo com a geógrafa Bertha Becker.

¹⁴² Este artigo é assinado por Luis Fernando Novoa, membro da ATTAC, da REBRIP e do GT Integração. Disponível em: < <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=207252>>

Já as notícias cujo enfoque é diretamente direcionado à IIRSA representam 42%, isto é, 24 notícias. Deste total, quatro são da Agência Brasil – EBC e abordam a relação da sociedade com o projeto, três são do BID e enfocam os empréstimos para a execução de obras previstas na IIRSA. As demais são da Agência Carta Maior (falam sobre a polêmica provocada pelo modelo de integração da América do Sul), da Agência Câmara e dos veículos midiáticos A Crítica, 24 Horas News e Le Monde. Também há textos Revista do Terceiro Setor (Rets), do site Amazonia.org.br e do Instituto Envolverde (cuja Revista Digital é especializada em Meio Ambiente e Desenvolvimento), além de matérias não-assinadas.

Apesar do noticiário sobre a IIRSA ter se intensificado nos anos de 2005 e 2006, ocupando espaço também em veículos de abrangência regional, nacional e até internacional, esta temática não foi abordada maciçamente – e tão pouco foi discutida amplamente com a sociedade civil, uma vez que a falta de diálogo entre os setores envolvidos, interessados e/ou atingidos pela iniciativa foi amplamente criticada por organismos do Terceiro Setor. Outro agravante apontado por pesquisadores, ativistas, ambientalistas e outros grupos sociais é a escassez de informação sobre os impactos que os projetos previstos na IIRSA podem provocar. Tanto o Governo Federal quanto as instituições de fomento quando falam da iniciativa, abordam sempre o seu aspecto positivo e a necessidade de integração, reunindo discursos que ecoam vozes de setores favoráveis ao projeto.

No entanto, até mesmo esse aspecto foi pouco divulgado, levando-nos a constatar que um possível significado desse ‘silêncio’ (na análise de discurso, como dissemos, os silêncios também são portadores de sentidos) é justamente a intenção de não chamar a atenção da sociedade civil para o projeto, protelando, dessa forma, um debate mais aprofundado, questionamentos, alterações e ações contra o projeto, ou seja, evitando o fortalecimento da crítica ao projeto no âmbito da esfera pública. Afinal, a diversidade de ideias está relacionada ao discurso, que se configura como um instrumento pelo qual os homens podem mudar a sua visão, sua opinião e a sua realidade.

5 CONCLUSÕES

A história tem mostrado que, no plano nacional, o tão falado desenvolvimento da Amazônia requer um esforço de construção de alianças – que envolveria sociedade civil, governos e atores privados, respeitando-se as especificidades culturais, ecológicas, sociais e econômicas da região. Desde os tempos coloniais, os recursos naturais já se constituíam em um grande trunfo para o futuro ‘progresso’ do país, ou seja, o valor do mundo natural correspondia, principalmente, a sua importância econômica e política. Muitos pensadores daquela época defenderam o ambiente natural devido a sua relevância para a construção nacional, mas não conseguiram evitar a exploração desordenada deste ambiente.

O tão almejado progresso se manifestou, porém, a um preço muito alto. A humanidade não escapou das ameaças provocadas pelo aquecimento global. O Brasil praticamente perdeu a sua mata Atlântica e registra severos índices de desmatamento na Amazônia nas últimas décadas. Esse cenário sombrio indica, claramente, que a conservação e as formas de aproveitamento dos recursos naturais se tornaram questões-chave, neste século, para o planeta. E a sustentabilidade possibilita novas realidades materiais.

Com o seu extraordinário potencial de recursos naturais, a Amazônia passou a ser considerada *locus* privilegiado para a expansão do processo de acumulação capitalista em desenvolvimento no Brasil. Isso lhe impõe dois caminhos: ou repetir o passado colonial de muitos outros povos ou assumir uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, adotando um modelo em harmonia com a sua vocação florestal e situação geográfica. Caso contrário, a Amazônia vai continuar servindo apenas para gerar divisas e dólares para pagar a dívida pública - e os discursos, de muitos que se dizem ‘filhos’ e representantes da região, terão cada vez mais dissonância com a realidade amazônica brasileira.

Ao fazermos nossa análise, constatamos que o discurso dos parlamentares sobre a Amazônia é constituído de elementos muito semelhantes, como o teor, a enunciação, o sujeito do enunciado e a argumentação, adotando-se enfoques e estratégias praticamente na mesma linha – sejam esses atores pertencentes à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal. No caso da CAINDR, é muito comum ouvir os deputados falarem da grandeza (territorial, de recursos naturais, etc.), do potencial (energético, turístico, mineral, só para citar alguns) e dos problemas da região (funditários, de soberania, biopirataria, pobreza, dentre outros),

abordando questões sobre temáticas diversas – especialmente quando destacadas pelo noticiário midiático.

Como fruto da relação entre o campo político e o campo midiático, os assuntos mais constantes nos discursos dos parlamentares da CAINDR durante os quatro anos da 52ª Legislatura foram: os conflitos indígenas, especialmente na reserva Roosevelt, em Rondônia; as questões energéticas, com destaque para gasodutos e hidrelétricas em implantação, construção ou ampliação; os planos e programas de desenvolvimento formulados pelos governos estadual e federal (neste caso, através de seus órgãos e ministérios) e/ou por instituições de ensino e de pesquisa. O noticiário midiático também repercutiu, nessa comissão, diversas denúncias – sejam contra ONG's estrangeiras, sejam sobre a biopirataria e a ameaça à soberania nacional devido à fragilidade da presença do exército brasileiro nas regiões de fronteira.

Independente de estar ou não em foco na mídia, certos temas tem abordagem constante nos debates e ações da CAINDR, como infraestrutura e integração¹⁴³, principalmente no que diz respeito à construção civil e ao setor de transporte. Esta constatação é baseada no exemplo da IIRSA, cujo noticiário no período da 52ª Legislatura foi extremamente parco e, ainda assim, este assunto pautou diversas ações na CAINDR e constituiu-se como temática de uma subcomissão – que foi criada em 2003, mas ficou em atividade até 2005. No ano de 2006, o assunto foi tema de audiência pública realizada no dia 30 de maio, como resultado do requerimento nº 19/2006, apresentado pelo deputado Miguel de Souza, então presidente da CAINDR. Foi a última audiência realizada naquele ano, cujas atividades foram prejudicadas pelas atividades eleitorais.

Em nossa análise, percebemos certas regularidades discursivas, como as expressões 'proteger as florestas', 'preservar o meio ambiente', 'povo sofrido', 'cuidar das populações locais', 'promover o desenvolvimento sustentável'. No entanto, essas regularidades presentes no discurso, comumente, não são transferidas para a maioria dos projetos e ações desses atores políticos. Novamente, temos a IIRSA como exemplo, uma vez que aquela audiência do dia 30 de maio não teve, dentre os seus convidados, quaisquer representantes da área de meio ambiente, de instituições de pesquisa, de comunidades indígenas ou de outros povos atingidos pelo projeto. Os convidados para a audiência foram exclusivamente autoridades ligadas às

¹⁴³ A recorrência da temática Integração ampara-se, inclusive, no fato da integração regional ser, desde 2004, uma das atribuições da CAINDR – o que permite que as vozes dos setores da construção civil e do capital privado estejam sempre ecoando na comissão.

pastas de transporte, planejamento e relações exteriores do governo federal¹⁴⁴. Ou seja, uma audiência que, a priori, não fomentaria o confronto dentre as autoridades que compuseram a mesa, caracterizando-se muito mais como uma palestra do que como um debate em si.

Quanto aos temas ‘infraestrutura’ e ‘integração’, abordados na comissão mesmo quando não são enfocados pela mídia, costumam ser defendidos pelos atores da CAINDR em nome do chamado Desenvolvimento – o qual, na percepção de muitos parlamentares desta comissão, perpassa pela melhoria das condições de transporte, da geração de energia, do avanço de fronteiras através do agronegócio e da pecuária e da exploração de minérios e outros recursos naturais para acelerar o crescimento econômico da região.

Dentre os projetos apresentados na comissão que são relacionados ao tema ‘Desenvolvimento’, identificamos como os mais comuns os que propõem a criação de Polos, Eixos ou Regiões Integradas de Desenvolvimento para beneficiar municípios de determinadas regiões com incentivos fiscais, padronização de serviços federais e estímulo para atividades produtivas – o que poderia ser considerado como uma possível reedição da política de incentivos para ocupação da Amazônia. Na defesa desses projetos e ações, alguns deputados sustentam discursos explicitamente desenvolvimentistas, argumentando que a ‘Amazônia tem o direito de se desenvolver, a exemplo do que ocorreu com estados brasileiros mais ricos e/ou países desenvolvidos’ – mesmo que, para isso, seja preciso continuar desmatando a região.

Como se verificou, outro tipo de projeto amparado na bandeira do chamado ‘desenvolvimento’ é o que autoriza a criação de distritos na região – sejam industriais ou agropecuários. Basta lembrarmos os 67 projetos de lei apresentados em 2003 autorizando a criação de distritos agropecuários nos estados do Amapá, Roraima e Amazonas, ou seja, 72% dos projetos de uma única sessão legislativa. A imensa quantidade de projetos desta natureza também confirma a nossa hipótese de que o tipo de desenvolvimento defendido na CAINDR representa o desenvolvimento econômico, favorecendo o avanço de fronteiras, possibilitando que a cultura do desmatamento venha sobrepor-se à cultura da floresta e dando prosseguindo ao modelo espoliativo e concentrador implantado há tempos na Amazônia brasileira.

Esse modelo é reforçado por muitos projetos que defendem ‘infraestrutura’ e ‘integração’ como um meio de desenvolver a região. No entanto, é necessário questionar a lógica dos projetos de integração para que não se resumam a uma integração comercial,

¹⁴⁴ Conforme solicitado no requerimento nº 19/2006, foram convidados para essa audiência pública: Francisco Luiz Baptista Costa, diretor do Departamento de Planejamento e Avaliação da Política de Transportes da Secretaria de Política Nacional de Transportes; Ariel Cecílio Garces Pares, secretário de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; José Eduardo M. Felício, subsecretário-geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.

priorizando os mercados externos em detrimento do mercado interno e, conseqüentemente, de suas populações locais. Da mesma forma, é preciso questionar se a infraestrutura prevista nesses projetos não estaria voltada apenas para gerar energia para outros projetos da iniciativa privada ou para facilitar a exportação de gás natural e petróleo, de grãos, de gado, madeira, papel e celulose, entre outros produtos. É importante ressaltar que os grandes projetos de infraestrutura têm o poder de consolidar determinadas trajetórias de desenvolvimento e definir linhas futuras. Além disso, a história da Amazônia mostra que os grandes projetos implantados na região têm servido para reestruturá-la em marcos privados e transnacionais, desfigurando o meio ambiente, as economias locais e os saberes tradicionais.

Atualmente, ainda se confunde integração, infraestrutura e crescimento econômico com desenvolvimento - confusão conceitual muito visível na CAINDR, cuja maioria dos atores adota diversos discursos e estratégias para justificar a defesa pela integração da Amazônia. Dentre os seus argumentos para reafirmar a necessidade de integrar a região, está o seu isolamento geográfico, a fragilidade das fronteiras brasileiras e a cobiça internacional, o que estaria colocando em risco a soberania do país, segundo o discurso dos parlamentos. Estes atores reclamam, ainda, do descaso sucessivo dos governos e da falta de investimentos na região, o que estaria levando a população amazônica ao abandono e à pobreza.

Como forma de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e alcançar melhores condições de vida para os povos da região, muitos parlamentares defendem investimentos em atividades produtivas com potencial de crescimento econômico, independentemente dos impactos ambientais que esses investimentos possam trazer e da sua real capacidade de reduzir as mazelas sociais. É preciso rever os modos de produção e pautar a economia pelo viés da sustentabilidade, formatar um modelo de desenvolvimento sustentável que sirva não somente para os pequenos projetos (mas também para os grandes), um modelo que considere a sustentabilidade ambiental e social muito mais do que um acessório discursivo para mascarar os interesses do mercado. Este é um desafio a ser enfrentado pelas atuais e futuras gerações.

A CAINDR, cuja competência é promover a integração nacional e o desenvolvimento regional, constitui-se em um importante fórum de debates sobre a Amazônia – realizando muito mais audiências públicas, seminários, mesas-redondas e outros encontros do que reuniões ordinárias deliberativas. Os dados que extraímos dos relatórios confirmam a sua natureza discursiva: no período de 2003 a 2006, a comissão realizou 107 reuniões de debates e apenas 77 reuniões ordinárias. Além desta diferença significativa, constatamos que esta comissão apresenta e aprecia muito mais requerimentos do que projetos. Durante a 52ª

Legislatura, a diferença foi excepcional: 402 requerimentos para apenas 72 projetos apreciados – 5,5 vezes a mais. Como a maioria dos requerimentos solicita a realização de audiências públicas, esta constatação também confirma a natureza discursiva da comissão.

Como se pode verificar, a CAINDR caracteriza-se como um fórum mais voltado para as proposições internas. No entanto, devemos ressaltar que, por mais que a maioria das ações e documentos da comissão seja de natureza interna, não significa que estas iniciativas não tenham importância para alcançar a vocação maior desta comissão: o desenvolvimento da Amazônia. Porém, é importante ressaltar, também, que no jogo político, até mesmo essa natureza discursivo-interna tem o seu papel, os seus interesses, pois é portadora de sentidos e ecoa vozes de determinados setores e atores. Será que essa tendência de fazer mais discursos do que leis não seria uma estratégia para não chamar a atenção da opinião pública? Uma vez pautada pela esfera pública, a comissão atrairia diversos olhares para si e, provavelmente, teria que rever certos conceitos, como o próprio conceito de desenvolvimento amparado no crescimento econômico, fortemente defendido pela maioria dos membros desta comissão.

A partir do enfoque sobre o tipo de desenvolvimento defendido para a Amazônia no âmbito da CAINDR, sobre as práticas discursivas de seus parlamentares e sobre o retrato que estes constroem da região, nossa pesquisa percorreu um longo caminho para chegar até aqui. Ainda há muito que explorar, analisar, estudar, investigar, aprofundando a abordagem de temáticas relacionadas às categorias analíticas em foco, ouvindo outros atores, especialmente os convidados para as audiências públicas, seminários e outras reuniões de debates - atores que, com toda certeza, trariam contribuições valiosas para este trabalho. Porém, fizemos um recorte, definimos critérios e adotamos determinados instrumentos para delimitar o nosso objeto e chegar a este ponto.

A expectativa que nos move é a de que este trabalho possa contribuir para o debate acadêmico sobre as diretrizes de políticas públicas construídas no âmbito do legislativo para a Amazônia, um campo privilegiado de discursos e discussões, onde as correlações de forças envolvem diversos setores e atores, provocando conflitos e intensas disputas simbólicas - e materializando os mais distintos sentidos discursivos.

Nessa arena de confrontos, focar os discursos referentes ao desenvolvimento da região conduziu-nos, com toda certeza, à reflexão não apenas sobre as relações que constituem o lugar de produção de tais discursos, mas também sobre os seus sentidos, objetivos, vínculos e relações, sejam estes opostos ou convergentes.

Dessa forma, ao relacionar discurso político, mídia, desenvolvimento, sustentabilidade e Amazônia, esta tese confirma-se como fruto de um programa interdisciplinar e retrata os

desafios que enfrentamos na ousadia de transitar por campos distintos em um mesmo trabalho. Ao abordar Política e a Comunicação através de um eixo condutor, no caso o desenvolvimento na Amazônia, esta pesquisa traz contribuições valiosas no estudo sobre esta região, indicando quais são as prioridades, temáticas, projetos e o tipo de desenvolvimento defendido pelos membros da CAINDR, um fórum que se diz representativo da Amazônia. Um trabalho que faz o retrato desta comissão.

Igualmente, também é importante ressaltar que, sendo ou não considerado uma novidade ou simplesmente uma constatação do que se já suspeitava, o resultado desta pesquisa nos indica o perfil da CAINDR, revelando quem são e o que pensam os seus membros, o que eles discutem, quais as suas prioridades e interesses, o que buscam, o que e a quem representam e, principalmente, qual o modelo de desenvolvimento que apresentam. As respostas encontradas confirmaram nossas hipóteses, mostrando que a concepção de desenvolvimento neste fórum é o imaginário desenvolvimentista e que o grande enunciador global dos discursos presentes na comissão é a racionalidade capitalista.

Portanto, a partir do resultado desta pesquisa, obtido após exaustivo levantamento e análise de discursos e de dados referentes à CAINDR, nós, enquanto pesquisadores e sociedade civil organizada, podemos inserir novos temas e conceitos nos debates realizados nesse fórum e procurar mudar essa realidade. Enfim, essa é a originalidade desta tese, cujo enfoque no legislativo ainda é pouco abordado no Brasil e cuja discussão tende a se desdobrar a cada etapa, exigindo que se mantenha o foco muito bem definido – o que conseguimos com bastante êxito.

Desta forma, esperamos que este estudo possa provocar outras pesquisas, outros enfoques sobre a Amazônia no legislativo e sobre a relação entre política e comunicação tendo como norte o desenvolvimento da região, como também levantar questões de interesse à história política e social da região, ajudando a descortinar novos rumos e alternativas para o seu desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Aparecida. **Hannah Arendt e os limites do novo**. Rio de Janeiro: Azougue, 2004. Coleção Invenção & Crítica.
- ACSERALD, Henri. Território e Poder: a política das escalas. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- AFONSO, Gilmar Francisco. **Voleibol de praia: uma análise sociológica da história da modalidade (1985 – 2003)**. 2004. 225 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2004. Disponível em:
<<http://www.dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/18846361/AfonsoGF.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2007.
- ALKMIM, Sérgio Vaz. O que é Política? **Jornal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, ano 10, n 102, maio, 2009. (Encarte Especial).
- ALDÉ, ALESSANDRA. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, Jorge. A conquista do lugar de fala e a fala fora do lugar nos discursos de FHC e Lula sobre o Real. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria G.; PINTO, Milton José (Org.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.69-91
- ALVES, Rubem. **Conversas sobre política**. 2. ed. Campinas: Verus, 2002.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin-Claret, 2001.
- _____. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. 17. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2003. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/atlas/dl/Tutorial_Atlas.pdf> Acesso em: 31 mar. 2007.
- AUTHIER-REVUZ, Jackeline. Heterogeneidade(s) enunciativa (s). **Cadernos de Estudos de Linguística**. Campinas: UNICAMP; IEL, jul./dez.1990.

BANERJEE, Subhabrata. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (Org). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Belém: UNAMAZ/ UFPA; NAEA, 2006, p. 77-128.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARCELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves et al. (Org.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana; FIORIN, Luiz (Org.). Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2003 (Ensaio de cultura, n.7)

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1997.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 1991.

_____. **A Sociedade do consumo**. São Paulo: Edições 70 – Brasil, 2010.

BONELLI, Moema. **Proposições legislativas sobre desenvolvimento rural**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/arquivo_321.pdf. Acesso em: 12 jul. 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

_____. CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

_____. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2001.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de: Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2006.

BRAGA, José Luiz. Lugar de fala como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos**. São Leopoldo, RS: Centro de Ciências da Comunicação, nov. 2000.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise de discurso**. Campinas: Unicamp, 1996.

BRASIL. Congresso. Câmara dos deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**: aprovado pela Resolução n. 17, de 1989. 7. ed. Brasília, DF, 2006.

CARIA, Telmo. Da estrutura prática à conjuntura interactiva – relendo o esboço de uma teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa, n. 64, dez. 2002. Disponível em: <http://home.utad.pt/~tcaria/actividades_interesses/Bourdieu.pdf>. Acesso em: 24 set. 2007.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo; CARNEIRO, Egina Carli de Araújo Rodrigues. **Notas introdutórias sobre a análise do discurso**. 2007. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/artigos/2007s1/notas-introductorias-analise-do-discurso-fundacao.html>> Acesso em: 15 maio. 2010.

CARVALHO, Izabel. **Educação, meio ambiente e ação política**. Rio de Janeiro: IBASE, 1997. Projeto Roda Viva. Disponível em: < <http://www.intelecto.net/cidadania/meio-6.html>> Acesso em: 2 maio. 2005.

CARVALHO, Olavo de. **Aristóteles em nova perspectiva**: introdução à teoria dos quatro discursos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTEL, Robert. A escolha do estado social. **Revista Sociologias**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, ano 2, n. 3, p.18-35, jan./jun. 2000.

CASTRO, Edna. **Globalização, dinâmica dos atores sociais e novas frentes do desmatamento na Amazônia**. Belém: UFPA, 1998. (Papers NAEA).

_____. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, Armando. **Amazônia, terra e civilização**: uma trajetória de 60 anos. Belém: Banco da Amazônia, 2004. v. 1, p. 45-78.

_____. A Amazônia e seu lugar central na integração Sul-Americana. In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2008, p.21-45.

_____. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Santarém, PA: UFOPA, 2010

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti; ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. A análise do discurso político. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, Maringá, v. 30, n. 2, p. 121-128, dez. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/4771/4771>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

CHALOULT, Yves. Estratégias de integração da América do Sul e seus atores. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, DF: v. 13, n.2, jul./dez. 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours**. Paris: Hachete, 1983.

_____. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S. M. Correa. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006b.

COSTA, Luciana Miranda. **Discurso e conflito**: dez anos de disputa pela terra em Eldorado do Carajás. Belém: UFPA 1999. 247 p. (Prêmio NAEA - Mestrado)

_____. **Sob o fogo cruzado das campanhas**: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia. 2004. 337 f. Tese (Doutorado) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

COSTA, Marisa Vorraber. O diálogo entre a ciência e o mundo – uma agenda para jovens pesquisadores e pesquisadoras. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PRÊMIO VASCONCELLOS TORRES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. 11. , 2001. Niterói, RJ: **Anais ...** Niterói, RJ: UFF. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/neccso.html>> Acesso em: 4 abr 2005.

CUNHA, Elaide Martins da. **Aspectos da comunicação política em cidades de pequeno, médio e grande porte no Pará**: configurações do marketing eleitoral. 1998. 252 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 1998.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM Editores, 2005.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

DUTRA, Manuel Sena. **A Natureza da TV**: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta... Belém: UFPA, 2005. 279 f. (Prêmio NAEA – Doutorado).

FAORO, Raymundo. "A questão nacional: a modernização". **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo: IEA-USP, v.6, n.14, jan./abr. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0141992000100002&script=sci_arttext> Acesso em 30 mai 2007.

FEARNSIDE, Philip. **Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável para a Amazônia rural**. Manaus: INPA, 1997. Disponível em <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/1997/Servi%C3%A7os%20Ambientais%20como.pdf> Acesso em 25 out. 2010.

_____. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. **Megadiversidade**. v. 1, n.1. p. 111-123, jul. 2005.

FERNANDES, Carina. ONGs preenchem papel do Estado. **Correio do povo**, Porto Alegre, p.7, 26 dez. 2004.

FERREIRA, Jairo. Reprodução, transformação e poder simbólico no campo das mídias: a circulação do discurso das ONGs em dispositivos digitais na Web. Cátedra de Comunicação Comunitária da Universidade de Buenos Aires/ PPGCC. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN DE LA COMUNICACIÓN-ALAIC, 2004. Unisinos-RS **Anais...** Unisinos-RS, 2004. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/alaic/trabalhos2004/gt15/jairoferreira.htm>> Acesso em: 14 nov. 2006.

FIGUEIREDO, Carlos. O poder simbólico da notícia: mídia, eleições e escândalo político. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. 6., 2008. São Bernardo do Campo. **Anais...** São Bernardo do Campo: UMESP, nov. 2008.

FISCHER, Tania. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: _____. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours**. Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Tradução de Edmundo Cordeiro e António Bento. Paris: Gallimard, 1971.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRADE, Laura. **Racionalidade e ação coletiva no parlamento**. Brasília, DF: 2001. Disponível em: <<http://www.ucb.br/comsocial/mba/RacionalidadeGruposdePressao.pdf>> Acesso em: 31 mar. de 2006.

_____. **O que o Congresso Nacional brasileiro pensa sobre criminalidade**. 2007. 271 f. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

_____. **Legislativo e participação social**. Disponível em: <<http://www.ucb.br/comsocial/mba/LegislativoeParticipacaoSocial.pdf>> Acesso: em 05 maio. 2010.

FRANCISCO, José. Meio ambiente Construído: pela desconstrução mínima e socialmente engajada. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. 2., 2004. Indaiatuba. **Anais ...** Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Disponível em <<http://www.anppas.org.br>> Acesso em: 31 mar. 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FRIDMAN, Luis Carlos. Pós-modernidade: sociedade da imagem e sociedade do conhecimento. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. **SciELO**. v.6, n.2., p. 353-375. Rio de Janeiro, jul./out. 1999.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: Enfoque Interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980, p. 79-92.

GARZON, Luis Novoa Garzon. IIRSA: o futuro do continente como mercadoria futura. **Semanário Peripecias**. Montevideú, n. 87, 5 mar.2008 (Uruguai-D3E/CLAES). Disponível em: <<http://www.integracionsur.com/americalatina/NovoaGarzonIirsaFuturo.htm>>. Acesso em: 5 out 2010.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GRAMSCI, Antônio. **Poder, política e partido**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GRAZIANO, Xico. Explorar sem destruir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2005.

GUERRA, Marcionila; FERNANDES, Lemuel. **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Belém: UNAMAZ; UFPA; NAEA, 2006.

GUIMARÃES, Roberto. Modernidad, Meio ambiente y etica: un nuevo paradigma de desarrollo. **Revista Ambiente e Sociedade**. São Paulo, ano 1, n. 2, p. 5-24, 1998.

HABERMAS, Jürgen. Racionalidade da ação e racionalização social. **Teoria de la acción comunicativa**. Buenos Aires: Taurus, 1989.

HARVEY, David: **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELFER, Inácio; AGNES, Clarice. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 5. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2001.

HERCULANO, Selene. **Em busca da boa sociedade**. Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOHLHEPP, Gerd; COY, Martins (Coord.). **Amazônia Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

LANI, Silvia Helena. **Aplicações contemporâneas da retórica clássica aristotélica no discurso publicitário da mídia impressa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Paper). Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/4_Sylvia_Helena_L.pdf>. Acesso em: 17 out. 2010.

LIMA, Regina Lúcia Alves de. A política e seu funcionamento discursivo: estratégias, marcas e contratos. **Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo: UMESP, n. 26. 1996.

_____. *Voices em cena: as disputas simbólicas de sentido no espaço público mediatizado*. **Revista Brasileira de Estudos de Jornalismo**. São Paulo, ano 1, n. 1, set. 2002. Publicação online do Núcleo de Estudos de Jornalismo-Intercom. Disponível em: <<http://www.unaberta.ufsc.br/index.html>> Acesso em: 11 dez. 2006.

LOYOLA, Maria Andréa. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

LOPES DA SILVA, Manuel José. *Perspectivas weberianas da sociedade*. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. v. 5, n.3, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br>> Acesso em: 20 nov. 2006.

MAIA, Rousiley C. M. **Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação**. Brasília, DF: UnB, 2001. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MALDIDIÉ, Denise. *Elementos para uma história da análise de discurso na França*. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos da leitura**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1995. p-33-49.

MARTINS, Maurício Vieira. *Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.19, n.56, 2004.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: PAULUS, 2003.

MAQUIAVELLI, Niccoló. **A arte da guerra: A Vida de Castruccio Castrani**. Belfagor, o Arquidiabo. O Príncipe. Pensamento Político. 3. ed. Brasília, DF: UnB, 1987.

_____. **O príncipe**. São Paulo: Hemus, 1977.

MATHIS, Armim. **Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional**. Belém, Grupo Amazônia 21 (s.n.t) Disponível em: <<http://www.gpa21.org/br/pdf/8Instrumentos.pdf>> Acesso em: 30 maio. 2010.

MENDES, Armando & SACHS, Ignacy. *A inserção da Amazônia no mundo*. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.). **Faces do trópico úmido: Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP; NAEA; UFPA, 1997.

MENDES, Armando. **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

_____. **A invenção da Amazônia:** alinhavos para uma história de futuro. 3. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista Lua Nova: Cultura e Política.** São Paulo, n.55-56, p.155-184, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n55556.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

MORHY, Erika; FERREIRA, Tatiana. Sem política estratégica, Amazônia desconhece a Amazônia. **Beira do Rio.** Belém: UFPA, n. 24, p. 4. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/beiradorio/arquivo/beira24/noticias/noticia4.htm>> Acesso em: 20 out. 2007.

MOTTA-ROTH, Désirée. Abordagens investigativas no estudo de práticas discursivas: uma questão de metodologia ou de bom senso? Universidade Federal de Santa Maria. In: FREIRE, Maximina M.; ABRAHÃO, Maria Helena Vieira; BARCELOS, Ana Maria Ferreira (Org.). **Linguística aplicada e contemporaneidade.** São Paulo: ALAB, 2005; Campinas, SP: Pontes, p. 65-83. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/desireemroth/publi/CBLA2005-Pesquisa_como_bom_senso.pdf> Acesso em: 20 out. 2007.

MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade:** Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 27-40.

NOVAES, Washington. Amazônia: sentar à mesa. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 6 ago. 2004. Espaço Aberto, p. A2.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas de discurso. Campinas: Pontes, 1987.

_____. (Org.). **Gestos de leitura:** da história do discurso. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Os Recursos do Futuro: um outro discurso.** Laboratório de Estudos Urbanos/NUDECRI. Multiciência. **Revista Interdisciplinar dos Centros e Núcleos da Unicamp,** Campinas, SP, v.1, 2003.

PAIM, Elisangela Soldatelli. **IIRSA:** é esta a integração que nós queremos? Publicação do Núcleo Amigos da Terra/Brasil e da Rede Brasil. Porto Alegre, 2003. Disponível em <http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes_financieiras/iirsa%202003.pdf> Acesso em: 6 out. 2010.

PASQUIS, Richard (Coord.) et al. **As Amazônias:** um mosaico de visões sobre a região. Brasília-DF, 2003. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/arquivos/78645.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

PAULA, Elder Andrade de. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. 2003.187 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Retrato falado: uma análise das "falas" de garotinho através do gênero textual "frases"**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno05-05.html>>. Acesso em: 8 mar. 2007.

PINTO, Lúcio Flávio. Amazônia: perda no rumo da história. In: KOHLHEPP, Gerd; COY, Martins (Coord.). **Amazônia sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005. p. 15-21.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discurso**. São Paulo: Hacker, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RAMAGEM, Sonia. Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista Humanidades: as tensões do espaço: a geografia como ciência do século XXI**. Brasília, DF: UnB, n. 40, 1998.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. **Dialogismo ou polifonia?** Taubaté: Universidade de Taubaté, 2003. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf>> Acesso em 17 Out. 2010

REDCLIFT, Michael. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003. p. 47-74.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0501/09.htm>> Acesso em: 13 mar. 2007.

REYDON, Bastiaan Philip ; MUNIZ, Maria José Dantas. **Colonização na Amazônia: uma alternativa para seu desenvolvimento sustentável?** Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 1982. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/mterras/amazonia.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

_____. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>> Acesso em: 16 set. 2007.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. 2, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0402/08.htm>> Acesso em: 24 mar. 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martin-Claret, 2006.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel V. de (Org.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e Política no Brasil: Estudos e Perspectivas. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS DE LA COMUNICACIÓN, 4., 1998. Recife. **Anais...** Recife, 1998.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Educação ambiental: a produção do sujeito e a questão das representações sociais. **Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande: FURG, v. 4, out./nov./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/mea/remea/vol4c/aloisio.htm>> Acesso em: 20 out. 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001.

_____. Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária? In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2002. (palestra proferida no dia 28 de janeiro de 2002, Eixo III). Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/fsmrn/fsm2002/paineis/boaventura.html>>. Acesso em: 20 out. 2005.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005a. p. 261-327.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHOR, Tatiana. **O discurso da modernidade como praxis: Habermas e a teoria crítica**. Porto Velho: EDUFRO, ano 1, n. 145, maio 2003.

SILVA, Ana Márcia. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. Campinas, SP: **Cadernos CEDES**, v.19, n.48, ago. 1999.

_____. Raízes amazônicas, universidade e desenvolvimento regional. In: MELLO, Alex Fiúza de (Org.). **O futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI**. Belém: UFPA, 2002. p. 55-70.

SILVEIRA, Caio M. **Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos**. Rede DLIS-Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br>> Acesso em: 20 out. 2006

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. **Pós-modernidade, política e educação: a condição pós-moderna e suas implicações na construção de uma educação pós-moderna crítica**. 2003. 260 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa. Santa Maria (RS): 2003.

_____. Simulacro de Política. **Jornal A Razão**, 30 set.2004. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/simulacro.html>> Acesso em: 28 dez. 2009.

SCHMIDT, Beatriz. Interação e Práticas Sociais. **Revista Comunicação & Educação: curso de gestão de processos comunicativos da Universidade de São Paulo**. São Paulo, ano 10, n.1, jan/abr. 2005.

SOUZA, NALI. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999. p.198-213.

SOUZA, Márcio. Amazônia e modernidade. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.16, n. 45, maio/ago. 2002.

SPENCER, Herbert. **The man versus the state, with six essays on government, society and freedom** [1884] This E-Book (PDF format) is published by Liberty Fund, Inc., a private, jan. 2010. Disponível em <http://files.libertyfund.org/files/330/Spencer_0020_EBk_v5.pdf> Acesso em: 30 mar. 2010.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. In: SOARES, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de; SZMRECSÁNYI, Tamás. **História econômica & história de empresas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 7-25.

TEIXEIRA, Edna Maria Glória Dias. **Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados: análise da tramitação de projetos de lei com poder de apreciação conclusiva, no período de 2005 a 2008**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Curso de Direito. Centro Universitário Euroamericano, Brasília, DF: 2009.

TEIXEIRA, Gerson. **Amazônia: estado, exclusão social e devastação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1998.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**. Scielo. v.40, n.1, jan./fev. 2006. p.27-53. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000100003&script=sci_arttext>
Acesso em: 24 set. 2007.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** – uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

THUSWOHL, Maurício. Movimentos sociais dão aval ao pacote ambiental do governo. **Carta Maior**. Agência de notícias, 23 fev. 2005. Disponível em:
<http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?mat_eria_id=3155>. Acesso em: 6 out. 2007.

TOURAINE, Alan. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. São Paulo: Martins Fonte, 1996.

VOGEL, Luiz Henrique; MARTINS, Ricardo; XAVIER, Rejane. **O poder legislativo no Brasil, um estado republicano, democrático e representativo**. Texto produzido como material de apoio para aula sobre o poder legislativo, 2006. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/LegislativoBrasil.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2007.

WEBER, Max. **Ciência política: duas vocações**. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin-Claret, 2006.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin-Claret, 2007

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1997.

GLOSSÁRIO¹⁴⁵

Apensação - Instrumento regimental que permite a tramitação conjunta de proposições da mesma espécie que disponha sobre matéria idêntica ou correlata. RICD, Arts. 142 e 143 .

Apreciação Conclusiva - Poder conferido às comissões pelo qual podem deliberar sobre determinadas matérias, dispensada a manifestação do plenário. A competência para decidir se o projeto terá tramitação conclusiva é da Mesa-Diretora, observadas as normas do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. CF, Art. 58; RICD, Art. 24, II.

Audiência Pública - Reunião realizada por colegiado parlamentar (Comissão ou Ouvidoria) com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite ou para debater assuntos de interesse público relevante, referente à área de atuação da Comissão ou da Ouvidoria Parlamentar, respectivamente. A realização de reunião de audiência pública depende de aprovação pela maioria simples do colegiado de proposta com esse objetivo apresentada por qualquer de seus membros ou pela entidade interessada, para que sejam ouvidas as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes. É proibido convidar a depor nessas reuniões membros de representação diplomática estrangeira. RICD, Arts. 21-A, VII, 255 a 258.

Bicameral - Diz-se do Poder Legislativo composto por duas câmaras ou casas legislativas, como no caso do Congresso Nacional, integrado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Bloco Parlamentar - Aliança das representações parlamentares de dois ou mais partidos políticos que passam a atuar na Casa Legislativa como uma só bancada, sob liderança comum. RICD, Art. 26.

Deliberar - Ação de deliberar; discussão para se estudar ou resolver um assunto, um problema, ou tomar uma decisão.

Parecer - Opinião fundamentada sobre determinado assunto.

¹⁴⁵ Glossário obtido junto ao Sistema Legislativo da Câmara dos Deputados – SILEG. Belém (2010).

Parecer (proposição) - Espécie de proposição legislativa, acessória, na qual se expressa uma opinião favorável ou contrária à proposição à qual se refere.

Parecer de Comissão - Parecer com que uma comissão se pronuncia sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo, aprovada pelo plenário da comissão. RICD, Art. 29.

Parecer Divergente - Parecer de uma comissão que diverge, em relação a uma mesma proposição, do de outra comissão de mérito. RICD, Art. 24, II, g.

Parecer Final - Proposição com que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização se pronuncia sobre a consolidação e adequação de matérias constantes de pareceres setoriais, no caso do projeto de lei orçamentária anual e sobre as demais matérias a ela submetidas.

Parecer de Mérito - Tem como objetivo examinar determinada proposição sob o ponto de vista da oportunidade e da conveniência técnico-política das medidas nela propostas. RICD, Art. 139.

Parecer Preliminar - Proposição apresentada pelo relator-geral do projeto de lei orçamentária e eventualmente do plano plurianual, aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que estabelece os parâmetros e critérios a serem observados pelos relatores setoriais e pelo próprio relator-geral na elaboração de seus pareceres, inclusive quanto às emendas apresentadas.

Parecer do Relator - Parecer apresentado pelo Deputado relator de uma matéria à comissão, devendo ser discutido e votado pelos demais membros. RICD, Art. 152.

Parecer Terminativo - Parecer emitido pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, Comissão de Finanças e Tributação e por Comissão Especial. Versa exclusivamente sobre os aspectos de admissibilidade jurídica (constitucionalidade e juridicidade) ou financeiro-orçamentário de uma proposição. É chamado terminativo porque tem caráter decisório sobre esses aspectos, podendo inclusive determinar o arquivamento de uma proposição. Pode ser objeto de recurso em contrário subscrito por pelo menos um décimo dos membros da Casa Legislativa. RICD, Art. 54.

Parecer Vencedor - Parecer que espelha a posição majoritária dos membros de uma comissão quando esta rejeita o parecer do relator originário. RICD, Art. 57.

Pauta - Relação das proposições ou de outros assuntos a serem apreciados numa determinada reunião de comissão ou sessão do plenário.

Pedido de Vista - Solicitação de vista do processo referente a uma proposição que se encontra em apreciação numa comissão. RICD, Art. 57, XVI .

Pequeno Expediente - Primeira parte da sessão ordinária do Plenário, tem duração máxima de 60 minutos e é destinado às comunicações de parlamentares previamente inscritos. RICD, Arts. 79 A 81.

Plebiscito - Consulta ao povo acerca de assuntos de relevância constitucional antes de sua concretização normativa.

Poder Conclusivo - Poder das comissões de apreciar conclusivamente proposições, dispensada a deliberação do Plenário. RICD, Art. 24, II.

Poder Discricionário - Aquele pelo qual alguém exercita livremente a autoridade de que se acha investido, segundo seu arbítrio, nos limites da lei .

Poder Executivo - Um dos três poderes da República Federativa encarregado de executar as leis, de governar e gerir os negócios públicos. No sistema presidencialista como o brasileiro, concentra-se no Presidente da República, nos órgãos de sua assessoria direta, ministérios, nas autarquias e em outros órgãos auxiliares. CF, Arts. 79 a 91.

Poder Judiciário - Um dos três poderes da República Federativa que tem a função de julgar, aplicar as leis e zelar pela sua fiel observância. CF, Arts. 92 a 126.

Poder Legislativo - Um dos três poderes da República Federativa encarregado de, principalmente, elaborar, discutir e aprovar leis. Na esfera federal, é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal; na esfera Estadual, é

exercido pelas Assembléias Legislativas; no Distrito Federal, pela Câmara Legislativa ; e nos Municípios, pelas Câmaras de Vereadores. CF, Arts. 44 a 75.

Poder Político - Exercício da autoridade aplicada à administração ou governo da coisa pública.

Poder Público - Conjunto dos órgãos por meio dos quais o Estado e outras pessoas públicas exercem suas funções específicas. O poder do Estado, pelo qual ele mantém a própria soberania; o governo.

Políticas Públicas - Conjunto de objetivos que se relacionam a segmentos ou áreas específicas da população, cuja execução depende de que sejam incluídos em programa de ação governamental. Por exemplo: Política Habitacional, Política de Saúde, Política de Segurança, Política do Idoso.

Prejudicialidade - Situação prevista no Regimento Interno da Câmara dos Deputados que impede a sujeição de uma proposição a votos , determinando seu arquivamento sem deliberação. RICD, Arts. 163 e 164.

Projeto (orçamento) - Instrumento cuja programação deve ser articulada e compatibilizada com outros, para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo.

Projeto de Consolidação - Proposição destinada a sistematizar, em texto único, toda a legislação existente sobre determinada matéria. RICD, Arts. 212 e 213.

Projeto de Decreto Legislativo (PDC) - Destina-se a regular as matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República. Podem tratar de aprovação de atos internacionais; aprovação ou rejeição de concessões ou renovações de concessões para exploração de serviços de radiodifusão; autorização para que o Presidente da República se ausente do País; relações jurídicas decorrentes de perda de eficácia de medida provisória; atos praticados na vigência de medida provisória; indicação de autoridade ao

TCU; plebiscito ou referendo; programa monetário e sustação de atos normativos do Poder Executivo. RICD, Art. 109.

Projeto Executivo - Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa de obras públicas, de acordo com as normas da Construção Civil pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Projeto de Lei (PL) - Espécie de proposição destinada a regular matéria inserida na competência normativa da União e pertinente às atribuições do Congresso Nacional, sujeitando-se, após aprovada, à sanção ou ao veto presidencial. RICD, Art. 109, I.

Projeto Legislativo (PL) - Proposição que regula matérias disciplinadas ou disciplináveis em lei ordinária, em lei complementar, em decretos legislativos ou em resoluções.

Projeto de Lei Complementar (PLP) - Proposição destinada a regulamentar dispositivo da Constituição, quando este não é auto-aplicável. Para sua aprovação é necessária a maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara dos Deputados. Também são exigidos dois turnos de discussão e votação. RICD, Art. 109.

Projeto de Lei de Conversão (PLV) - Espécie de proposição que abriga qualquer alteração proposta a texto de Medida Provisória em apreciação.

Projeto de Lei de Iniciativa Popular - Proposição pela qual os cidadãos têm participação direta na iniciativa da elaboração das leis, desde que haja assinatura de um por cento do eleitorado nacional, distribuído por cinco estados ou Distrito Federal, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados foi criada para receber sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto Partidos Políticos. RICD, Art. 252.

Projeto de Lei Orçamentária (PLO) - Projeto de lei, no qual são estimadas as receitas e fixadas as despesas para o exercício seguinte, formalmente remetido ao Poder Legislativo, pela Chefia do Poder Executivo, dentro do prazo constitucional, com a estrutura e nível de detalhamento definido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício.

Projeto de Resolução (PRC) - Proposição que se destina a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias de competência privativa da Câmara dos Deputados, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando a Casa Legislativa deva pronunciar-se em casos concretos, tais como: perda de mandato de deputado, criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito, conclusões de Comissão Permanente sobre proposta de fiscalização e controle, conclusões sobre as petições, representações ou reclamações da sociedade civil, matéria de natureza regimental, assuntos de sua economia interna e dos serviços administrativos. RICD, Art. 109.

Promulgação da Lei - Etapa da elaboração da lei que atesta, oficialmente, a existência desta, com a ordem de seu cumprimento. RICD, Art. 200.

Pronunciamento Parlamentar - Manifestação de opinião do parlamentar, seja em discurso ou em intervenção nos trabalhos legislativos.

Proposição - Toda matéria sujeita a deliberação da Câmara dos Deputados. Considera-se proposição a Proposta de Emenda à Constituição, projeto de lei, emenda, indicação, requerimento (proposição), recurso (proposição), parecer e Proposta de Fiscalização e Controle. RICD, Art. 100.

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) - Proposição legislativa destinada a propor alterações ao texto constitucional vigente. CF, Art. 60; RICD, Art. 201.

Recesso parlamentar - Interrupção temporária das atividades legislativas. Não havendo convocação para sessão legislativa extraordinária, o recesso será de 18 a 31 de julho e de 23 de dezembro a 1º de fevereiro. VER também Convocação extraordinária

Recurso (proposição) - Espécie de proposição legislativa por meio da qual se propõe a reversão de uma decisão tomada, apelando-se a uma instância superior como, por exemplo o Plenário. RICD, Art. 100.

Regime de prioridade - Dispensa das exigências regimentais para que determinada proposição seja incluída logo após as em regime de urgência na Ordem do Dia da sessão seguinte. RICD, Art. 158.

Regime de tramitação - Rito previsto para a tramitação de uma proposição. A tramitação normal das proposições é a ordinária, entretanto, em alguns casos e condições específicos, as proposições tramitam em regime de urgência ou de prioridade. VER também Regime de prioridade. RICD, Art. 151.

Regime de tramitação ordinária - Regime mais comum de tramitação de proposições. Nele são observadas todas as formalidades, exigências e interstícios previstos no Regimento Interno da Casa Legislativa. RICD, Art. 151.

Regime de urgência - Dispensa de algumas exigências, prazos ou formalidades regimentais para que determinada proposição seja de logo considerada, até sua decisão final. RICD, Art. 152.

Regime especial - Rito previsto para a tramitação de Propostas de Emendas à Constituição. RICD, Art. 201.

Regime misto - Modalidade de regime contábil que combina o regime de caixa e o regime de competência para apuração do resultado do exercício. É o regime adotado pela contabilidade pública brasileira, dado que, pelo art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964, pertencem ao exercício as receitas nele arrecadadas (caixa) e as despesas nele legalmente empenhadas (competência).

Regimento Comum - Norma administrativa que regula o funcionamento do Congresso Nacional. VER também Regimento Interno; Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Regimento Interno - Norma administrativa que regula o funcionamento interno do órgão. VER também Regimento Interno da Câmara dos Deputados; Regimento Comum.

Regimento Interno da Câmara dos Deputados - O Regimento Interno da Câmara dos Deputados foi elaborado para adequar o funcionamento da Casa Legislativa ao processo legislativo previsto na Constituição Federal e tem eficácia de lei ordinária. VER também Regimento Interno; Regimento Comum. RICD

ANEXOS

Anexo A - Rotatividade dos Membros da CAINDR 2003-2006					
Deputado	Partido/UF	2003	2004	2005	2006
1. Agnaldo Muniz	PPS/RO	(S)	(T)	(T)	(T)
2. Alberto Fraga	PTB/DF	(S)			
3. Alceste Almeida	PMDB/RR	(T)			(S)
4. Almir Sá	PPB/RR				(S)
5. Anivaldo Vale	PSDB/PA	(T)	(S)	(S)	(S)
6. Ann Pontes	PMDB/PA	(T)	(T)	(T)	(T)
7. Anselmo	PT/RO	(T)		(S)	(S)
8. Amauri Robledo Gasques	PL/SP	(T)			
9. Antonio Carlos Biffi	PT/MS		(T)		
10. Antonio Joaquim	PP/MA	(T)			(T)
11. Antonio Nogueira	PT/AP		(T)		
12. Arolde de Oliveira	DEM/RJ				(T)
13. Asdrúbal Bentes	PMDB/PA	(T)	(T)	(S)	
14. Átila Lins	PPS/AM	(T)		(T)	(S)
15. Babá	PT/PA	(T)			
16. Carlos Abicalil	PT/MT	(S)		(T)	
17. Carlos Souza	PL/AM	(T)	(T)	(T)	(T)
18. Celcita Pinheiro	DEM/MT	(S)			
19. Confúcio Moura	PMDB/RO	(S)			
20. Coronel Alves	PL/AP	(S)		(S)	
21. Darci Coelho	DEM/TO	(S)			
22. Davi Alcolumbre	PDT/AP	(T)	(T)	(T)	
23. Dr. Benedito Dias	PP/AP	(S)			
24. Dr. Rodolfo Pereira	PDT/RO		(S)	(S)	(S)
25. Eduardo Gomes	PSDB/PA	(S)			
26. Eduardo Valverde	PT/RO				(S)
27. Edson Duarte	PV/AP	(T)			
28. Eliomar M. Dasmaceno	PRONA/SP		(S)		
29. Enéas	PRONA/SP		(T)		
30. Ênio Bacci	PDT/RS				(T)
31. Fernando Lopes	PMDB/RJ				(T)
32. Francisco Garcia	PP/AM		(T)		
33. Francisco Gonçalves	PTB/RJ			(T)	
34. Francisco Rodrigues	DEM/RR	(T)			
35. Gervásio Oliveira	PDT/AP		(T)	(S)	(S)
36. Hamilton Casara	PSB/RO	(S)	(S)	(S)	(S)
37. Helenildo Ribeiro	PSDB/AL		(T)		
38. Henrique Afonso	PT/AC	(T)	(T)	(T)	(T)
39. Humberto Michiles	PL/AP	(S)			
40. Ivo José	PT/MG	(S)			
41. Jader Barbalho	PMDB/PA	(T)			
42. Jaime Martins	PL/MG	(S)			

43. Janete Capiberibe	PSB/AP	(T)	(T)	(T)	
44. João Castelo	PSDB/MA		(S)		
45. João Lyra	PTB/AL		(T)		
46. João Tota	PL/AC	(S)			
47. José Roberto Arruda	DEM/DF	(S)			
48. Josias Gomes	PT/BA		(S)		
49. Josué Bengtson	PTB/PA	(T)			
50. Júlio Cesar	PFL/PI				(S)
51. Júnior Betão	PPS/AC		(T)	(T)	(S)
52. Luciano Leitoa	PSB/MA	(S)			
53. Luciano Castro	PL/RR	(T)	(S)		
54. Lupércio Ramos	PPS/AM		(S)	(T)	(T)
55. Katia Abreu	DEM/TO	(S)			
56. Marcelo Castro	PMDB/PI			(S)	
57. Mário Negromonte	PP/BA	(S)			
58. Maurício Rabelo	PL/TO	(S)			
59. Marcos Abramo	PFL/SP			(S)	
60. Maria Helena	PPS/RR	(T)	(S)	(T)	(T)
61. Marinha Raupp	PMDB/RO	(S)			(S)
62. Mauro Lopes	PMDB/MG	(S)	(S)		
63. Miguel de Souza	PL/RO	(T)	(T)	(T)	(T)
64. Natan Donadon	PMDB/RO			(T)	(T)
65. Nice Lobão	PFL/MA		(S)		
66. Nícias Ribeiro	PSDB/PA	(T)			
67. Nilson Mourão	PT/AC	(S)	(T)	(S)	(S)
68. Nilson Pinto	PSDB/PA	(S)			
69. Pastor Frankembergen	PTB/RR	(S)			
70. Pauderney Avelino	DEM/AM	(T)			
71. Paulo Rocha	PT/PA	(T)	(S)		
72. Patrus Ananias	PT/MG	(S)			
73. Perpétua Almeida	PCdoB/AC	(T)	(T)	(T)	(T)
74. Raimundo Santos	PL/PA	(T)	(S)	(S)	(S)
75. Ricarte de Freitas	PTB/MT	(T)	(S)		
76. Roberto Jefferson	PDT/RJ			(S)	
77. Rogério Silva	PPS/MG	(T)			
78. Rose de Freitas	PMDB/ES	(T)			
79. Sarney Filho	PV/MA	(S)			
80. Severiano Alves	PMDB/BA			(T)	
81. Socorro Gomes	PCdoB/PA				(S)
82. Suely Campos	PP/RR	(T)	(S)	(S)	(S)
83. Terezinha Fernandes	PT/MA	(T)	(S)		
84. Thelma de Oliveira	PSDB/MT	(S)			
85. Vanderlei Assis	sem part./SP	(S)			
86. Valdenor Guedes	PSC/AP	(T)			
87. Vanessa Grazziotin	PCdoB/AM	(T)	(S)	(S)	(S)

88. Vic Pires Franco	DEM/PA	(T)	(S)		
89. Vignatti	PT/SC	(S)			
90. Wanderval Santos	PL/SP				(T)
91. Wellington Fagundes	PL/MT				(T)
92. Zé Lima	PP/PA	(T)	(T)		
93. Zé Geraldo	PT/PA		(S)	(T)	(T)
94. Zenaldo Coutinho	PSDB/PA	(S)	(S)	(S)	(S)
95. Zequinha Marinho	PSC/PA	(T)	(T)	(T)	
96. Zico Bronzeado	PT/AC			(T)	(T)

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Relatórios de Atividades de 2003 a 2006 da CAINDR. Belém (2010).

Anexo B - Composição da CAINDR 2003			
Mesa, titulares e suplentes			
MESA			
Presidente		Átila Lins PPS/AM	
1º Vice-Presidente		Rogério Silva PPS/MT	
2º Vice-Presidente		Zequinha Marinho PSC/PA	
3º Vice-Presidente		Davi Alcolumbre PDT/AP	
TITULARES	SUPLENTES	TITULARES	SUPLENTES
Anselmo PT/RO	Carlos Abcalil PT/MT	Josué Bengtson PTB/PA	Alberto Fraga PTB/DF
Henrique Afonso PT/AC	Ivo José PT/MG	Ricarte de Freitas PTB/MT	Pastor Frankembergen PTB/RR
Paulo Rocha PT/PA	Nilson Mourão PT/AC	Amauri R. Gasques PL/SP	Coronel Alves PL/AP
Terezinha Fernandes PT/MA	Patrus Ananias PT/MG	Carlos Souza PL/AM	Humberto Michiles PL/AM
Babá PT/PA	Vignatti PT/SC	Luciano Castro PL/RR	Jaime Martins PL/MG
Francisco Rodrigues PFL/RR	Celcita Pinheiro PFL/MT	Miguel de Souza PL/RO	João Tota PL/AC (vaga PP)
Pauderney Avelino PFL/AM	Darci Coelho PFL/TO	Raimundo Santos PL/PA	Maurício Rabelo PL/TO
Vic Pires Franco PFL/PA	José R. Arruda PFL/DF	Janete Capiberibe PSB/AP	Hamilton Casara PSB/RO
Deputado do PL	Katia Abreu PFL/TO	Deputado do PCdoB	Luciano Leitoa PSB/MA
Alceste Almeida PMDB/RR	Confúcio Moura PMDB/RO		Deputado do PSDB -----
Ann Pontes PMDB/PA	Marinha Raupp PMDB/RO	Átila Lins PPS/AM	Agnaldo Muniz PPS/RO
Asdrubal Bentes PMDB/PA	Mauro Lopes PMDB/MG	Maria Helena PPS/RR	-----
Jader Barbalho PMDB/PA	Deputado do PTB	Rogério Silva PPS/MT	-----
Rose de Freitas PMDB/ES (PSDB)	Vaga não ocupada	Davi Alcolumbre PDT/AP	Deputado do PSB----- -
Anivaldo Vale PSDB/PA	Eduardo Gomes PSDB/TO	Perpétua Almeida PCdoB/AC	-----
Nicias Ribeiro PSDB/PA	Nilson Pinto PSDB/PA	Vanessa Grazziontin PCdoB/AM	-----
Deputado do PL ocupa vaga	Thelma de Oliveira PSDB/MT (era do PSB)	Edson Duarte PV/AP	Sarney Filho PV/MA
Deputado do PMDB ocupa vaga	Zenaldo Coutinho PSDB/PA	Valdenor Guedes PSC/AP	-----
Antonio Joaquim PP/MA	Dr. Benedito Dias PP/AP	Zequinha Marinho PSC/PA	-----
Suely Campos PP/RR	Mário Negromonte PP/BA	Vaga não ocupada	Vanderlei Assis (sem partido/SP)
Zé Lima PP/PA	Deputado do PL		

Fonte: Relatório de Atividades 2003 da CAINDR.

Anexo C – Natureza e Quantidade dos Requerimentos da 52ª Legislatura					
TIPO DE SOLICITAÇÃO	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Realizar reuniões de Audiências Públicas	53	33	57	29	172
Convite para debater/discutir projetos, programas e certos temas	11	04	03	01	19
Convite e/ou convocação para prestar esclarecimentos	10	10	05	---	25
Convite para proferir palestra, expor ou se pronunciar sobre certos assuntos e programas	09	05	06	02	22
Criar ou dar continuidade a subcomissões e grupos de trabalho	08	06	05	02	21
Realizar eventos, como reuniões locais, visitas, encontros, seminários, mesas-redondas e outros	06	05	03	05	19
Participação de membros da CAINDR em eventos e visitas	06	02	02	---	10
Solicitar informações a Ministérios sobre determinadas questões	04	---	04	01	09
Designação de membros da CAINDR para apurar denúncias	01	---	---	---	01
Declaração de Prejudicialidade de projetos para criar distritos agropecuários ou industriais	---	42	02	---	44
Inclusão de requerimento na ordem do dia ou extrapauta	---	05	04	06	15
Retirada de projeto da pauta	---	04	04	07	15
Convocação para prestar contas e/ou dar informações sobre sua gestão	---	01	---	---	01
Envio de Indicação - de complementação de recursos, de Autoria, etc.	---	01	02	04	07
Criar ou dar apoio para criar comissão externa	01	01	---	---	02
Promover Parceria ou Integração e Diálogo com instituições afins (caso do Parlamento Amazônico)	02	---	01	---	03
Aprovar calendário de subcomissão	02	---	---	---	02
Solicitação de Homenagem ou apreciação de Voto de Louvor	04	---	---	01	05
Encaminhamento de Moção de Repúdio	---	---	01	---	01
Aprovação de Moção de Apoio, interseção ou apoio a determinadas ações	01	---	01	01	03
Extinção de Subcomissão	---	---	01	---	01
Inversão de Pauta na ordem do dia	---	---	01	---	01
Divulgar eventos junto aos membros da CAINDR	01	---	---	---	01
Outros requerimentos não apresentados em relatório	---	04	---	---	04
TOTAL	119	123	101*	59	402*

Fonte: Elaborada pela autora. Belém (2010).

Nota₁: Quadro produzido a partir do levantamento de dados obtidos junto ao Relatório de Atividades 2005 da CAINDR.

Nota₂*: No ano de 2005, foram apresentados 101 requerimentos, mas o requerimento nº 12/2005 contém duas solicitações: realização de Audiência Pública e Participação da CAINDR em lançamento de livro, ambas sobre o mesmo tema, resultando em 102 solicitações neste ano e 403 na 52ª Legislatura.

Anexo D - Composição da CAINDR em 2004	
Mesa, titulares e suplentes	
MESA	
Presidente	Júnior Betão PPS (AC)
1º Vice-Presidente	Agnaldo Muniz PPS (RO)
2º Vice-Presidente	Asdrubal Bentes PMDB (PA)
3º Vice-Presidente	Davi Alcolumbre PDT (AP)
TITULARES	SUPLENTES
Agnaldo Muniz PPS (RO)	Elimar Máximo Damasceno PRONA (SP)
Ann Pontes PMDB (PA)	João Castelo PSDB (MA)
Antônio Carlos Biffi PT (MS)	Josias Gomes PT (BA)
Henrique Afonso PT (AC)	Luciano Castro PL (RR)
Antonio Nogueira PT (AP)	Lupércio Ramos PPS (AM)
Asdrúbal Bentes PMDB (PA)	Anivaldo Vale PSDB (PA)
Enéas PRONA (SP)	Hamilton Cassara PL (RO)
Davi Alcolumbre DEM (AP)	Maria Helena PPS (RR)
Carlos Souza PP (AM)	Mauro Lopes PMDB (MG)
Francisco Garcia PP (AM)	Suely Campos PP (RR)
Gervásio Oliveira PDT (AP)	Nice Lobão PFL (MA)
Janete Capiberibe PSB (AP)	Raimundo Santos PL (PA)
Helenildo Ribeiro PSDB (AL)	Dr. Rodolfo Pereira PDT (RR)
João Lyra PTB (AL)	Vanessa Grazziontin PCdoB (AM)
Zequinha Marinho PSC (PA)	Paulo Rocha PT (PA)
Júnior Betão PPS (AC)	Ricarte de Freitas PTB (MT)
Miguel de Souza PL (RO)	Terezinha Fernandes PT (MA)
Nilson Mourão PT (AC)	Vic Pires Franco PFL (PA)
Perpétua Almeida PCdoB (AC)	Zé Geraldo PT (PA)
Zé Lima PP (PA)	Zenaldo Coutinho PSDB (PA)

Fonte: Relatório 2004 de Atividades da CAINDR

Anexo E - Reuniões realizadas pela CAINDR em 2004		
Data	Natureza	Pauta
21/01/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Projeto
22/01/04	Reunião informal	Café da manhã com Governadores e Parlamentares da Amazônia Ocidental e Amapá para discussão do PL 2.403/03
23/03/04	Ordinária Deliberativa	Instalação e eleição da Mesa
31/03/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
14/04/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos
27/04/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos
28/04/04	Audiência Pública Conjunta	Apuração dos fatos ocorridos no Estado de Rondônia, envolvendo garimpeiros e índios cinto-larga, tendo por motivo a suposta extração de diamantes na área.
04/05/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos
05/05/04	Audiência Pública	Discussão sobre o conflito ocorrido entre índios e garimpeiros na Reserva Indígena Roosevelt, na região de Espigão d'Oeste, em Rondônia
06/05/04	Seminário Conjunto	Educação superior na Região Amazônica
12/05/04	Audiência Pública Conjunta	Discussão sobre o conflito ocorrido entre índios e garimpeiros na Reserva Indígena Roosevelt, na região de Espigão d'Oeste, em Rondônia
19/05/04	Reunião informal	Encontro entre os membros da CAINDR e a Diretoria-Executiva da EMBRAPA em comemoração ao 31º aniversário da EMBRAPA
25/05/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos
26/05/04	Audiência Pública	Plano Amazônia Sustentável
02/06/04	Audiência Pública	Litígio entre os Estados do Mato Grosso e do Pará quanto a limites territoriais
09/06/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
15/06/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
16/06/04	Audiência Pública	Biodiesel
30/06/04	Audiência Pública Conjunta	O Brasil e o regime internacional de acesso e direitos sobre a biodiversidade
07/07/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
15/08/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
25/08/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
20/10/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
09/11/04	Reunião informal	Recepção a membros do Grupo de Reativação do Parlamento Amazônico
10/11/04	Seminário	Faixa de Fronteira: Integração, Desenvolvimento e Segurança Nacional
11/11/04	Audiência Pública Conjunta	Apresentação da prestação de contas das realizações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na gestão 1997-2004.

17/11/04	Audiência Pública	Criação de órgão de fomento para produção e uso de energias renováveis
24/11/04	Audiência Pública	Política pesqueira na Região Amazônica
25/11/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação das emendas à Proposta Orçamentária de 2005
01/12/04	Ordinária Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
08/12/04	Audiência Pública	Situação dos portos do Pará

Fonte: Sistema de Informações Legislativas – SILEG. Belém (2007)

Anexo F – Seminários realizados pela CAINDR em 2004			
Tema	Natureza	Expositores	Nº e Autor do Requerimento
'PÓS-GRADUAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA AMAZÔNIA LEGAL'	Seminário conjunto com a Comissão de Educação e Cultura – CEC; e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – CCTCI	Dr. Adalberto Val - Instituto Nacional Pesquisa da Amazônia – INPA; Dep. Henrique Afonso (PT/AC); Dr. Paulo Teixeira de Sousa Júnior - Coordenador do FOPROP-Norte; Sr. Cláudio Ribeiro - Coordenador do Fórum de Secretários de Ciência e Tecnologia da Região Norte; Dr. Paulo Speller - Reitor da Universidade Federal do Mato Grosso; Dr. Jorge Guimarães - Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; Dr. Erney Camargo - Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; Dr. Sérgio Resende - Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.	Req. 20/2004, dos Dep. Henrique Afonso, na CAINDR; Req. 101/2004, do Dep. Carlos Abicalil, na CEC; Req. 146/2004, do Dep. Carlos Abicalil, na CCTCI
'FAIXA DE FRONTEIRA: INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NACIONAL'	Seminário conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS; a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN; e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO	Sr. Ciro Gomes, Ministro de Estado da Integração Nacional; Coronel Roberto de Paula Avelino – Gerente do Programa Calha Norte do Ministério da Defesa; Dr. Carlos Gadelha – Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional; Dr. Carlos Alberto La Selva – Assessor da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes; Coronel Luiz Mensoria Júnior – Chefe do Departamento de Política e Estratégia do Ministério da Defesa; Dr. Maurício Mercadante – Diretor de Projetos de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. César Wilson Martins da Rocha – Secretário interino de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Dra. Flávia Grosso – Superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA; Sr. Márcio Santilli – Membro do conselho do Instituto Socioambiental – ISA; Sr. Luiz Alfeu Moojen Ramos - representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA	Req. 41/2004, do Dep. Júnior Betão, na CAINDR; Req. 44/2004, do Dep. B. Sá, na CMADS; Req. 41/2004, do Dep. Átila Lins, na CREDN; Req. 210/2004, do Dep. Raul Jungmann, na CSPCCO.

Fonte: Sistema de Informações Legislativas –SILEG. Belém (2008)

Anexo G - Composição da CAINDR em 2005 Mesa, titulares e suplentes	
MESA	
Presidente	Maria Helena PPS (RR)
1º Vice-Presidente	Átila Lins PPS (AM)
2º Vice-Presidente	Júnior Betão PL (AC)
3º Vice-Presidente	Severiano Alves PDT (BA)
TITULARES	SUPLENTES
Agnaldo Muniz PPS (RO)	Anselmo PT (RO)
Ann Pontes PMDB (PA)	Nilson Mourão PT (AC)
Carlos Abicalil PT (MT)	Asdrubal Bentes PMDB (PA)
Henrique Afonso PT (AC)	Gervásio Oliveira PMDB (AP)
Zé Geraldo PT (PA)	Marcelo Castro PMDB (PI)
Zico Bronzeado PT (AC)	Anivaldo Vale PSDB (PA)
Lupércio Ramos PMDB (AM)	Hamilton Cassara PL (RO)
Davi Alcolumbre DEM (AP)	Zenaldo Coutinho PSDB (PA)
Carlos Souza PP (AM)	Marcos Abramo DEM (SP)
Francisco Gonçalves PTB (RJ)	Suely Campos PP (RR)
Miguel de Souza PL (RO)	Coronel Alves PL (AP)
Janete Capiberibe PSB (AP)	Raimundo Santos PL (PA)
Perpétua Almeida PCdoB (AC)	PDT (RR)
Natan Donadon PSB (RR)	Vanessa Grazziontin PCdoB (AM)
Zequinha Marinho PSC (PA)	Roberto Jefferson PDT (RJ)

Fonte: Relatório de Atividades 2005 da CAINDR

ANEXO H – Reuniões realizadas pela CAINDR em 2005		
Data	Natureza	Pauta
02/03/05	Deliberativa	Reunião de Instalação e Eleição
09/03/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
09/03/05	Outros eventos	Descerramento da foto do Deputado Júnior Betão na Galeria dos ex-Presidentes da CAINDR.
16/03/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
22/03/05	Reunião informal	Esclarecimentos quanto ao PL 4.776/2005, do Poder Executivo Federal, que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, e dá outras providências".
23/03/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
29/03/05	Audiência Pública	História das Línguas na Amazônia
30/03/05	Seminário	Seminário: Gestão de Florestas Públicas – PL 4.776/2005
01/04/05	Outros eventos	Debate sobre Gestão de Florestas Públicas - PL 4.776/2005
03/04/05	Outros eventos	Debate sobre Gestão de Florestas Públicas - PL 4.776/2005
04/04/05	Outros eventos	Debate sobre Gestão de Florestas Públicas – PL 4.776/2005
05/04/05	Audiência Pública	Pacote Verde
06/04/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
08/04/05	Outros eventos	Debate sobre Gestão de Florestas Públicas - PL 4.776/2005
13/04/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
14/04/05	Outros eventos	Debate sobre Gestão de Florestas Públicas – PL 4.776/2006
20/04/05	Audiência Pública	Portaria Conjunta nº 10/04 MDA/INCRA
27/04/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
04/05/05	Audiência Pública	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional
05/05/05	Audiência Pública com a Comissão de Minas e Energia	Debate sobre a MP nº 239/2005
11/05/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
18/05/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
02/06/05	Reunião informal	Papel Estratégico do Programa Antártico Brasileiro
08/06/05	Audiência Pública	Corredor da Biodiversidade do Amapá
09/06/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos

16/06/05	Deliberativa	Apreciação das Emendas da CAINDR a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 4/2005 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006
21/06/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
22/06/05	Audiência Pública	Os Programas Desenvolvidos pelo Governo Federal nas Áreas Indígenas
29/06/05	Audiência Pública	Desmatamento na Amazônia e Plano de Prevenção e Controle na Amazônia <i>*Audiência realizada em conjunto com a CMADSI</i>
06/07/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
13/07/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
03/08/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
10/08/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
17/08/05	Audiência Pública	Projetos do Ministério da Integração Nacional para a Amazônia, Andamento das Obras das BR 163 e BR 230 e Critérios de Nomeação para Cargos em Comissão naquele órgão.
18/08/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
24/08/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
14/09/05	Audiência Pública	Saúde Pública na Amazônia
21/09/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
22/09/05	Audiência Pública	Propostas para a Região Amazônica da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Parlamento Amazônico
05/10/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
06/10/05	Audiência Pública	Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR
19/10/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
20/10/05	Audiência Pública	Ensino Superior na Amazônia
26/10/05	Audiência Pública	Implantação do Gasoduto Coari-Manaus
27/10/05	Audiência Pública	Direitos Minerários do Garimpo de Serra Pelada
16/11/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
16/11/05	Reunião informal	Sugestões de Emendas da CAINDR ao Orçamento Geral da União para 2006
17/11/05	Audiência Pública	Pavimentação e Recuperação da BR 319 (AM/RO), BR 163 (PA) e BR 230 (PA)
22/11/05	Audiência Pública	Situação Funcional dos Servidores dos ex-Territórios Federais
23/11/05	Reunião informal	Sugestões de Emendas da CAINDR ao Orçamento Geral da União para 2006
23/11/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
24/11/05	Audiência Pública	Exploração de Petróleo na Amazônia
30/11/05	Audiência Pública	Programas Desenvolvidos pela SUFRAMA e o Impacto Econômico da Importação Brasileira de Produtos Chineses

01/12/05	Deliberativa	Apreciação de Requerimentos e Projetos
07/12/05	Audiência Pública	Apresentação dos Resultados do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
07/12/05	Outros Eventos	Apresentação do Programa Acelera Amazônia: Ciência na Amazônia para o Brasil
14/12/05	Audiência Pública	Esclarecimentos Sobre a Denúncia de Retirada não Autorizada de Crianças de Aldeia Indígena
15/12/05	Audiência Pública	Suspensão da Contagem da População

Fonte: Sistema de Informações Legislativas – SILEG. Belém (2008)

Anexo I – Composição da CAINDR em 2006 Mesa, titulares e suplentes	
MESA	
Presidente	Miguel de Souza PL/RO
1º Vice-Presidente	Wellington Fagundes PL/MT
2º Vice-Presidente	Enio Bacci PDT/RS
3º Vice-Presidente	Maria Helena PSB-RR
TITULARES	SUPLENTES
Agnaldo Muniz / PPS-RO	Alceste Almeida / PTB-RR
Ann Pontes / PMDB-PA	Almir Sá / PL-RR
Antonio Joaquim / PSDB-MA	Anivaldo Vale / PSDB-PA
Arolde de Oliveira / PFL-RJ	Anselmo / PT-RO
Carlos Souza / PP-AM	Átila Lins / PMDB-AM
Fernando Lopes / PMDB-RJ	Dr. Rodolfo Pereira / PDT-RR
Henrique Afonso / PT-AC	Eduardo Valverde / PT-RO
Natan Donadon / PMDB-RO	Gervásio Oliveira / PMDB-AP
Perpétua Almeida / PCdoB-AC	Hamilton Casara / PSDB-RO
Wanderval Santos / PL/SP	Júlio Cesar / PFL-PI
Zé Geraldo / PT-PA	Júnior Betão / PL-AC
Zico Bronzeado / PT-AC	Lupércio Ramos / PMDB-AM
(vaga não ocupada)	Marinha Raupp / PMDB/RO
(vaga não ocupada)	Nilson Mourão / PT-AC
(vaga não ocupada)	Raimundo Santos / PL-PA
(vaga não ocupada)	Socorro Gomes / PCdoB-PA
(vaga não ocupada)	Suely Campos / PP-RR
(vaga não ocupada)	Vanessa Grazziotin / PCdoB-AM
(vaga não ocupada)	Zenaldo Coutinho / PSDB-PA

Fonte: Relatório de Atividades 2006 da CAINDR.

Anexo J – Reuniões realizadas na CAINDR em 2006		
DATA	NATUREZA	PAUTA
22/02/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
08/03/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
29/03/06	Eleição	Eleição de Presidente e Vice- Presidentes
04/04/06	Audiência Pública	O Valor do Combustível Vendido às Termoeletricas na Região Norte
05/04/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
19/04/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
19/04/06	Outros Eventos	Homenagem aos 80 anos do Poeta Amazonense Thiago de Mello
25/04/06	Audiência Pública com a CME	Implantação dos Gasodutos Urucu-Porto Velho e Coari-Manaus
26/04/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
03/05/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
04/05/06	Mesa Redonda Porto Velho/RO	Discussão da Execução do Acordo de Cooperação entre a União e o Governo do Estado de Rondônia, para Adequação do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia
05/05/06	Mesa Redonda Porto Velho /RO	A Comissão da Amazônia e o seu Papel no Parlamento Brasileiro: uma Agenda para a Integração e o Desenvolvimento Regional
09/05/06	Audiência Pública conjunta com a CME	Projeto de Instalação do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, seu Cronograma de Instalação e os Entraves Ambientais Existentes
16/05/06	Audiência Pública	Potencialidades de Negócios na Amazônia
16/05/06	Audiência Pública	Nacionalização do Gás Boliviano e seus Impactos no Brasil <i>* Realizada em conjunto com a CME, CDEIC, CFFC e CREDN</i>
17/05/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
23/05/06	Audiência Pública	Programas Desenvolvidos pelo Governo Federal Relativos ao Turismo na Amazônia
24/05/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
24/05/06	Outros Eventos	Descerramento da foto da Deputada Maria Helena, na Galeria de ex-Presidentes da CAINDR
30/05/06	Audiência Pública	A Atual Situação do Brasil junto à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
07/06/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
08/06/06	Mesa Redonda em Tangará da Serra/MT	Temas: “A Comissão da Amazônia e o seu Papel no Parlamento Brasileiro: uma Agenda para a Integração e o Desenvolvimento Regional” “Agroenergia, a Agroindústria da Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável”.
21/06/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
12/07/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
08/11/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
22/11/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições
29/11/06	Deliberativa	Apreciação de Proposições

Fonte: Sistema de Informações Legislativas – SILEG. Belém (2010).

Anexo K – Matéria publicada na Rádio Câmara

22/02/2007 – 19:30 – Deputados elogiam tema da Campanha da Fraternidade da CNBB – (03'30")

Deputados da Comissão de Amazônia consideraram oportuno o tema da campanha da fraternidade deste ano, lançado nesta quarta-feira pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A campanha fala de Fraternidade e Amazônia. A presidente da comissão, deputada Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, foi uma das que saudaram o fato.

"Nós temos que comemorar que a Amazônia seja o tema da campanha da fraternidade deste ano, porque a Amazônia não é a região mais rica do país, do ponto de vista dos seus recursos naturais; é a mais rica do planeta. Portanto, a Amazônia sendo trabalhada corretamente pode ajudar não só no desenvolvimento do país, mas ajudar e muito a melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e das brasileiras."

O documento da Campanha da Fraternidade, divulgado pela CNBB, revela a realidade da Amazônia e as dificuldades em que vivem seus habitantes. Ao mencionar a grilagem de terras, o texto da Igreja Católica critica os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, a quem acusa de omissão. O documento diz que já se passaram quase 20 anos sem que o Congresso Nacional cumprisse o disposto pelo artigo 51 das disposições transitórias da Constituição Federal. Segundo esse dispositivo, o Congresso deveria fazer a revisão de todas as concessões de terras públicas com área superior a 3 mil hectares. Para a CNBB, isso não ter sido feito até hoje se deve ao fato de que muitos deputados são latifundiários e bem relacionados com grileiros. Conforme o texto, às vezes os grileiros são os próprios deputados. Para a deputada Vanessa Grazziotin, a crítica tem que ser absorvida pelo Congresso Nacional. Entretanto, ela não concorda com a justificativa encontrada pela CNBB.

"Eu mesma já fui à tribuna inúmeras vezes para fazer esse tipo de crítica, porque é necessário que haja uma revisão. Apesar de a gente não conseguir cumprir o que está determinado na Constituição, eu penso que há um grupo de parlamentares buscando, se não cumprir totalmente, porque isso não é possível, pelo menos ver como resolver de forma temporária ou minimizar o problema da grilagem, que é sério, principalmente nos grandes estados como Amazonas e Pará."

O deputado Carlos Souza, do PP do Amazonas, qualificou de oportuno e inteligente o tema da Campanha da Fraternidade. Ele também concorda que há culpa do Executivo, do Legislativo e do Judiciário pelo descaso com que a região é tratada.

"A questão da grilagem é falta de uma legislação mais forte, mais presente, para que se evite isso. Nós votamos no Congresso Nacional a lei da gestão de florestas públicas, muitas coisas ainda faltam ser regulamentadas. Em relação a essas grilagens, a venda de terras nessa região não pode passar de 2 mil hectares sem ser consultado pelo Congresso Nacional ou pelo Senado, para evitar que pessoas inescrupulosas comecem a tirar nossa soberania."

A presidente da Comissão de Amazônia da Câmara, deputada Vanessa Grazziotin, anunciou que pretende trabalhar no colegiado em parceria com a sociedade e, sobretudo, com a CNBB para discutir os problemas da região.

De Brasília, Marise Lugullo

Reprodução autorizada mediante citação da Rádio

Telefone: (61) 216-1700

Fax: (61) 216-1715

E-mail: radio@camara.gov.br

Fonte: Arquivo da Rádio Câmara. Belém (2010)

Anexo L – Notícias com referências à temática Indígena		
Período 03.10 a 15.05 2003		
NOTÍCIA	DATA	FONTE
Com 58 mil focos de calor, Mato Grosso lidera queimadas há 12 anos	03/01/2003	24 Horas News
Novo secretário baixa tom de críticas à Alca	09/01/2003	Correio Braziliense
Macuxi é encontrado morto na Terra Indígena Raposa/Serra do Sol	09/01/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário
CNPT inclui no orçamento criação de quatro reservas extrativistas	09/01/2003	Página 20
Nota oficial da Funai sobre assassinatos de índios	10/01/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
CIMI propõe criação de Conselho de Políticas Indigenistas	13/01/2003	Agência Brasil – EBC
Nota da Funai pede Justiça para assassinos de índios	13/01/2003	Agência Brasil – EBC
Pesquisa mostra rota da exploração sexual no Pará	13/01/2003	O Liberal
ONGs arrecadam alimentos para indígenas em Mato Grosso do Sul	13/01/2003	Agência Brasil – EBC
Fórum Pan-Amazônico tem início nesta quinta-feira	15/01/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Índios Terena iniciam mudança para o norte do Mato Grosso	15/01/2003	Diário de Cuiabá
Fórum Social Pan-Amazônico 2003	16/01/2003	
Organizações indígenas promovem campanha pela homologação de 23 Terras Indígenas	17/01/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Cimi lança proposta para aprimorar a Política Indigenista no Brasil	17/01/2003	ISA - Instituto Socioambiental
EDP estuda a construção de 2 hidrelétricas no Tocantins	17/01/2003	Agência Estado
Belém é a capital social da Pan-Amazônia	17/01/2003	O Liberal
Reserva indígena no norte de MT é explorada pelo crime organizado	20/01/2003	24 Horas News
Céu do Mapiá comemora 20 anos de existência (AC)	20/01/2003	Página 20
América Latina tem sua primeira chanceler indígena	20/01/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Marcas do preconceito	20/01/2003	Correio Braziliense
Indígenas escolherão o diretor da Fepi	22/01/2003	A Crítica
Mapa Cultural do Tumucumaque será apresentado hoje em Washington	23/01/2003	Folha do Amapá
Projetos vão ajudar mais de mil indígenas	23/01/2003	A Crítica
Líder indígena condena colonialismo no Fórum Social Mundial	25/01/2003	Agência Brasil – EBC
Entidade alemã concede prêmio a índios de Roraima	30/01/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Funai e índios Cinta Larga fiscalizam terra indígena	30/01/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
Braga acerta contratação de geradores	30/01/2003	A Crítica
Petrobras se associa a empreendimento de alto risco	31/01/2003	Eco-Finanças
Cimi: Índios cobram do Governo a definição de política indigenista	01/02/2003	24 Horas News
Conselho Indígena de Roraima realiza assembléia geral	05/02/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
Instituto Socioambiental apresenta ao ministro da Justiça o trabalho que realiza junto aos povos indígenas	06/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental

Ibama monta operação para identificar causa de desastre ecológico	07/02/2003	Agência Brasil – EBC
Azelene Kaingang toma posse no Conselho de Segurança Alimentar (Consea)	07/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Carta da 32ª Assembléia Geral dos Tuxauas - Os Povos Indígenas e Respeito ao Meio Ambiente	08/02/2003	Amazonia.org.br
Biopirataria na Amazônia: o combate não se faz somente com leis!	09/02/2003	Amazonia.org.br
Governador do AM propõe ao MEC implantação de ensino médio em terras indígenas	09/02/2003	Agência Brasil – EBC
Documentários denunciam devastação das florestas	09/02/2003	Agência Estado
Decreto de 10 de fevereiro de 2003 - Retifica o art. 1º do Decreto de 11 de dezembro de 1998, que homologou a Terra Indígena Boa Vista, no Município de Careiro (AM)	10/02/2003	Amazonia.org.br
Decreto de 10 de fevereiro 2003 - Homologa a Terra Indígena Jaminawá/Envira (AC)	10/02/2003	Amazonia.org.br
Decreto de 10 de fevereiro de 2003 - Homologa a Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro (RO)	10/02/2003	Amazonia.org.br
Decreto de 10 de fevereiro de 2003 - Retifica o art. 1º do Decreto de 8 de setembro de 1998, que homologou a Terra Indígena Paumari do Lago Maranhão, localizada no Município de Lábrea (AM)	10/02/2003	Amazonia.org.br
Decreto de 10 de fevereiro de 2003 - Homologa a Terra Indígena Tapirapé/Karajá (MT)	10/02/2003	Amazonia.org.br
Decreto de 10 de fevereiro de 2003 - Homologa a Terra Indígena Urucu/Juruá (MA)	10/02/2003	Amazonia.org.br
Funai ficará nas TIs Aripuanã e Roosevelt para inibir garimpeiros	11/02/2003	Agência Brasil – EBC
Sete etnias são beneficiadas com a homologação de terras indígenas	11/02/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
Estímulo ao setor agrícola para garantir o Fome Zero	11/02/2003	Correio Braziliense
Futuro sustentável dos Povos da Floresta será discutido em Cruzeiro do Sul	12/02/2003	Página 20
Índios são privados da saúde	12/02/2003	Gazeta de Cuiabá
Governo de Mato Grosso constrói escola indígena para homenagear cacique Juruna	13/02/2003	Agência Brasil – EBC
Lula homologa mais uma terra indígena no Acre	13/02/2003	Página 20
Raposa/Serra do Sol: Tuxauas de Roraima pedem a Lula a urgente demarcação das terras indígenas e o fim da impunidade	13/02/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Oficinas apóiam ação indigenista na Terra Indígena Roosevelt	13/02/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
BID quer nossas águas limpas	13/02/2003	A Crítica
Manaus: BID quer nossas águas limpas	13/02/2003	A Crítica
Desaparecimento de Owyt Kaiabi preocupa índios no Xingu	14/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental

Justiça diz que CR Almeida é dona de 6% do Pará	15/02/2003	O Liberal
Museus de grandes novidades	16/02/2003	A Crítica
Funai e guerreiros Cinta Larga permanecem na vigilância	17/02/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
Índio Ashaninka é o secretário dos Povos Indígenas do Acre	17/02/2003	Agência Brasil – EBC
Projetos indígenas analisados em Brasília	17/02/2003	MMA - Ministério do Meio Ambiente
Funai estuda continuidade de ações para combater invasão de terras indígenas	18/02/2003	Agência Brasil – EBC
Índios Xavante invadem Funai em Primavera do Leste (MT)	18/02/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
Soja avança a leste do Parque do Xingu, e os Suyá ameaçam reagir	19/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Funai reforça equipe que mantém garimpeiros afastados de área indígena	19/02/2003	Agência Brasil – EBC
Marina Silva recebe indígenas	19/02/2003	A Crítica
PDPI aprova nove projetos	21/02/2003	Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Laudo do IML revela que índio Macuxi foi executado	21/02/2003	Agência Brasil – EBC
Comissão Interamericana de Direitos Humanos realiza audiência inédita com lideranças indígenas	21/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
O Direito ao Conhecimento	21/02/2003	
Surto de doença respiratória mata quatro índios Assurinis	22/02/2003	Sistema Floresta de Comunicação
PDPI terá R\$ 1,5 milhão	22/02/2003	A Crítica
PDPI aprova mais nove projetos indígenas e discute pendências	24/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Entrevista com Dom Pedro Casaldáliga: Bispo é um atento observador das mazelas do Mundo	24/02/2003	Amazonia.org.br
Índios Xavantes sofrem com doenças crônicas e infecciosas (MT)	24/02/2003	24 Horas News
Roraima: Erro em laudos prova urgência de definição sobre terra indígena	25/02/2003	Le Monde
Diálogo de Manaus decide criar Grupo de Trabalho Interministerial para tratar da relação entre índios e militares	26/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Indígenas reivindicam na OEA a homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol	26/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Licença de pesquisa de subsolo em Juruena (MT) é suspeita	26/02/2003	Gazeta de Cuiabá

Incêndio atinge área de 300 km ² no Amazonas	27/02/2003	Le Monde
Presidente da Funai visita garimpo em Rondônia	27/02/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
Termina a demarcação física da Terra Indígena Awá (MA)	27/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Joênia Wapichana entrega documento sobre violações de direitos indígenas ao Embaixador do Brasil na OEA	27/02/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Índios Makuxi pressionam governo por reserva em Roraima	27/02/2003	Correio Braziliense
Amazonas:incêndio em Barcelos já atingiu 3 mil hectares	28/02/2003	Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Índio assume pasta no Governo do Amazonas	28/02/2003	Jornal do Brasil Online
Qualificando os índios	28/02/2003	Amazonia.org.br
Incêndio já consumiu 3 mil hectares de florestas e ameaça comunidades do Amazonas	01/03/2003	Agência Brasil – EBC
Garimpeiros invadem terra dos ianomami	03/03/2003	Correio Braziliense
Falta verbas: Saúde indígena em 2º plano	03/03/2003	Gazeta de Cuiabá
FEPI: Orgão será a 'Funai' do Amazonas	04/03/2003	A Crítica
Condef discute movimento indígena e sustentabilidade	05/03/2003	Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Governo promete demarcar terra indígena em Roraima	06/03/2003	Le Monde
Fogo destrói áreas ambientais em Barcelos, no Amazonas	06/03/2003	A Crítica
Amazônia se une contra a biopirataria	06/03/2003	Página 20
Xingu: Povos de 12 aldeias terão cursos do Qualificar	07/03/2003	Diário de Cuiabá
Governo discutirá Educação com Nações Indígenas	09/03/2003	Agência Brasil – EBC
Lei que oficializa línguas indígenas será apresentada em reunião do MEC (AM)	10/03/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Zona Franca em hora de decisão	10/03/2003	Jornal do Brasil
Índios ameaçam matar 356 invasores no Pará	11/03/2003	Agência Estado
Ibama reforça operação de combate ao fogo em Roraima	12/03/2003	Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Centro de Formação dos Povos da Floresta	13/03/2003	

ISA apresenta propostas sobre educação indígena ao MEC	14/03/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Agricultor de Roraima terá seguro se não fizer queimada	14/03/2003	Agência Estado
Fogo em reserva aumenta	15/03/2003	Jornal do Brasil
Incêndio em Roraima mobiliza 500 pessoas	16/03/2003	Agência Brasil – EBC
Seminário debate direitos indígenas	16/03/2003	Agência Brasil – EBC
Ibama amplia ação para combater o fogo em Roraima	16/03/2003	Agência Brasil – EBC
Comissão de Amazônia do Congresso discute questão indígena em Roraima	17/03/2003	Brasil Norte
Índios denunciam corrupção de funcionários da Funai e assassinatos de líderes indígenas	18/03/2003	Agência Brasil – EBC
Lideranças indígenas presentes em Seminário cobram razões pela não homologação de Raposa/Serra do Sol	19/03/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Presidente da CNBB visita áreas indígenas em Roraima	19/03/2003	Diário de Cuiabá
MEC tem novo coordenador para escolas indígenas	20/03/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Política indigenista do governo Lula sinaliza rumo preocupante	20/03/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Acre pede polícia na fronteira	20/03/2003	Jornal do Brasil
Aliança com Lula é benéfica a Roraima, diz Mozarildo	21/03/2003	Brasil Norte
Índios pedem a liberação do corpo de índio Macuxi assassinado em Roraima	21/03/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
Vida que segue	22/03/2003	Rets - Revista do Terceiro Setor
Polícia Federal tenta libertar reféns em Altamira	24/03/2003	O Liberal
Senado poderá votar nesta quarta-feira (26/03) proposta que ameaça a criação de TIs e UCs na Amazônia	25/03/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Índios libertam 21 reféns em Altamira após acordo	25/03/2003	O Liberal
Presidente da CNBB participa do lançamento da campanha "Nós Existimos"	27/03/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Atividade movimenta milhões	30/03/2003	A Crítica
Assembléia do Copiam exige respeito ao direito à educação diferenciada	01/04/2003	Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Café com responsabilidade socioambiental	03/04/2003	Agência Estado
Governo federal expõe a demarcação de Terras Indígenas (TIs)	03/04/2003	ISA - Instituto

a interesses contrários		Socioambiental
Demora na liberação de corpo deixa povo Macuxi, de Roraima, inconformado	03/04/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Herança perdida: Índios isolados vivem em risco	04/04/2003	Gazeta de Cuiabá
Senado compra briga com indianistas	05/04/2003	Jornal do Brasil
Roraima volta a queimar	09/04/2003	Agência Estado
Xavantes contra fazendeiros (MT)	10/04/2003	Gazeta de Cuiabá
Produtos e serviços da Amazônia, no Balcão	11/04/2003	Rets - Revista do Terceiro Setor
Comunidade Xavante se revolta com a morte de índio	11/04/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
Funai e os cinta-larga se reúnem	11/04/2003	Gazeta de Cuiabá
Pequenos produtores serão pagos para evitar queimadas	12/04/2003	A Gazeta
Mogno apreendido vai beneficiar ribeirinhos	12/04/2003	O Liberal
Programação especial abre semana dos povos indígenas	14/04/2003	O Liberal
Sobre o Dia do Índio	15/04/2003	
Encontro nacional de povos e organizações indígenas do Brasil	16/04/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Desigualdade: Criança indígena morre mais	16/04/2003	Gazeta de Cuiabá
Artesanato do Rio Negro	16/04/2003	Página 20
O cupuaçu é nosso!	19/04/2003	Greenpeace Brasil
Barra dos Bugres: O último guardião dos Umutinas	19/04/2003	Diário de Cuiabá
Pró-Ambiente: Apoio ao desenvolvimento sustentável	19/04/2003	O Liberal
Coiab inaugura programa radiofônico "A voz dos povos indígenas"	20/04/2003	Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Exército define diretrizes de relacionamento com índios	23/04/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Deputados lançam Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas	25/04/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Instalada Frente Parlamentar dos Povos Indígenas	25/04/2003	Agência Câmara
Agentes agroflorestais indígenas do Acre querem a regulamentação da profissão	29/04/2003	Página 20
Começa o Encontro dos Povos da Floresta	29/04/2003	Página 20

Muras aprendem mais sobre babaçu	29/04/2003	A Crítica
PF investiga sumiço de xavante	29/04/2003	Gazeta de Cuiabá
Invasores ocupam a Terra Indígena Urueuwauwáu em Rondônia	29/04/2003	Funai - Fundação Nacional do Índio
Segurança pública: Guerrilha recruta índios	29/04/2003	Correio Braziliense
Povos indígenas entregam documento final do encontro	30/04/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Inpa inaugura exposição de índios empreendedores	30/04/2003	Agência Estado
Violências, providências e providências	02/05/2003	
A terra que um dia foi do guaraná	02/05/2003	A Crítica
Bispos falam com Lula sobre os Povos Indígenas	02/05/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário
Governo precisa definir política indigenista para preservar os direitos históricos desses povos, diz Francisco Loebens, dirigente do CIMI	07/05/2003	Correio da Cidadania
Educação indígena é analisada	08/05/2003	A Crítica
Pesquisadora alerta para risco do alcoolismo entre os índios	11/05/2003	Diário de Cuiabá
Trabalho escravo é denunciado à Justiça	11/05/2003	O Liberal
Coiab reivindica participação direta dos povos indígenas na Segunda Fase do PPG7	12/05/2003	Coiab - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Lideranças brasileiras participam da segunda sessão do Foro Permanente sobre Questões Indígenas da ONU	12/05/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Fátima Cleide denuncia invasão de reservas de Rondônia após troca de dirigentes federais	12/05/2003	Agência Estado
Reunião em Primavera volta a discutir ampliação de reserva Xavante	12/05/2003	24 Horas News
Uma exposição com os Yanomami	13/05/2003	ISA - Instituto Socioambiental
Demarcação oficial da Terra Indígena Deni tem início na Amazônia	13/05/2003	Greenpeace Brasil
O governo e os índios	13/05/2003	Amazonia.org.br
Indígenas realizam mostra	14/05/2003	A Crítica
Festival redescobre a cultura ancestral do povo Yawanawa	14/05/2003	Página 20
Polícias e Corpo de Bombeiros vão investigar sumiço de índio Xavante	15/05/2003	24 Horas News
Cinco mil invadem terra indígena em Rondônia	15/05/2003	Cimi - Conselho Indigenista Missionário

Tocantins irá sediar os Jogos Indígenas deste ano	15/05/2003	Página 20
Funai decide abrir núcleo em Juína	15/05/2003	Diário de Cuiabá

Fonte: : Elaborada pela autora a partir de buscas no site www.amazonia.org.br. Belém, 2009.